

Desenvolvimento Nacional: entraves e soluções

PAINÉIS SETORIAIS

da Comissão de Desenvolvimento Econômico,
Indústria, Comércio e Serviços



CDEICS

Comissão de
Desenvolvimento Econômico,
Indústria, Comércio e Serviços

Desenvolvimento Nacional: entaves e soluções

PAINÉIS SETORIAIS
da Comissão de Desenvolvimento Econômico,
Indústria, Comércio e Serviços

CDEICS

Comissão de
Desenvolvimento Econômico,
Indústria, Comércio e Serviços

Dezembro de 2018



Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

55º Legislatura 2015 – 2019
4º Sessão Legislativa Ordinária

Presidente
Rodrigo Maia

1º Vice-Presidente
Fábio Ramalho

2º Vice-Presidente
André Fufuca

1º Secretário
Giacobo

2ª Secretária
Mariana Carvalho

3º Secretário
JHC

4º Secretário
André de Paula

Suplentes de Secretário

1º Suplente
Dagoberto Nogueira

2º Suplente
César Halum

3º Suplente
Pedro Uczai

4º Suplente
Carlos Manato

Diretor-Geral
Lucio Henrique Xavier Lopes

Secretário-Geral da Mesa
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Presidente: Daniel Almeida (PCdoB/BA)

1º Vice-Presidente: Jorge Côrte Real (PTB/PE)

2º Vice-Presidente: Helder Salomão (PT/ES)

3º Vice-Presidente: Antonio Balhmann (PDT/CE)

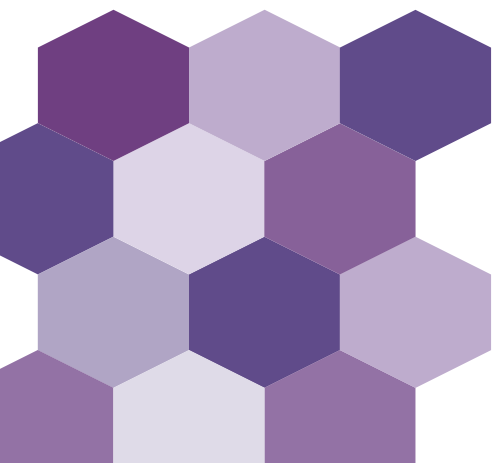
Diretoria Legislativa
Afrísio Vieira de Lima Filho

Departamento de Comissões
Aparecida de Moura Andrade

Desenvolvimento Nacional: entraves e soluções

Esta publicação apresenta as notas taquigráficas dos debates realizados nos painéis setoriais promovidos pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços em 2018.

Brasília, dezembro de 2018.



Sumário

Composição da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.....	7
Apresentação.....	9
Setor Produtivo, papel do Estado e desnacionalização.....	11
Apresentação dos expositores.....	27
O Financiamento do Desenvolvimento Econômico: O papel do Sistema Financeiro, dos bancos públicos e do BNDES no desenvolvimento.....	36
Apresentação dos expositores.....	46
Política Externa e Inserção Internacional.....	50
Apresentação dos expositores.....	65
Desenvolvimento produtivo e mercado de trabalho.....	72
Apresentação dos expositores.....	85
Panorama e perspectivas da Indústria Baiana: Tendências, desafios e oportunidades para o Setor Automotivo e Setores de Petróleo, Gás e Petroquímico.....	89
Apresentação dos expositores.....	112
Panorama e perspectivas da Indústria Baiana: Tendências, desafios e oportunidades para os Setores da Mineração, Energia Renovável e Agropecuária.....	138
Apresentação dos expositores.....	156
Breve Currículo dos expositores.....	179
Equipe Técnica da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.....	183

Composição da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)

MESA DA COMISSÃO

Presidente: Daniel Almeida (PCdoB/BA)

1º Vice-Presidente: Jorge Côrte Real (PTB/PE)

2º Vice-Presidente: Helder Salomão (PT/ES)

3º Vice-Presidente: Antonio Balhmann (PDT/CE)

TITULARES

Antonio Balhmann PDT/CE

Arthur Oliveira Maia DEM/BA

Augusto Coutinho SD/PE

Dagoberto Nogueira PDT/MS

Daniel Almeida PCdoB/BA

Fernando Torres PSD/BA

Giovani Feltes MDB/RS

Giuseppe Vecci PSDB/GO

Helder Salomão PT/ES

Jorge Côrte Real PTB/PE

Keiko Ota PSB/SP

Laercio Oliveira PP/SE

Márcio Biolchi MDB/RS

Marcos Reategui PSD/AP

Rubens Otoni PT/GO

Vander Loubet PT/MS

Walter Ihoshi PSD/SP

SUPLENTES

Aureo SD/RJ

Benjamin Maranhão MDB/PB

Covatti Filho PP/RS

Eli Corrêa Filho DEM/SP

Goulart PSD/SP

Herculano Passos MDB/SP

Joaquim Passarinho PSD/PA

Lucas Vergilio SD/GO

Luis Carlos Heinze PP/RS

Luiz Carlos Ramos PR/RJ

Marcos Soares DEM/RJ

Marinaldo Rosendo PP/PE

Miguel Corrêa PT/MG

Otavio Leite PSDB/RJ

Sergio Vidigal PDT/ES

Vinicius Carvalho PRB/SP

Vitor Lippi PSDB/SP

Yeda Crusius PSDB/RS

Apresentação

Em meio à grave crise econômica e política que o Brasil enfrenta, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados promoveu debates sobre temas candentes do desenvolvimento nacional com o objetivo de identificar os entraves e possíveis soluções para os empreendedores brasileiros.

Foram realizadas seis audiências públicas, em 2018, denominadas de painéis setoriais, para discutir questões cruciais para a economia brasileira, como as desestatizações, o papel das estatais e os efeitos sobre as cadeias produtivas. O aumento do desemprego, a importância dos bancos públicos, a desindustrialização, a política de juros e os desafios das empresas nacionais, no mercado global, também foram discutidos em reuniões na Comissão.

Esta publicação traz as notas taquigráficas das discussões realizadas pelo colegiado. A meta é contribuir para que o país supere problemas estruturais e retome rapidamente um desenvolvimento socialmente justo. Boa leitura!

Daniel Almeida
Deputado Federal (PCdoB-BA)
Presidente da CDEICS



Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização



Presidente Daniel Almeida parabenizou os palestrantes Luís Bresciani e Haroldo Lima.

23 de maio de 2018

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Bom dia. Esta reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 156, de 2018, da minha autoria, e tem como objetivo discutir o Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização. Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo Youtube.

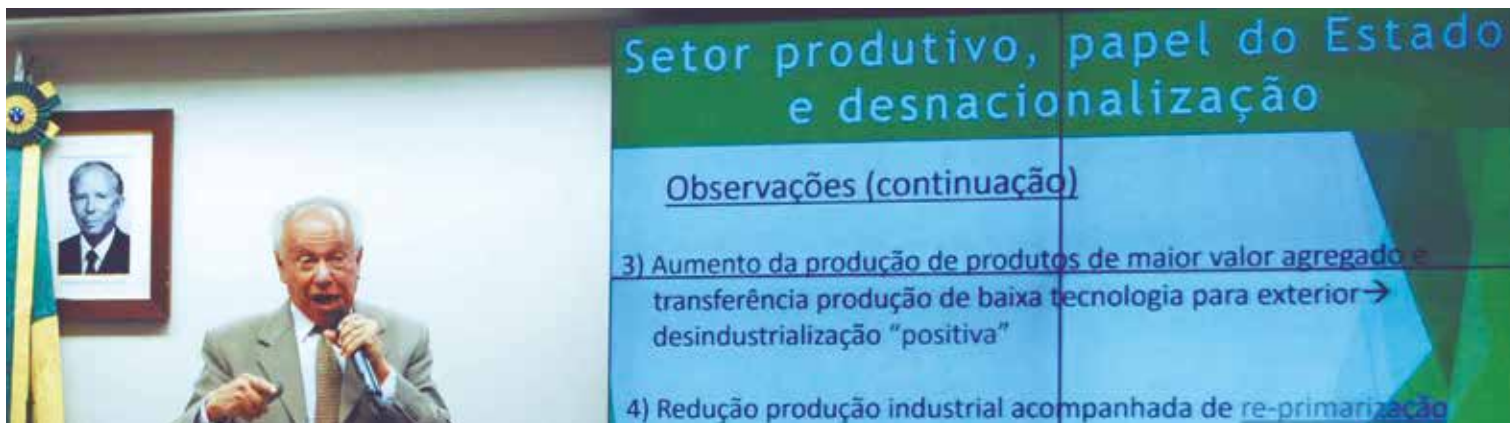
A composição da Mesa já está aqui apresentada. Nós agradecemos a presença do Haroldo Lima, consultor da área de petróleo e energia, ex-Deputado Federal e ex-Presidente da Agência Nacional do Petróleo; e do Sr. Luís Paulo Bresciani, técnico do DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, que tem reconhecida contribuição no Brasil e no exterior na elaboração de dados e formulação de políticas especialmente voltadas ao mundo do trabalho.

Antes de passar à exposição, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema e fazer

a sua exposição no tempo de até 15 minutos. É claro que aqui nós não queremos rigidez no tempo, apenas queremos orientar o funcionamento dos trabalhos. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados inscritos podem usar da palavra pelo tempo de até 3 minutos, para fazer considerações ou indagações aos expositores.

Este é o primeiro painel que esta Comissão está realizando no esforço de contribuir com o debate, necessário para o nosso País, sobre o desenvolvimento da indústria nacional e das políticas públicas que permitam e favoreçam esse desenvolvimento, especialmente num momento de grande interesse para os brasileiros, em que todos estão acompanhando os desdobramentos de uma disputa político-eleitoral, em que os destinos do Brasil estão em jogo.

Gostaria ainda de saudar e agradecer a presença da Sra. Lorena Martínez, Embaixadora da República da Nicarágua, que sempre nos acompanha; do Sr. José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia; e do Sr. Sebastião Tomás, 2º Secretário da Embaixada de Angola. Muito



Haroldo Lima, Consultor de Empresas Petrolíferas Brasileiras.

obrigado aos países amigos, que acompanham com interesse este debate sobre o desenvolvimento no Brasil.

Passo a palavra imediatamente ao convidado e sempre Deputado, o Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA - Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Daniel Almeida, Deputado pelo meu Estado da Bahia e cujo trabalho profícuo realizado nestes últimos anos é de todo respeitado no meu Estado e aqui na Câmara Federal, saúdo V.Exa.; o convidado Luís Paulo; os senhores membros do corpo diplomático que abrilhantam esta reunião, a D. Lorena, o Sr. José Franco e o Sr. Sebastião Tomás; o Paulo Bomfim, Prefeito de Juazeiro, na Bahia; os Srs. Deputados e todos os que estão acompanhando este debate.

Em função do tempo que é reservado ao expositor e dos limites desta apresentação, seria importante acentuar que nós vamos apresentar os pontos que a mim me parecem mais destacados no tema em debate. Fiz uma pequena apresentação em Power Point, que passo a exibir.

(Segue-se exibição de imagens.)

O tema colocado pela Comissão é Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização. No setor produtivo, penso eu que um destaque importante a ser feito é sobre a chamada desindustrialização em curso no Brasil. Isso não é uma questão de menor importân-

cia, pelo contrário, é o assunto central do momento, relacionado com o desenvolvimento do País, com o modelo econômico em curso, com as propostas, com as posições propositivas para o próximo governo que está sendo preparado pelas eleições de 2018.

É bom levar em conta que essa questão da desindustrialização pode ser vista sob duas óticas. Uma delas está aqui posta como a redução proporcional do emprego industrial. Alguns acham que a característica básica da desindustrialização se dá quando há uma redução proporcional do emprego industrial, que cai relativamente ao emprego em serviços, em comércio, etc. A outra é a redução da participação da indústria no PIB, a redução do valor da produção industrial. Alguns analistas e estudiosos acentuam, mais recentemente, que é importante caracterizar a desindustrialização como fruto desses dois processos, que é preciso analisar conjuntamente os dois processos. E é isso que eu vou tentar fazer aqui.

Inicialmente quero fazer algumas observações. Primeira, quando a indústria está estagnada ou em queda, mas sem perder a participação relativa no PIB, isso não significa desindustrialização. A indústria pode estar estagnada, pode até estar caindo, mas, se relativamente ao conjunto do PIB, ela mantém a mesma proporção, não existe um processo de desindustrialização nesse caso.

Segunda, a indústria pode estar em expansão, mas tem uma redução na sua participação relativa no PIB. Aí, a despeito de a indústria estar em expansão, pode estar havendo um processo de desindustrialização.

Terceira, o aumento da produção de produtos de maior valor agregado e a transferência da produção de produtos de menor valor para o estrangeiro — isso, sim, ocorre com frequência — são a chamada desindustrialização positiva. Em todo país que se desenvolve, chega um determinado momento em que a produção de produtos de menor valor agregado é passada para o estrangeiro, seja porque os fabricantes vão para o estrangeiro, seja porque a produção deixa de ser, vamos dizer, muito lucrativa localmente ou porque a produção de produtos de alto valor agregado vai crescendo. No conjunto existe uma desindustrialização, mas é a chamada desindustrialização positiva, porque ocorre com todo país que está efetivamente se desenvolvendo.

Também — é a quarta observação —, pode haver a redução da produção industrial acompanhada de uma reprimarização da exportação. Então, há queda na produção industrial e substituição da produção industrial por uma reprimarização da pauta de exportação, quando o país começa a exportar cada vez mais commodities, minérios e produtos primários. Essa é a cena típica da chamada desindustrialização negativa, que também ocorre com o nome de “precoce” ou “doença holandesa”, sobretudo quando se fala da área de petróleo. No caso da doença holandesa, o predomínio do setor do petróleo é tão grande que esmaga o restante da indústria, e, naquele local, só tem vantagens lucrativas quem investe na área do petróleo. Isso desindustrializa o país e origina a chamada doença holandesa, assim conhecida porque aconteceu inicialmente na Holanda, no Mar do Norte, quando foi descoberta uma grande quantidade de petróleo.

Dito isso conceitualmente, vamos agora analisar a participação da indústria no PIB brasileiro. Reparem bem que, em 1974, a participação da indústria no PIB era da ordem de 32% — alguns colocam 33%, mas eu

prefiro os 32%. De 1974 a 1986, ela oscilou em torno de 30%. Vejam que 1986 foi o último ano em que ela chegou a 32%. Em 1987, ela caiu para 28%. Aí entram os anos 90, que começam aqui no Brasil com o Fernando Collor, quando a desindustrialização se intensifica e se caracteriza. A partir de 1990, o período passa a ser de desindustrialização efetiva. E, agora em 2014, essa participação está em 10,9%, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento — UNCTAD. Eu estive vendo que, neste exato ano exato de 2018, isso pode já estar em 10,2%. Mas não tenho esse número formalmente.

Outro dado importante a se ver nesse tipo de desindustrialização é o encolhimento industrial entre 2000 e 2015. A exportação de produtos básicos foi multiplicada por 3,2 e a exportação de manufaturados foi multiplicada por 2,4. Isso mostra que a exportação de manufaturados caiu efetivamente, que houve o encolhimento da produção industrial e que, enquanto a exportação de produtos básicos ia crescendo, a exportação de produtos industriais ia diminuindo. Também vemos, nesse mesmo período de 2000 a 2015, que a importação de bens duráveis é multiplicada por 3,3 e que a importação de bens de capital é multiplicada por 2,3. Aqui chamo a atenção para o fato de que caiu a importação de bens para fabricação de máquinas e que aumentou justamente a exportação de bens duráveis.

Vejam também a importação no setor químico. Foi um desastre o que aconteceu conosco, pois, nesse período, ela cresceu quatro vezes mais, quadruplicou. O aço é um produto manufaturado nosso, temos uma jazida com quantidade muito boa de ferro, que produz um aço também de boa qualidade. A exportação do aço era um traço da nossa industrialização: nós industrializávamos o aço aqui, agregávamos valor a ele e o exportávamos. Em 2000, metade do aço era exportada para o exterior e, em 2015, um terço era exportado para o exterior, o que mostra que caiu também a exportação de aço.

Causas básicas da desindustrialização no Brasil. Eu arrolei aqui quatro ou cinco causas que me parecem

decisivas, fundamentais, importantes, destacadas. A primeira foi a abertura comercial feita com câmbio valorizado e juros altos, a chamada abertura descontrolada. De vez em quando, o País parecia que ia se desenvolver, mas, em seguida, caía de novo. Essa é a chamada “política do voo de galinha”: há uma ascensão em curto prazo, imediatamente seguida de uma queda. Isso começou a acontecer no Governo Collor. A segunda causa foi o abandono de políticas desenvolvimentistas, que eram muito criticadas como políticas populistas, mas, no fundo, eram políticas desenvolvimentistas feitas por todo país que se desenvolve. E nós aqui, em determinado instante, abandonamos tais políticas. A terceira causa foi o emprego da taxa de câmbio como meio de controlar a inflação, muito utilizado aqui. A quarta causa foram as reformas liberalizantes no período do Consenso de Washington, quando o FMI e o Banco Mundial nos impuseram todo um ritual relacionado com as chamadas reformas liberalizantes, o que, em nossa opinião, foi uma das causas importantes da desindustrialização que está em curso. E, finalmente, veio o foco na exportação de commodities, quando nós nos acostumamos com o alto valor de algumas commodities como o petróleo e o ferro, o que dava um efeito na balança comercial. Quando isso desancou e houve um debacle no preço dos produtos, nós ficamos um pouco, digamos assim, surpreendidos.

A causa de fundo, em nossa opinião, é a ausência de papel desenvolvimentista do Estado. Tudo isto que falamos aqui que são as causas, no fundo, é o Estado brasileiro perdendo o seu papel de indutor do desenvolvimento. Ele abre mão desse papel para acatar as orientações que vêm do Fundo Monetário, do Banco Mundial, dando esse resultado.

Agora vou falar um pouco sobre o papel do Estado, que é o segundo item da proposta apresentada pela Comissão. Para nós falarmos do papel do Estado no desenvolvimento do Brasil, talvez seja interessante fazer uma breve referência histórica. A industrialização no Brasil começa na época de D. Pedro II, quando, então, um Ministro da Fazenda chamado Alves Branco

impôs determinada tarifa com o objetivo de ajudar a industrialização no Brasil — não existia nada; inclusive ela havia sido proibida na época anterior, de D. Maria I — e também de permitir um superávit fiscal, etc. O que acontece com a Tarifa Alves Branco? A elevação do imposto sobre produto importado, que até então era 15%, generalizado. Para qualquer produto importado entrar no Brasil, pagava-se 15%.

O que faz o Alves Branco? Em relação à tarifa, diz: “Passa a ser 20%, se não houver similar nacional, e passa a ser 60%, se houver similar nacional”. Com base nesta história de que, se houver similar nacional, pagam-se 60%, criou-se a condição para se desenvolver no Brasil uma indústria local. Isso fez com que determinados empresários se mexessem. E houve um destaque excepcional da figura do Mauá: o período do Mauá. A chamada Era Mauá, de 1844 a 1860, foi extraordinária.

Nós, às vezes, menosprezamos muito a nossa história e menosprezamos um pouco os nossos heróis, as pessoas que se destacaram. Esse Barão de Mauá, esse moço, no século XIX, consegue fazer no Brasil rodovias, ferrovias, estaleiros. O Estaleiro Mauá, que existe até hoje, é dele. Na época dele, no fim do século XIX, fabricaram-se 60 navios no Brasil; fábricas diversas, inúmeras fábricas; companhias de gás; companhias de iluminação pública; bancos, entre os quais, o Banco do Brasil, refundado por ele. Ele tinha, Presidente, um domínio quase que completo do Uruguai. O Uruguai era quase que uma possessão dele. Ele integrou a navegação de cabotagem do Rio Grande do Sul ao Rio Amazonas. Não foi na embocadura do Amazonas, não: foi no interior do Amazonas. Ele fabricou bondes, cabo submarino. O primeiro telégrafo de cabo submarino que houve nas Américas, que saiu do Brasil e foi até a Europa, foi feito por ele. Ele era um portento. Segundo os analistas, proporcionalmente, hoje não há empresário no Brasil semelhante a Mauá, naquela época.

Pois bem, é esse homem, com esse desempenho, com essa desenvoltura, que sofre as injunções enormes do capital inglês. Diante disso, ele estava perdendo o mercado enorme que começava a crescer, o mercado



brasileiro, o mercado latino-americano. A pressão era muito grande sobre o Imperador, que termina capitulando — olhem só o papel do Estado. E a Tarifa Alves Branco é revogada. Na continuidade, esse Império faliu. E ele acaba sua vida numa situação mais desastrosa.

Chama a atenção o fato de que o processo de industrialização no Brasil começa com o papel central do Estado brasileiro. Se o Estado brasileiro não tivesse implantado a Tarifa Alves Branco, não havia essa história.

Mais à frente há outros marcos. Após a crise de 1929, surge aqui no Brasil a Revolução de 1930, com Getúlio Vargas, e a política de substituição de importações começa como política de Estado. São os períodos de Getúlio — coloco aqui no plural porque houve dois períodos. Aliás, houve o período depois da votação, quando ele retorna, o período de JK — os 50 anos em 5 — e o período da ditadura militar, em que, em determinado instante, nós também crescemos bastante. São períodos de crescimento.

Destaco que, em todos esses períodos, a começar do Império, com Mauá, o País cresceu por conta do Estado intervencionista, por conta do Estado definir seu papel com clareza e intervir no mundo econômico.

Precisamos ter clareza de que este fenômeno de desenvolvimento não é desconhecido do Brasil. Fruto desse processo todo a que estou me referindo, o Brasil, do fim da Segunda Guerra Mundial até 1974, mais ou menos, foi um dos países que mais cresceram no mundo. Em diversos anos, somos o País que mais cresceu no mundo. O que hoje é a China éramos nós há algum tempo. A China cresceu 30 anos seguidos numa média de 10% ao ano. Nós não repetimos isso. Ninguém tem esse feito no planeta. Mas nós temos o feito de termos chegado a 10%, 12%, 14% de crescimento em 1972, 12% em 1974. Por conseguinte, é algo também extraordinário o chamado “milagre brasileiro”.

Conclusão desses apanhados: só houve desenvolvimento sob o primado do Estado Nacional. Essa me parece uma conclusão importante.

Terceiro ponto é a desnacionalização através da privatização, porque, na verdade, a desnacionaliza-

ção existe no Brasil como fruto do processo de privatização. Às vezes quem compra as empresas estatais brasileiras é o capital estrangeiro. Daí vem a desnacionalização. Ela se apoia em um argumento falso, o da grande eficiência da empresa privada em relação à empresa pública. A empresa pública seria ineficiente e aberta à corrupção, enquanto a empresa privada seria eficiente e insusceptível de corrupção.

Não é verdade. A história do Brasil e do mundo mostram que não é assim que as coisas acontecem. A TELEBRAS, que era uma empresa de grande porte aqui no Brasil, uma empresa gigantesca, foi privatizada. Hoje é a Oi, que está aí extremamente endividada, em grandes dificuldades.

A VASP era uma empresa que também crescia no Estado de São Paulo. Foi privatizada, faliu. No exterior, existia a Enron, americana, que era uma das grandes empresas de energia do planeta, era uma coisa assombrosa. Ela provocou um escândalo de corrupção que foi algo que, em determinado instante, arrebatou com o equilíbrio da economia americana. Se olharmos direito, na Noruega e na Alemanha, boa parte das empresas dessas grandes nações são estatais. A Volkswagen é 30% estatal e funciona muito bem. Então, não tem essa história de que as estatais não funcionam bem e as empresas privadas funcionam. Não é verdade!

A PETROBRAS — agora é o outro lado da história — vendeu Roncador e Carcará, no pré-sal, para a Statoil, que é uma estatal. Se as nossas estatais não são boas, as dos outros são boas a ponto de você vender a sua propriedade para a estatal do outro? Aqui não pode, mas lá pode? Que história é essa? Isso mostra que se trata de um problema de linha política do Governo, que não se trata da questão de que a outra empresa é melhor, porque ela é uma estatal também como a nossa.

Na China, 75% das maiores empresas são estatais. E aquele país é o que mais se desenvolve no mundo, há tantos anos, como nós vimos aqui rapidamente.

Sobre a desnacionalização, então, penso eu que uma questão basilar que deveríamos levar em conta é que, num Estado nacional, os setores estratégicos de-

vem ser controlados por empresas nacionais, públicas ou privadas. Conforme o contexto, tem de ser uma empresa estatal ou, dependendo, pode ser uma empresa privada, desde que também seja nacional. Isso pode garantir sustentabilidade, inclusão social e soberania. Se você não tem setores estratégicos na sua mão, você perde a soberania, perde a sustentabilidade e não consegue incrementar uma política efetiva de inclusão social.

Esse princípio que eu estou aqui anunciando — de que setores estratégicos serem controlados por empresas nacionais é fundamental para o Estado Nacional — é levado em conta por diversos países. Todos os grandes países levam em conta esse princípio. Eu anotei aqui que os Estados Unidos agora estão impondo as chamadas taxas de importação do aço. Para quê? Para proteger as empresas deles. Eles aumentam a taxa de importação do aço do Brasil e de outros lugares para nós termos dificuldades de exportar o aço para lá.

O Trump proibiu, em setembro de 2017, a venda da Lattice, que é a maior empresa fabricante de semicondutores dos Estados Unidos. Os chineses iriam comprar a Lattice. Quando já estava tudo pronto, o Trump entrou no meio pessoalmente, como Presidente da República: “O Presidente da República, diante desse fato que vai acontecer, considera que isso é prejudicial à segurança da nação americana. Está suspenso o negócio”. E ele suspendeu o negócio.

Na China, a Coca-Cola preparou-se toda para comprar a Huiyuan, que é a maior produtora de sucos do país. A Coca-Cola iria comprar a Huiyuan para transformá-la em Coca-Cola/Huiyuan. O Governo chinês entrou imediatamente e disse: “Lá sim, aqui não”.

E não tem essa história de a Coca-Cola estar comprando a Huiyuan lá na China, não. Eles acabaram com essa brincadeira.

Eu acho que esse processo de desnacionalização de que estamos falando aqui está em curso. Verifica-se que inúmeros ativos estão sendo vendidos aqui no Brasil. O tempo não me permite descrever diversos deles, mas são inúmeros. Também muitas terras estão

sendo vendidas. Eu acho que as principais ameaças são estas que anotei aqui. A venda da ELETROBRAS, que foi retirada ontem, era a grande ameaça. Essa venda, graças à pressão popular e à rejeição que provocou, que foi muito grande, foi retirada pelo Governo e não vai mais acontecer. A privatização da Previdência permanece como uma ameaça. Não conseguiram privatizar a Previdência, mas isso permanece como uma ameaça. Há a privatização dos bancos federais, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Há o novo papel do BNDES, que, em vez de ser fomentador do desenvolvimento, é financiador de empresas estrangeiras na compra de empresas brasileiras. Há a perda do controle do pré-sal, que penso que é fundamental e que está relacionada ao fim da partilha da produção. No pré-sal, nós estabelecemos um marco chamado partilha da produção, que garante que ele esteja na mão de brasileiros. Se mudarem esse marco, o pré-sal deixa de estar sob controle brasileiro. Há os ativos estratégicos da PETROBRAS, que estão sendo vendidos em quantidade. E há a própria venda da PETROBRAS.

Eu penso que a PETROBRAS está fazendo um suspeitíssimo processo de enxugamento de seus ativos. Ela está vendendo coisa que nenhuma empresa petrolífera vende, só o faz se não tiver a pretensão de continuar como empresa petrolífera no futuro. Dáí eu colocar a venda da PETROBRAS como uma ameaça. Não existe essa proposição, mas existe toda uma movimentação relacionada com a hipótese de vir a se vender a PETROBRAS.

Conclusões que eu tiro, para encerrar, e que acho que são necessidades nacionais básicas. Devemos reindustrializar o País, respeitando a soberania, a redução das desigualdades e o meio ambiente. A ideia básica é esta: reindustrializar o País. Devemos assumir o desenvolvimento como decisão do Estado e não consequência de equilíbrio do tripé macroeconômico. Aqui no Brasil, introduziu-se, mais recentemente, a ideia do tripé macroeconômico — superávit fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante — e de que, na medida em que esse tripé macroeconômico fosse suficiente-



mente bem equilibrado e ajustado, o desenvolvimento viria. Este é o discurso feito até agora pelo neoliberalismo que existe no Brasil: tem que se ajustar o tripé macroeconômico para surgir o desenvolvimento. Na nossa opinião isso é errado. Nós temos que colocar o desenvolvimento como uma decisão de Estado, e o tripé macroeconômico que vá se adequando a isso. A ideia básica é esta: assumir o desenvolvimento como decisão de Estado. Foi assim que foi feito no passado, como eu mostrei aqui, desde a época do império. Devemos planejar os investimentos com recursos dos bancos federais e dos bancos privados. Os bancos federais têm muito recurso e podem recolher muito recurso do exterior também. Devemos manter estatais e ativos estratégicos com estatais. Devemos buscar proximidade com o novo eixo econômico do mundo.

O mundo está mudando e tem um eixo econômico novo. O eixo econômico que existia desde o século XIX até o século XX é o eixo do Atlântico, em torno da Europa e dos Estados Unidos, no qual nós, por uma coincidência geográfica, estávamos metidos. Esse eixo do Atlântico, que foi o eixo econômico básico do mundo durante 2 séculos, está deixando de ser o eixo principal, pois está surgindo o eixo do Pacífico, em torno dos países da Ásia, em particular a China e a Índia. Nós temos que nos aproximar desse novo eixo em vez de estarmos procurando reativar o eixo que está em dificuldades. Nós não podemos perder a oportunidade de nos situar no eixo que está surgindo com muita desvantagem no mundo, que é o eixo do Pacífico.

Para encerrar, devemos incentivar fontes alternativas de energia, como a eólica e a solar, o que acho fundamental. Devemos manter o marco regulatório da partilha da produção. Se nós perdermos esse marco regulatório, vamos perder o pré-sal. Devemos fortalecer a Pré-Sal Petróleo S.A. — PPSA. Isso é o que eu penso. A Pré-Sal Petróleo S.A. — PPSA é uma empresa estatal 100% brasileira, que nós criamos com o objetivo de ser a figura-chave para manter o pré-sal em nossa mão. Se a pessoa nem sabe da existência dessa empresa ou a deixa solta, a permanência do pré-sal em nossa

mão fica muito comprometida. É preciso fortalecer a Pré-Sal Petróleo S.A. — PPSA. Devemos ter a meta de aumentar a participação do Estado no capital social da PETROBRAS. Vejam o seguinte: nós todos lutamos corretamente para defender a PETROBRAS, mas não devemos perder de vista o fato de que, desde a época do Fernando Henrique, houve uma movimentação de venda de ações de tal maneira que a maior parte do capital social da PETROBRAS é estrangeira e é americana, na Bolsa de Nova York. Então, nós temos que dar um jeito de recuperar pelo menos a maior parte do capital social da PETROBRAS e trazê-lo para nossas mãos.

Completo dizendo que tudo isso depende da solução política da próxima eleição. Tudo isso é decisão política. Se nós continuarmos nesse rame-rame que está por aí, não vai ser fácil reorganizarmos as nossas coisas.

Muito obrigado e desculpem por eu ter me excedido um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado ao Haroldo Lima pelos dados, pelas informações, pela exposição brilhante, como sempre faz para todos nós.

É necessário esclarecer que foi retirada a Medida Provisória nº 414, que trata exatamente de comercialização de energia, distribuidoras, etc. Na verdade, ela era uma espécie de preparação, era para criar o ambiente necessário para a medida que autoriza a privatização da ELETROBRAS. O projeto de lei que está na Comissão Especial não foi retirado e continua tramitando. É claro que o fato de a medida provisória ter sido retirada cria uma situação de maior dificuldade para a sequência que o Governo pretendia encaminhar no sentido da privatização do setor de energia no Brasil. Foi uma grande vitória, foi a vitória da pressão da sociedade, da pressão dos diversos segmentos e da percepção de que aqui na Casa não haveria como essa medida ter encaminhamento. Mas não está encerrada a batalha, e o debate está em curso.

Já foi anunciada a presença aqui do Prefeito de Juazeiro, na Bahia, que tem interesse direto nesse tema da privatização da CHESF, porque este envolve não só a privatização na geração de energia elétrica, mas

também a água: Juazeiro compartilha com Petrolina as bênçãos do nosso Rio São Francisco e sobrevive graças a ele, sendo grande parte da sua economia voltada para a utilização das águas desse rio. Obrigado pela presença, Prefeito Paulo Bomfim.

Está aqui o João de Deus, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente, juntamente com a representação da Associação da Comunidade de São Manoel, que é um distrito de Correntina, Município que esteve e está no centro de um debate sobre o uso das águas, que impacta a vida não apenas dos moradores daquela região, mas de cada um de nós Brasil afora.

Passo a palavra para o Sr. Luís Paulo Bresciani, representante do DIEESE.



Luís Bresciani, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE.

OSR.LUÍSPAULOBRESCIANI-Bomdiaatodasetodos.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Daniel Almeida, o ex-Deputado Haroldo Lima, os Deputados e as Deputadas presentes, os embaixadores e a embaixadora, o Prefeito Paulo Bomfim, todos os assessores parlamentares e os demais representantes.

Em nome do DIEESE, quero agradecer o convite e saudá-los pela realização desta audiência pública.

Eu falo aqui em nome do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, retratando, portanto, a perspectiva do movimento sindical, mas também falo a partir de uma trajetória pessoal, como ex-Secretário-Executivo do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que reúne as sete cidades, no período de 2011 a 2016, e como professor e pesquisador universitário, tendo participado também da implantação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial em 2005. Então, falo a partir dessa perspectiva.

Os senhores provavelmente receberam uma cópia de uma apresentação que vou utilizar parcialmente, mas eu quero começar esta fala a partir de três questionamentos que me parecem centrais nesta discussão.

O primeiro questionamento é: que país nós queremos ser? Acho que o Deputado Haroldo Lima já tocou bastante nesse assunto. Queremos ser um país soberano ou queremos ser um país subordinado e enquadrado nas estratégias de outras nações?

A segunda pergunta é se nós podemos abrir mão de uma indústria muito forte — ênfase o “muito”. Não estou falando aqui de uma indústria forte, estou falando de uma indústria muito forte. O nosso argumento é que um processo de desenvolvimento, como foi dito pelo Deputado Haroldo Lima, não se dá sem a presença da indústria num país como o Brasil, que está entre os cinco ou seis maiores países do planeta em termos tanto de território quanto de população e que, portanto, não pode jamais abrir mão disso. Ao contrário de algumas teses que descrevem a indústria como um setor econômico como os demais, nós entendemos que a indústria é e continua sendo o carro-chefe, o motor dinâmico de uma economia muito diversificada, que se

diversificou ao longo especialmente dos últimos 100 anos, mas que tem uma história anterior, como Haroldo mencionou, inclusive a história de Mauá, que dá nome a uma das sete cidades da Região do Grande ABC. Foi isso que levou o Brasil à condição não só de uma das maiores economias do planeta, mas de uma das maiores economias industriais deste. E nós estamos correndo o risco de sair muito rapidamente dessa condição.

A terceira pergunta é: como estamos em relação à trajetória da nossa indústria? E aqui eu posso dizer que nós estamos sem rumo. Nós estamos com uma trajetória recente de crescimento do PIB muito pontual. No ano passado, dependemos do crescimento da ordem de 13% na agricultura para a elevação de 1% do PIB. E nós, obviamente, não podemos imaginar que esta trajetória de um crescimento baixo e vinculado a uma indústria fragilizada possa ser mantida no futuro. É importante mencionar que o setor de serviços também está indissociavelmente conectado com a indústria. Nós temos uma dinâmica de serviços dada não apenas pelas famílias, mas também pela atividade industrial.

Esse é o meu ponto de partida para destacar neste momento, dialogando com uma apresentação inicial, a necessidade de que superemos esta ausência de sentido no que se refere ao tema da indústria, de que tenhamos um rumo projetado em relação à indústria brasileira, o que beneficiaria inclusive os nossos países vizinhos, além dos Municípios brasileiros das diferentes regiões, já que isso tem um fator direto de atuação neles.

É importante ressaltar a importância de que tenhamos, à semelhança do que existe para a agricultura com o Plano Safra, um plano para a indústria. Como o Deputado Haroldo Lima mencionou — e isto faz parte desta apresentação, cujo título é Indústria e Desenvolvimento —, não faz sentido deixar a indústria à mercê de uma política macroeconômica acreditando que ela vai achar o seu caminho por si só. É preciso haver, sim, um planejamento de curto, médio e longo prazos, como houve no passado, o que permitiu que o Brasil, num espaço relativamente curto, ascendesse a essa condição, como também já foi dito.

Além do problema da desnacionalização em processo, em curso, como foi mencionado antes, nós temos que lidar com um problema inerente ao nosso processo de industrialização: o fato de que uma parte muito considerável dos centros de decisão empresariais da indústria brasileira não está no Brasil, mas fora dele. Nós temos que considerar isso, tratar disso do ponto de vista estratégico também, indicar e sinalizar os rumos. Vou voltar a este ponto com um exemplo concreto mais à frente.

Também foi falado na apresentação inicial sobre a necessidade de atuação do Estado face à fragilização da indústria.

E essa necessidade é premente, é urgente, porque, como foi mencionado, há um processo de redução da participação do PIB, de redução de empregos industriais. Houve uma queda muito significativa especialmente nos últimos 2 anos. Esse ritmo não parece estar em processo de interrupção. Nós temos aí alguns pequenos surtos. A última carta do IEDI — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial mostra que nós não temos um processo de recuperação minimamente consolidado na atividade industrial e, portanto, precisamos de uma atuação firme do Estado face à fragilização da indústria.

Há sinais muito negativos. O sinal foi dado não apenas em relação a óleo e gás, com a discussão sobre o conteúdo local, mas também em relação à cadeia automotiva, com a não substituição do regime automotivo anterior, o Inovar-Auto, por um novo regime automotivo. Passados praticamente 6 meses, estamos sem uma política automotiva, que dirá uma política industrial. Então, eu parto desse princípio e também da importância de termos um olhar para a diversidade da indústria.

Existem muitas teses que mencionam o fato de que nós temos pequenas indústrias, que são pouco competitivas e, portanto, deveriam ser deixadas para trás. A nosso ver, isso não procede. Há não só inúmeras pessoas, como cidades pontuadas por esse tipo de estabelecimento — eu vou voltar também a esse ponto. Portanto, é importante olhar os grandes e os pequenos.

Vou passar muito rapidamente por alguns dos eslaides que os senhores receberam. Inclusive, o início deles traz gráficos que o Deputado Haroldo Lima já colocou. (Segue-se exibição de imagens.)

Pode-se perceber, neste primeiro gráfico, essa queda, considerando que a participação também da indústria da construção chega a 20%. Da indústria da transformação, nesse quadro, a participação chega a 11,9%. Na verdade, o último dado, de 2016, é da UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. No eslaide seguinte, nós ainda temos 21,2%.

Aí está a importância de se olhar para os variados setores. Cinco setores concentram 60% da nossa participação no PIB, mas nós temos um conjunto muito diversificado de ramos da produção, praticamente todos eles. Porém, esse processo de desindustrialização mencionado pelo Deputado Haroldo nos fez perder vários elos de várias cadeias produtivas. Portanto, há a retomada de adensamento, olhando para toda essa diversidade.

O eslaide seguinte mostra que a participação da indústria de transformação chegou a 11,8% em 2015. O dado de 2016, já divulgado pela UNIDO, é de exatamente 10%, o que significa, em termos do ranking, que a nona posição do Brasil já está ameaçada pela Indonésia, cujo ritmo de expansão está bastante acelerado.

É interessante notar, no próximo eslaide, que nós tivemos, sim, ao longo da última década — na verdade, a rigor, ao longo do período de 2000 a 2013 —, um processo de expansão da produção física e industrial. Portanto, a queda da indústria no PIB correspondeu a uma elevação do PIB nacional, que foi um dos elementos também mencionados. Mas, a partir de 2013, há uma queda bastante intensificada. Isso tem relação obviamente com os investimentos da PETROBRAS e de outros grandes setores. É importante destacar isso, como também a urgência de que essa trajetória seja interrompida rapidamente.

No ranking das maiores economias industriais, em 2015 o Brasil aparece com 2,26% da produção industrial do planeta. Mas esse dado em relação a 2016 infelizmen-

te é pior: o Brasil representa, em 2016, 1,84% da produção industrial do planeta — a produção caiu abaixo de 2% — e está sendo ameaçado de ultrapassagem pela Indonésia e pelo Reino Unido. Assim, sairia do ranking das dez principais economias industrializadas, já tendo ocupado a sétima posição entre 2005 e 2010. Então, é importante também destacar esse processo muito acelerado, recente, de fragilização da nossa indústria.

No eslaide seguinte, também é importante destacar a presença do Brasil, no ranking de competitividade industrial, na 36ª posição e, portanto, atacar alguns elementos importantes relacionados ao ambiente de negócios, vinculados a uma discussão que eu entendo que deve passar por esta Casa num período breve, que é a reforma tributária, uma questão crítica do ponto de vista da atividade industrial.

Há também a perda de empregos formais na indústria. Nós tivemos, num período anterior, uma expansão muito forte, superando a marca de 8,3 milhões de empregos na indústria de transformação, caindo rapidamente nos últimos 2 anos praticamente para a ordem de 7 milhões, talvez abaixo disso já a esta altura do campeonato.

Qual é o rebatimento disso do ponto de vista territorial? Acho importante destacar que a indústria obviamente está instalada em cidades como Juazeiro e outras, em Estados como a Bahia e outros. Portanto, a fragilização da indústria é a fragilização de Estados e Municípios. É também a causa da crise fiscal de Estados e Municípios.

No eslaide seguinte, temos uma tabela — obviamente, não vou explicá-la — sobre a evolução Estado por Estado. Nós consideramos os anos de 2010 a 2015, porque eram anos com o maior número de indicadores completos em termos do CAGED. Nesse período, sem considerar 2016 e 2017, em que este processo continuou, a situação deve ter sido ainda pior na revelação da foto. No período de 2010 a 2015, nós tivemos uma queda fortemente concentrada na Região Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo. A partir de 2016 ou 2017, entendemos que este processo deva ter se espalhado ao longo das diferentes regiões.



Os dois eslaides posteriores mostram, em primeiro lugar, a evolução do emprego industrial nos 30 Municípios que mais empregam trabalhadores na indústria, o que parte de São Paulo e Rio de Janeiro, mas chega a Manaus, Guarulhos, Curitiba, entre outros. Nós temos aí os indicadores de 2013 a 2017 e as perdas absolutas. Temos também um retrato do desemprego industrial localizado nesses Municípios, algo que se espraia pelo entorno.

A perda do emprego industrial em São Bernardo, por exemplo, tem reflexos na cadeia produtiva que está ao redor de São Bernardo, e a perda de emprego industrial em Curitiba tem reflexo na cadeia produtiva na Região Metropolitana de Curitiba. Há reflexos também no setor de serviços, já que parte considerável do setor de serviços é formada de serviços de apoio à produção e a empreendimentos industriais. Isso se dá também em Betim, Belo Horizonte, Campinas, Jaraguá do Sul, etc. Esse quadro termina em Salvador, inclusive.

Portanto, esta é uma crise generalizada na indústria, ao longo do território brasileiro.

É importante, da mesma forma, a participação do PIB industrial no PIB municipal, de que trata o próximo eslaide. Nós temos inúmeras cidades em que o PIB industrial, ao contrário do PIB do Brasil, cuja cifra é 10%, chega a cifras da ordem de 30%. No caso de Camaçari, chega a 57%. Estes são Municípios onde a atividade industrial é, sim, central e cuja fragilização causa, evidentemente, uma crise ainda mais acentuada.

Isto está num quadro maior. Eu vou pular dois eslaides, para falar de algo que o ex-Deputado Haroldo Lima já mencionou: a participação da nossa indústria no comércio exterior. Falo isso porque nós temos outro ponto importante a discutir nesta Casa: o acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia. O Acordo MERCOSUL-União Europeia, cujos termos desconhecemos nos detalhes, a nosso ver, amplia os riscos de fragilização da nossa indústria, se não tivermos clareza e alguma estratégia em relação a este processo.

Meu tempo já estourou. Os senhores têm toda a apresentação. No entanto, quero chamar a atenção para o seguinte: a ampliação das importações indus-

triais em período mais recente; a ampliação do déficit comercial na balança de produtos industrializados em período também recente e, portanto, o potencial para que isso se agrave com este acordo comercial; bem como a queda do apoio do BNDES em relação à indústria.

Quero concluir, fazendo algumas reflexões do ponto de vista da política pública de desenvolvimento: a importância urgente de uma estratégia nacional para a indústria, como o Deputado mencionou, de investimentos fortes no Estado e, obviamente, no setor produtivo privado, mas com uma indicação e uma indução muito forte do Estado; a consideração das possibilidades que algumas grandes tendências de transformação global nos colocam e que podem nos levar a uma recuperação ou a uma fragilização ainda maior.

É preciso levantar aqui toda a discussão sobre sustentabilidade, na qual a China tem navegado muito forte; a ligação da sua indústria com todo o tema do desenvolvimento sustentável, indústria e inovação e infraestrutura, e, portanto, o relacionamento da nossa indústria com nosso déficit de infraestrutura e as potencialidades que temos em relação à infraestrutura, e como isso deve estar também conectado com as estratégias de desenvolvimento regional e territorial e de combate às desigualdades ao longo do território brasileiro.

Eu queria deixar aqui esta mensagem e, mais uma vez, agradecer à Comissão o convite para participar desta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado ao Sr. Luís Paulo.

Passando às intervenções, convido o Deputado Antonio Balhmann, do nosso querido Ceará, para fazer sua intervenção. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. ANTONIO BALHMANN (PDT - CE) - Sr. Presidente, meus caros companheiros desta Comissão, Dr. Luís Paulo, Haroldo Lima, meus cumprimentos.

Primeiramente, queremos dizer que consideramos esta a primeira participação nesta Comissão, depois do nosso retorno, após a licença que tiramos para participar, a convite do Governador Camilo Santana, do seu Governo, exatamente na área que tem completa

interface com o tema discutido nesta audiência pública. Nós tivemos a honra de participar do governo, extremamente proativo, inovador, audacioso, que o Governador Camilo Santana, na sequência do Governador Cid Gomes, empreende no Ceará, com amplo apoio popular, por conta da lucidez do seu governo.

Este é um tema, Sr. Presidente, que merecia ter esta Comissão completamente lotada, porque hoje é o tema central no País. Hoje nada é mais enxovalhante para nós do que ver que outras economias que pouco tempo atrás eram muito inferiores ao Brasil, do ponto de vista industrial e do ponto de vista dos seus índices sociais, que hoje estão à frente deste País, na medida em que o Brasil se desindustrializa, na medida em que não tem planos de médio e longo prazos, na medida em que não tem política de comércio internacional. Hoje o Brasil vive como uma folha seca no macromercado mundial, sem a menor definição das suas rotas estratégicas.

Esta é, realmente, uma questão muito complexa. Mas o tempo é curto, e seriam necessárias várias audiências públicas para analisar com minudência a necessidade de se fazer no Brasil, nos cenários próximos, um novo pacto produtivo.

O problema tem várias consequências. Vê-se que hoje as entidades de classe da indústria brasileira estão completamente desfocadas, sem condições de agir, apesar de terem algum mérito na formação de mão de obra. Na verdade, elas vivem do automatismo dos capitais que as sustentam, mas não têm mais o papel de enfrentamento na defesa da indústria brasileira.

Eu poderia citar alguns exemplos. Recentemente, eu me licenciei desta Comissão, Sr. Presidente, exatamente para tocar um projeto nacional que começamos há mais de 20 anos: as Zonas de Processamento de Exportação — ZPEs. Estas free zones foram a base da industrialização e da estratégia de comércio internacional de grandes países, especialmente da China. A ideia depois se espalhou pelo mundo inteiro e, no Brasil, ela não consegue avançar. Dos 25 projetos que o Brasil tem, o do Ceará é o único que conseguimos implantar, o único bem-sucedido. Com investimentos

de mais de 6 bilhões de dólares, ele está em funcionamento. Os outros 25 projetos do Brasil, inclusive o da sua querida Bahia, ainda não conseguiram êxito, por conta da força que este Parlamento faz para viabilizar uma legislação competitiva e, assim, implantar as free zones. Dos 25 projetos, até hoje somente um se viabilizou, o que ocorreu a partir do esforço monumental feito por uma sequência de governos do Ceará.

Quem é a grande inimiga do projeto? É a CNI — pasmem! — embora, no mundo inteiro, as entidades industriais se associem ao esforço dos empreendedores, da política de exportação dos países para firmar as indústrias no mercado internacional. Não à toa a participação do Brasil, como vemos nos gráficos, é inexpressiva, diante do potencial que o País tem. Qualquer setor ou cadeia produtiva é exemplo. Além disso, há as loucuras a que este País se submete, como a recente venda da EMBRAER para a Boeing. Ninguém permitiria isso em nenhum lugar do mundo, Sr. Presidente!

Pode-se pegar o exemplo mais tradicional, mais básico, produto primário que o Brasil inteiro conhece, de



Deputado Antonio Balhmann diz que o tema é central ao País.

Santa Catarina ao Amazonas: a mandioca. Hoje, o Brasil, quando muito, chega a acrescentar a ela valor agregado, transformando-a em amido. Na verdade, depois de tantos anos, quem faz o beiju e a farinha, com mais de 60 vetores tecnológicos de alto valor agregado, é a Alemanha, que importa da Tailândia a mandioca raspada, gorda, de que o Brasil é o maior produtor, mas não consegue exportar um grama, mesmo em se tratando de um produto com valor agregado. Qualquer coisa que há aqui, se fizermos um esforço, contém amido de mandioca, um amido modificado, um anfótero, um produto agregado de alto valor. Esta é a razão principal deste...

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. ANTONIO BALHMANN (PDT - CE) - ... elemento que vemos tão destacado e tão óbvio nos dados que o Dr. Haroldo Lima e o Dr. Luís Paulo apresentaram. Portanto, este é um assunto da maior atualidade.

Eu acho que esta é a hora de se começar a pensar em reafirmar a indústria brasileira, para tirar o País dessa vergonhosa e inexpressiva participação no mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

O SR. ANTONIO BALHMANN (PDT - CE) - Esta é a hora definir políticas de longo prazo, vetores estratégicos que precisam ser perseguidos. O segredo da China, Sr. Presidente, nada mais é do que a velocidade, que indica a compreensão da linha estratégica e a capacidade de aplicar aquilo que o Governo percebeu.

O Brasil tem hoje a matéria-prima base das principais cadeias produtivas, mas não é competitivo no momento de agregar valor. Não adianta querer fazer um produto brasileiro dentro do vetor produtivo da soja, porque ele não seria competitivo, em razão do cipoal da burocracia e da ambiência de negócio do País, que tem os juros mais altos do mundo. Portanto, o financiamento da produção é um fator pesadíssimo para a viabilização do produto brasileiro. O sistema tributário é esdrúxulo, não tem espelho no mundo, é uma parafernália terrível.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Deputado Balhmann, eu peço compreensão. Encaminhe-se para a conclusão.

O SR. ANTONIO BALHMANN (PDT - CE) - Então, o conjunto de coisas deste cenário é que ele transforma em heróis os empresários brasileiros que conseguem sobreviver e se firmar no seu nicho de mercado. Um dia desses eu comentava, sem nenhum demérito para os profissionais da área, que certamente este é um país feito para os bancos e para os advogados, porque é complicado demais para o setor produtivo daqui viver, ser competitivo e afirmar seus produtos nos mercados mundiais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputado Balhmann. Eu tenho concordância absoluta com o que V.Exa. disse. Seguramente, V.Exa. poderia falar por um tempo muito mais longo, necessário para que discorresse sobre sua experiência própria e sobre os temas mais gerais de interesse do Brasil. Mas nós tínhamos programado encerrar este painel às 11 horas. No entanto, o tempo já transcorreu, e nós ainda temos o esforço de tratar de questões de deliberação específica da Comissão. Agradeço a V.Exa.

Gostaríamos de ouvir o Sr. José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia, que fará uma saudação no tempo breve de até 3 minutos.

O SR. JOSÉ KINN FRANCO - Bom dia a todas e a todos. Cumprimento o Deputado Daniel Almeida, a Mesa, os demais Deputados presentes.

Eu queria fazer alguns comentários sobre a experiência da Bolívia neste âmbito.

Nós tivemos um processo de privatização das empresas estatais nos anos 90 e um processo de nacionalização das empresas estatais que foram privatizadas, para que retornassem ao controle do Estado boliviano, a partir do ano de 2006, quando chegou ao Governo o Presidente Evo Morales. Qual foi o resultado das privatizações ocorridas nos anos 90? Foi desastroso. Nós perdemos a empresa de aviação da Bolívia, que ficou destruída, assim como ficou mais da metade da malha

ferroviária estatal, sem que os problemas econômicos e sociais daquele país fossem resolvidos.

Assim, houve fortes crises econômicas, políticas e sociais entre os anos 2000 e 2005, com muita instabilidade. O que se passou neste último período do Governo do Presidente Evo Morales, a partir do processo de nacionalização? A Bolívia virou um país em constante crescimento, estável econômica e politicamente. Não temos crises há mais de 12 anos. O PIB do país cresceu 4 vezes, foi de 8 milhões de dólares para 37 milhões de dólares. Assim cresceu nosso PIB nestes últimos anos. Este foi o resultado do processo de nacionalização.

Nós temos agora empresas estatais com muito sucesso. Há uma empresa petrolífera, uma empresa de telecomunicações estatal, que compete com duas empresas privadas, mas tem a metade do mercado, com muitos ganhos e muito crescimento. Há, ainda, uma nova empresa de aviação estatal, que se tornou a mais importante do país. Portanto, vemos que, no caso da Bolívia, as privatizações foram um fracasso. A nacionalização das empresas privatizadas virou o país para o sucesso.

Qual é a diferença entre um período e outro? É a vontade política, a atitude política. As empresas estatais podem ser boas ou más, dependendo da vontade ou da atitude política. A vontade política da Bolívia nos últimos anos foi no sentido de que as empresas estatais têm que fazer o correto, e bons resultados, bons aportes para a economia da Bolívia, estão vindo delas. É a vontade de fazer o combate à corrupção que permite dar espaço para o sucesso das empresas estatais. Este é um tema de vontade e de atitude políticas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, embaixador. Que bom ouvi-lo falar de uma experiência concreta e tão próxima a cada um de nós, experiência que deve ser observada e levada em conta! É o que todos nós estamos buscando fazer aqui no Brasil e no restante da América Latina.

Concedo a palavra ao Sr. João de Deus, da Bacia do Rio Corrente, para uma consideração. (Pausa.)

O senhor não pediu para falar? Tudo bem.

Então, retorno a palavra à Mesa, ao Haroldo e ao Luís Paulo, para as suas considerações a respeito das contribuições que vieram do Plenário, no tempo de até 3 minutos. Sei que o tempo é curto, especialmente em se tratando do Haroldo, que conheço de perto, mas também pela densidade do tema, que é realmente muito vasto.

Com a palavra o Haroldo.

O SR. HAROLDO LIMA - Sr. Presidente, confesso que fiquei muito satisfeito com a exposição feita pelo Luís Paulo e com as considerações do Deputado Antonio Balhmann e do Sr. José, Embaixador da Bolívia. Na realidade, nós temos pontos de vista convergentes, o que é muito positivo.

O Brasil precisa se espelhar nas experiências vitoriosas. Tivemos aqui um depoimento impressionante a respeito da Bolívia, um país que, a princípio, enfrenta grandes dificuldades que o Brasil naturalmente não possui, como saída para o mar, amplitude de território, etc. Entretanto, a Bolívia está crescendo, e o Brasil



Embaixador da Bolívia no Brasil, Sr. José Kinn Franco, fala sobre a questão energética em seu país.

não. O Embaixador chamou a atenção para isso. A diferença está na vontade e na atitude política. O Brasil apresenta uma confusão política, conforme muito bem colocou o Deputado Antonio Balhmann, que disse que o País vive como uma folha seca, vagando por aí. Não se sabe direito o rumo que as coisas estão tomando.

O próprio Deputado salientou que, na verdade, nós precisamos de um novo pacto produtivo. Acho que está em pauta a necessidade de fazermos um novo pacto produtivo relacionado a algumas ideias básicas. Parece-me que a ideia principal, decorrente das exposições feitas tanto por mim quanto pelo Luís Paulo, é exatamente a reindustrialização do País. Nós precisamos tratar isto com clareza.

É preciso reindustrializar o Brasil, mas não como fez Barão de Mauá, há 1 século. Isso já passou. Temos que reindustrializá-lo nos termos de hoje, em que a situação é completamente nova, inclusive no resto do mundo. Não dá para reindustrializar o País considerando uma situação mundial que está em transformação. Como eu disse antes, o próprio eixo econômico do mundo está em mutação. E, se está em mutação, nós não vamos reindustrializar o País olhando para o eixo que está em decadência e desprezando o eixo que está em ascensão. Nós temos que nos aproximar do eixo que está em ascensão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Luís Paulo, nos últimos tempos, a República Popular da China encabeçou um processo de restauração da antiga Rota da Seda, com o chamado “Novo Cinturão” ou “Novo Pacto” ou algo assim. Essa nova Rota da Seda seria restaurada empregando-se algo em torno de 1 trilhão de dólares. Ora, 1 trilhão de dólares estão saindo do lado de lá!

Foram firmados e assinados protocolos por 68 países, e o Brasil não esteve presente. Em vez de procurar se aproximar do que está dando certo e crescendo no mundo, o Brasil está se afastando das coisas que estão dando certo e procurando justamente esse marasmo que há por aí. Como muito bem disse o Deputado Antonio, o País fica desorientado, parecendo uma folha seca vagando num mar revolto.

Creio que essa temática do novo pacto está muito imbricada com o que vai acontecer no Brasil nos próximos meses. Penso que, nos próximos meses, acontecerá uma eleição por meio da qual o povo poderá limpar um pouco a área, apontar um novo rumo para o País — um rumo relacionado à restauração das formas democráticas amplas e ao respeito à democracia — e apontar um destino novo para a sua área econômica, com a reindustrialização a curto prazo, com metas precisas, com planos determinados e, como disse o Embaixador, com uma atitude e uma vontade diferentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Haroldo.

Passo a palavra imediatamente ao Luís Paulo.

O SR. LUÍS PAULO BRESCIANI - Sr. Presidente Deputado Daniel Almeida, Deputado Antonio Balhmann, Sr. Haroldo, Srs. Deputados, eu quero agradecer mais uma vez a participação nesta Mesa.

O meu comentário final parte dessa questão comentada pelo Deputado Antonio Balhmann sobre o País parecer uma folha vagando, devido à falta de estratégia. Isso me fez recordar a frase do autor Alvin Toffler, muito célebre nos anos 1980 e 1990, que escreveu uma determinada passagem: “Ou você tem uma estratégia própria, ou então é parte da estratégia de alguém”. Como não temos estratégia, fazemos parte da estratégia de outros países, obviamente.

O Haroldo mencionou a ousadia da China com a construção do Novo Cinturão na Rota da Seda, com um investimento muito pesado. Isso também me faz recordar o afastamento e o distanciamento do Brasil em relação ao bloco BRICS, nos últimos anos, e a urgente necessidade de reaproximação do protagonismo que o Brasil teve na configuração desse bloco.

Sr. Presidente, se eu pudesse sugerir um tema para debate nesta Casa, seria exatamente a abertura comercial do acordo entre MERCOSUL e União Europeia, que nos parece não ter muita discussão com a sociedade e que encerra um risco extremamente alto.

Em relação ao pacto pela indústria, lembro que

esta não é a primeira crise industrial, mas é uma crise industrial que pode nos levar a um desastre. Conforme o Sr. Haroldo mencionou na sua apresentação, tivemos, nos anos 1990, uma crise da qual saímos através das câmaras setoriais. Com isso, foi possível retomar pactos setoriais, inicialmente a partir da indústria automobilística e, depois, em outros segmentos. Não digo que isso resolve, mas houve essa experiência.

Ou os fóruns setoriais atuais foram extintos ou foi excluída a participação dos trabalhadores. Sabemos que o pacto pela indústria é urgente, sim. Concordo com a sua intervenção. Mas há dois problemas. Primeiro, não temos iniciativa nem liderança do Governo em relação a isso. Pelo contrário, a posição que prevalece é a do Ministério da Fazenda: “Deixem como está, e tudo vai se arranjar”. Mas não vai se arranjar. Segundo, infelizmente não temos interlocutores no segmento industrial com essa perspectiva, com raras exceções. Mas é urgente e necessário, sim, rearticular tudo isso. E esta Casa certamente tem papel importante nisso também.

Deixo aqui, portanto, essa nossa mensagem final. Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - O Deputado Antonio Balhmann queria fazer mais uma pequena consideração.

O SR. ANTONIO BALHMANN (PDT - CE) - Será pequena mesmo, Sr. Presidente.

O Dr. Haroldo e o Embaixador da Bolívia fizeram uma colocação e eu quero só lembrar o exemplo de um país vizinho. A América Latina está avançando celeremente numa política industrial muito consciente. A Colômbia possui 111 free zones — este é último número que me deram, quando estive lá recentemente — operando, com suas indústrias no mercado interna-

cional. O Brasil possui uma, que conseguiu se afirmar. Imaginem a diferença!

Essa é a observação que eu queria fazer, suscitada pela palavra do nosso Embaixador da Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputado Antonio Balhmann.

Antes de finalizar a reunião, eu quero agradecer a presença dos Deputados, dos convidados e de todos os demais.

Estão acompanhando este debate os Deputados Marcos Reategui, Helder Salomão e Herculano Passos.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos desta audiência, antes convocando todos os Parlamentares para a reunião deliberativa desta Comissão que acontecerá logo em seguida.

Consulto os nobres Parlamentares sobre alguma objeção à manutenção do painel desta reunião. (Pausa.)

Não havendo objeção, o painel será transferido para a reunião deliberativa que ocorrerá logo em seguida.

Na reunião deliberativa, nós trataremos da aprovação dos procedimentos internos para o funcionamento da Comissão, da eleição do 1º Vice-Presidente e da pauta, que foi publicada com antecedência, para a deliberação da Comissão.

Agradeço a todos e ressalto que daremos sequência a esses debates temáticos, sendo um deles relacionado exatamente aos acordos do MERCOSUL, União Europeia e outros acordos e tratados internacionais e seus impactos para a indústria e a economia brasileira. Vamos tratar das novas tecnologias no processo produtivo, da indústria 4.0, enfim, temos já uma agenda com cinco grandes temas para as próximas semanas.

Obrigado a todos.

Está encerrado este painel.



Apresentação dos expositores

Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização

2) Papel do Estado no desenvolvimento no Brasil

-início industrialização, Império, com a tarifa Alves Branco:

- .elevação de imposto sobre produto importado; até então era 15%;
- .Alves Branco: 20% se não tivesse similar nacional, 60% se tivesse similar
- .era Mauá, 1844/60
- .rodovias, ferrovias, estaleiros, fábricas diversas, cias. de gás, iluminação pública, bancos, (BB), navegação (RGS, Amazonas), bondes, cabo submarino;
- fim tarifa Alves Branco → levou à falência de Mauá;

Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização

3) A desnacionalização (através da privatização) (cont.)

Princípio basilar de um Estado nacional: setores estratégicos controlados por empresas nacionais (públicas ou privadas)

-isto pode garantir soberania, sustentabilidade e inclusão social;

-Estados soberanos defendem esse princípio.

- EUA → taxas para importação aço;
- Trump proibiu, set/17 → venda Lattice à estatal chinesa Canyon Bridge;
- China → Coca-Cola quis comprar Huiyuan (sucos); gov. vetou

Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização

2) Papel do Estado no desenvolvimento no Brasil (cont.)

Outros marcos de desenvolvimento no Brasil

- após crise 1929 → política substituição importações;
- períodos de Getúlio, JK, dit. militar → períodos de crescimento Brasil

{do fim da II GM até 1974 → Brasil foi dos países que mais cresceram no mundo}

SÓ HOUVE DESENVOLVIMENTO SOB PRIMADO ESTADO NACIONAL

Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização

3) A desnacionalização (através da privatização) (cont.)

-processo em curso → venda de inúmeros ativos e de terras;

-principais ameaças:

- venda Eletrobras;
- privatização Previdência
- privatização bancos federais (Cx Econo., BB, novo papel BNDES)
- perda controle do pré-sal (fim da “partilha da produção”);
- ativos estratégicos da Petrobras
- venda Petrobras

Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização

3) A desnacionalização (através da privatização)

-falsidade de argumento

.maior eficiência empresa privada X estatal

- .Telebrás X Oi ; Vasp; Enron;
- .Noruega, Alemanha → boa parte estatal (WW, 30% estatal)
- .Petrobras vendeu Roncador e Carcará (pré-sal) para Statoil → estatal
- .China → 75% das maiores empresas são estatais e é o país que mais cresce no mundo

Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização

Conclusões – necessidades nacionais básicas

- re-industrializar o país, respeitando a soberania, a redução das desigualdades e o meio ambiente;
- assumir o desenvolvimento como decisão do Estado e não consequência de equilíbrio do “tripé econômico”;
- planejar os investi. com recursos dos bancos federais, privados e estr.
- manter estatais e ativos estratégicos com estatais e mãos nacionais;
- buscar proximidade c/ o novo eixo econômico do mundo (“Pacífico”)

Apresentação dos expositores

Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização

Conclusões – necessidades nacionais básicas (cont.)

- incentivar fontes alternativas de energia, a eólica, solar e a nuclear;
- manter o marco regulatório da “partilha da produção” no pré-sal e fortalecer a Pré-Sal Petroleo S.A, a PPSA;
- ter a meta de aumentar a partici. do Estado no capital social da Petrobras e faze-la uma estatal de energia e não apenas de petróleo;

Tudo depende da solução política da próxima eleição

FIM

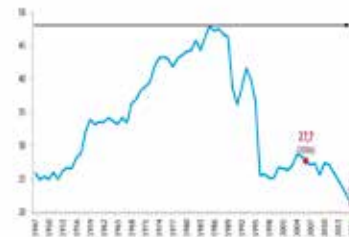
Muito obrigado



**INDÚSTRIA
E
DESENVOLVIMENTO**



A indústria brasileira vem perdendo participação no PIB (%)



Atividade	PIB	
	2006	2016
INDÚSTRIA	27,7	21,2
Indústria extrativa	3,5	1,1
Indústria de transformação	16,6	11,9
SUP ¹	3,2	2,7
Indústria da construção	4,5	5,4

Fonte: Confederação Nacional da Indústria – CNI, com base nas informações do IBGE.
Elaboração: DNESE / Subseção Sindical dos Metalúrgicos do ABC



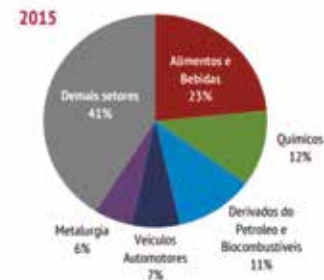
Participação do PIB Industrial em países selecionados (%)

Países	PIB	
	2006	2016
Argentina	34,4	26,7
Brasil	27,7	21,2
China	47,6	39,8
Coreia do Sul	36,9	38,6
Estados Unidos	22,3	20,0*
Índia	34,4	28,8
México	36,4	32,7
Rússia	37,2	32,4

Fonte: Confederação Nacional da Indústria – CNI, com base nas informações do IBGE.
Elaboração: DNESE / Subseção Sindical dos Metalúrgicos do ABC



Participação das Indústrias no PIB Industrial (%)



Fonte: Confederação Nacional da Indústria – CNI, com base nas informações do IBGE.
Elaboração: DNESE / Subseção Sindical dos Metalúrgicos do ABC

Apresentação dos expositores

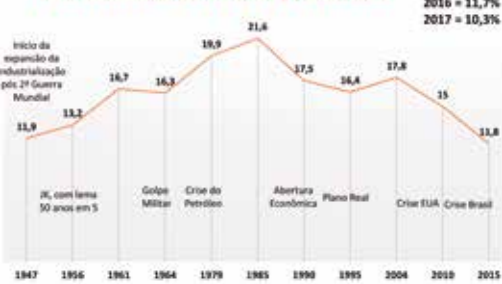


Em um cenário onde a indústria se não da desindustrialização no Brasil, indicadores de produção e emprego industrial mostram que entre 2002 e 2014, o país acumulado todos os anos...

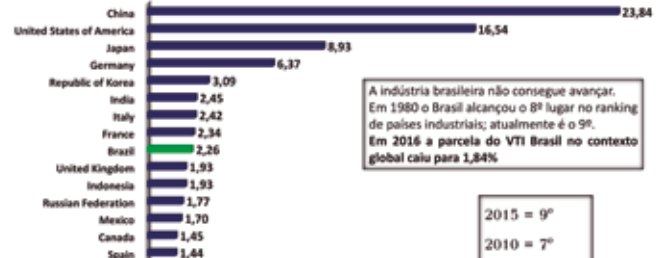
Assim como o Brasil, os países centrais passaram a ser o setor de serviços crescer e perder participação industrial no PIB. Na entanto, cada vez mais, países como Estados Unidos, Alemanha, França e China estão fortalecendo seu parque industrial e adotando medidas protetivas a sua indústria.

Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE / Subseção Técnica do Departamento de ABC

Em 30 anos, a participação da indústria de transformação no PIB cai pela metade



Ranking das Maiores Economias Industriais do Planeta (% do valor da transformação industrial em 2015)



A indústria brasileira não consegue avançar. Em 1980 o Brasil alcançou o 8º lugar no ranking de países industriais; atualmente é o 9º. Em 2016 a parcela do VTI Brasil no contexto global caiu para 1,84%

2015 = 9º
2010 = 7º
2005 = 7º

Fonte: UNIDO (2015 estimativa)



Ano	Índice (Base 1994=100)
1995	101,8
1996	102,9
1997	107,6
1998	103,1
1999	104,8
2000	113,7
2001	113,5
2002	116,6
2003	116,6
2004	126,3
2005	130,2
2006	133,9
2007	142,0
2008	146,4
2009	135,6
2010	149,7
2011	150,3
2012	146,6
2013	148,3
2014	147,8
2015	139,7
2016	127,3

Índice da Produção Física Industrial (Base: 1994=100)

Desde 2013, a produção física industrial vem acumulando resultados negativos de forma quase ininterrupta, com algumas pequenas variações positivas mensais.



Fonte: IPEADATA



Indicadores 2016 → INDÚSTRIA BRASILEIRA



Produção Industrial e Nível de Utilização da Capacidade Instalada



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com base nos dados do IBGE



Ranking de Competitividade Industrial (cf. UNIDO)

- 1990 - 25º
- 1999 - 30º
- 2005 - 29º
- 2011 - 30º
- 2015 - 35º

Valor da Transformação Industrial (cf. UNIDO, em dólares 2010)

- 2000 - 217,5 bilhões
- 2014 - 292,5 bilhões
- Entre 2000 e 2014, crescimento médio de 2,1% a.a
- 2016 - 226,5 bilhões

Apresentação dos expositores



Trabalhadores com Carteira na Indústria Brasil, 1985/2017

Até 2013, com 8,3 milhões de trabalhadores na indústria, o Brasil vinha de um ciclo permanente de geração de empregos. Desde então, perdemos 14% dos empregos no setor.



Fonte: RAIS/CAGED - Ministério do Trabalho e Emprego (dados de dezembro).
Elaboração: DIEESE / Subseção Sindical dos Metalúrgicos do ABC.



No período 2010/15, a perda de emprego industrial está fortemente concentrada na Região Sudeste e no Estado de São Paulo



Emprego na Indústria, por Grande Região e UF Brasil, 2010/2015 (%)

Evolução

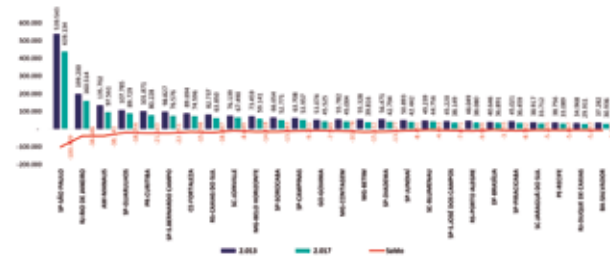


Participação

REGIÕES	2010	2015
NORTE	1,40%	1,50%
NOROESTE	13,50	13,60%
CENTRO OESTE	5,20%	6,10%
SUDESTE	52,60%	50,9%
SUL	25,8%	26,7%



Evolução do emprego industrial total nos 30 municípios que mais empregam trabalhadores na indústria Brasil, 2013-2017*



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: Subseção DIEESE / Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (* 2017 = fevereiro)



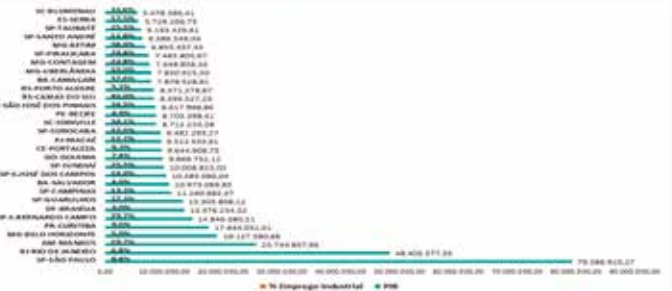
Região / UF	2010	2015	Evolução		Participação da UF na indústria do Brasil		Participação da UF na Região	
			abs.	rel.	2010	2015	2010	2015
Centro-Oeste	394.230	441.352	47.122	11,9%	6,2%	100,0%	100,0%	
Mato Grosso do Sul - MS	71.263	86.179	14.916	21,1%	3,0%	15,6%	20,0%	
Mato Grosso - MT	90.009	90.133	124	0,1%	1,0%	21,9%	21,6%	
Goiás - GO	237.958	339.368	101.410	42,7%	2,8%	50,3%	52,9%	
Distrito Federal - DF	27.277	27.699	422	1,5%	0,4%	0,1%	0,2%	
Noroeste	1.612.470	1.900.444	287.974	18,1%	13,6%	100,0%	100,0%	
Mato Grosso do Sul - MS	31.392	37.842	6.450	20,6%	0,9%	0,1%	0,3%	
Piauí - PI	26.402	27.944	1.542	5,8%	0,0%	2,0%	2,0%	
Paraná - PR	22.280	15.102	-7.178	-32,2%	0,0%	0,0%	0,0%	
Ceará - CE	245.026	239.174	-5.852	-2,4%	1,0%	24,3%	24,6%	
Rio Grande do Norte - RN	73.192	59.913	-13.279	-18,1%	0,0%	0,0%	0,0%	
Paraná - PR	22.280	15.102	-7.178	-32,2%	0,0%	0,0%	0,0%	
Pernambuco - PE	307.438	308.547	1.109	0,4%	2,0%	20,1%	21,2%	
Alagoas - AL	303.388	27.479	-275.909	-91,3%	1,4%	1,0%	1,0%	
Sergipe - SE	38.434	45.722	7.288	19,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Bahia - BA	213.529	208.008	-5.521	-2,6%	2,0%	21,3%	21,2%	
Sudeste	3.191.087	2.942.048	-249.039	-7,8%	3,8%	100,0%	100,0%	
Minas Gerais - MG	51.262	51.262	0	0,0%	0,0%	22,0%	22,0%	
Acre - AC	4.400	5.238	838	19,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Arujá - AM	313.492	305.752	-7.740	-2,5%	1,4%	42,1%	41,2%	
Roraima - RR	4.534	2.645	-1.889	-41,7%	0,0%	0,0%	0,0%	
Pernambuco - PE	307.438	308.547	1.109	0,4%	2,0%	20,1%	21,2%	
Alagoas - AL	2.813	2.893	80	2,9%	0,0%	1,0%	1,0%	
Sergipe - SE	34.844	37.834	2.990	8,6%	0,0%	0,0%	0,0%	
Sul	3.812.896	3.099.277	-713.619	-18,7%	54,9%	100,0%	100,0%	
Paraná - PR	742.404	742.006	-398	-0,1%	10,0%	20,0%	20,0%	
Paraná - PR	608.657	519.806	-88.851	-14,6%	1,6%	1,6%	1,6%	
Rio de Janeiro - RJ	309.429	309.849	420	0,1%	1,0%	10,0%	10,1%	
São Paulo - SP	2.800.016	2.375.612	-424.404	-15,2%	55,0%	55,0%	55,0%	
Rio de Janeiro - RJ	1.842.064	1.819.087	-22.977	-1,2%	48,0%	48,0%	48,0%	
Paraná - PR	635.267	634.845	-422	-0,1%	1,7%	1,7%	1,7%	
Catarinense - SC	813.863	803.603	-10.260	-1,3%	8,2%	8,2%	8,2%	
Rio de Janeiro - RJ	692.818	693.876	1.058	0,2%	1,9%	1,9%	1,9%	
Ignorado	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Total Brasil	7.817.221	7.185.522	-631.699	-8,1%	100,0%	100,0%		

Evolução e Participação do emprego na indústria, por Grande Região e UF Brasil - 2010/2015 (%)

Fonte: MTE / RAIS. Elaboração: DIEESE / SMABC.



Participação do emprego industrial, por município, e distribuição dos maiores municípios em representação no Produto Interno Bruto - PIB industrial (em mil) e Brasil, 2017*



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego e IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE / Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (* 1º PIB em mil R\$ - valores de 2014, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2017)

Apresentação dos expositores



Evolução do emprego industrial, por município Brasil, 2013-2017*



Município (BR)	2013			2014			2015			2016			2017		
	Emprego Manufatureiro (mil)	participação emprego industrial (%)	produtividade	Emprego Manufatureiro (mil)	participação emprego industrial (%)	produtividade	Emprego Manufatureiro (mil)	participação emprego industrial (%)	produtividade	Emprego Manufatureiro (mil)	participação emprego industrial (%)	produtividade	Emprego Manufatureiro (mil)	participação emprego industrial (%)	produtividade
1 - DF - Brasília	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
2 - RJ - Rio de Janeiro	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
3 - SP - São Paulo	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
4 - PR - Paraná	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
5 - MG - Minas Gerais	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
6 - RS - Rio Grande do Sul	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
7 - GO - Goiás	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
8 - DF - Distrito Federal	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
9 - PI - Piauí	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
10 - PA - Pará	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
11 - AM - Amazonas	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
12 - AC - Acre	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
13 - RO - Rondônia	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
14 - MT - Mato Grosso	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
15 - MS - Mato Grosso do Sul	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
16 - TO - Tocantins	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
17 - SE - Sergipe	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
18 - AL - Alagoas	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
19 - PB - Paraíba	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
20 - RN - Rio Grande do Norte	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
21 - PE - Pernambuco	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
22 - BA - Bahia	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
23 - CE - Ceará	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
24 - PI - Piauí	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
25 - RN - Rio Grande do Norte	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
26 - PB - Paraíba	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
27 - PE - Pernambuco	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
28 - BA - Bahia	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
29 - CE - Ceará	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
30 - PI - Piauí	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
31 - RN - Rio Grande do Norte	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
32 - PB - Paraíba	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
33 - PE - Pernambuco	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
34 - BA - Bahia	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
35 - CE - Ceará	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
36 - PI - Piauí	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
37 - RN - Rio Grande do Norte	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
38 - PB - Paraíba	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
39 - PE - Pernambuco	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
40 - BA - Bahia	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
41 - CE - Ceará	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
42 - PI - Piauí	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
43 - RN - Rio Grande do Norte	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
44 - PB - Paraíba	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
45 - PE - Pernambuco	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
46 - BA - Bahia	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
47 - CE - Ceará	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
48 - PI - Piauí	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
49 - RN - Rio Grande do Norte	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	
50 - PB - Paraíba	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1,00	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00	1,00	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego e IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE / Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. (*) 2017 = fevereiro

Últimos 12 meses

Saldo negativo da balança de bens manufaturados

- R\$ 49,8 bilhões



Evolução das Exportações de Produtos Básicos e Manufaturados (US\$ Bilhões)



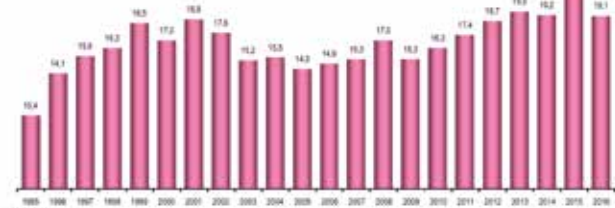
Fonte: Funcepe / Ipsosdata



Coefficientes de Penetração das Importações na Indústria de Transformação Brasil, 1995-2016 (%)



O indicador mede a participação dos insumos industriais importados no total de insumos industriais adquiridos pela indústria de transformação. Quanto maior o coeficiente, maior é a utilização de insumos importados pela indústria.



Apresentação dos expositores



Taxa de Câmbio Nominal (R\$ / US\$)



A desvalorização do Real frente ao Dólar tem beneficiado as exportações brasileiras. O bom desempenho das exportações de veículos desde 2016 minimizou a queda na produção nesse período.



Fonte: IPEADATA. Elaboração: Subseção DIEESE / SMARC
Nota: Meses de dezembro para 1994 a 2017, para 2018 = fevereiro



Trabalhadores nas Áreas de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia na indústria, por Grandes Regiões Brasil, 2010-2015 (%)



Em cinco anos, houve aumento da quantidade de profissionais técnicos ligados à produção (como desenhistas, técnicos eletrônicos, de manutenção, de qualidade e afins) e em áreas de P&D&E (engenheiros ligados à produção etc.) nas indústrias brasileiras, passando de 4,1% em 2010, para 4,8% em 2015. A Região Sudeste detém a melhor representação: possuía 4,9% de trabalhadores nessas áreas em 2010, e atingiu 5,8% em 2015.



Fonte: MTE / RAIS
Elaboração: DIEESE / SMARC



Emprego e Renda na Indústria e no Setor Metalmeccânico



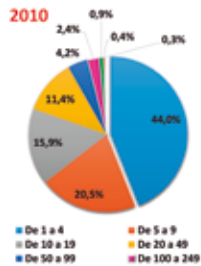
Ranking de Inovação no Mundo



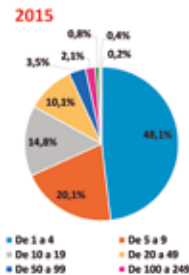
- Pesquisa realizada pela Bloomberg, em 2018, aponta que o Brasil ficou de fora do ranking dos 50 países mais inovadores do mundo pelos quesitos:
 - Gastos com P&D
 - Presença de alta tecnologia
 - Concentração de pesquisadores
 - Registros de patentes
 - Novos graduados de cursos de ciência e engenharia



Distribuição dos Estabelecimentos Industriais, por Tamanho e Grandes Regiões Brasil, 2010-2015 (%)



Em 2015, houve aumento do número de empresas com até 4 trabalhadores, que já representam quase metade do total de indústrias no país. Em 2015, tínhamos 348,6 mil empresas industriais.



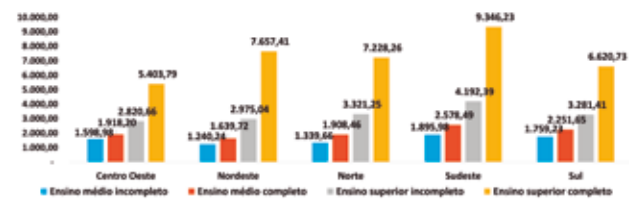
Fonte: Mte / RAIS
Elaboração: DIEESE / SMARC



Remuneração Média dos Trabalhadores na Indústria, por Faixas Selecionadas de Escolarização e Grandes Regiões (R\$ de abril/2017) Brasil, 2015



Há grande disparidade entre os rendimentos dos trabalhadores, por grande região do país, ainda que com o mesmo nível de escolarização. Aqueles com ensino médio completo possuem rendimentos inferiores em 26% na região Centro-Oeste, 36% no Nordeste, 26% no Norte e 13% na região Sul, quando comparados com o Sudeste. Igual movimento ocorre em todas faixas de escolarização, com destaque para os trabalhadores com curso superior completo na região Centro-Oeste, que têm rendimentos 42,2% inferiores aos da região Sudeste.



Fonte: Mte / RAIS
Elaboração: DIEESE / SMARC

Apresentação dos expositores



divisão/cnae	Centro-Oeste	Sudeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	SE
10 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	41,2%	33,8%	24,2%	16,8%	21,9%	21,1%	
11 FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	2,8%	1,7%	0,8%	1,3%	1,0%	1,8%	
12 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,4%	0,2%	
13 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	1,7%	4,8%	1,2%	3,8%	4,0%	3,8%	
14 CONFECÇÃO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	2,2%	11,4%	1,7%	7,7%	8,8%	8,8%	
15 PREPAR. COQUE E FUND. DE AÇ. COQUEIS, AÇ. FUND. LIQUIDO E DERIVADOS	2,2%	11,2%	1,2%	2,8%	8,2%	4,8%	
16 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	1,2%	0,8%	0,7%	1,1%	4,7%	1,9%	
17 FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	2,3%	1,7%	1,8%	2,8%	1,7%	2,3%	
18 IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVURAS	1,7%	1,8%	1,8%	1,8%	1,2%	1,8%	
19 FABR. COQUEIS DE PRES. SODIADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEL	7,4%	3,8%	1,2%	1,2%	0,8%	2,1%	
20 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	2,4%	1,3%	2,3%	4,8%	2,4%	2,8%	
21 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E FARMACÉUTICOS	0,1%	0,8%	0,2%	2,1%	0,4%	1,4%	
22 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAS PLÁSTICAS	1,8%	4,5%	1,0%	8,0%	5,5%	5,7%	
23 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINÉRIAS NÃO-METÁLICAS	6,2%	8,2%	0,1%	1,7%	4,8%	5,1%	
24 METALURGIA	8,8%	1,8%	2,8%	4,2%	1,8%	2,9%	
25 FABR. DE PRODUTOS DE METAL, EXC. MÁQ. E EQUIPAMENTOS	4,2%	1,8%	4,4%	7,2%	8,4%	6,3%	
26 FABR. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	0,2%	0,4%	10,7%	2,2%	1,4%	1,8%	
27 FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APAR. E MATERIAS ELÉTRICAS	0,9%	1,4%	3,2%	3,1%	3,0%	2,8%	
28 FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1,1%	1,0%	2,8%	5,8%	6,9%	5,0%	
29 FABR. VEÍC. AUT. (MONTADORIAS, AUTOP., ENGARRAÇADORIAS)	1,3%	2,9%	2,2%	8,8%	4,8%	5,9%	
30 FABR. DE OUTROS EQUIP. DE TRANSPORTE	0,1%	0,8%	6,4%	1,5%	1,0%	1,4%	
31 FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS	2,9%	1,4%	1,2%	2,1%	1,4%	1,6%	
32 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PLÁSTICOS	1,4%	1,3%	1,4%	2,8%	1,8%	2,1%	
33 MANUT., REPAR. E INSTAL. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2,8%	2,1%	2,4%	3,0%	1,8%	2,5%	
TOTAL DO SETOR METALMECÂNICO (24 a 33)	11,7%	13,8%	14,4%	15,3%	17,1%	18,7%	
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Distribuição dos trabalhadores na indústria, do total da região

Brasil-2015 (%)

Fonte: Mte / RAIS
Elaboração: DIEESE / SMAAC



Os Trabalhadores na Indústria Metalmeccânica, por Grandes Regiões Brasil - 2017



Os metalúrgicos na Região Sudeste detêm 61% dos empregos nacionais.

Nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro Oeste, os metalúrgicos totalizam 750,2 mil pessoas.

Excluindo-se o Sudeste, onde os metalúrgicos possuem renda média de R\$ 3.897, nas demais regiões, em média, os trabalhadores recebem R\$ 2.931 (25% abaixo).



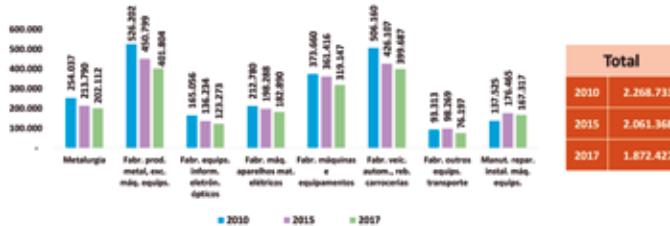
Fonte: Mte / RAIS
Elaboração: DIEESE / SMAAC



O Emprego dos Metalúrgicos Brasil, 2010/2017



Entre 2010 e 2017, o setor eliminou 396 mil trabalhadores. Nos primeiros 5 primeiros anos, foram 207,4 mil (5%). Em 7 anos, 31% dos fechamentos de postos ocorreram no setor de produtos de metal e 27% no automotivo.



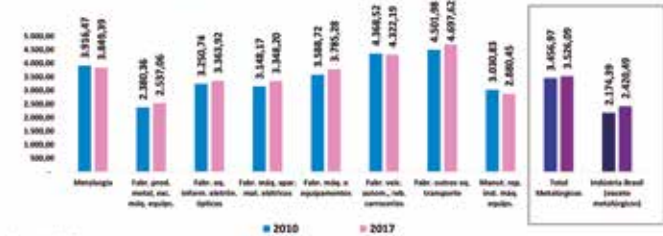
Fonte: RAIS e CAGED (até dezembro/2017) - Mte
Elaboração: DIEESE / SMAAC



Remuneração Média dos Metalúrgicos, por Segmento Brasil, 2010-2017 (R\$ de 2017)



Embora tenha ocorrido aumento da renda média mensal real dos metalúrgicos de 2%, entre 2010 e 2017, o rendimento dos trabalhadores nos outros setores da indústria contabilizou ganhos maiores, de 11% no respectivo período. Ainda assim, os metalúrgicos possuem rendimentos 48% superior aos demais trabalhadores na indústria.



Fonte: Mte / RAIS
Elaboração: DIEESE / SMAAC

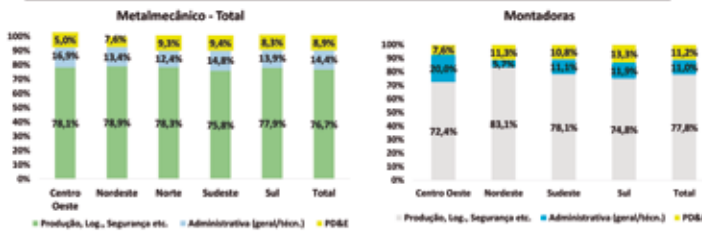


Metalúrgicos, por Grandes Regiões e Áreas de Atividade Profissional Brasil - 2017



As regiões do país com maior quantidade de metalúrgicos nas áreas de pesquisa, desenvolvimento, engenharia e técnica ligada à produção são a Sudeste e a Norte. Esta última decorrente principalmente da presença da Zona Franca de Manaus.

Nas montadoras, a Região Sul se destaca com o contingente nas áreas de P&D&E, provavelmente em razão da montagem de plantas novas, tais como a DAF (Ponta Grossa-PR), a BMW (Araquari-SC), Fiat Motores (Campo Largo-PR).



Fonte: Mte / RAIS
Elaboração: DIEESE / SMAAC



Inovar Auto → Rota 2030

exemplo emblemático

sem transição → sem política pública



Apresentação dos expositores



O QUE ESTÁ EM JOGO NESSE MOMENTO?



O BRASIL SEM INDÚSTRIA FORTE: A QUEM INTERESSA?



Política Industrial & Tecnológica

- Desmantelar exigências de conteúdo local = desestruturar cadeia produtiva
- Acordo Mercosul/EU: quais são os termos?
- Produtividade e competitividade sem investimento?
- a relevância de olhar para os grandes países industrializados e para o BRICS

Desenvolvimento Regional

- Retomar crescimento sem uma indústria forte?

Manufatura Avançada

- 4ª Revolução Industrial: avançamos ou sucumbimos?
- Desafios para o Brasil: Indústria 4.0 ou Indústria 0.4?
- Impactos no mundo do Trabalho = transição pactuada



FICHA TÉCNICA

Título: INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO

Autoria: DIEESE / Subseção Sindical dos Metalúrgicos do ABC

Equipe técnica responsável: Luis Paulo Bresciani, Zeira Mara Camargo de Santana, Warley Batista Soares, Silvana Martins de Miranda, José Luiz Lei e Antônio Carlos da Silva Lopes.

Resumo: Apresentação dos principais indicadores relativos à indústria brasileira, com ênfase especial a regional, apresenta o cenário de implementação da Indústria 4.0 no Brasil.

Palavras-chave: indústria brasileira, Indústria 4.0

Diretório: M:INDÚSTRIA|Indústria e Desenvolvimento_CAMARADOSORP/UTA/DO5230514.pptx

O Financiamento do Desenvolvimento Econômico:

O papel do Sistema Financeiro, dos bancos públicos e do BNDES no desenvolvimento.



Professora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e o Deputado Daniel Almeida, presidente da CDEICS.

13 de junho de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Bom dia.

Esta reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 156, de 2018, de minha iniciativa, e tem como objetivo debater sobre o financiamento do desenvolvimento econômico, especialmente o papel do sistema financeiro dos bancos públicos e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo Youtube, no canal da Câmara dos Deputados.

Para darmos início à apresentação, convido a Sra. Maria de Lourdes Mollo, professora de economia da Universidade de Brasília.

Informo que também foram convidados o Sr. Henrique Paim, que teve dificuldade com a agenda, e o Sr.

Augusto Vasconcelos, que teve um problema de saúde antes de se deslocar de Salvador para cá e não teve condições de embarcar.

Antes de passar à exposição, desejo informar as regras da condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 20 minutos. Após a exposição, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar o palestrante deverão inscrever-se previamente e tratar estritamente do assunto, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica.

Agradeço a presença à Profa. Maria de Lourdes e a cumprimento pelo trabalho que sempre desenvolve neste debate tão intenso, num momento em que a nossa economia necessita fazer reflexões mais profundas, voltadas ao interesse do desenvolvimento nacional, com a abrangência e o conteúdo que esse tema merece ter. Ela falará sobre o sistema financeiro, o papel dos bancos públicos, as circunstâncias em que se encontram as instituições que vão desempenhar esse papel — se estão ou não prontas, se estão ou não numa trajetória adequada — e as iniciativas que a Nação brasileira deve construir.

Lembro sempre que estamos a menos de 4 meses de uma eleição, e a eleição é o momento apropriado para levantar temas de interesse nacional, projetos e programas. Esse deve ser o debate central que a sociedade precisa acompanhar e do qual deve participar, interferindo e decidindo o rumo que o País deve tomar.

Há certa perplexidade sobre a proposição de cada candidato, de cada projeto que está sendo apresentado ao País, prevalecendo uma insegurança, uma incerteza muito grande.

Portanto, cada debate com um tema como este deve merecer — ou deveria merecer — uma atenção especial desta Casa, dos Parlamentares e da sociedade.

Passo imediatamente a palavra à Profa. Maria de Lourdes, para que faça a sua intervenção.

A SRA. MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO - Sr. Presidente, eu gostaria de começar agradecendo o convite que me foi feito para participar desta audiência.

Eu vou mostrar aos senhores algumas coisas sobre investimento, que é o ponto mais importante quando estamos falando do sistema bancário e do papel dos bancos privados e dos bancos públicos, em particular dos bancos de desenvolvimento. Devo dizer que essa visão sobre o processo de investimento não é algo consensual em economia — aliás, nada é consensual em economia. Vou colocar para vocês a visão dominante, que é a visão ortodoxa neoliberal, e vou confrontá-la com a visão heterodoxa, que é a minha visão, que vou expor aqui apenas para mostrar o porquê das divergências em relação às políticas, ao sistema financeiro e aos bancos públicos e de desenvolvimento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqueles que têm visão ortodoxa neoliberal veem a poupança como fundamental ao processo de investimento, porque ela financia o investimento. E o que é a poupança? A poupança é todo aquele dinheiro que não gastamos hoje para que possamos gastar depois. O que remunera essa espera, segundo eles, é a taxa de juros. Então, quanto maior for a taxa de juros, mais gente estará interessada em poupar para receber essa taxa de juros no futuro e maior será a quantidade de poupança que essas pessoas vão fazer.

Nesse sentido, conforme essa teoria, se a taxa de juros for alta, não haverá muito problema, porque se estimulará a poupança. Entretanto, vocês vão dizer que o investimento que vai ser financiado varia de forma inversa à variação da taxa de juros: se a taxa de juros for muito alta, o investimento será inibido. Vai ser inibido se a rentabilidade do investimento for menor do que a taxa de juros, mas, se os investimentos tiverem rentabilidade alta, isso estimulará os investimentos que são considerados mais eficientes, e a taxa de juros não será tão problemática. Portanto, eu quero mostrar que a taxa de juros não é muito problemáti-

ca e que os bancos são meros intermediários entre os poupadores e os investidores. Há que se prestar atenção no spread bancário e em coisas desse tipo, mas a decisão individual do mercado deve ser deixada àqueles que querem poupar e àqueles que querem investir.

A visão heterodoxa sobre o investimento é completamente diferente e exige taxa de juros baixa. Vejam que o mais importante não é a poupança, mas o investimento! Por que o investimento é importante? Porque ele multiplica renda e multiplica emprego. Por que multiplica? Na hora em que eu gasto 10 mil reais num investimento, eu pago salários, pago insumos, pago matérias-primas. E as pessoas que recebem os salários, as matérias-primas e os insumos recebem uma renda, que é gasta na compra de bens e serviços. Quando somamos todos esses ganhos com as vendas dos bens e serviços, a renda que foi gerada é muito maior do que o investimento de 10 mil reais que eu dei como exemplo. Nesse processo também os empregos são multiplicados, porque essa renda é destinada a produzir e a empregar. Portanto, o investimento é fundamental para o desenvolvimento, porque é ele quem cria, de forma multiplicada, renda e emprego.

De que o investimento depende? Ele depende de os rendimentos esperados pelos potenciais investidores serem superiores ao custo do investimento. Isso é o mesmo que dizer que, se as expectativas de lucro dos potenciais investidores forem maiores do que a taxa de juros — que é um bom indicador do custo do investimento —, então, se a taxa de juros for baixa, essas expectativas compensarão a taxa de juros e mais gente decidirá investir. E é da maior importância que ela seja baixa, porque essas expectativas de lucro são incertas.

Não dá para calcular expectativas de lucro *stricto sensu*. E por que não? Porque, na economia que vivemos, há uma incerteza permanente com relação ao futuro, porque ninguém é profeta, e com relação ao resultado líquido das decisões, porque as decisões são descentralizadas. Essa incerteza está na cabeça de todas as pessoas. Se ela é muito grande, os investidores avaliam que as expectativas de lucro são pequenas e não investem.

Então, quanto menor for a taxa de juros, maior é a probabilidade de que o investimento se dê. Sem ele, eu não tenho nem aumento de renda nem aumento de emprego; com ele, eu tenho aumento de renda multiplicado e aumento de oferta de empregos multiplicado.

Este é o processo: se a rentabilidade esperada do investimento for maior do que a taxa de juros, a decisão de investir é tomada e há multiplicação de renda e emprego. Só depois vai sair a poupança. Essa é outra divergência, porque a poupança, nessa visão, não depende da taxa de juros. Por que não depende? Se uma pessoa ganha pouco, a renda dela é toda destinada ao consumo — às vezes, nem dá para o consumo. A taxa de juros pode ir para as alturas e ela não vai poupar. Mas, se a renda dela for alta, ela vai poupar independentemente da taxa de juros, porque ela não vai dar conta de gastar toda a renda investindo. Portanto, a poupança depende da renda, e não da taxa de juros.

Os senhores dizem: “Mas a poupança está lá. Ela não está financiando o investimento?” Quem financia os investimentos? Os bancos. Com o quê? Um pouco com os depósitos. Mas os senhores sabem que os bancos multiplicam dinheiro é emprestando. É isto o que eles fazem aqui. (Aponta para gráfico.)

Se os bancos emprestarem com taxa de juros baixa, eu tomo a decisão de investir, eu tenho a renda e os empregos gerados, e a poupança vai sair naturalmente, dependendo da renda.

Mas por que os bancos nem sempre oferecem taxa de juros baixas? Primeiro, porque existe a tal da incerteza. A incerteza sobre o que pode acontecer permeia a economia, horas mais, horas menos. Hora ela é percebida como maior e hora ela é percebida como menor pelos bancos. Se os bancos avaliam que a incerteza é grande, eles não emprestam ou só emprestam com taxa de juros elevadas. Aí a taxa de juros sobe.

Por outro lado, as pessoas também são permeadas pela incerteza. Quando a incerteza é muito grande, consumimos menos e guardamos mais dinheiro, que é uma liquidez que nos dá segurança com relação ao futuro. Tanto os bancos, quando não emprestam ou

aumentam a taxa de juros, quanto as pessoas, quando não consomem, estão fazendo o que os economistas chamam de preferência pela liquidez. E isso é péssimo!

Por que isso é péssimo? Por que a pessoa não vende, e os bens de consumo não foram comprados, e porque a pessoa, sobretudo, não investe. Aí não se gera renda nem gera emprego. E se o investimento não só não subir, mas também cair, ele derruba de forma multiplicada a renda, como os senhores viram, e também derruba de forma multiplicada o emprego. Então, é péssimo quando a taxa de juros sobe, porque ela inviabiliza o investimento.

Os senhores hão de dizer: “Qual é a solução?” A solução é a seguinte: existe um papel do Estado, que é econômico, exatamente para compensar esse problema que a incerteza causa. De acordo com o eslaide, aqui há um financiamento bancário — e é preciso empréstimo. O Governo pode afetar essa taxa de juros. Como? Se ele baixar a taxa SELIC, ele tem como pressionar os bancos a baixarem a taxa de juros.

E os senhores dizem: “Mas a taxa SELIC baixou e os bancos não baixaram suas taxas”. Qual é a solução? Banco público. Por quê? Porque banco público não tem só como objetivo o lucro; ele tem também objetivo desenvolvimentista. Se ele tem esse objetivo desenvolvimentista ditado pelo Governo, que controla os bancos, ele pode emprestar a taxa de juros mais baixas, e isso força os bancos a emprestarem a taxa de juros mais baixas. Foi isso o que aconteceu quando a Caixa Econômica e o Banco do Brasil emprestaram com taxa de juros mais baixa e a taxa de juros caiu.

Mais do que isso, pode ser que essa taxa de juros baixe muito e ainda assim o investimento não decole. Nós estamos vendo isso neste gráfico. E os senhores dizem: “Por quê?” Porque, se esta situação aqui é permeada de incertezas, visto que a preferência pela liquidez dos bancos e a preferência pela liquidez do público é que estão fazendo a taxa de juros subir, então, se a incerteza é grande e a taxa de juros cai, a expectativa de lucro pode cair também. E, se ela cai também, não adianta só a taxa de juros cair.



Qual é a solução? A solução está no Governo investir. O Governo não tem como objetivo o lucro, mas, sim — e tem que ter —, controlar crescimento, emprego e desenvolvimento. Olhem o papel do investimento público! Aí os senhores vão dizer assim: “Ah, para tirar a iniciativa privada?” Não, não é para tirar a iniciativa privada, mas para fazer com que a iniciativa privada, num segundo momento, veja essa rentabilidade esperada como maior e, portanto, decida investir. Como? Quando o Governo investe, também gera renda e emprego de forma multiplicada. Com isso, ele gera demanda. Quando nós investimos, investimos para ganhar. Ninguém investe para não ganhar lucro. O investidor, na economia real, só investe se ele tiver perspectiva de demanda para o produto dele. Onde estão essas perspectivas de demanda? Se a renda está subindo e se a oferta de empregos está subindo, haverá, naturalmente, demanda, e as expectativas de lucro ou a rentabilidade esperada dos empresários, potenciais investidores, subirá. Se subir, vai estimular um investimento privado num segundo round.

Vejam que há um papel para a política monetária — baixando, e não subindo a taxa de juros — e há um papel para a política fiscal, investindo para gerar renda e emprego, e estimular o investimento no momento seguinte.

E os bancos públicos e os bancos privados? Os bancos privados, nós já vimos, têm um papel importantíssimo. Se eles emprestarem a taxa de juros baixas, eles estimularão o investimento, porém mais. O banco público faz o quê? Primeiro, garante a queda da taxa de juros que nós mencionamos; segundo, financia o investimento público. Ou então o investimento público não se dará para garantir o aumento de demanda, renda e emprego que vai garantir o desenvolvimento, mas mais do que isso.

E isto aqui que está esquecido? (Aponta eslaide.) Nesse processo de financiamento, o dinheiro que os bancos emprestam é de curto prazo. Para quê? Para as primeiras decisões de investir: contratar trabalhador, pegar as primeiras matérias-primas, insumos e mos-

trar serviço, até porque nenhum banco dá dinheiro a quem não mostrou algum serviço, para garantir que o dinheiro dele vai ter retorno. Porém, esses investimentos são de média e longa maturação. Quanto mais média e longa a maturação for, melhor, porque amplia a capacidade produtiva do sistema.

Esses empréstimos foram de curto prazo. O que eles precisam fazer agora? Eles precisam fazer o funding do investimento, ou seja, trocar, converter as dívidas de curto prazo que eles fizeram aqui por dívidas de prazo compatível com o prazo do investimento — 5 anos, 10 anos, 20 anos, o que for. Quem empresta esse dinheiro? Ou se tem um mercado financeiro muito desenvolvido, e esse mercado financeiro provê recursos suficientes para a compra de ações que façam esse financiamento, ou é preciso um banco como o BNDES para fazer esse funding. Então, não houve e não há, na América Latina, ninguém que se desenvolveu sem banco público fazendo financiamento de longo prazo.

Em particular, no caso brasileiro, nós não teríamos chegado aonde chegamos se nós não tivéssemos um BNDES sustentando o processo de industrialização e todo o crescimento que nós tivemos. Até hoje ele continua sendo necessário, e cada vez mais necessário, por quê? O que temos hoje? O chamado voo de galinha: cresce um bocadinho, cai um bocadinho, cresce mais um bocadinho. Nós estamos vivendo isso. Por quê? Porque, mesmo que se consiga financiar aqui, não se consegue rolar essa dívida, a não ser com um custo absolutamente exagerado que impede a continuidade do investimento e leva ao retrocesso. Então, se não houver bancos públicos sem objetivo de lucro, pode-se até receber algum ganho, mas não se pode ter isso como único objetivo. O objetivo é garantir que o processo de investimento e o processo de desenvolvimento fluam naturalmente, ou então nós não chegaremos lá.

Só uma última informação: a taxa de juros de longo prazo é uma composição da taxa de juros de curto prazo e do prêmio de liquidez, justamente. Como você vai prolongar o período que vai receber o dinheiro, você vai cobrar um prêmio de liquidez. Se a taxa de

juros de curto prazo for alta, como é a nossa, mesmo depois que baixou, quando colocamos um prêmio de liquidez, que deve estar alto, porque temos uma incerteza enorme, nós temos uma taxa de juros de longo prazo que não há rentabilidade de investimento que cubra. É por isso que ninguém investe.

O que é preciso fazer? Essa taxa tem que cair — tem — e é preciso que o Governo, quando investir, gere muita renda e gere muito emprego. Para quê? Para diminuir isso. Em uma economia que cresce, que tem emprego, em que as pessoas consomem, em que as pessoas estão trabalhando, em que o País está crescendo, o que acontece com a incerteza? Ela diminui naturalmente, e aí o prêmio de liquidez vai cair e a taxa de juros vai cair. Enquanto não houver isso, a única saída é banco público para fazer com que o processo de desenvolvimento amplie o mercado financeiro e possa dividir com ele esse papel no funding ou na consolidação do investimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradeço à Profa. Maria de Lourdes a exposição didática, precisa e afirmativa sobre o papel dos bancos públicos.

Passo agora imediatamente ao debate, convidando o Deputado Antonio Balhmann para fazer sua intervenção.

O SR. ANTONIO BALHMANN (PDT - CE) - Sr. Presidente, certamente, o tema desta audiência pública é um dos mais essenciais para o Brasil na atualidade. É o busílis da questão, como dizia um professor meu. A abordagem da Profa. Maria de Lourdes suscita para nós algumas dúvidas que são importantes para o esclarecimento da nossa visão sobre a problemática brasileira.

A minha primeira pergunta é a seguinte: por que só os bancos públicos têm ou devem ter esse papel preponderante?

Em segundo lugar, nós vemos, na maioria dos países desenvolvidos, que quem financia a produção é o banco privado. Por que no Brasil nós fomos pelo caminho da extrema concentração do sistema financeiro nas mãos de poucos, num país continental como o nosso, enquanto nos países desenvolvidos, cada re-

gião, cada Estado, cada província, muitas vezes, tem seu próprio banco a financiar o seu próprio sistema de produção? O sistema financeiro pinça aqueles empresários talentosos, inovadores, agressivos comercialmente, que fazem o financiamento, porque sabem que o retorno do seu capital está assegurado pelo resultado da produção.

No Brasil ocorre o inverso. Nós falamos em investimentos. Quando falamos em investimentos, nós nos referimos a investimento em infraestrutura ou em novas fábricas?

Houve, ao longo dos anos, uma queda terrível da indústria brasileira. A indústria de transformação tem uma participação cada vez menor no PIB brasileiro. O Brasil não é competitivo. Cada vez é mais inexpressiva a participação da indústria brasileira nos mercados de manufaturados do mundo. O Brasil participa com 0,6% desse mercado.

Que economia é essa em que os bancos se abarrotam de capitais e têm lucros completamente desproporcionais? Há dinâmica da sua economia, por um lado, e a indústria, pelo outro, está mergulhada na impossibilidade de financiamento, numa ambiência burocrática terrível, financiada por um capital extremamente caro, submetida a um regime fiscal, tributário esdrúxulo. Não há espelho no mundo! É algo completamente esquisito. Não dá nem para explicar. Há 92 tipos de impostos, taxas, contribuição pesando sobre quem produz no Brasil.

Mesmo nesse cenário, sempre é o setor financeiro que usufrui e se viabiliza de uma forma completamente injusta, considerando as participações mais equitativas que deveriam ter os diferentes atores responsáveis por uma economia mais moderna.

As perguntas são as seguintes: por que só os bancos públicos? Por que essas taxas de juros se justificam e se mantêm tão altas? O que explica uma taxa de juros de mais de 300% relativa à inadimplência no cartão de crédito? O que é isso? Onde há isso por aí fora, pelo amor de Deus? Isso é completamente distorcido.

Quando falamos em investimento, falamos cer-

tamente como um vetor essencial para a geração do emprego e a promoção da renda, mas temos que falar muito especialmente no sistema produtivo brasileiro. Essa é a parte que falta fazer o seu papel, e certamente não é por falta do talento do empreendedor brasileiro, que é um mágico. Quem empreende no Brasil é mágico. Quem consegue sobreviver?

Essas contradições e essas dificuldades, vejo, professora, como o maior empecilho para que o Brasil se torne um país de Primeiro Mundo. Quando vemos um jovem na periferia da cidade, que está lá e não aprendeu a fazer nada — “é nós” —, não aprendeu nem a falar, não sabe fazer nada, pensamos que o sistema produtivo não foi capaz de tirar aquele jovem que está pichando, emporcalhando o País, que está todo emporcalhado. Ninguém infere nada disso. No sistema produtivo competitivo, agressivo comercialmente, ele não fica lá pichando, não, porque o sistema produtivo vai lá buscá-lo, vai capacitá-lo, porque precisa dele para operar uma máquina ou fazer uma parte do processo de produção.

Era isso o que eu queria, afinal de contas, esclarecer.

O que justifica a permanência de uma taxa de juros tão alta no Brasil? Como é a sua visão sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Se a Profa. Maria de Lourdes Mollo concordar, eu gostaria de passar a palavra aos demais Parlamentares.

V.Sa. poderia responder em bloco? (Pausa.)

Concedo a palavra à Sra. Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, Deputado Daniel Almeida, gostaria de parabenizar V.Exa. pela oportunidade desta discussão.

Quando falamos em crédito, estamos falando em um crédito que em grande medida está concentrado nos bancos públicos, particularmente se for o crédito de risco, com retorno de risco, como, por exemplo, crédito rural, em que se tem variáveis que não se controlam, como as intempéries da natureza. O crédito de longo prazo, o crédito habitacional neste País está concentrado na Caixa. Vemos que 98% do crédito habitacional de baixa estão na Caixa. Há Estados no Bra-

sil onde se tem só crédito imobiliário na Caixa, não se tem mais em nenhuma outra instituição qualquer tipo de crédito. Neste País se tem um crédito reduzido, em relação à dimensão que deveria, uma dificuldade que a Caixa acaba de superar, sendo capitalizada pelos dividendos que aportou ao Governo, com o lucro gigantesco que teve, mas também uma dificuldade de alavancagem, que a Caixa tinha, o que impede, inclusive, a sua potencialidade creditícia, o exercício da potencialidade creditícia. Então, tem-se uma ausência de crédito, um crédito que não corresponde à potencialidade do Brasil.

Primeiro, penso eu, nós temos a acumulação do capital concentrada na financeirização da economia, a metade do orçamento brasileiro servindo ao rentismo no Brasil, porque metade do orçamento brasileiro vai para pagar os juros e o serviço da dívida, enquanto as despesas primárias estão congeladas, absolutamente congeladas. Portanto, a capacidade de investimento público do Estado foi esqueletizada neste Governo. E como não se tem um projeto de desenvolvimento nacional, não se precisa de crédito, porque o crédito pressupõe a existência de projetos de desenvolvimento. Não se precisa de crédito. E aí se faz o que foi feito com o BNDES: a mudança da taxa de juros. E ao mudar a taxa de juros, cria-se, ao meu ver, um spread negativo, porque se captaram recursos por determinada taxa, por volta de 13%, ou melhor, por volta de 7%, e vão-se devolver esses recursos com a taxa de juros por volta de 3%. Implode-se o banco.

Para além disso, há a obrigatoriedade de o BNDES antecipar o retorno de empréstimo da ordem de 100 bilhões de reais que foi feito. Antecipa-se. É uma pedalada. De certa forma, é uma pedalada. Faz-se um empréstimo, e têm-se que devolver esses recursos de forma antecipada. Isso aconteceu também com a PETROBRAS. Falam que a PETROBRAS está quebrada, mas ela antecipou a devolução de 20 bilhões de reais ao BNDES. Além disso, havia 20 bilhões de reais em caixa e também um crédito que ela tem em função de um passivo incontestável com a ELETROBRAS, por volta

de 16 bilhões de reais, isso em 2016, e uma capacidade de investimento que foi sendo corroída. Não se pode considerar como prejuízo um investimento, particularmente numa empresa como PETROBRAS, que tem a maior tecnologia de prospecção de petróleo em águas profundas, no pré-sal, de todo o mundo.

Portanto, nesse quadro, com este Governo, neste País que está sendo construído a partir de uma ruptura democrática, contra a vontade do povo brasileiro, não cabem os bancos públicos fortalecidos. E por isso o Sr. Meirelles anuncia que irá privatizar a Caixa. E por isso há uma diminuição de programas, como o Minha Casa, Minha Vida, que forneceu por volta de 5 milhões de habitações para pessoas de baixa renda, que são excluídas do crédito imobiliário, inclusive do crédito imobiliário com o funding do FGTS, que é barato — e o FGTS está sendo abocanhado aos pedaços também. Perde-se esse funding barato para uma produção de habitação a longo prazo e para pessoas de baixa renda, o que tem que ser sem o retorno e sem essa taxa de juros.

Então, nesse quadro, não há política monetária para reduzir a taxa de juros para o consumidor. Reduz-se a SELIC, mas não há recurso suficiente, aumentam-se os compulsórios, enfim, não há política monetária para reduzir uma taxa de juros que, para o consumidor, é, em média, de 330%, seja do cheque especial, seja do crédito rotativo ou do próprio cartão de crédito.

Nesse quadro, há a ausência de um projeto de desenvolvimento nacional e o Brasil subalternizado ao rentismo e à financeirização da economia, há a ausência de qualquer relação com o trabalho, porque rentismo não precisa de trabalho, não produz. Rentismo é um lucro que não produz nada. Se não produz, não precisa de infraestrutura, não precisa de crédito, tampouco de insumos, seja energia, seja o próprio petróleo. E se não produz, também não precisa de mercado interno. “Que o Brasil volte para as garras da fome”, como tem voltado, Deputado Daniel, porque não é preciso empoderar a renda, porque nada produz; portanto, eu não preciso de compradores. Este é o Brasil que nós estamos vivenciado.

E eu concluo apenas dizendo: não é uma livre concorrência. O que justifica o Governo ter tanta dificuldade de alavancar e capitalizar a Caixa, que produz o crédito imobiliário, dentre outros créditos mais baratos? E o que faz o Governo quando anistia o banco Itaú em 25 bilhões de reais e quando faz acordo de leniência do Banco Central com o próprio sistema financeiro, que é um sistema financeiro concentrado. Na Alemanha, há 7 mil bancos, 5 mil bancos. Aqui no Brasil, o sistema financeiro está concentrado. Dois bancos públicos são responsáveis por quase 40% do crédito, sem considerar o crédito rural, o crédito imobiliário, que são créditos divididos por setor.

Não há livre mercado porque não há igualdade de condições. O que justifica impedir a Caixa de disputar a licitação para gerir a loteria que foi privatizada? Foi arrancada dela a loteria instantânea, a LOTEX, privatizou-se a loteria instantânea. E a empresa que tem a maior expertise em loteria do Brasil é uma das maiores do mundo não pode disputar para poder gerir uma loteria instantânea no Brasil. Então não há livre mercado. Há uma política para asfixiar os bancos públicos, para prepará-los, em grande medida, para um processo de privatização.

Por isso, eles retiram planos da saúde dos trabalhadores, como o Banco do Brasil fez com o PREVI, a pre-



Deputada Erika Kokay reforça o papel dos bancos públicos ao lado do deputado Vitor Lippi.

vidência dos trabalhadores. O Banco do Brasil faz um concurso para contratar 30 bancários. É um banco com mais de 100 mil trabalhadores. Por que faz um concurso para contratar 30 trabalhadores? Apenas para estabelecer o novo patamar: os trabalhadores que entram não têm direito à Caixa de Assistência, a plano de saúde, nem à previdência complementar, isso para baratear o custo e facilitar o processo de privatização.

Portanto, encerro dizendo: este Governo constrói um Brasil onde não cabe o provo brasileiro. Este Governo constrói um Brasil onde não cabem o crédito, o fortalecimento dos bancos públicos e o desenvolvimento da produção. Neste Brasil de Temer não cabe este povo filho de Zumbi dos Palmares e Dandara.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputada Erika.

Tem a palavra o Deputado Helder Salomão.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES) - Presidente, eu queria agradecer a V.Exa.

Infelizmente, Profa. Maria de Lourdes, eu estou aqui lendo rapidamente a sua apresentação. Eu não pude estar aqui durante a sua fala.

Quero parabenizar o Presidente pela iniciativa desta audiência pública, porque discutir o papel estratégico dos bancos no desenvolvimento econômico é fundamental.

Há hoje uma inversão. A Deputada Erika Kokay fez uma bela explanação sobre isso agora, sobre como nós temos vivido, especialmente nos últimos anos, uma política fiscal que só tem uma preocupação: controlar a inflação. Isso é um grande equívoco, porque, se há a preocupação da política econômica de controlar a inflação, e nós sabemos que a inflação precisa ser controlada, o objetivo principal de ampliação do investimento para gerar oportunidades, emprego e renda não se verifica num ambiente em que nós percebemos que há incertezas muito grandes. E essas incertezas têm tirado o ânimo dos investidores, de quem produz, mas não dos especuladores. Os especuladores estão extremamente animados. Os especuladores estão vivendo um momento de muitos ganhos.

Agora, quem produz, quem efetivamente gera emprego, oportunidade e renda para a população está vivendo dias de muita dificuldade, porque as medidas do Governo e os resultados da política de preços da PETROBRAS mostram o equívoco desta visão de governo em que o mercado tem supremacia sobre os interesses da maioria da população.

Hoje de manhã, inclusive, Presidente Deputado Daniel Almeida, em um debate com estudantes de todo o Brasil que participam do Estágio-Visita, uma das perguntas foi: “Como vocês avaliam o intervencionismo do Estado?” Eu digo o seguinte, que o Estado tem que intervir para garantir o bem-estar social, porque o mercado não vai garantir o bem-estar social. Não há possibilidade de ter bem-estar social se a regra for simplesmente aquela ditada pelo mercado. Eu vejo assim: o papel dos bancos públicos é estratégico na medida em que ele também influencia o papel dos bancos privados. Se os bancos públicos cumprem um papel semelhante àquele que é cumprido pelos bancos privados, eles apenas reproduzem a lógica de um mercado que não está preocupado com o bem-estar de toda a população, que está preocupado com os lucros e com a manutenção mínima do bem-estar de uma parcela da nossa população.

Então, os bancos públicos precisam, cada vez mais, de forma estratégica, ter a missão de garantir os investimentos para gerar oportunidades para a população. Eu vejo essa onda privatizante do Governo sem medidas, sem controle e sem um projeto de nação, porque não vejo um projeto de nação fundamentando os projetos apresentados pelo Governo, e vejo com muita preocupação esse momento em que nós trabalhamos — quer dizer, nós não, o Governo trabalha — para destruir as empresas públicas, os bancos públicos, para facilitar a iniciativa e as investidas do capital privado. E isso não vai gerar efetivamente um bem-estar. Se olharmos o papel, especialmente, que a Caixa Econômica, que Banco do Brasil e que esses bancos cumprem no País, nós vamos ver que a privatização desses bancos seria uma tragédia para o nosso País, já

que essa lógica de mercado se preocupa apenas com ganhos, ganhos e ganhos, e o bem-estar da população fica sempre prejudicado e em prejuízo.

Se nós queremos construir um projeto de Nação, o Estado tem, sim, que intervir para garantir o bem-estar social e não deixar que o livre mercado tome conta disso. O resultado todos nós já conhecemos. O maior exemplo disso é o que aconteceu recentemente com o preço dos combustíveis em nosso País em razão de uma política desastrosa para a soberania nacional e para a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputado Helder.

Finalizados os debates, retorno a palavra à Profa. Maria de Lourdes, para que possa responder as indagações e fazer as suas considerações finais neste painel.

A SRA. MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO - Sobre o papel dos bancos públicos e o porquê dos bancos públicos, tenho a dizer que os bancos públicos têm o objetivo não apenas de lucros, mas também de serem uma ferramenta usada pelo Estado para intervir na economia.

Como eu mostrei na minha exposição, por vezes, o sistema privado coloca a taxa de juros elevada. Por que

coloca a taxa de juros elevada? O objetivo do sistema privado é o lucro, mas por que eles colocam a taxa de juros elevada se eles podem emprestar mais e, assim, na escala de empréstimos, eles poderiam ganhar? Porque há uma coisa chamada incerteza sobre quais são as expectativas de lucro e se eles vão conseguir o retorno dos empréstimos que eles vão fornecer. Eles têm o objetivo de lucro. Então, quando eles botam a taxa de juros no alto é porque eles estão preferindo liquidez, que é uma coisa mais fácil, e só emprestarão se pagarem uma taxa de juros mais elevada. Mas eles também botam a taxa de juros alta quando o sistema é concentrado, como é o nosso caso. Nós não temos um sistema concorrencial dentro do sistema bancário. É um caso típico de oligopólio, e esse caso típico de oligopólio requer um banco público que empreste a taxas mais baixas para, via concorrência, puxar a taxa do sistema bancário.

E por que os bancos são concentrados? Esta foi a sua pergunta. Eles são concentrados porque nós somos um país ainda em desenvolvimento e o sistema bancário precisa de dinheiro quando vai ser montado, em função do risco assumido de guardar os recursos e de ganhar esses recursos. E, é lógico, nós não conseguimos ainda uma política que leve à desconcentração. É



Deputado Helder Salomão saúda a professora Maria de Lourdes pelo excelente debate e conteúdo sobre os bancos.

preciso política econômica para ampliar essa desconcentração, e uma forma de reagir a essa concentração, de novo, é o banco público agir e concorrer com o banco privado.

Em que a gente tem que investir? A gente tem que investir em produção real, o senhor tem razão. A indústria brasileira está não só deixando de progredir e de fazer a gente ir para um patamar mais elevado, ela está retroagindo. O papel que a indústria brasileira cumpriu e a participação da indústria brasileira na nossa produção total, hoje, é inferior ao que foi no passado. Nós temos um problema sério. De onde vem isso? Da ideia de que o mercado resolve o que é melhor, de que o mercado sabe alocar recursos de maneira eficiente e de que não é preciso o setor público. Então, negou-se à indústria brasileira a proteção necessária, abriu-se o País de forma absolutamente descontrolada quando começou a abertura e a indústria brasileira não conseguiu chegar lá.

O que é preciso para resolver isso? É preciso política industrial, política econômica e industrial. Significa que é preciso planejar. Falaram aqui os Deputados de projeto nacional. É preciso calçar esse projeto nacional com políticas públicas de financiamento, com políticas públicas de estímulo, com escolhas dos setores que têm quer ser priorizados, senão a gente não decola. Para isso, é preciso Estado. O que a gente está fazendo é exatamente o inverso: estamos entregando para a iniciativa privada, como se ela fosse resolver sozinha os problemas. Não resolveu em nenhum país do mundo sem o braço do Estado. Nenhum país do mundo conseguiu levar o setor industrial onde está sem um papel importante do Estado, de várias maneiras, dependendo das circunstâncias específicas.

Sobre a financeirização, de que vários falaram, de fato temos no mundo todo uma situação muito ruim para o setor econômico real. As taxas de crescimento estão melhorando nos países da Europa e nos Estados Unidos, mas nem se comparam com as taxas de crescimento do passado, exatamente porque há um processo de supremacia da finança relativamente à produção

real, que pune o crescimento econômico e o emprego no mundo todo.

Nós estamos também nessa leva, com uma desvantagem com relação àqueles países: nós temos um estágio de desenvolvimento que requer, absolutamente, produção industrial crescendo — e nós nos esquecemos disso, desistimos disso —, e a finança precisa se dedicar a financiar a produção real. A indústria, em particular, sofre porque os investimentos industriais são mais pesados do que os investimentos no setor de serviços, por exemplo. Portanto, é aquele setor que precisa de financiamento, como comentamos aqui. E é aquele setor que precisa de financiamento em condições tais, em que a taxa de lucro supere a taxa de juro, que é o custo do investimento.

O papel do crédito, nesse sentido, como foi dito aqui, é fundamental. É ele que desencadeia o processo de desenvolvimento, é ele que garante o processo de investimento e a multiplicação de emprego e renda, sobre a qual nós falamos.

Por que a taxa de juros é muito alta no Brasil, além de haver a concentração bancária? Porque a política monetária brasileira sempre foi e tem sido uma política absolutamente ortodoxa, em que se considera que taxa de juros e política monetária visam apenas controlar quantidade de moeda para controlar inflação. Não tem compromisso a política monetária, segundo essa visão — que, de resto, é a visão que domina, a visão neoliberal —, pois acha que a política monetária deve cuidar somente de inflação, e não de resolver o problema do desemprego ou estimular o crescimento da economia.

Perguntou-se por que a política fiscal está ruim. Porque, de novo, há uma percepção de que o Estado tem que sair da economia, e essa percepção é a que coloca os tetos para a política fiscal, que reduz o papel fiscal que tem o Governo. Com isso, o Governo fica sem uma alavanca para o setor industrial, para o setor agrícola, para o setor de serviços, para o desenvolvimento econômico.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradeço à Profa. Maria de Lourdes, assim como agradeço a todos os demais a presença.

Realmente, de forma muito didática e contundente, a Profa. Maria de Lourdes faz essa abordagem da supremacia do sistema financeiro na nossa economia, dos efeitos que produz, da concentração bancária, que é um problema no mundo, mas que no Brasil se intensifica de forma extraordinária. E há o risco, inclusive, de prevalecerem ideias que reforçam a possibilidade de privatização daquilo que é substancial ainda: correm risco os bancos públicos em nosso País. Fala, ainda, sobre o papel insubstituível do Estado e dos bancos públicos para cumprir essa função. Não é um problema realmente do Brasil. Mundo afora se verifica esse papel do Estado de formular políticas e ter instrumentos adequados para que essas políticas possam ser imple-

mentadas e tenham consequência. Essas reflexões são muito importantes para a conjuntura e para o debate político em curso no País.

Eu quero agradecer, portanto, a presença da Profa. Maria de Lourdes e de todos os demais, nesta audiência pública.

Nadamas havendo a tratar, encerrarei os trabalhos. Antes, contudo, convoco as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados para a sessão deliberativa que se realizará em seguida, após o encerramento desta audiência pública.

Consulto V.Exas. sobre o aproveitamento do painel para a sessão deliberativa que haverá em seguida. (Pausa.)

Não havendo objeção quanto ao aproveitamento do painel, este fica mantido para a sessão deliberativa que realizaremos em seguida.

Está encerrada a audiência pública.

Apresentação dos expositores

O papel dos bancos no processo de desenvolvimento econômico

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

O processo de desenvolvimento e os bancos – A visão ortodoxa neoliberal

Poupança → Investimento → Crescimento

Poupança depende da preferência dos indivíduos pelo consumo presente ou futuro e forma a oferta de fundos de empréstimos.

Investimento depende da produtividade calculável do capital relativamente ao custo da taxa de juros e forma a demanda de empréstimos.

Apresentação dos expositores

Roteiro

- Divergências entre os economistas sobre o papel dos bancos e dos bancos públicos
- A visão neoliberal dominante dita ortodoxa vê os bancos públicos sem importância no desenvolvimento, e bancos privados como intermediários entre poupadores e investidores, com a lógica de mercado garantindo a eficiência da alocação de recursos.
- A visão heterodoxa contrária ao neoliberalismo econômico vê importante papel para os bancos privados e para os bancos públicos no desenvolvimento econômico.

O Papel da Taxa de Juros : visão ortodoxa neoliberal

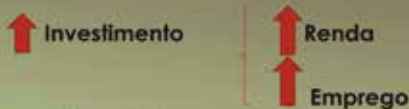
Estimular a poupança para aumentar a oferta de empréstimos para os investimentos.

Resultado: Taxa de juros alta não é ruim

E os investimentos. Com taxas de juros altas só os investimentos mais rentáveis são viabilizados, o que é bom.

Resultado: Viés de taxa de juros alta.

O Processo de Desenvolvimento e os bancos: a visão heterodoxa



Investimento depende de:

Rendimentos esperados > Custo do Investimento
OU

Expectativas de lucro > Taxa de Juros

Bancos são importantes ao oferecer empréstimos a juros baixos

O Processo de Desenvolvimento e os bancos: a visão heterodoxa



Apresentação dos expositores

O Papel da Taxa de Juros: a visão heterodoxa anti-liberal

Estimular o investimento – Viés de taxa de juros baixa

Se taxa de juros é baixa para maior número de investidores as expectativas de lucro serão maiores que a taxa de juros e a decisão de investir é tomada.

Determinantes do Investimento dependem da incerteza tal como percebida pelos agentes

Incerteza leva a preferência pela liquidez

Expectativas de lucro dependem da incerteza e grau de confiança de quem vai investir – Não é possível calcular. É fruto de conjecturas.

Taxa de juros depende da oferta e da demanda

Oferta de Moeda – Banco Central e bancos privados

Demanda de Moeda - Público

Problemas para garantir o Investimento

Há sempre incerteza porque o futuro é desconhecido e as decisões são descentralizadas.

Com incerteza cresce a preferência pela liquidez:

Dos bancos – oferta de moeda

Do público – demanda de moeda

Resultado: Cresce a taxa de juros e cai o investimento.

Para que serve o investimento público?

Investir sem objetivo de lucro, para criar emprego e renda

Investimento → multiplica renda e emprego

Multiplicação de renda e emprego melhora expectativas de lucro

↑ Expectativas de lucro > Taxa de Juros =

↑ Investimento Privado

Apresentação dos expositores

O Papel dos Bancos Públicos

- ▶ Reduzir a taxa de juros para forçar a redução dos juros privados pela concorrência
- ▶ Financiar o investimento estatal para estimular a economia
- ▶ Como?
- ▶ Investimento público não visa lucro. Não depende de expectativas de lucro.

O Papel do Estado

- Estimular o Investimento e, com ele:
- ▶ Estimular o emprego.
 - ▶ Estimular a renda.
 - ▶ Estimular o crescimento da produção e o aumento da capacidade produtiva.
- ▶ Com política monetária: Baixar a taxa de juros
 - ▶ Com política fiscal: Estimular investimento privado, por meio do investimento público que gera aumento dos empregos e da renda então aumenta a demanda.

A importância dos bancos privados e públicos para o crescimento

A política monetária não tem então como único papel controlar a inflação, como quer a ortodoxia, mas deve estimular o crescimento.

A política fiscal, via aumento do investimento e da demanda do Governo pode multiplicar a renda e o emprego e, com isso, estimular o investimento privado.

Os bancos públicos têm papel de destaque tanto reduzindo a taxa de juros quanto financiando o investimento público.

O BNDES

A decisão de investir é tomada com base na taxa de juros de curto prazo.

Mas cada investimento tem um prazo de maturação. Depois de iniciado o processo de investimento é preciso adaptar esse prazo ao prazo dos empréstimos.

Se não houver empréstimos de longo prazo com taxas adequadas, o chamado *funding* do investimento fica comprometido. A rolagem da dívida encarece o investimento inviabilizando-o.

Esse tem sido, é, e continua sendo o papel importantíssimo do BNDES.

$$\text{Tx de Juros}_{\text{longo prazo}} = \text{Tx. de Juros}_{\text{curto prazo}} + \text{Prêmio de Liquidez}$$

Política Externa e Inserção Internancional



Abrão Neto (MDIC), deputado Daniel de Almeida e David Kupfer (IE/UFRJ).

04 de julho de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Bom dia! Esta reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 156, de 2018, de minha iniciativa, e tem como objetivo debater o painel setorial Política Externa e Inserção Internacional.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo Youtube, no canal da Câmara dos Deputados.

Para darmos início às apresentações, convido para sentar-se à mesa o Sr. Abrão Neto, Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços — MDIC; e o Sr. David Kupfer, pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — IE/UFRJ.

Informo que o Sr. Marcelo Zero, assessor da Liderança do PT no Senado, também convidado para esta audiência, não pôde comparecer em virtude de incompatibilidade na agenda.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 20 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar o palestrante deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica.

Quero agradecer a todos. Neste período, há muita dificuldade de participação nas audiências, porque a agenda está sempre muito corrida e concorrida, com outras atribuições aqui na Casa, mas eu quero agradecer àqueles que já puderam chegar para acompanhar esta audiência e aos convidados pela presença.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. David Kupfer, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. DAVID KUPFER - Quero dar bom dia a todos e agradecer o convite para vir a esta audiência discutir um tema de tão grande relevância.

Como eu tenho um tempo muito curto, vou ajustar o meu cronômetro.

Preliminarmente, quero informar que a apresentação deste tema intitulado Política Externa e Inserção Internacional nesta audiência será limitada a uma reflexão sobre indústria e competitividade. Portanto, não abordarei os temas mais amplos de política externa, porque a política externa de uma nação não pode ser construída exclusivamente em virtude dos parâmetros e das balizas associadas ao mundo da produção. Há, evidentemente, outras questões diplomáticas e geopolíticas que precisam ser consideradas. Mas acredito que todos nesta audiência estejam pensando na indústria, no comércio exterior, nos serviços, na agricultura, no que chamamos o mundo da produção.

Eu gostaria de pedir a compreensão de todos porque não vou abordar especificamente a avaliação da

política externa brasileira no que diz respeito à inserção internacional da indústria, no sentido da sua institucionalidade, no sentido da sua prática recente ou mesmo no sentido de uma avaliação das lacunas existentes nessa política. Vou usar o tempo que tenho para tentar contribuir com esta audiência, trazendo à reflexão minha área de pesquisa, que diz respeito muito mais à estratégia da política comercial brasileira do que propriamente a uma avaliação prática dessa política. Acho que, antes de pensarmos a melhor política, nós temos que ter clareza. E essa clareza, evidentemente, deve ser perseguida amplamente por todos os setores da sociedade. Deve ser uma clareza que diga respeito a grandes objetivos e a grandes oportunidades que a política comercial pode trazer para a nossa indústria.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inicialmente, eu tenho algumas razões pelas quais a indústria sempre foi associada ao desenvolvimento econômico. Neste eslaide estou enumerando várias dessas razões. Mas o que eu gostaria mesmo é de me deter nesta última parte que está aqui marcada, em que tento trazer uma nova razão que se some aos argumentos macroeconômicos, estruturais, tecnológicos e ao próprio argumento regional. Fundamentalmente, uma nova razão que dota a indústria de grande capacidade de trazer, de empurrar o desenvolvimento econômico — temos uma novidade — é o encadeamento entre a



O economista David Kupfer, Pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ.

indústria e os serviços de valor agregados à economia. A indústria é uma importante geradora de serviços. Portanto, hoje, quando pensamos o complexo industrial, nós temos que verificar aqueles serviços que a atividade industrial justifica. São eles que, provavelmente, pagam os melhores salários, geram mais renda, geram mais valor adicionado e mais desenvolvimento.

Minha sugestão inicial, a reflexão que vou trazer é que não devemos cair na armadilha, bastante comum no debate mais amplo, que busca opor a indústria aos serviços ou separá-los. Na verdade, eles estão plenamente imbricados, andam em conjunto, na nova formação da atividade produtiva internacional. Esse encadeamento entre indústria e serviços está diretamente associado a duas ordens de mudanças que já estão em curso há 40 anos, há 30 anos, mas que revelam um potencial transformador neste momento, nesta quadratura em que vivemos. São mudanças tecnológicas e mudanças organizacionais que vêm determinando um crescente processo de servitização da indústria.

Quando falamos da indústria do século XXI, dizemos que ela é diferente da indústria do século XX, porque achamos que ela é mais automatizada, mais inteligente, mais digitalizada. Existe um monte de — permitam-me a expressão — parangolés associados à atividade industrial. O mais importante é que a indústria do século XXI é uma indústria servitizada. A atividade industrial hoje contém geradores de valor, de receitas para as empresas que estão mais nos serviços do que no chão de fábrica propriamente dito.

Essa servitização pode ser expressa quando pensamos em algo que hoje já é bastante conhecido, que é a chamada "Curva Sorriso", a qual vou introduzir para os senhores, em que há uma crescente geração de intangíveis que se associam às atividades de chão de fábrica, de produção propriamente dita. A fabricação e a montagem estão cada vez mais conectadas a esses intangíveis: a pesquisa e o desenvolvimento; a logística de suprimentos; a realização de projetos de produto, de projetos de manufatura, de projetos diversos; os serviços pós-venda, incluindo a assistência técnica

e tudo mais; o marketing; e a logística de distribuição de produtos. Esse conjunto de atividades são serviços, na verdade, e se juntam à fabricação, à montagem que é feita na fábrica, para gerar, portanto, um mapa com essa característica, que expressa a chamada “Curva Sorriso”. Faço ou imagino uma representação gráfica na qual, no eixo vertical, eu marco o valor adicionado ou a capacidade de gerar riqueza e, no eixo horizontal, posiciono essas atividades em relação à produção, à pré-produção e à pós-produção. A Curva Sorriso propõe que as atividades de pré-produção geram mais valor do que as atividades industriais *stricto sensu*, e as atividades de pós-produção geram mais valor do que as atividades industriais *stricto sensu*.

O chão de fábrica hoje, aquele espaço, aquele galpão onde é feita a montagem dos bens, onde é feita a transformação dos bens, gera menos valor do que os serviços intangíveis pré-produção e pós-produção associados a ele. Não é que eu deva escolher entre eles, porque, na verdade, só faço a pré-produção e a pós-produção se eu produzir. Preciso fazer o chão de fábrica, mas preciso que ele comande as atividades de pré e pós-produção. Do contrário, terei fábricas que empregam, mas pagam salários aviltados, geram produtos que têm preço de venda baixo, geram pouca margem, geram pouco lucro, pouco investimento e, portanto, não geram desenvolvimento.

A literatura sugere que, se eu colocar isso em perspectiva histórica e de forma estilizada, no passado, eu teria uma Curva Sorriso com esse desenho, e, hoje, ela estaria com um desenho dessa natureza. A proporção do valor que é gerado nas atividades de P&D, logística de distribuição, projeto, logística de suprimento, marketing, assistência técnica e assim sucessivamente é significativamente maior do que aquela gerada pela atividade industrial *stricto sensu*.

Do lado da mudança organizacional, nós todos conhecemos a extensão de processos de terceirização, outsourcing, offshoring e um monte de nomes com essa característica que surgiram ao longo das mudanças, das novas técnicas de organização e produção

que vêm transformando a indústria desde a década de 70 e, particularmente, na década de 80, a partir do novo desenho industrial imposto à indústria mundial com o surgimento do Japão e, posteriormente, dos demais países asiáticos.

No entanto, eu gosto de diferenciar esse processo em dois grandes grupos: de um lado, a terceirização, o outsourcing, que levou a esquemas de fragmentação de produção que deságuam em cadeias globais de valor, em que a produção é distribuída em diversas bases geográficas, em vários países do mundo, em geral organizadas por empresas que buscam otimizar essa cadeia para extrair a máxima rentabilidade; e, em outro tipo de formulação, o sistema que também é de fragmentação, do tipo especialização vertical, que dá margem não a cadeias globais de valor propriamente dito, mas a esquemas de integração produtiva, em que várias fábricas que estão espalhadas pelo mundo de certo modo cooperam para a realização daquela produção com um esquema de distribuição dos ganhos bastante diferente do que os sistemas de fragmentação propriamente ditos.

A diferenciação entre as cadeias globais de valor e a chamada especialização vertical é algo bastante importante no argumento que eu tentarei sugerir relacionado a essa estratégia da política industrial.

A proposta que deixo para a reflexão dos senhores é a seguinte.

No século XX, há modelos de integração basicamente comerciais. O objetivo é buscar economias de escala, aumentar o mercado para produzir em maior escala, aumentar a eficiência, reduzir custo e ganhar competitividade. Trata-se do acordo comercial, da criação de um bloco comercial como uma extensão da demanda para permitir que os ganhos de escala tragam competitividade. Nesse sentido, o bloco comercial é uma forma extremamente favorável para a divisão do trabalho dentro de uma empresa, de modo que ela se torne mais eficiente, mais competitiva e conquiste crescente market share, posições relevantes de mercado e assim sucessivamente.



No século XXI, os modelos de integração produtiva começam a se tornar importantes. Eles buscam a tal especialização vertical em cadeias produtivas entre firmas com objetivos bastante diferentes. É um modelo de apropriação dos ganhos da inovação. Do ponto de vista da economia política, há uma dimensão importante que está associada ao fato de que ele também é um modelo de distribuição dos ganhos. E eles requerem acordos mais amplos do que meramente os acordos de livre comércio, porque exigem que também se regule a realização do investimento, a propriedade industrial ou intelectual, a questão dos intangíveis associados à produção. Então, também há uma mudança do foco da política comercial. Isso vai deixando de olhar os fluxos de mercadoria e vai começando a se concentrar nos fluxos de capital e de tecnologia.

Talvez seja importante eu gastar um pequeno tempo para exemplificar o que é um modelo de integração produtiva. Trata-se de uma situação diferente da cadeia de valor fragmentada, porque aquelas empresas que participam da integração produtiva realizam, inteiramente, segmentos da atividade produtiva. Isso pode ser organizado por uma empresa. Vou dar um exemplo brasileiro. As montadoras de automóveis, em alguns períodos, transferem para as montadoras brasileiras, as suas filiais brasileiras, as responsabilidades de projeto do produto, de realização de pesquisa e desenvolvimento daquele produto. Temos exemplos de montadoras que criaram, no Brasil, carros que depois foram produzidos internacionalmente. Isso, obviamente, gera empregos para engenheiros, para designers e para o pessoal qualificado na pré-produção e na pós-produção, o que, por exemplo, um esquema de montagem em CKD ou em SKD não será capaz de proporcionar. Nesses esquemas de integração vertical, que se tornaram muito importantes, é que nós devemos mirar a nossa estratégia de política comercial e de inserção da indústria brasileira.

Enfim, em termos do que estamos discutindo aqui, eu preciso refletir sobre estratégia. Quando olhamos

do Brasil para fora, como é que nós capturamos valor? Isso é uma questão de competitividade e de integração produtiva. Quando olhamos para dentro, o que se faz no Brasil, precisamos ver como se gera valor no País. E isso é uma questão de diversificação, inovação e capacidade de produzir localmente.

Essa busca do modelo de integração produtiva implica na necessidade de preparar a competitividade para capturar valor daquilo que é produzido no esquema internacional de produção e, do ponto de vista do que é feito no Brasil, gerar valor propriamente dito.

Esse eslaide trata apenas de condicionantes geoeconômicos. É importante termos claros os esquemas de integração regional e produtiva asiática aqui descritos: uma população de 2,1 bilhões de habitantes; essencialmente oceânico, o que, do ponto de vista do custo de transporte e logística, é mais favorável; baseado em eletrônica e que responde por cerca de 30% do comércio internacional. Contrariamente, nós observamos na região da América do Sul: uma população de 380 milhões de pessoas; um eixo de integração continental — pior do que continental: com uma cordilheira no meio —; baseado em commodities, produtos que não são tão tradables quanto os eletrônicos, e que responde por 3% da exportação mundial.

Essa distância é mais ou menos a mesma, conforme percebeu o autor no qual estou me inspirando para mostrar essa interessante comparação. Esse eixo de integração — esse é o atual caminho para a Índia — é mais ou menos da mesma extensão de 8 mil quilômetros do nosso eixo sul-americano.

Citarei alguns dados — nós economistas sempre citamos números. Mas como não quero perder tempo, do pouco que temos, com dados, informo que a linha roxa corresponde ao market share da exportação brasileira de commodities agrícolas ou agroindustriais. Ela evolui de 3% para aproximadamente 7%. Depois, tudo mais fica relativamente constante: as commodities industriais, as indústrias de maior conteúdo tecnológico, a indústria tradicional. Há certa estagnação da competitividade da indústria brasileira, com uma

exceção notável, as agroindústrias ou indústrias associadas a commodities agrícolas.

A visão estrutural da indústria, em termos dos três grandes grupos que a formam, é a seguinte: a base corresponde a commodities; o miolo é a indústria tradicional; e o topo é a indústria mais sofisticada, de maior conteúdo tecnológico. Isso é apenas para descrever o peso relativo. Entre 2007 e 2015, praticamente nada mudou. Trata-se de um momento em que há certa rigidez estrutural da indústria.

Eu quero chamar a atenção para a evolução da balança comercial brasileira. Observa-se o saldo de 1996 até 2017, que é a diferença entre a exportação e a importação — as exportações e as importações são mostradas nas barras azul e vermelha. Nós usamos o saldo como medida de competitividade, algo muito imperfeito, mas é uma medida de competitividade. Verificamos que, se a indústria é deficitária, ela é menos competitiva; se é superavitária, ela é mais competitiva. Observamos um período de baixa competitividade; uma melhora; uma nova piora; um período muito ruim; e agora, novamente, superavitária.

O mais interessante para o nosso tema é olhar não o saldo, que é a diferença, mas, sim, a chamada corrente de comércio, a soma entre a exportação e a importação, que é uma medida do grau de abertura da economia.

Vemos aqui, pela linha verde, que a indústria brasileira passou por uma grande abertura entre 2003 e 2007. Depois veio a crise internacional, que continuou até 2010, e a partir daí temos uma certa estagnação, uma perda mesmo do peso relativo da corrente de comércio ao longo desses anos mais recentes.

Nós temos fatores de natureza conjuntural que interferem nesse gráfico. Vemos, por exemplo, uma queda importante das importações, que mostra que, no Brasil, as importações são extremamente cíclicas. Quando a economia está em expansão, as importações crescem; quando a economia retrai, elas decrescem. Uma boa parte dessa contração da corrente tem a ver, primeiro, com a perda de dinamismo e, posteriormente, com a recessão e a atual estagnação da economia.

Eu queria, no entanto, para aprofundar um pouco isso e tentar terminar, deixando a minha mensagem, olhar este mesmo dado de uma forma mais estrutural, porque, no meu modo de ver, o que está faltando no debate sobre a política comercial brasileira é a visão estrutural dessa inserção internacional da nossa indústria.

Estou apresentando aos senhores aqui o mesmo gráfico, porém, separando o que é exportação e importação, saldo e corrente da base, commodities agroindustriais e industriais, do miolo, a indústria tradicional, têxtil, vestuário, calçado, móveis, etc., e a indústria de bens de capital, bens eletrônicos, bens duráveis e alta tecnologia em geral ou de maior conteúdo tecnológico.

De 1996 a 2017, no mesmo gráfico, olhando as commodities, verificamos que ele é superavitário — nós somos competitivos em commodities. Houve uma grande abertura, medida aqui pela linha verde. Então, nós tivemos um aumento da corrente de comércio importante. Quando eu olho o miolo, a indústria tradicional, ela tornou-se deficitária, o que não era historicamente, mas ela é pouco aberta, pouco exposta ao comércio internacional. E a nossa indústria de maior conteúdo tecnológico historicamente não é competitiva e passou por um desabamento competitivo ao longo dos anos, que vem de 2004 até 2013. A partir daqui, uma parte é a queda que o efeito conjuntural da recessão trouxe.

O importante é verificarmos que estamos diante de três mundos industriais completamente diferentes. É essa a mensagem que eu queria trazer aos senhores. No agregado da indústria brasileira, ao olhar a indústria como um conjunto, nós enxergamos uma média pasteurizada, que não quer dizer nada.

O que realmente queremos mostrar é a percepção de que temos três famílias de produtos, com inserção internacional absolutamente diferentes. Se detalharmos aqui, separando as commodities em agrícolas e industriais, vemos que as agrícolas são um setor exportador puro. Olhem as importações agrícolas no Brasil! Indústria não é bens agrícolas, é a agroindústria. Se



olharmos as commodities industriais, como estamos na indústria de transformação e não temos minério de ferro, ficamos deficitários aqui. Então, essa competitividade não é tão forte, o conjunto que é competitivo, mas, sem minério de ferro, não temos saldo desde 2008. No entanto, é um setor que se abriu.

Se olharmos que os demais são os mesmos, verificamos essa diferença entre o grau de abertura e o comportamento importador líquido dos setores de maior conteúdo tecnológico. Essa visão estrutural é que deve estar na base da construção de uma estratégia de inserção internacional da indústria brasileira que vai levar ao desenho de uma política externa comercial consistente com essa visão.

Eu estou mostrando isso aqui apenas para, de algum modo, evidenciar minha tese. Esse é o dado do agregado, que eu mostrei inicialmente, o conjunto da indústria brasileira. Aqui estão os meus três grupos, a base, o miolo e o topo. Se olharmos esse desenho, vemos que ele se parece um pouco com este, porque esse grupo base anula o grupo topo. Então, quando olhamos a indústria agregada, achamos que estamos olhando um conjunto, mas, no fundo, é a soma de três setores que têm comportamento completamente diferente.

Enfim, eu entendo que nós enfrentamos o que chamo de um córner da especialização regressiva, agravado por uma série de transformações ocorridas no próprio cenário internacional, recentemente, que é o efeito China e a proposta que a China nos traz de exportação de matérias-primas cada vez mais brutas, naturais. Para escapar dessa especialização regressiva, nós precisamos quebrar, sair do padrão de concorrência em custos. A economia brasileira não permite a produção com baixo custo — nossos custos são altos —, em virtude do custo de infraestrutura, dos custos tributários, dos custos burocráticos e de um monte de problemas que nós resolveremos um dia, mas ninguém imagina que esse dia será muito próximo. Portanto, precisamos ter claro que nossos custos internacionais são altos e temos que escapar da concorrência em custo, buscando as oportunidades de agregação de valor

via inovação de produto e mudança organizacional.

Nós temos três oportunidades. A primeira é dada pelo novo paradigma digital, porque a indústria brasileira tem uma dianteira em relação a outras indústrias emergentes em termos da sua capacidade de resposta, de incorporação da digitalização e de todo um mundo que isso traz de novos produtos, novos serviços, nova pré-produção, pós-produção e assim sucessivamente.

Nós temos uma segunda avenida de desenvolvimento, que é dada pela energia e pela sustentabilidade, levando em conta que o Brasil tem energia fóssil e energia renovável por uma dotação espetacular e uma capacidade de liderança nesses setores. E temos ainda toda uma infraestrutura física e social a ser construída, que gera uma frente de investimento e de expansão e que precisa ser viabilizada e explorada, o que implicará em grande demanda de produtos e serviços industriais.

Portanto, a política comercial, no meu modo de ver, deve focar na integração produtiva. Nós devemos buscar exportações, mas não reexportação. Não interessa a atividade de maquila, porque ela não gera pré-produção nem pós-produção. Ela é apenas a transplantação de atividades de montagem, que não geram nem esforço de projeto, nem esforço de pesquisa e desenvolvimento, nem esforço de logística, e assim sucessivamente, tampouco geram assistência técnica, porque o produto vai ser exportado e consumido exteriormente.

A política comercial tem que ser parte da estratégia de política industrial, mas é necessário ter o que vender. Competitividade precede o acordo comercial. Existem sugestões, propostas, de que nós devemos abrir unilateralmente, como se isso fosse algum medicamento, alguma terapia que pudesse curar doenças da indústria brasileira. Na verdade, a abertura unilateral, se não tivermos o que vender, significará simplesmente mais retrocesso industrial e mais especialização regressiva.

Então, nós temos que ter consciência de que é necessário buscar os acordos, e esses acordos precisam fundamentalmente mirar não os esquemas de fragmentação, a inserção na fragmentação produtiva, mas, sim, a inserção na integração produtiva — e fa-

lamos não somente de mercado; falamos de acordo de investimento, acordo de propriedade intelectual e assim sucessivamente —, de modo que nos permita desenvolver a competitividade para capturarmos valor nessas cadeias internacionais, o que eu chamo de entrar pelo andar de cima dessas cadeias.

Isso envolve repactuações extremamente difíceis, extremamente lentas, mas que precisam ser perseguidas. Nós precisamos reformar o pacto federativo brasileiro, em termos da indústria ou da produção. Precisamos que o nosso sistema tributário se torne menos regressivo, mais descentralizado e mais pró-produção, porque, entre outras distorções, o sistema tributário é antiprodução, ele dificulta a produção. Precisamos redesenhar os marcos regulatórios visando retomar e expandir a capacidade de investimento, principalmente em infraestrutura, o que significa conseguir pular todas as restrições ligadas à construção de um pacto público-privado que funcione efetivamente. Precisamos assegurar o crescimento econômico, com aumento do bem-estar e preservação da demanda efetiva. Portanto, o nosso pacto social precisa estar operando para que tenhamos estabilidade, não só econômica, mas política, de modo que pensemos em longo prazo no Brasil. Precisamos de um novo pacto capital-trabalho, em que se modernizem as formas de contratação, sim, mas sem comprometer direitos, para que, de fato, capital e trabalho passem a cooperar mais nas transformações requeridas.

Por fim, naquilo que nos diz respeito diretamente, há o pacto internacional, que significa rever a estratégia para ampliar os horizontes de integração produtiva, sem desindustrializar o País. E deixo a pergunta para os senhores: estamos nessa rota?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradeço ao Prof. David Kupfer, que fez aqui uma abordagem bastante sintética, mas precisa.

Tem imediatamente a palavra o Sr. Abrão Neto, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços — MDIC, para fazer sua intervenção.

O SR. ABRÃO NETO - Muito obrigado.

Bom dia.

Em nome do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, eu gostaria de agradecer o convite, de iniciativa do Presidente da Comissão, o Deputado Daniel Almeida.

Eu tive a oportunidade de participar, há menos de 1 mês, de um debate aqui na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços — CDEICS sobre o tema específico da integração comercial. Então, quero deixar a avaliação por parte do Ministério de que o debate feito nesta Casa é fundamental para que nós possamos avançar numa posição mais ofensiva e mais benéfica do Brasil em relação ao comércio internacional. De plano, os meus comentários serão mais na parte de comércio exterior e inserção internacional; obviamente, na parte de política externa, que foge um pouco à atuação do Ministério, eu não entrarei.

(Segue-se exibição de imagens.)

Antes de mais nada, eu acho que, para começar essa discussão, é importante analisar o estado atual do comércio exterior brasileiro, e a balança comercial oferece dados importantes nesse sentido. De certa maneira, a balança comercial é o termômetro do comércio exterior.

O professor apresentou aqui uma análise mais longa dos dados da balança comercial. Eu vou propor uma visão mais específica dos últimos anos, a começar pelo ano passado, 2017, em que nós observamos um desempenho muito contundente de todos os fundamentos da balança comercial, exportações, importações e saldo.

É possível observar que, no ano passado, houve um crescimento de 18,5% das nossas exportações. Esse crescimento foi disseminado por todas as categorias de produtos. Por exemplo, produtos manufaturados cresceram 9,5%. É o primeiro crescimento das nossas exportações nos últimos 5 anos, desde 2013, e esse crescimento se deu tanto em razão do aumento dos preços dos nossos produtos exportados, como das quantidades embarcadas, que alcançaram um patamar recorde.



No lado das importações, houve um crescimento também, de 10,5%, e um crescimento com perfil muito saudável, porque é concentrado nas importações de insumos e bens intermediários usados pela indústria e pela agricultura. E o resultado destas duas forças, exportação e importação, nos levou a um superávit no ano passado de 67 bilhões de dólares, que foi o maior superávit da série histórica desde 1989 e obviamente contribuiu para a melhora do resultado das contas externas brasileiras.

Aqui também foi mostrado, numa análise mais longa, que tanto as exportações como a corrente de comércio ainda estão num patamar aquém do que já estiveram no passado. Nós tivemos o maior número de exportações em 2011, 256 bilhões, e no ano passado registramos 217 bilhões. Então, ainda há um caminho a ser percorrido para recuperar uma vitalidade que nós já tivemos alguns anos atrás.

Esse próximo gráfico apenas demonstra a comparação do crescimento das exportações brasileiras com os 30 maiores players no comércio internacional. Esses dados, que são da Organização Mundial do Comércio, mostram que o Brasil cresceu acima da média mundial, que foi de 10,6%, e está classificado com a sexta maior taxa de crescimento das exportações, à frente de países importantes, como Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, México, Índia e Coreia do Sul. Então, o resultado disso é que o Brasil ganhou uma ligeira participação no comércio internacional no ano passado.

Esse quadro de crescimento segue agora em 2018. Ontem, nós tivemos a publicação dos dados da balança comercial do primeiro semestre e conseguimos perceber que as exportações continuam crescendo, 5,7%, puxadas pelas exportações de manufaturados, por exemplo, máquinas e equipamentos, setor automotivo, siderúrgico. No ano passado, os calçados atuaram muito bem. Também as importações continuam crescendo, 17,2%. O destaque são as importações de bens de capital, que refletem uma atividade maior de investimento produtivo no País. O saldo neste primeiro semestre foi de 30 bilhões de dólares, o segundo

maior saldo para esse período. Mas o destaque, talvez num agregado, é que a corrente de comércio cresceu 10%, e isso é reflexo de uma economia se reativando.

A minha intenção, ao trazer esses dados, é mostrar que o comércio exterior tem recuperado o seu dinamismo. Nós temos agora seis trimestres consecutivos de aumento de exportações e importações. Com isso, o comércio exterior tem contribuído para a retomada da atividade industrial e da atividade econômica. Agora, obviamente, o Brasil ainda tem uma baixa participação no comércio internacional: nós gravitamos em torno de 1,5% durante muito tempo. Além disso, há uma baixa, uma relativa participação do comércio exterior na economia brasileira. No Brasil, o comércio exterior representa 25% do PIB, enquanto as economias do BRICS esse percentual é acima de 50%. Então, fica a questão: como fazer com que o comércio exterior possa seguir crescendo, mas de maneira sustentada e no longo prazo, ou, colocada de outra maneira, como fazer para que o comércio exterior participe mais da geração de riquezas no País e que o Brasil participe mais no mundo e ganhe representatividade no comércio internacional como um todo? O professor já encaminhou essa questão.

De maneira geral, é preciso tratar de questões que envolvam ganho de competitividade na produção brasileira e obviamente nas nossas exportações. A resposta para esse ganho de competitividade parte de elementos muito amplos e que envolvem o Custo Brasil — os custos de produção em geral, tributário, logístico e de infraestrutura —, mas há também uma parcela significativa a ser desempenhada pelo comércio exterior. Este é o ponto onde eu gostaria de concentrar a minha discussão: como o comércio exterior pode contribuir para uma inserção mais competitiva da nossa economia.

Há alguns elementos importantes nesse debate: a facilitação de comércio, os acordos comerciais, os acordos de investimentos, o apoio ao exportador brasileiro para superar um número crescente de barreiras às nossas exportações, barreiras criadas pelos nossos mer-

cados mais relevantes, a promoção da cultura exportadora, que significa trazer para o comércio exterior um número maior de micro, pequenas e médias empresas, e também o aprimoramento de alguns instrumentos relevantes como o drawback, que hoje representa 25% das nossas exportações e é um instrumento fundamental de agregação de valor às nossas exportações.

Obviamente, há outros instrumentos, mas a princípio eu vou me ater a esses.

O primeiro deles, sobre o qual eu gostaria de fazer uma consideração, é o que diz respeito à facilitação de comércio. Esse é um capítulo que muitas vezes fica fora do centro das atenções, mas que tem um potencial de trazer ganhos muito relevantes para o comércio exterior brasileiro. O que quero dizer com a facilitação de comércio é a desburocratização do comércio exterior brasileiro, a redução de burocracia, de prazos e custos para se exportar e importar no País.

A Organização Mundial do Comércio tem um estudo que mostra que essa ação em facilitação de comércio pode gerar 1 trilhão de dólares na economia mundial, um ganho que supera, por exemplo, a eliminação de todas as tarifas ainda existentes no comércio. Isso mostra, portanto, qual é a envergadura de que estamos falando ao discutir desburocratização do comércio exterior.

A iniciativa mais importante e de maior fôlego nessa agenda se chama Portal Único de Comércio Exterior, que é um redesenho de todos os nossos procedimentos de exportação e de importação, que tende a adicionar um custo para o nosso setor produtivo de quase 15%.

Essa é uma figura que confesso tenho uma dificuldade enorme de explicar e mostra qual é o cenário antes do Portal Único de Comércio Exterior.

O exportador e o importador estão no canto esquerdo da tela e eles se perdem nesse emaranhado de setas que representam sua necessidade de interagir com diferentes órgãos de Governo por meio de diferentes sistemas e com exigências muitas vezes repetidas.

Só para ilustrar, hoje o CNPJ é exigido até 18 vezes nos nossos procedimentos de exportação e importação. Aqui está uma redundância óbvia que gera

ineficiência. Felizmente, esse é um cenário que já está ficando para trás.

Essa é a fotografia do nosso quadro hoje com o Portal Único de Comércio Exterior, que permite um canal único de interação entre os operadores de comércio exterior e os órgãos de Governo — nós estamos falando de 22 órgãos de Governo, então a existência de um canal único de interação é fundamental. Ele permite uma atuação mais integrada entre esses órgãos de Governo, maior coordenação na atuação entre eles, e permite que as informações sejam apresentadas apenas uma vez, de maneira eletrônica, e depois compartilhadas por todos os intervenientes. E o que é mais importante: todo esse trabalho de redesenho leva à eliminação de exigência de documentos e de etapas no nosso processo de exportação e importação.

O resultado de todo esse esforço de desburocratização é a redução de até 40% nos nossos tempos médios para se exportar e importar, levando-nos a tempos na média das melhores práticas mundiais.

Qual é o efeito econômico disso? Existe um estudo da Fundação Getúlio Vargas que mostra que a implementação do Portal Único vai permitir um crescimento de 6% a 7% da nossa corrente de comércio, com a possibilidade de se criarem quase 25 bilhões de dólares na economia, decorrentes apenas de eliminação de burocracia.

Alguns manuais e estudos internacionais mostram que os ganhos já implementados decorrentes do Portal Único têm melhorado a nossa classificação relativa mundial em comércio internacional. O Doing Business do Banco Mundial, por exemplo, nos últimos 2 anos, mostrou um ganho de uma posição do Brasil, em 2017, e de dez posições em 2018. Agora, com a implementação completa desse quadro, a nossa leitura é de que ainda devemos ganhar mais posições.

Além da parte de facilitação de comércio, eu gostaria de mencionar os acordos comerciais.

Aqui vemos um mapa para mostrar algumas das iniciativas em curso.

Mas o que eu acho que importa trazer aqui de



mensagem sobre acordos comerciais é que essa é uma estratégia que permite a integração comercial do Brasil de forma planejada, negociada e inclusiva, com a participação do setor produtivo, para mostrar onde estão os seus setores ofensivos e as suas sensibilidades. É algo, sobretudo, que pode ser feito de maneira gradual, permitindo, assim, prazos para a adaptação do setor produtivo e a maturação de uma agenda de maior competitividade de forma concomitante a esse processo de integração comercial. E os acordos se mostram cada vez mais importantes no comércio internacional, representando hoje mais de 60% de todo o comércio.

Não há como se falar em integração comercial sem passar pela avenida dos acordos comerciais.

O Brasil já possui hoje uma rede de acordos importantes na América Latina. Nós teremos até o ano que vem livre comércio em bens com os nossos parceiros da América do Sul. O Brasil tem uma rede ainda muito limitada de acordos em relação aos nossos parceiros fora da região latino-americana — apenas com nove países, o que representa um percentual muito reduzido das exportações brasileiras. Além disso, acho que isso foi muito bem pontuado pelo Prof. Kupfer, os nossos acordos atuais concentram-se, sobretudo, em bens e em tarifas, e há aqui um mundo muito amplo, que vai além da discussão de bens e tarifas.

Hoje a estratégia de integração comercial do País passa por ampliação dos nossos parceiros comerciais, mas por ampliação também, diversificação dos temas que são tratados nesses acordos. Então, além de tarifas e bens, há uma discussão muito intensa de compromissos na parte de serviços, de investimentos, de compras governamentais, de regras técnicas, sanitárias e fitossanitárias de propriedade intelectual, ou seja, há um rol muito amplo de temas incluídos nas negociações desses acordos.

Na parte de ampliação de parceiros, eu mencionaria aqui algumas iniciativas relevantes em curso, como as negociações com a União Europeia, os países do EFTA, Canadá, Índia. Na região tem ocorrido uma

aproximação muito benéfica entre o MERCOSUL e os países da Aliança do Pacífico — Chile, Colômbia, Peru e México. Destacaria também uma revitalização do braço econômico comercial do MERCOSUL.

O MERCOSUL tem buscado oxigenar as suas regras internas na parte comercial e buscado uma negociação mais ativa com outros parceiros. Dois exemplos que mostram essa atualização do MERCOSUL são um acordo de investimento que nós concluímos no ano passado dentro do bloco e um acordo de compras governamentais que abre um mercado muito importante para as empresas brasileiras exportadoras de bens e serviços para a região, um mercado que representa quase 15% de toda a economia dos nossos sócios dentro do MERCOSUL.

Por fim, temos uma nota sobre acordos de investimentos, o que foi aqui mencionado.

Essa é uma mudança de posição que vem acontecendo no Brasil nos últimos 3 a 5 anos e que tem colocado o País também no mapa dos acordos de investimentos. O País durante muito tempo não firmou acordos de investimentos, e isso não impediu que o Brasil se tornasse um dos países receptores de investimentos estrangeiros.

No ano passado, por exemplo, o Brasil foi o quarto maior receptor de investimento estrangeiro — mais de 60 bilhões de dólares —, mas recentemente o Brasil começou a se atentar também para o processo de internacionalização das nossas empresas. Então, cada vez mais as nossas empresas passaram a investir no exterior, e isso acabou provocando ou renovando o interesse das nossas empresas por esses acordos de investimento. Aqui, nos últimos 3 anos, desde 2015, o Brasil vem assinando acordos e tem hoje acordos assinados com 15 países, inclusive com os países do MERCOSUL, os quatro países da Aliança do Pacífico e alguns países relevantes na África, que representam destinos importantes dos nossos investimentos como Moçambique e Angola. Esta Casa tem exercido um papel fundamental nessa discussão, porque avaliou e aprovou nos últimos anos 6 ou 7 desses 15 acordos já assinados.

Por fim, só para mostrar que há uma convergência muito grande entre os acordos que estão sendo negociados e os destinos de investimentos brasileiros no exterior, esse é um quadro da Fundação Dom Cabral que mostra os dez principais destinos de internacionalização das empresas brasileiras. Desses dez principais destinos, com sete deles o Brasil já firmou acordos de investimentos. Então, nós estamos aqui com uma visão mais ofensiva de apoio às nossas empresas para se inserirem mais do ponto de vista de investimentos e de produção em outros países. Isso acaba beneficiando integração produtiva e gerando mais comércio, mais oportunidade para as exportações brasileiras.

Então, de maneira geral, o recado que eu concluo aqui é que o comércio exterior tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira, para o aumento da atividade produtiva brasileira. Isso passa por uma série de ações que vem ganhando mais consistência nesses últimos anos e que tem o potencial de em conjunto com uma agenda interna de competitividade permitir oportunidades para as nossas empresas, para a nossa sociedade em geral e para a economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradeço o Sr. Abrão Neto pela exposição.

Esses painéis que estamos realizando aqui na Comissão buscam exatamente essa reflexão que devemos todos nós fazer sobre o desenvolvimento do nosso País, o papel da indústria. Fizemos um debate aqui sobre o papel dos bancos públicos, sobre as novas tecnologias, sobre a Rota 2030, outro debate que nós queremos também fazer, sempre com essa visão de que no momento — é sempre oportuno tratar desse tema — de crise que se vem mantendo no nosso País e à véspera de um ano eleitoral com tantas incertezas e perplexidade de amplos setores e de pouco debate sobre saídas, que nós pudéssemos fazer reflexões, apontar caminhos, contribuir para que este debate político se aproprie de elementos mais programáticos sobre os destinos do Brasil.

Eu fiquei muito satisfeito com as exposições feitas

pelo Prof. David e pelo Sr. Abrão. Eu queria indagar aos dois sobre este momento global, porque a sensação que eu tenho é a de que os chamados grandes blocos econômicos estão perdendo consistência, estão perdendo fôlego. A União Europeia tem o problema da Inglaterra. Há um debate em outros países a respeito da conveniência da consolidação deste bloco. Quanto ao MERCOSUL, há a sensação de que ele tem certa estagnação, não se dedica ao debate com a sociedade a respeito do seu papel ou da sua ampliação. Ao contrário: a crise com a Venezuela, a sensação e a percepção que se tem, pelos anúncios feitos, é que ele está paralisado. Não há uma evolução em relação a isso. O NAFTA também passa por uma crise: está praticamente se desfazendo. Os encontros que têm acontecido, bilateralmente, entre os Estados Unidos e o México e entre os Estados Unidos e o Canadá, são quase explosivos — são políticas de retaliação que os Estados Unidos têm adotado.

Um dia desses, eu ouvi a seguinte formulação: “Quem diria, os Estados Unidos com uma política protecionista, e a China com uma política liberal, defendendo mais mercado”.

Então, há uma instabilidade muito forte. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil tem uma perda de protagonismo, algo que acho bastante questionado por aí.

Eu levanto uma indagação. Quanto ao BRICS, não se falou mais na integração que este bloco poderia ter. Criou-se um banco, e que avanços nestas relações se experimentam? Que visão os senhores têm sobre o papel desses blocos e, como, em perspectiva, o Brasil pode se inserir aí ou se beneficiar?

O Abrão falou sobre acordos bilaterais com vários países, mas eu vi, pela relação que o senhor apresentou, parece-me, não consta a União Europeia, os Estados Unidos nem a China. Tudo bem, os acordos são muito importantes, mas como o Brasil se insere se não se incluem os grandes competidores ou os grandes mercados da nossa economia global? São indagações que eu gostaria de fazer.

Há outra indagação que eu gostaria de deixar aqui,



dialogando com a informação que o Abrão Neto deixou sobre a inserção das nossas empresas na economia internacional ou global.

Fica a sensação de que nós tínhamos empresas que tinham um grau de competitividade nesta economia, e parece que isso refluíu. Nós estávamos disputando o mercado global de proteínas, e a principal empresa nesta área está sofrendo bastante. Nós temos uma preocupação com este mercado, porque esta indústria tinha uma pauta de valor agregado, com produtos industrializados. Na indústria pesada, a Odebrecht estava presente em 70 países, e parece-me que ela perdeu muito. Na área da energia e do petróleo, esta é a situação também da PETROBRAS, decorrente do ambiente político.

Portanto, que qualidade esta inserção da nossa indústria tem? Nós temos mesmo esse padrão de competitividade? Ouço notícias de que o setor químico, em que uma empresa nacional tem porte para competir de forma global — porque este setor tem uma competitividade bastante centralizada em poucas empresas —, estaria sendo aberto à desnacionalização. Dessa forma, nós não estamos passando por um processo de desnacionalização? Que impacto isso pode produzir? Eu fiz muitas indagações, e talvez não lhes seja possível abordar cada uma delas com o formato adequado, já que o tempo é curto.

Eu passo a palavra ao Prof. David Kupfer, para fazer algumas considerações sobre estas questões, se for possível, e para emitir suas considerações finais.

O SR. DAVID KUPFER - De fato, há um conjunto de acomodações — eu vou usar este termo — no desenho do processo de globalização. Eu entendo que há duas dinâmicas que se entrecruzam e geram movimentos historicamente pendulares. Estas dinâmicas têm a ver com a dinâmica nacional, com os países, como elas se relacionam, como elas buscam seus objetivos e como atuam internamente. Ao mesmo tempo, há outra dinâmica, a dinâmica das empresas que não são mais necessariamente nacionais, tampouco multinacionais. Muito provavelmente, hoje elas são empresas transnacionais,

que em muitos casos pensam globalmente — as grandes empresas, evidentemente —, a despeito do chamado interesse nacional. Trata-se de um processo conflitivo, que, de fato, gera idas, vindas e reacomodações.

Eu entendo que a visão que se teve no passado de que o mundo caminharia para uma opção regionalista está em questão agora. O movimento recente está muito mais vivo, muito mais vital, no que diz respeito a relações mais bilaterais, ou mesmo plurilaterais, mas muito distante do multilateralismo ou mesmo do regionalismo, que se entendeu que seria o caminho das relações internacionais. Eu acho que este movimento é pendular e que não devemos considerar que houve uma guinada irreversível.

Na verdade, tentando responder à sua indagação, entendo que o que está em questão é uma acomodação. No plano da dinâmica das empresas, o caminho é mais fácil de ver e leva a uma reorientação das relações internacionais. Aquilo que era a chave da eficiência e da geração de rentabilidade empresarial há 20 ou 30 anos está diferente agora, em vista de uma onda de transformações tecnológicas que tem sugerido que muito provavelmente parte da atividade industrial poderá ser reinternalizada nos países líderes.

Então, não se trata de algo totalmente claro. Estamos falando de cenários que envolvem o futuro, mas há uma percepção de que, no grande padrão de competição que hoje organiza os países mais avançados e as empresas líderes, baseado na inovação, a proximidade da produção seja relevante para alimentar o processo de inovação. Portanto, o modelo americano do “invente aqui e produza lá”, que foi sintetizado no fim da década passada, aparentemente mostrou seus limites. Ele não é o caminho, e isso funciona assim mesmo.

Eu vou dar um exemplo histórico recente sobre tendências pesadas no longo prazo. É recente, porque aconteceu há 30 e tantos anos, quando eu era um garoto que estava começando a vida profissional como pesquisador. A General Motors, grande empresa automobilística mundial, estava comandando um processo irreversível de mundialização da produção, com o

chamado carro mundial. Aquilo refluíu, e ninguém mais pensou em carro mundial. Dez anos depois, o modelo de carro mundial é algo fracassado, superado pelo consórcio modular etc. O carro mundial jamais foi algo consistente, embora midiaticamente, por uma série de razões, ele tenha parecido irreversível. Assim, estamos diante de algo dessa natureza.

Não há por que imaginar que uma síntese do modelo americano do “invente aqui e produza na China” tenha provocado transformações, inclusive geopolíticas. Quando a China aprendeu a produzir, a partir dessa estratégia americana ela passou a inventar lá também. Neste sentido, agora aconteceu esta grande transformação na linha americana de ação. Embora haja uma vocalização de que os Estados Unidos queiram voltar a produzir aço em seu território, provavelmente não seja bem isso que está movendo a política externa americana, porque isso seria completamente desprovido de sentido. Os Estados Unidos estão em busca da retomada da hegemonia naquilo que realmente interessa no mundo contemporâneo, que é a capacidade de inovar e de liderar a fronteira. Este não é o caso brasileiro. Infelizmente, nós estamos muito distantes da fronteira e não estamos participando internacionalmente deste jogo, embora seja importante, numa visão estrutural, entender que temos uma indústria ainda diversificada e ainda com muita musculatura que está se ressentindo dos efeitos de uma série de processos internos brasileiros.

Estes processos políticos afetaram algumas empresas que andaram fazendo atividades não produtivas e condenáveis, literalmente — tanto que elas estão sendo condenadas —, que lhes trouxeram um custo: o enfraquecimento destas empresas. Além disso, há uma incapacidade do País, voluntária ou não, de apoiar o movimento de expansão externa das empresas brasileiras. Isso trouxe um custo muito grande: a perda de capacidade deste segmento de andar na fronteira internacional e prosseguir.

Nós estamos vendo este hiato aumentar. Havia 10 anos, existia uma expectativa extremamente positiva

em relação à cadeia inteira da cana-de-açúcar, inclusive com o etanol: o etanol combustível, o etanol química, a bioeconomia associada à biomassa do etanol. Isso tudo retrocedeu, de forma até surpreendente. Ninguém poderia imaginar que, de 2008 para 2018, ocorresse uma crise aberta no setor sucroalcooleiro em face de uma série de políticas equivocadas, uma série de ausências e equívocos.

Eu não queria me alongar, mas acho que é necessário fazer um aprofundamento. Teoricamente, este momento de eleições favorece o aprofundamento destas visões e a busca de coesão. No momento, a maior lacuna e a maior fragilidade brasileira estão na falta de ideias, na falta de coesão. Não é o fato de que há grupos pensando propostas e soluções diferentes — isso, a rigor, não é ruim. Pode ser até bom ter a capacidade de formulação. O problema é que não há coesão. Quando, por qualquer razão, uma linha de ação se torna majoritária, ela não é apoiada pelos demais: ela é destruída pelos demais. Assim, voltamos à estaca zero e não conseguimos escapar do “curto-prazismo” que vem caracterizando a ação — não vou nem dizer a posição — dos protagonistas da economia brasileira, da nossa indústria, do nosso setor produtivo. Assim, temos que buscar superar esta questão.

É fundamental voltar, como eu disse, a buscar a integração produtiva, na qual o MERCOSUL sempre foi um espaço de pouquíssimo avanço, excetuando-se o setor automobilístico. Na verdade, uma das razões que levou à criação do MERCOSUL foi o interesse de empresas montadoras de automóveis de articular uma integração produtiva entre o Brasil e a Argentina. Lembrem que a Autolatina antecedeu ao MERCOSUL. Mas o MERCOSUL, de fato, nunca funcionou como espaço de integração produtiva. Ele sempre funcionou muito mais como espaço de disputa entre o Brasil e a Argentina.

Este não é um caminho que deva, no meu modo de ver, ser reforçado após tantos anos de pouco sucesso. Mas a integração latino-americana, a depender, evidentemente, do México, ou, pelo menos, sul-americana pode trazer para o Brasil um impulso do pon-



to de vista da retomada da atividade industrial. Para isso, temos que olhar para nossos vizinhos, mas não como mercado a ser conquistado, como, infelizmente, a maior parte do nosso empresariado enxerga, e, sim, como um espaço de integração produtiva.

Nós temos que transferir algumas atividades e construir uma cadeia de especialização vertical com nossos vizinhos, sim. Não se trata de vender roupa pronta para o Equador. Trata-se, talvez, de permitir que as atividades de acabamento sejam feitas lá. Enfim, falo em dividir a produção, para que se construa uma economia política que favoreça um ganho de competitividade a partir da divisão de trabalho mais pactuada entre os países.

Eu acho que o caminho é uma política externa, no que diz respeito à produção, que seja firmemente focada no desenvolvimento de espaços de atuação co-operada na produção entre os diversos países, em vez de buscar apenas ganhar mercado para ter mais escala e mais espaço para vender. Deve-se buscar, de fato, o aumento da eficiência produtiva. Deve-se buscar uma integração produtiva, visando a conquistar o mercado da União Europeia, da China e dos Estados Unidos; inclusive o mercado, no caso brasileiro, que já tivemos e perdemos ao longo deste período em que a competitividade da nossa indústria de fato retrocedeu.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Prof. David.

Passo a palavra ao Sr. Abrão Neto.

O SR. ABRÃO NETO - Obrigado, Deputado.

Eu acho que, nas suas reflexões, ficou muito nítida uma avaliação, ou uma indicação, deste momento desafiador do contexto internacional. Na parte específica do comércio, acho que há um paradoxo evidente: por um lado, o comércio mundial voltou a crescer e, depois de alguns anos, tem desempenhado o papel de motor do crescimento mundial. As taxas do ano passado e as taxas de previsão de crescimento do comércio para este ano estão acima da taxa de crescimento da economia como um todo — isso é algo que não se via havia algum tempo.

O paradoxo, no entanto, está em que, por outro lado, do ponto de vista político, em algumas economias, principalmente nas economias desenvolvidas, vê-se um questionamento sobre os pilares do comércio como ele vem sendo desenvolvido desde o pós-guerra, nos últimos 60 ou 70 anos.

Estes questionamentos, que muitas vezes miram o comércio, nem sempre têm bases relacionadas com o comércio em si. Então, o que nós víamos nos últimos anos, o processo do Brexit, na União Europeia, ou a própria discussão subjacente às eleições nos Estados Unidos em 2016, tratavam muito de questões comerciais, mas muitas vezes o que estava por detrás da discussão era um processo que esses países, essas economias e o mundo como um todo têm sofrido com a evolução tecnológica. Há uma utilização cada vez mais intensa de tecnologia em substituição ao trabalho. Isso tem causado, em alguns países, a contestação dos benefícios que o comércio e a integração comercial trazem. Isso nos coloca hoje num momento de dificuldade no cenário internacional, pois há um acirramento das relações comerciais entre algumas potências e um prenúncio, como muitos falam, de guerra comercial.

Eu acho que, nesse cenário mais conturbado, a existência, o privilégio e o prestígio às regras internacionais ganham mais importância ainda, sobretudo para o Brasil, que se beneficiou de um sistema multilateral baseado em regras e, tradicionalmente, tem sido um defensor dessas regras que permitem maior previsibilidade e segurança jurídica no comércio internacional. A oposição a isso é o cenário da lei do mais forte, no qual o Brasil tende a se ver prejudicado. Diante disso, o Brasil tem buscado fazer esses movimentos de maior integração comercial e de favorecimento à negociação de acordos que, no final do dia, criam regras e previsibilidade para os fluxos comerciais.

Do ponto de vista econômico de fortalecimento do MERCOSUL, que significa tanto a criação de novas regras econômicas e comerciais dentro do bloco como a atuação conjunta para a negociação desses acordos, eu acho que esse é o caminho que talvez permita uma

posição mais vantajosa do Brasil em relação aos seus parceiros comerciais. Isso passa pelo fortalecimento de blocos — acho que foi essa a sua provocação.

Eu queria fazer um comentário sobre esses processos negociadores. A União Europeia é hoje o processo em que o Brasil, junto com os sócios do MERCOSUL, tem o estágio mais avançado de negociações. Na semana que vem, haverá mais uma rodada negociadora com eles. Há uma janela de oportunidade de que eventualmente se consiga concluir essa negociação. A mesma coisa ocorre com o BRICS. Está havendo hoje um encontro de Ministros da Indústria e Comércio na África do Sul, para discutir uma convergência maior, dentro do limite possível, entre os cinco países que fazem parte do BRICS. Há muita atuação e muitas ações em movimento, no sentido de uma maior integração do Brasil ao mundo quanto ao privilégio e à criação de regras internacionais.

Para finalizar, eu queria só reforçar o papel que o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços vê para esta Casa em relação ao tema do comércio internacional. A Casa tem feito debates na área de comércio internacional e de inserção internacional. O debate envolve a sociedade como um todo, o setor produtivo e os órgãos de Governo que participam da elaboração e da implementação dessas estratégias. Além do debate e da reflexão, esta Casa tem um papel na apreciação de todos os acordos internacionais — de investimentos a acordos amplos. Nós vimos, nos últimos anos, a Câmara dos Deputados e o Senado muito atuantes nos temas de comércio internacional. Isso é, obviamente, um ganho muito grande, pois eleva a

qualidade do debate e define uma melhor estratégia para o País.

Então, nesse contexto, eu sempre coloco o Ministério à disposição para participar dessas discussões. Nós certamente ganhamos muito ao manter esse tema na ordem do dia e no radar da atuação legislativa brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Antes de encerrar, eu quero agradecer as exposições feitas pelo Abrão Neto e pelo Prof. David Kupfer, que foram muito densas do ponto de vista da proposição e das abordagens que nos trouxeram. Esperamos que este debate se intensifique e seja algo mais perceptível e melhor acompanhado pela sociedade, porque é um assunto de grande interesse nacional. Esse é o nosso esforço.

Eu quero agradecer a presença de cada um dos senhores e de todos os que acompanharam este debate, que foi transmitido também pela Internet. Hoje todos estamos conectados. Sempre há um bom acompanhamento das pessoas que se interessam por esses temas.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, convocando os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas para sessão deliberativa ordinária a ser realizada em seguida, neste mesmo plenário.

Consulto os membros da Comissão sobre a preservação do painel para a sessão deliberativa. (Pausa.)

Não havendo objeção, está mantido o painel para a sessão deliberativa.

Está encerrada a audiência pública.

Obrigado.




Apresentação dos expositores




Audiência Pública CDEICS/Câmara dos Deputados
Tema: "Política Externa e Inserção Internacional"

David Kupfer
 GIC-IE/UFRJ
 4 de julho de 2018



Mudança Tecnológica

Mais Intangíveis
 aumento relativo do valor das atividades intangíveis intensivas em conhecimento incorporadas nos bens finais



Audição Pública CDEICS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-IE/UFRJ - 4 de julho de 2018

Competitividade Industrial e Desenvolvimento

Indústria => Desenvolvimento

- O argumento macro: elasticidade renda da manufatura é maior e proporciona *export-led growth*
- O argumento estrutural: efeitos de encadeamento para frente e para trás nas cadeias produtivas manufatureiras são mais fortes
- O argumento micro: economias de escala e escopo são mais presentes na manufatura
- O argumento tecnológico: ritmo de inovação é maior na indústria de transformação
- O argumento regional: dispersão territorial da indústria é maior

Novas razões

- encadeamento entre indústria e serviços de alta qualificação via inovação e diferenciação de produtos:

Mudanças tecnológicas



"servitização" da indústria

Mudanças organizacionais

Audiência Pública CDEICS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-IE/UFRJ - 4 de julho de 2018

2

Mudança tecnológica

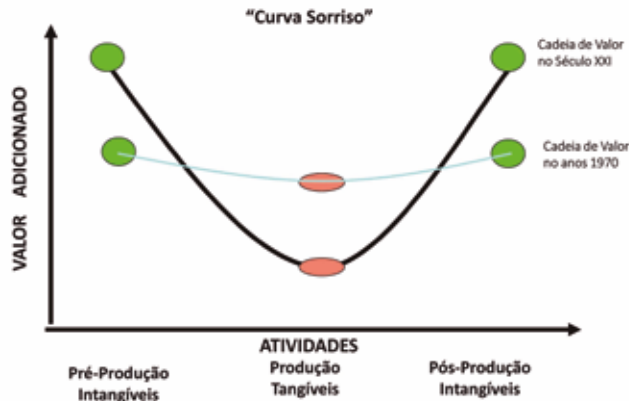


Audiência Pública CDEICS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-IE/UFRJ - 4 de julho de 2018

4

Apresentação dos expositores

Evolução da geração de valor nas cadeias produtivas



Fonte: Baldwin (2012)

Audiência Pública CDECS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-IE/UFRJ - 4 de julho de 2018

5

Modelos de Integração

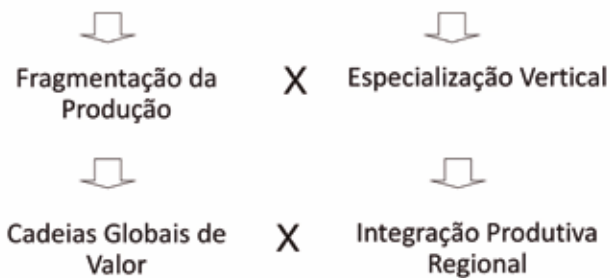
- Século XX - modelos de integração comercial – buscam economias de escala como fonte de eficiência
 - Blocos comerciais são formas particularmente favoráveis para a divisão de trabalho intra-firma
- Século XXI - modelos de integração produtiva - buscam especialização vertical em cadeias inter-firma
 - Dimensão microeconômica – cadeias globais de valor como modelo de apropriação dos ganhos de inovação
 - Dimensão de economia política - especialização vertical é também um modelo de distribuição dos ganhos de eficiência porque organiza e garante a inserção de empresas locais
 - requerem acordos mais amplos que incluam também investimento e propriedade intelectual

Audiência Pública CDECS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-IE/UFRJ - 4 de julho de 2018

7

Mudança organizacional

Terceirização / Outsourcing / Offshoring



Audiência Pública CDECS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-IE/UFRJ - 4 de julho de 2018

6

Implicações para o Desenvolvimento

- Para fora – inserção da indústria brasileira no comércio mundial
 - Valor capturado pelo país (impacto direto e indireto: criação de empregos, nível da renda, difusão de tecnologia e conhecimento, outros)
 - ⇒ Competitividade e Integração Produtiva
- Para dentro – mudança estrutural = especialização X diversificação da economia
 - Valor gerado pelo país (impacto direto e indireto: criação de empregos, nível da renda, difusão de tecnologia e conhecimento, outros)
 - ⇒ Inovação e Conteúdo Local = da indústria para o serviço



Audiência Pública CDECS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-IE/UFRJ - 4 de julho de 2018

8

Apresentação dos expositores



Condicionantes Goeconômicos

Fragmentação Produtiva / Especialização Vertical =>

Blocos Comerciais / Integração Regional



Audiência Pública CDE/CS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-4/UFRJ - 4 de julho de 2018

9



Estrutura Produtiva B-M-T da Indústria de Transformação 2007 e 2015

Base: Commodities Industriais e Agroindustriais (metalurgia, cimento, petroquímica, café, abate, óleos vegetais, etc.)

Miolo: Indústria Tradicional (alimentos e bebidas, têxtil, vestuário e calçados, plásticos, produtos de metal, móveis, etc.)

Topo: Maior conteúdo tecnológico (Mecânica, Eletro-eletrônica, Duráveis de Consumo, Química Fina, etc.)

Indústria de Transformação (exclusive Refino de Petróleo)

	N (=S)		PO		VBP		VTI		VTI/PO	VTI/VBP
	no.	%	no.	%	R\$	%	R\$	%		
Base	18.520	92,3%	1.863.630	24,8%	802.082.517	37,0%	292.888.087	34,0%	157,25	36,5%
Miolo	130.852	73,1%	4.005.160	53,2%	766.085.784	34,5%	328.687.275	38,2%	82,13	44,1%
Topo	29.749	16,6%	1.658.537	22,0%	617.476.858	28,5%	239.274.298	27,8%	144,27	38,8%
Total	179.121	100,0%	7.524.327	100,0%	2.305.645.159	100,0%	860.850.560	100,0%		

	N (=S)		PO		VBP		VTI		VTI/PO	VTI/VBP
	no.	%	no.	%	R\$	%	R\$	%		
Base	18.678	52,2%	1.717.400	25,0%	440.396.840	35,8%	159.670.133	33,3%	92,97	36,3%
Miolo	112.062	73,4%	3.613.824	52,5%	390.091.177	31,7%	166.774.156	34,6%	46,15	42,8%
Topo	21.996	14,4%	1.555.888	22,5%	399.824.807	32,5%	156.005.677	32,3%	100,53	39,0%
Total	152.736	100,0%	6.883.113	100,0%	1.230.312.524	100,0%	482.449.966	100,0%		

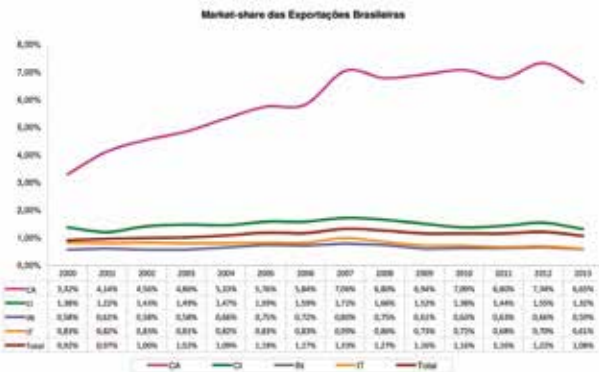
Fonte: Elaboração GIC-4/UFRJ com base no PIB/IBGE

Audiência Pública CDE/CS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-4/UFRJ - 4 de julho de 2018

11



Evolução da Participação das Exportações do Brasil no Comércio Mundial - Indústria de Transformação Segundo Classificação GIC - 2000 a 2013



Fonte - GIC-4/UFRJ com base em MDIC/SECX e COMTRADE

Audiência Pública CDE/CS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-4/UFRJ - 4 de julho de 2018

10



Balança Comercial B-M-T: 1996-2017

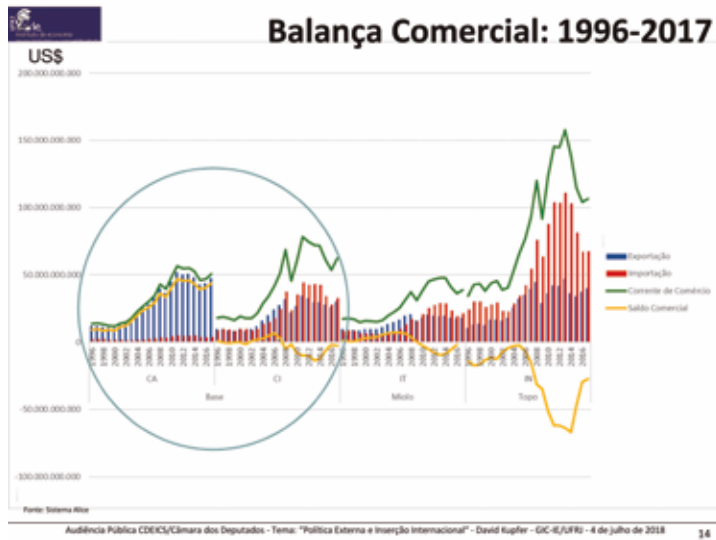


Fonte: Sistema Atlas

Audiência Pública CDE/CS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-4/UFRJ - 4 de julho de 2018

13

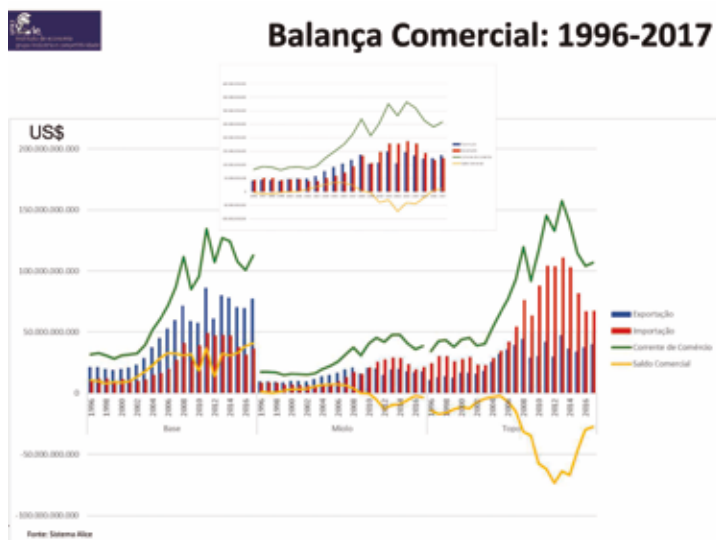
Apresentação dos expositores



Considerações Finais

- Córner da "especialização regressiva"
 - Sair do córner implica escapar do padrão de concorrência em custos e abrir oportunidades de agregação de valor via inovação de produto e mudança organizacional
- Avenidas para a indústria do futuro no Brasil
 - Primeira avenida: o novo paradigma digital
 - Segunda avenida: energia e sustentabilidade
 - Terceira avenida: infraestrutura física e social
- Política Comercial deve focar na integração produtiva
 - Objetivo deve ser Exportação, não Re-exportação (maquila)
 - Política Comercial tem que ser parte da estratégia de Política Industrial
 - É necessário "ter o que vender": competitividade (potencial) precede o acordo

Audiência Pública CDEICS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-E/UFRR - 4 de julho de 2018 16



Considerações Finais: As Repactuações Necessárias

- Pacto Federativo:
 - reformar sistema tributário para torná-lo menos regressivo, mais descentralizado e mais pró-produção
- Pacto Público-Privado:
 - redesenhar marcos regulatórios visando retomar e expandir a capacidade de investimento
- Pacto Social:
 - assegurar crescimento econômico com aumento do bem-estar e preservação da demanda efetiva
- Pacto Capital-Trabalho:
 - modernizar as formas de contratação sem comprometer direitos
- Pacto Internacional:
 - rever estratégia para ampliar os horizontes de integração produtiva sem desindustrializar o país

A pergunta é: estamos nessa rota???

Audiência Pública CDEICS/Câmara dos Deputados - Tema: "Política Externa e Inserção Internacional" - David Kupfer - GIC-E/UFRR - 4 de julho de 2018 17

Apresentação dos expositores



Portal Único - Resultados Esperados

- ▶ 40% de redução dos tempos médios
 - Exportações: 13 dias → 8 dias (Média dos países da OCDE)
 - Importações: 17 dias → 10 dias
- ▶ Impactos Econômicos (FGV):
 - 2) Crescimento do PIB: + 1,52% (US\$ 23,8 bi) no 1º ano
 - Até + 2,52% anuais em 14 anos (US\$ 74,9 bi)
 - 1) Aumento anual do comércio: + 6 a 7% a cada ano.

Doing Business 2017 destacou o Portal Único como responsável pelo ganho de posição do Brasil em comércio.

"Comércio entre fronteiras" Brasil 11

Fonte: FERRAZ, Lucas. "O Impacto da Facilitação de Comércio sobre a Economia Brasileira e a Indústria de Transformação". Centro de Comércio Global e Investimento de FGV, 2014.

ACFI: Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos

Ranking	País/Bloco	N.º de empresas	Acordo de Investimento
1º	U.E.	113	
2º	EUA	40	
3º	Argentina	31	✓
4º	Chile	25	✓
5º	Colômbia	23	✓
6º	China	22	
7º	México	21	✓
8º	Peru	20	✓
9º	Uruguai	19	✓
10º	Paraguai	15	✓
			7 de 10

Fonte: FDC (2016). Ranking das Multinacionais Externas

Apresentação dos expositores



Desenvolvimento produtivo e mercado de trabalho



Deputado Daniel Almeida defende a valorização da indústria nacional e do trabalho.

11 de julho de 2018

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Bom dia.

Esta reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 156, de 2018, de minha iniciativa, e tem como objetivo debater sobre o desenvolvimento produtivo e o mercado de trabalho.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo Youtube, no canal da Câmara dos Deputados.

Para darmos início às apresentações, convido para sentar-se à mesa o Sr. Max Leno de Almeida, Supervisor do Escritório Regional do Distrito Federal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE, e o Sr. Paulo Vinicius Santos da Silva, Secretário de Relações do Trabalho da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil — CTB.

Informo que o Sr. Ricardo Carneiro, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, também convidado para esta audiência pública, não pôde comparecer, em virtude de incompatibilidade da agenda.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 20 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar o palestrante deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto em exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelos mesmos prazos.

Quero agradecer a presença aos convidados Max Leno de Almeida e Paulo Vinicius Santos da Silva e saudar todos os que estão acompanhando esta sessão de audiência pública, que faz parte de um conjunto de painéis para tratar de temas relacionados ao desenvolvimento. Este é o quarto e último painel que estamos realizando neste semestre. O objetivo é dar continuidade após o recesso.

Esta Comissão de Desenvolvimento Econômico pretende dar uma contribuição para a reflexão sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento e, num ambiente político-eleitoral, fazer com que essas reflexões sirvam para a análise da sociedade a respeito das intervenções aqui feitas.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Vinicius Santos da Silva, para que faça a sua exposição, no tempo de até 20 minutos.

O SR. PAULO VINICIUS SANTOS DA SILVA - Bom dia.

Primeiramente, eu queria agradecer a iniciativa ao Deputado Daniel Almeida, um baiano de origem operária que certamente está preocupado com a difícil situação de milhões de brasileiros que estão desempregados e têm dificuldade de prover de pão a mesa de suas famílias. S.Exa. convida a Câmara dos Deputados a fazer uma análise, em debate com a sociedade, sobre um conjunto de fatores de natureza política que, em nossa perspectiva, nos trouxeram até esta situação de desalento e desemprego de boa par-

te da população brasileira e de profunda insegurança face ao futuro. Então, eu considero que o Deputado demonstra, mais uma vez, um grande compromisso com o povo e com a classe trabalhadora, na medida em que faculto o debate nesta Casa, que infelizmente contribuiu, a partir de uma maioria conservadora, para a situação atual que nós vivemos.

Nós não podemos discutir a situação do mercado de trabalho e do desenvolvimento brasileiro, neste momento, sem fazer um retrospecto histórico. O nosso País enfrenta desafios enormes ainda relacionados à sua afirmação como nação, ao seu projeto nacional. Houve um primeiro avanço civilizatório com a Abolição da Escravatura, em 1888 — acabo de ver aqui a companheira Santa Alves, militante do movimento negro, da UNEGRO. A Abolição da Escravatura foi uma grande vitória do povo. Entretanto, foi feita sob o controle da elite escravocrata, que, para diminuir os efeitos, continuou tratando o povo como escravo.

Isso só vai ser minimamente corrigido a partir de um segundo avanço civilizacional, que está circunscrito à aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho e ao conjunto de medidas que propiciaram a industrialização brasileira, sob o Governo Vargas, tanto na primeira fase, num Governo autoritário, quanto na segunda fase, num Governo eleito pelo povo. Exatamente por uma opção a favor do povo, o Governo Vargas foi derrubado, através de uma grande manobra que levou Vargas ao suicídio. Aquele suicídio acabou adiando o golpe militar que se daria contra Vargas, numa tentativa de destruição do seu projeto, por mais 10 anos.

Nós tivemos esses dois grandes saltos civilizacionais, representados pela Abolição da Escravatura e pelo processo de industrialização brasileira e do reconhecimento do proletariado brasileiro, da classe trabalhadora brasileira. No entanto, no Brasil, persiste uma visão que é contra a maioria do povo e estrutura o País como uma sociedade que tem cidadãos de primeira e de segunda classes. Essa, na verdade, é a percepção que nós temos hoje. Existe um Brasil com cidadãos de primeira e de segunda ordem, reprodu-

zindo, portanto, uma lógica subalterna de Brasil. Isso se evidenciou depois de um período também marcado por várias alterações.

Em busca dessa questão do projeto nacional de desenvolvimento, eu queria destacar particularmente o ciclo recente iniciado com a chegada do ex-Presidente Lula à Presidência da República, que terminou em 2016, através de um golpe de Estado. O Presidente Lula — talvez por isso esteja preso — defendia um projeto de pacificação e de desenvolvimento em que cabiam desde banqueiros, trabalhadores, representantes do agronegócio até a população mais miserável do País. Pode-se dizer que era uma utopia, mas o fato é que o Presidente Lula não perseguiu adversários e não trabalhou para a divisão do nosso País.

Esse projeto também incluía um setor produtivo nacional pujante, representado por uma indústria de petróleo e gás que se dinamizava através da perspectiva do pré-sal; integrava também grandes empreiteiras, que faziam inclusive concorrência contra os Estados Unidos e outros países do mundo; envolvia também um setor da indústria de processamento de carnes; envolvia inclusive o setor do agronegócio; mas, sobretudo, garantia uma grande vantagem, uma grande margem de manobra para o setor financeiro brasileiro, que, ao longo desse período da história, vem se afirmando como setor nitidamente parasitário na economia brasileira.

Nós pagamos aos bancos o nosso sofrimento diário, ou seja, boa parte da angústia dos pais de família que nos escutam, das mães de família que nos escutam, dos 67% de brasileiros endividados com o cartão de crédito, dos endividados através dos financiamentos imobiliários, das pessoas que estão perdendo as suas casas e estão sendo colocadas nas ruas. Esse setor não consegue identificar quem é o seu inimigo, quem está lhe tirando o sangue, a vida. E eu queria dizer que seu inimigo é exatamente esse setor rentista parasitário da sociedade brasileira, um setor que foi preservado no seu poder durante esse acordo, que era um acordo de paz nacional.

Outro setor também preservado nesse acordo foi a imprensa monopolizada ligada ao poder político oligárquico brasileiro. Refiro-me àqueles que receberam as concessões de rádio e televisão através dos Governos de Sarney, cujo Ministro era Antônio Carlos Magalhães, ou do Governo Fernando Henrique Cardoso, que configuraram uma realidade do sistema de radiodifusão brasileiro e das televisões absolutamente oligarquizada, em mãos de quatro ou cinco famílias, que são os donos da verdade no Brasil até hoje. Esses setores não foram atacados. A própria composição política daquele período também não atacou esses setores oligárquicos que, hoje, inclusive se expressam mais claramente no seu caráter antipovo no Congresso.

Com o avançar da crise iniciada em 2008, esses três setores parasitários da sociedade brasileira — a imprensa golpista, o setor financeiro e essa oligarquia política que detém a maioria do Senado e da Câmara — aliaram-se a setores da alta burocracia estatal brasileira, principalmente no Judiciário, no aparato policial judiciário, compondo uma coalizão que, infelizmente, não só destruiu a possibilidade de uma paz social, mas efetivamente colocou brasileiro contra brasileiro, através do golpe de Estado de 2016, que depôs a Presidenta eleita e rasgou o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, que foi violentada. Neste artigo, está dito que todo o poder emana do povo. No entanto, não foi respeitado o direito do voto do brasileiro em 2014. Houve uma manobra parlamentar espúria que atribuiu falsamente um suposto crime, jamais provado, à Presidenta Dilma Rousseff, para justificar a sua deposição.

Quando essa coalizão rasgou o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, ela não o fez à toa, mas, sim, porque buscava implementar um projeto político que jamais passaria pelo voto popular. Jamais o povo brasileiro concordaria com as medidas que este Governo ilegítimo de um usurpador, que é o Governo Temer, tem aplicado no nosso País. Portanto, isso se fez contra um modelo que pode sofrer críticas por suas fragilidades e erros, mas efetivamente proporcio-

nou anos de felicidade, prosperidade e direitos para o povo brasileiro. Isso porque, ao lado de não terem, digamos assim, destruído esses setores — ou combatido esses setores parasitários como deveriam —, os Governos Lula e Dilma não esqueceram a população mais pobre. Foi o tempo em que acabou a fome no Nordeste; foi o tempo em que houve a cisterna de placas; foi o tempo em que o salário mínimo aumentou, graças a um acordo feito, inclusive, com a mediação das centrais sindicais, que permitia ser o aumento salarial anual concedido a partir de duas variáveis: o valor da inflação do ano precedente e o valor do PIB dos 2 anos anteriores, para assegurar o aumento da renda dos trabalhadores durante um tempo. Então, foi um período em que houve o aumento do número de carteiras assinadas e o aumento dos direitos; em que a população mais fragilizada foi protegida da fome. Ao mesmo tempo, houve um crescimento do mercado de trabalho, que nos trouxe uma situação de praticamente pleno emprego. No ano de 2010, Lula conseguiu fazer com que o Brasil crescesse 7%, se não me engano, e foi o maior crescimento dos últimos anos.

Portanto, houve uma revolta das elites contra o povo, para que o povo pagasse pela crise. Foi a ruptura de um pacto nacional, que se pode criticar, mas que ofereceu, no lugar daquele pacto, um poder discricionário sem o voto popular de setores que não estão interessados no desenvolvimento nacional.

Então, as vicissitudes que o povo brasileiro vive hoje não se devem a um problema do acaso; devem-se a uma nova pirâmide social brasileira, que joga o povo para uma situação de exclusão e eleva a um poder central os eleitores de primeira classe. Isso porque há dois tipos de eleitores brasileiros: o eleitor que me ouviu agora pela TV Câmara e o que está aqui — nós como eleitores —, e existe o mercado, que é um eleitor privilegiado. E o mercado não é o de quem produz e trabalha. O mercado é exatamente o setor parasitário rentista, que vive do suor do povo brasileiro e da especulação em cima dos juros da dívida pública. É o poder discricionário do partido da imprensa golpista,



que é o dono da verdade do Brasil e quer nos convencer que o País está bem. Ele foge para a Tailândia, foge para a Rússia, foge para qualquer lugar para não falar do desespero que o povo tem passado, graças a sua agenda, que é nefasta ao povo brasileiro.

E fez também com que esse setor oligárquico e empresarial malsão, que nada produz, lograsse a destruição da proteção ao trabalho, a destruição daquela carta, daquele diploma de independência que Getúlio deu aos trabalhadores brasileiros. E por eles, para que não fosse destruído esse diploma, deu um tiro no peito. Getúlio deu um tiro no peito para proteger a Nação brasileira e o direito dos trabalhadores. E este Congresso, com a sua maioria conservadora e com o voto contrário de Daniel Almeida e de poucos Deputados legítimos, e que merecem ser reconduzidos à casa do Povo, retirou esse diploma. Ele disse o seguinte: a situação do mercado de trabalho melhoraria se se permitisse que as mulheres pudessem trabalhar grávidas, em ambiente de periculosidade média e baixa; melhoraria o ambiente de trabalho se as mulheres lactantes pudessem trabalhar em ambientes de periculosidade média, alta e baixa; seria melhor para o trabalhador se ele não tivesse direitos, se ele pudesse ter maior dificuldade para acionar a Justiça, quando o patrão descumpra o seu dever junto ao trabalhador; seria melhor para o trabalhador a perda de todas as garantias, inclusive, a perda das suas entidades representativas; seria melhor o trabalhador perder 90% do financiamento das suas entidades sindicais, recurso que financia a sua luta, a defesa de seus direitos, os escritórios jurídicos que defendem os trabalhadores, as rescisões que são revistas pelos sindicatos, quando o patrão está enrolando o empregado. Se você tirasse toda essa proteção dos trabalhadores, isso melhoraria o emprego para o brasileiro.

Pois é, eles falam coisas realmente absurdas e increditáveis, e encontram quem as defendam. É algo increditável, é uma história da carochinha, é uma cara de pau imensa, na verdade.

E o resultado está aí, após 7 meses: tanto nos

debates organizados pela Fundação Getúlio Vargas, quanto na perspectiva do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, os dados serão apresentados aqui e apontam para o básico, no sentido de que, se economia brasileira não produz, se ela não aposta em quem vai consumir, como ela vai crescer? Para quem o empresário vai vender?

É preciso dizer que o golpe de 2016, que opôs brasileiro contra brasileiro, destruiu um setor nascente de empresários, que entraram nessa onda, que vestiram verde e amarelo, e depois viram suas empresas, uma após a outra, quebrar, tendo que demitir os trabalhadores. É preciso dizer que eles foram enganados, porque esse setor golpista promoveu uma verdadeira liquidação da economia brasileira.

Não se trata de defender, em hipótese nenhuma, a corrupção. Mas eu queria citar o exemplo da Alemanha nazista. A Alemanha nazista contava com um conjunto de empresas, e adotou uma postura que não foi só corrupta, mas desumana, porque utilizou trabalho escravo de judeus, utilizou-se das benesses do nazismo para poder angariar lucro. São empresas que existem até hoje, que eu não vou citar por medo de processo, mas que todos podem conhecer, basta uma breve pesquisa. Qual foi o tratamento dado a essas empresas pelo Estado alemão depois da Segunda Guerra Mundial? Elas foram



Max Melo, Supervisor do Escritório Regional do Distrito Federal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE.



Paulo Vinicius, Secretário de Relações do Trabalho da Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Brasil - CTB.

destruídas? Eles disseram: “Não, nós alemães somos um povo que assa gente e vamos, por isso, destruir nossas empresas, porque não merecemos ter empresas”. Eles disseram isso? Não, foram punidos os criminosos e preservadas as empresas.

No Brasil, a discussão sobre a defesa do combate à corrupção foi corrompida a tal ponto que aqui se destroem as empresas e os ladrões vão para casa. Foi feito isso, ninguém teve preocupação. E o sistema jurídico brasileiro é o mesmo que o Tribunal de Contas, primeiro, manda parar obra e depois vai verificar o que aconteceu efetivamente de errado. Portanto, fala-se de insegurança quando ao investimento produtivo, mas, lamentavelmente, essa insegurança veio sobretudo do arcabouço jurídico, que permitiu a manipulação política da luta contra a corrupção. E isso foi feito de modo antinacional, porque ninguém pode dizer que a destruição de toda a indústria de construção pesada do Brasil fez um bem aos trabalhadores e ao povo; assim como a destruição do setor de petróleo e gás do Brasil e, agora, o processo de venda, de tentativa absurda de retirar o pré-sal dos brasileiros — o pré-sal, que ajudaria a educação e a saúde, está sendo liquidado, assim como a reserva da produção nacional na exploração do pré-sal. Em que isso serviu ao Brasil? Em que serviu ao Brasil a destruição do Programa Nuclear Brasileiro? Em que serviu ao Brasil a prisão do Almirante Othon?

Em que serviu ao Brasil esse clima de polícia, com 150 mil fases de uma novela policial? Efetivamente, essa é uma novela política de destruição da economia brasileira. Ela está na razão de centenas de milhares de desempregados no Brasil.

Esse setor acabou, na verdade, cumprindo um papel contra a Nação brasileira, um papel que está sendo exercido pelo Governo golpista. Como se não bastasse retirar direitos dos trabalhadores; como se não bastasse destruir setores industriais fundamentais do Brasil; como se não bastasse tirar o direito do voto popular de definir o futuro do Brasil; como se não bastasse prender o candidato que tem mais votos nas pesquisas por uma farsa judicial, para impedir o povo de votar, eles agora querem destruir a Caixa Econômica, a PETROBRAS, o Banco do Brasil, o BNDES, as empresas públicas, que são outro pilar fundamental do projeto nacional de desenvolvimento.

Também é preciso dizer que, na etapa precedente, pela primeira vez o povo pôde entrar numa agência bancária e ser atendido como gente. Foi a primeira vez! Eu me lembro do depoimento de um trabalhador rural da Bahia que circulou pelo WhatsApp, em que ele começava a falar das razões pelas quais era contra o golpe e, num momento, chorava. E qual foi o momento em que ele chorou? Quando ele disse que o pai e a mãe dele, trabalhadores rurais semianalfabetos, foram recebidos e tratados como gente dentro do Banco do Brasil. Na hora em que ele fala isso, desaba a chorar, porque foi isso o que aconteceu com o sistema financeiro sob os Governos Lula e Dilma. Ele se abriu à população e permitiu que ela tivesse acesso ao crédito, permitiu ao pequeno empresário ter acesso a recursos financiados pelo BNDES para tocar sua loja, sua pequena metalúrgica, sua propriedade rural. O PRONAF ampliou-se enormemente, entregou mais de 100 bilhões de reais em financiamento rural para o campo brasileiro. Ao lado do Plano Safra, havia também o financiamento da agricultura — e veio aqui um companheiro da CONTAG —, propiciando, portanto, assegurar condições para a soberania alimentar brasileira. Essa é uma

das razões, inclusive, da diminuição da fome no País.

O sistema financeiro brasileiro, estruturado de maneira tão injusta sobre o castelo de cartas da dívida pública, que tão alto cobra do nosso povo, abriu uma janelinha para o setor produtivo através do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do BASA, do BNB, dos bancos de fomento, para poder alavancar a economia brasileira, para tentar diminuir essa relação.

Então, existe, de fato, um problema de vingança, porque o que acontece hoje é a tentativa de destruir exatamente esses pilares, que são fundamentais para o desenvolvimento nacional. Se nós não tivermos, além das indústrias que eu citei, a Caixa Econômica, o BNDES, o BASA, os bancos públicos... Hoje há uma luta nacional de todas as estatais. Não apenas o Banco do Brasil, mas também os Correios, a PETROBRAS, o sistema ELETROBRAS estão sendo negociados por um pessoal que não tem nem voto nem moral para mexer no patrimônio do povo. E estão fazendo isso para entregá-lo a potências estrangeiras e ao setor parasitário e rentista, que abandona as suas responsabilidades sociais e quer apenas lucro em torno do povo brasileiro. Nós acreditamos que a situação que vivemos presentemente não tem muita novidade, porque ela estava desenhada lá no começo.

Mas nós precisamos perceber que é preciso uma saída para o Brasil. Nós não podemos acreditar, e minha fala vai tomando esse tom, que vamos ter uma recuperação econômica, uma recuperação do emprego, uma recuperação do mercado de trabalho sem um pacto que represente um projeto nacional de desenvolvimento — um projeto nacional, porque ele não reúne apenas os trabalhadores. Eu represento aqui uma central sindical. Nós acabamos de lançar a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora. Represento a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; falo, portanto, por trabalhadores. Mas digo que, sem um pacto entre quem produz e quem trabalha, não será possível levar o Brasil adiante. Nós não achamos, ao contrário de alguns, que o pecado de ter acreditado nas mentiras da mídia deve condenar uma parcela do

povo brasileiro ao eterno degredo de sua participação política. Nós achamos que é preciso repactuar a Nação brasileira a partir do seu povo. Mas é preciso também repactuar a Nação brasileira no sentido de procurar um projeto para o País que preserve os seus instrumentos de desenvolvimento. Portanto, uma primeira medida para assegurar o emprego é garantir o papel de financiamento da economia dos bancos públicos e não admitir a privatização das empresas públicas.

O segundo motivo pelo qual nós achamos que é preciso retomar o projeto é uma mudança do ordenamento das relações de trabalho, que foram conspurcadas pela reforma trabalhista. Portanto, é necessária a revogação da reforma trabalhista, para assegurar aos trabalhadores os direitos mínimos e condições de trabalho.

E o terceiro elemento, gritante, necessário para recuperar o emprego e o mercado de trabalho brasileiro é acabar com a Emenda Constitucional nº 95, que já está sendo vista por amplos setores como impossível de ser praticada. Ela representa o diploma de escravidão do povo brasileiro diante do sistema financeiro, porque diz que nós não poderemos aumentar nenhuma despesa com o que importa para o povo, como saúde e educação. O povo morrerá à míngua e a máquina pública será paralisada.

Sem esses três fatores nós não poderemos retomar o desenvolvimento nacional nem o emprego. E esses três fatores dependem de um único elemento, meus amigos, minhas amigas: que o povo brasileiro possa escolher livremente seus representantes na eleição de 2018.

Nós não podemos admitir que o direito de voto do povo brasileiro seja novamente violado, porque o resultado da violação desse direito foi exatamente a situação trágica de desemprego e desalento que nós vivemos. É preciso um novo pacto nacional, mas, sobretudo, é necessário que o povo brasileiro possa decidir como tocar a sua vida. O que eles estão fazendo é destruir o País e entregá-lo à sanha da ganância estrangeira.

Viva o Brasil! Viva a unidade do povo brasileiro! Vamos derrotar esse golpe nas eleições de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Faço nosso agradecimento ao Sr. Paulo Vinicius. Passo imediatamente a palavra ao Sr. Max Leno de Almeida, que aqui representa o DIEESE.

O SR. MAX LENO DE ALMEIDA - Eu gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão, Deputado Daniel Almeida, o convite para que nós do DIEESE também pudéssemos dar a nossa contribuição neste importante momento de reflexão da realidade brasileira sob o ponto de vista do desenvolvimento produtivo e, sobretudo, a situação do mercado de trabalho. Quero também parabenizar o Paulo Vinicius pela exposição, trazendo elementos políticos importantes.

No decorrer da minha apresentação, eu também mencionarei algumas informações importantes que ilustram, sem dúvida alguma, todo o desmonte que acabou acontecendo sob o ponto de vista da realidade do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo à luz de uma série de iniciativas que acabaram caminhando para a situação em que o mercado de trabalho atual se encontra.

Nesta parte inicial, gostaria de apresentar o DIEESE àqueles que não o conhecem.

O DIEESE é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, órgão criado pelo movimento sindical em 1955 — portanto, com mais 60 anos de existência. Temos atuado junto ao movimento sindical na produção técnica, nas pesquisas, a partir de um conjunto de informações que subsidiam o movimento sindical e a sociedade para debates os mais variados, inclusive um debate como este, que envolve a questão do desenvolvimento do País e a situação do mercado de trabalho.

Peço licença ao Presidente da Comissão para fazer minha exposição em pé, tendo em vista que nós preparamos uma exposição com um conjunto de informações e dados por meio de eslaides. Fica mais fácil para os senhores acompanharem a exposição com a visualização desses eslaides, que nós desenvolvemos

justamente para municiar a parte mais técnica a respeito desse assunto.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como eu disse, nós desenvolvemos um conjunto de informações para subsidiar este momento. Sei que o tempo é meio curto. Estavam previstos 15 minutos, e nos possibilitaram mais 5 minutos de intervenção. Tendo em vista esse espaço maior, acho que dá para desenvolver bem o conjunto de eslaides que nós preparamos.

Evidentemente, para desenvolver o tema, é necessário entender o contexto geral em que a realidade brasileira está inserida, tanto no aspecto produtivo como no de mercado de trabalho. As transformações que o mundo tem vivenciado nesse contexto de globalização e de transformações no sistema produtivo fazem com que o papel das empresas venha mudando nos últimos anos. Tem mudado a lógica do próprio Estado brasileiro e também dos Estados nacionais.

É bem verdade que o sistema de globalização fez surgir um termo bastante peculiar nesse momento de transformações, as chamadas empresas transnacionais, bastante peculiar neste momento de transformações, que são as chamadas empresas transnacionais, porque elas acabam se inserindo nas decisões de países, até mesmo decisões que envolvam a soberania de determinados países.

Temos percebido mudanças muito significativas na dinâmica do comércio internacional. É bem verdade que isso tem se intensificado ao longo dos últimos anos e servido de aspecto positivo para a realidade nacional, dada a importância do setor exportador para a realidade nacional. E isso tem se concretizado à luz dos números da balança comercial brasileira.

Ao mesmo tempo em que a lógica da globalização traz aspectos positivos, traz também uma série de aspectos para reflexão e aspectos negativos, sobretudo no que diz respeito ao modo pelo qual essas transformações econômicas acabaram acontecendo, de tal maneira que as empresas também passaram por processos de modificação que repercutiram na reali-



dade do mercado de trabalho brasileiro. Algumas dessas consequências estão relacionadas ao próprio sistema de financeirização da economia, e essa não é uma realidade apenas nossa, brasileira.

Na intervenção anterior, o Paulo enfatizou com muitos detalhes alguns dos elementos constitutivos dessa financeirização na lógica nacional, sobretudo dentro da lógica do orçamento público e do Sistema Financeiro Nacional. Os grandes bancos acabam tendo a prerrogativa, nessa financeirização, e se apropriam de uma lucratividade maior do que outros setores produtivos dentro da realidade nacional.

É claro que muitos dos senhores devem estar acompanhando os noticiários com muita tristeza. Essas mudanças no sistema produtivo vêm sendo cada vez mais seguidas pelo processo de degradação do planeta e da nossa realidade nacional. As notícias infelizmente dão conta de que a Amazônia está passando por processos críticos de degradação ambiental, muito inerentes a todas essas transformações que estão acontecendo na realidade internacional e local. Isso gera como consequência que o mundo do trabalho e os trabalhadores sejam os mais atingidos, conforme destacado na exposição anterior. De forma mais grave, de acordo com os próprios números, há os que são mais precarizados, os de classe mais pobre e os próprios trabalhadores.

Com relação ao contexto brasileiro, não podemos esquecer que o Brasil passou por dois momentos extremamente críticos na lógica do crescimento econômico. Nos anos de 2015 e 2016, a produção nacional decresceu mais de 7%, somados os 2 anos. O que nos desanima bastante é o fato de que a cada estimativa lançada no mercado, principalmente por intermédio do boletim Focus, do Banco Central, percebemos que os números são cada vez menores.

O início do ano de 2018 começou com uma perspectiva de crescimento da ordem de 2,64%, o que sequer repõe as perdas do País nos últimos 2 anos, que, como eu disse, foi superior a 7%. As sinalizações do boletim Focus dão conta de que essas estimativas estão sendo revistas para baixo. A última estimativa di-

vulgada deu sinais de que o crescimento econômico previsto para 2018 será da ordem de 1,79%. É evidente que, por se tratarem de estimativas, os números que serão apresentados no decorrer do segundo semestre infelizmente poderão ser ainda menores, dada essa lógica que temos percebido.

O contexto brasileiro também tem sido bastante caracterizado sob o ponto de vista da redução da taxa de investimento, seja investimento público, seja investimento privado. Se o analisarmos sob o ponto de vista do PIB, que é a produção nacional brasileira... Uma forma de analisá-lo é o que chamamos de análise sob a ótica do dispêndio, a lógica da demanda, em que podemos verificar o comportamento dos grandes agregados macroeconômicos, ou seja, o consumo das famílias, os investimentos que são feitos pelas empresas, os gastos públicos, e, ao mesmo tempo, o setor externo. Esses são os quatro elementos constitutivos de qualquer mensuração de produção em qualquer país, e no Brasil seguimos essa mesma lógica: consideramos tanto a participação dos setores — indústria, comércio e serviços — como os fatores produtivos. Essa análise é muito interessante porque demonstra de que maneira cada um desses elementos contribui ou não para a geração de riqueza para o País.

Quando fazemos essa análise por dentro do PIB, verificamos que um dos elementos de maior participação, sem dúvida alguma, é o consumo das famílias. Por isso, a ênfase dada pelo Paulo é extremamente relevante, tendo em vista que grande parte da produção nacional está ancorada ou vinculada ao consumo das famílias e, conseqüentemente, à geração de emprego e renda para a sociedade.

Outro pilar importante do crescimento está relacionado à taxa de investimento feito pelas empresas públicas e privadas. Nesse caso, a taxa de investimento vem sendo declinante por dois aspectos que são considerados vitais à realidade produtiva. O primeiro deles é a elevada taxa de juros. Apesar do recente declínio da taxa de juros, ela ainda é muito alta sob o ponto de vista das pretensões em termos de novos

investimentos no sistema produtivo. Um outro aspecto são as expectativas, porque as empresas trabalham com cenários futuros, com expectativas sobre como o mercado se comportará. Evidentemente, são projetos de médio e longo prazos, em que os retornos financeiros estão previstos numa perspectiva de médio e longo prazos. Trabalha-se muito no âmbito das expectativas para o mercado nos próximos anos. Inclusive, há sinalizações a respeito de um dos principais custos das empresas, que é o custo financeiro. O que se tem observado é que tanto o custo financeiro, que é a taxa de juros, como também as expectativas, muitas delas negativas no cenário político, econômico e social brasileiro, têm inibido investimentos, principalmente os investimentos privados, que também são geradores de renda e emprego.

Outro contexto brasileiro importante diz respeito ao próprio desempenho do mercado de trabalho, que tem sido bastante influenciado pelos dois contextos anteriormente mencionados. O contexto internacional de modificação produtiva foi intensificado principalmente pelas inovações tecnológicas e também pela própria financeirização econômica mundial e do próprio País e pelas mudanças que aconteceram nos últimos anos na própria realidade do mercado de trabalho, sob o ponto de vista de seus marcos legais, que também foi muito bem mencionado pelo Paulo.

Uma das modificações que ocorreu, sob o ponto de vista da realidade do sistema de relações do trabalho brasileiro, abrange um leque maior que envolve negociação coletiva, representação dos trabalhadores, formas de contratação, etc. O sistema de relações do trabalho foi extremamente mexido com as legislações mais recentes, envolvendo a chamada reforma trabalhista, com a lei de julho, que na prática começou a vigorar em novembro, e vem acarretando alguns resultados extremamente preocupantes para a realidade do mercado de trabalho brasileiro, números sobre os quais vou me ater nesses 6 minutos. Tratarei de informações que trouxemos, tendo em vista que uma das grandes pesquisas que nós, do DIEESE, desenvolvemos,

foi a chamada Pesquisa de Emprego e Desemprego. A partir dela, nós procuramos verificar de que maneira vem se comportando o mercado de trabalho brasileiro, à luz das informações das localidades em que nós desenvolvemos essas pesquisas, sob o ponto de vista da geração de emprego, das taxas de desemprego e dos grandes números da realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Nos 5 minutos que me restam, eu gostaria de passar algumas informações importantes, que mostram a deterioração do mercado de trabalho brasileiro, recorrente, e ao mesmo tempo inter-relacionadas a esse contexto que acabei de mencionar.

Esse é o grande número. A taxa de desemprego no País aumentou. Em 2014, ela era de 7,2% e, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — PNADC, hoje ela se encontra em 13,1%. É quase o dobro do que foi praticado no ano de 2014. Isso aumentou ainda mais com a reforma. E a reforma acarreta outros dados extremamente preocupantes, que serão mostrados. Apesar de ser uma questão histórica, a taxa de desocupação continua sendo muito alta, sob o ponto de vista de sexo e raça das mulheres negras e dos homens negros. As taxas são bem mais significativas do que a taxa média, que é sem dúvida alguma uma questão histórica, que foi muito bem resgatada também pelo Paulo, na sua fala. Isso tem se tornado, infelizmente, uma tônica na realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Outra caracterização diz respeito aos chamados desalentados. Na nossa pesquisa, procuramos detectar aquelas pessoas que estão desmotivadas a procurar novos empregos no mercado de trabalho. E esse é um número que vem crescendo muito. O primeiro trimestre de 2018 nos mostra que mais de 4 milhões de pessoas em relação a 2 milhões, no primeiro trimestre de 2016, estavam desalentadas com a situação do mercado de trabalho brasileiro, ou seja, extremamente desmotivadas a procurar novos empregos, dada a realidade atual do mercado de trabalho.

Outra referência importante que tem acarretado



muita preocupação, quando analisamos o mercado de trabalho, é esse gráfico, que mostra um crescimento muito significativo do que chamamos de empregados no setor privado sem carteira assinada. Os trabalhadores domésticos, por conta própria, têm crescido muito nos últimos anos.

O gráfico amarelo justamente mostra essa tendência de crescimento, mais de 39 milhões de brasileiros, hoje, estão nessa faixa, sem carteira de trabalho assinada, que assegura direitos, assegura mais renda do que outras formas de ocupação. E há também os trabalhadores por conta própria. Nós vamos mostrar aqui a realidade desses chamados trabalhadores por conta própria, para termos ideia da precarização dessa modalidade, que tem crescido muito nos últimos anos.

Esse é um dado preocupante, porque um setor dinamizador da realidade econômica brasileira, sem dúvida alguma, nos últimos anos, é o setor industrial. O setor industrial sempre foi gerador de rendas mais altas do que os outros setores, como o setor de comércio e serviços. A realidade do setor industrial vem sendo também de extrema preocupação do ponto de vista da sua participação em relação ao número de ocupados. Essa análise, que se restringe ao ano de 2015 até o ano de 2018, mostra-nos a queda de participação do número de ocupados nesse segmento da indústria, que vem perdendo postos de trabalho dinamizadores da própria realidade da economia nacional.

Na contramão, os empregos efetivamente gerados, na lógica dos trabalhos precarizados, vêm tendo um crescimento bastante significativo na proporção dos chamados “informais”. Esse dado também resgata o ano de 2015 até o ano de 2018, quando nós temos uma proporção significativa. Esse é um dado histórico, não resta dúvida, porque o mercado de trabalho brasileiro, na realidade, sempre foi constituído de trabalhadores formais e de trabalhadores informais. No entanto, o crescimento é que acaba sendo uma forma de alerta para o que está acontecendo na realidade atual, já que no primeiro trimestre em torno de 40% do mer-

cado de trabalho brasileiro foi formado pelo chamado setor informal.

A modalidade trabalhador por conta própria tem crescido muito, sobretudo após a reforma trabalhista. Isso nos traz alguns alertas, algumas preocupações importantes. Por exemplo: em 2017, 23 milhões de pessoas trabalhavam por conta própria, sendo que mais de 5 milhões estavam nessa situação há menos de 2 anos, o que corresponde a 23% desse total.

Apesar de se passar a ideia de que nessa modalidade o trabalhador pode ser o dono do seu próprio negócio, o dono da sua própria empresa — a lógica do chamado empreendedorismo —, o que se percebe pelos números é que a maioria dos trabalhadores por conta própria, 52%, entraram nessa ocupação no período recente, desempenhando o que chamamos de ocupações elementares.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. MAX LENO DE ALMEIDA - Eu gostaria de ter mais 5 minutinhos para finalizar essa parte.

O dado que mais preocupa é o fato de que os trabalhadores por conta própria estão com sua renda reduzida em 33%, comparando a outros momentos. Se não me engano, a próxima tabela mostra justamente essas realidades.

Qual era a realidade daqueles trabalhadores que se inseriram no mercado de trabalho por conta própria no Brasil há 2 anos ou mais? A realidade era de um rendimento em torno de R\$ 1.685,00, ao passo que aqueles que estão se inserindo no mercado de trabalho por conta própria mais recentemente, até há 2 anos, tiveram o rendimento reduzido de R\$ 1.685,00 para R\$ 1.133,00, justamente 33% de redução na sua renda.

O gráfico ali é claro. Ele mostra, de maneira bastante esmiuçada, como isso aconteceu do ponto de vista de sexo, raça e cor. Mostra também a deterioração desta modalidade, que é muito apregoadada, que é a do trabalhador que se torna dono do seu próprio negócio, voltada a uma lógica empreendedora. Pelo menos sob o ponto de vista da realidade atual, esses números são extremamente preocupantes.

Ao mesmo tempo, outra questão é trazida à tona, em se tratando do trabalho por conta própria: o fato de que muitos deles não têm CNPJ e/ou não são vinculados à Previdência também traz extrema preocupação. Não ter Previdência e não ter CNPJ representa em torno de 77% daqueles que ingressaram como conta própria nos últimos 2 anos, o que reflete na questão previdenciária e também na questão da formalização de empresas dentro na nossa realidade nacional.

No âmbito dessa precarização, sob o ponto de vista do mercado de trabalho, os números que estão expostos neste eslaide também são preocupantes. Tendo em vista que está havendo uma redução da renda das pessoas, dos trabalhadores de uma forma geral, muitos estão partindo para outros tipos de ocupações. Portanto, tem crescido o número de pessoas com mais de um emprego. As pessoas estão se dedicando mais ao trabalho e menos a outras tarefas que poderiam ser positivas à sua realidade pessoal: estudar, fazer uma pós-graduação, obter lazer, estar com a família, profissionalizar-se ainda mais. O tempo está ficando cada vez mais restrito para que tenhamos um capital humano — termo muito utilizado no jargão teórico — aperfeiçoado à realidade do atual mercado de trabalho, que requer um nível de escolaridade maior e um nível de aperfeiçoamento para todas as inovações tecnológicas que têm sido a tônica da realidade nacional, sob o ponto de vista do aspecto produtivo.

Tem crescido também, à luz da lógica da reforma trabalhista, o que chamamos de empregados temporários. A brecha possibilitada pela atual legislação trabalhista fez com que esse número crescesse assustadoramente, a ponto de, no primeiro trimestre de 2018, termos mais de 6 milhões e 500 mil pessoas inseridas nesse tipo de emprego, o que acaba sendo uma consequência dessa nova modalidade de contratação prevista no âmbito da legislação trabalhista.

Sob o ponto de vista da renda, temos outro dado que preocupa. O mercado de trabalho tem revelado que os saldos negativos dos postos de trabalho — re-

presentados pelos quadrinhos em vermelho — são referentes aos trabalhadores com rendas mais altas que estão sendo desligados, ao passo que a maior quantidade de admissões — dado do CAGED e do Ministério do Trabalho — está relacionada aos trabalhadores na faixa de 1 salário mínimo a 1,5 salário mínimo.

A quantidade de trabalhadores que estão perdendo postos de trabalho na modalidade de salários mais altos está crescendo bastante. Por exemplo, vemos no quadro que 410 mil trabalhadores que perderam postos de trabalhos nos últimos 12 meses ganhavam entre 1,5 salário mínimo e 3 salários mínimos, sem falar das demais faixas salariais mais altas, em que também ocorre essa realidade de desligamentos. Isso é um dado que preocupa.

À luz também desta nova realidade do mercado de trabalho brasileiro — e considerando também os dados do Ministério do Trabalho —, nós procuramos detectar de que maneira vêm justamente crescendo essas novas modalidades de contratação previstas no âmbito da nova lei, o chamado trabalho intermitente e o período parcial. O total também dá conta de que o saldo é extremamente elevado, sob o ponto de vista das admissões e desligamentos. Há mais admissões que desligamentos, nessa nova modalidade de contratação, o que demonstra um crescimento cada vez mais expressivo dessas formas de contratação no âmbito das empresas, seja o chamado trabalho intermitente, seja o período parcial.

Outro elemento que o próprio Paulo trouxe na sua fala e que está aqui sinalizado pelos próprios números é o chamado desligamento por acordo entre empregado e empregador. O que é isso? A modalidade nova permite que essa forma de desligamento ocorra — é claro que há todo um contexto jurídico em questionamento — de tal maneira que o sindicato não esteja relacionado a este momento tão delicado e ao mesmo tempo importante, o do desligamento do trabalhador. A nova lógica trabalhista tem permitido que isso seja feito nessa modalidade, entre empregador e empregado, enfraquecendo ainda mais a relação sindical



entre os trabalhadores e seus respectivos sindicatos, no importante momento em que o sindicato poderia acompanhar esse processo de desligamento, se foi feito dentro dos trâmites legais, se as próprias homologações foram feitas dentro dessa perspectiva.

Finalizo e peço desculpas por extrapolar o meu tempo.

Diante de todos esses desafios que estão colocados, nós do DIEESE, junto com as centrais sindicais, elaboramos 22 propostas. O DIEESE acabou assessorando tecnicamente essas discussões, que envolveram sete centrais sindicais, entre elas, a própria CTB, que estava presente nesse momento importante em que foi discutida, debatida e apresentada o que chamamos de Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora. São 22 propostas, que foram evidentemente discutidas no âmbito das centrais e se concretizaram nesse documento.

É claro que, para cada um desses 22 tópicos, é necessário esse pacto, muito bem destacado pelo Paulo, envolvendo o setor produtivo, envolvendo a sociedade, envolvendo as próprias representações de trabalhadores, no intuito de que esse conjunto de ideias, esse conjunto de propostas, esse conjunto de reflexões que ocorreram no âmbito das centrais sindicais possam ter vazão.

E acho que uma atividade como esta é extremamente nesse sentido, Sr. Presidente, de nós também contribuirmos com as ideias do movimento sindical, neste momento importante de reflexão da realidade brasileira, neste importante momento em que o crescimento econômico brasileiro é necessário para que muitas das iniciativas possam trazer efeitos positivos, seja sob o ponto de vista do mercado de trabalho, seja sob o ponto de vista da arrecadação tributária, seja sob o ponto de vista da realidade das próprias empresas.

Eu não vou apresentar as 22 propostas, evidentemente, tendo em vista o meu tempo, mas fiquem à vontade para, tanto na página das centrais como na própria página do DIEESE, procurar saber um pouco

sobre as principais ideias. Quero passar rapidamente por algumas delas, sem entrar no mérito.

As propostas envolvem a necessidade de estabelecer uma política de desenvolvimento produtivo; pensar em investimentos estratégicos na área de infraestrutura; garantir às micro, pequenas e médias empresas o acesso ao sistema de inovação, a integração ao mercado interno e externo, a assistência para a gestão e o acesso ao crédito; fortalecer o papel estratégico das empresas públicas dentro desse contexto; ampliar o sistema de ciência, tecnologia e inovação. A questão agrícola também está mencionada nesse documento, como não poderia deixar de ser, no momento em que tenta se fortalecer, a partir dessas premissas, a agricultura familiar e iniciativas casadas com a inclusão no campo. Há também a questão da reforma tributária.

Enfim, há um leque grande, nessas 22 propostas, que passa por todos os elementos que dizem respeito ao aspecto produtivo do País, seja a questão tributária, seja a questão das médias, pequenas e grandes empresas, seja a questão da necessidade de maior investimento na área de infraestrutura. E também se coloca a necessidade de as empresas públicas se inserirem nessa lógica.

Essa foi uma iniciativa louvável do movimento sindical, de que nós do DIEESE nos sentimos muito gratos. Faço este agradecimento, aqui, ao representante da CTB, como fizemos também aos representantes das outras seis centrais que participaram desse processo. Deram-nos a grande possibilidade de, como órgão técnico, assessorá-los nesse momento de discussão.

É claro que, em cada um desses pontos — e finalizo minha fala com esta reflexão —, o verbo já diz tudo: “fortalecer”, “promover”, etc. Todos esses verbos demonstram a necessidade de que um conjunto maior, a sociedade, as centrais, o próprio setor produtivo, faça valer esses verbos. De que maneira fortalecer, de que maneira investir, de que modo promover? Esse é um debate que, sem dúvida alguma, será saudável, importante e necessário para a atual realidade do País e — por que não dizer? — do sistema produtivo nacional.

Agradeço mais uma vez a oportunidade. Desculpe-me ter alongado no tempo. Achei necessário trazer essas informações a este debate.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradecemos ao Sr. Max Leno a exposição. Penso que foram feitas duas abordagens que vão na mesma direção, convergem para uma apreciação e uma visão comuns, com focos que se complementam. Agradeço também ao Sr. Paulo Vinicius, que trouxe uma abordagem sobre o contexto político, os condicionantes e os elementos que formam esse ambiente de crise em todas as áreas, em todos os campos, e especialmente os impactos produzidos na nossa economia, no mercado de trabalho, a origem da crise e quais as principais vítimas, os beneficiários, os desafios políticos que estão postos nessa conjuntura e as saídas.

Esta audiência pública coincide com exatos 8 meses de vigência da reforma trabalhista. Passou a vigorar no dia 11 de novembro. Max Leno levanta dados que são inquestionáveis. É preciso fazer uma reflexão a partir de um balanço que evidencia os danos e os limites que essa reforma impõe ao desenvolvimento nacional e a relação que isso tem com o mercado de trabalho e a qualidade deste; quais são as principais vítimas, os jovens, os negros, as mulheres; a ausência de uma participação minimamente adequada no investimento, num patamar que é o mais baixo dos últimos tempos; e a diminuição da participação do trabalho na riqueza nacional, no Produto Interno Bruto. Não é possível conviver com esta realidade: 23% a mais de trabalho precário e diminuição, em 33%, da remuneração daqueles que estão nessa condição. Isso deve merecer, efetivamente, uma reflexão profunda entre nós.

A contratação por tempo definido ou a contratação temporária também é outro mecanismo de precarização. E os impactos disso na Previdência? Quando se fala de reforma da Previdência, deve-se observar que todo esse arcabouço da reforma trabalhista acaba sendo uma grave agressão à própria Previdência nacional, à própria Previdência pública. Isso é uma contradição brutal!

Também tem ocorrido o desmonte do sistema sindical. O sistema sindical brasileiro está em xeque. De um lado se autoriza a livre negociação, a prevalência do negociado sobre o legislado, mas se retira o oxigênio da estrutura sindical brasileira. Como essa estrutura sindical pode ter o mínimo de força para garantir a proteção dos direitos do trabalhador?

Portanto, acho que esta reflexão é muito importante. Eu queria agradecer aos senhores a abordagem feita aqui, num tom até de desabafo, de grito, de chamamento que a sociedade brasileira precisa fazer, para que o setor produtivo compreenda que este é um país que precisa encontrar o seu desenvolvimento.

E cabe a uma elite do setor produtivo, à elite empresarial, compreender que não é possível entregar aquilo que é nosso, que é o nosso patrimônio. Nós temos um patamar de industrialização que chegou a níveis bastante razoáveis, inclusive com patamar de competição internacional, mas está caindo. Nós estamos perdendo essa competitividade. Estamos entregando as nossas empresas, estamos desnacionalizando e privatizando as nossas empresas nacionais.

Portanto, eu queria realmente agradecer aos senhores. O nosso objetivo é exatamente este: disponibilizar à sociedade dados, elementos e reflexões, a fim de que isso possa fazer parte da decisão de cada um de nós, daqui a pouco tempo: faltam menos de 3 meses para as eleições. Deixo registrado o nosso agradecimento a todos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Parlamentares para reunião deliberativa ordinária a ser realizada em seguida, neste mesmo plenário.

Consulto os membros da Comissão quanto à existência de alguma objeção ao aproveitamento do painel de presença para a reunião deliberativa a ser realizada a seguir. (Pausa.)

Não havendo objeção, está mantido o painel para a próxima reunião.

Obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.



Apresentação dos expositores

Desenvolvimento Produtivo e Mercado de Trabalho

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços – Câmara dos Deputados
11/07/2018

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Contexto Brasileiro

- ❖ O tempo presente é tomado por iniciativas para romper o diálogo e a negociação e para desmontar o sistema de proteção social e trabalhista, criado por meio de árduas lutas dos trabalhadores.
- ❖ De nossa parte, entendemos que o **desempenho do mercado de trabalho é fundamentalmente determinado pelas condições macroeconômicas** e que as mudanças propostas, além de não serem uma resposta ao desemprego, levariam a uma deterioração das condições de trabalho e de vida dos brasileiros.
- ❖ Passados sete meses de vigência do “novo” marco institucional, as consequências mais evidentes são todas elas de caráter negativo, em desfavor do conjunto dos trabalhadores, e de maneira alguma conferem maior estabilidade às relações de trabalho no país e ensejam uma melhora do mercado de trabalho.

DIIESE

Contexto Geral

- ❖ Profundas transformações econômicas alteram o sistema produtivo, o papel das empresas, a dinâmica do comércio mundial, a função dos Estados e a soberania das nações.
- ❖ A **financeirização da economia**, as **mutações patrimoniais** das empresas, a **concentração da renda e da riqueza** e a **revolução tecnológica** colocam todos os setores produtivos em processo de mudanças radicais no capitalismo contemporâneo.
- ❖ A **degradação ambiental** põe em risco a vida no planeta.

O mundo do trabalho e os trabalhadores são atingidos, de forma mais grave, os pobres e precarizados.

DIIESE

Deterioração do Mercado De Trabalho

DIIESE

Contexto Brasileiro

- ❖ Os resultados macroeconômicos têm levado a significativas **revisões para baixo das projeções de crescimento do PIB no ano corrente**. A expectativa de crescimento do PIB para 2018 iniciou o ano em 2,64% e agora (em 15 de junho) está em 1,79%.
- ❖ No biênio 2015-2016 a economia brasileira despencou quase 7% e, em 2017, cresceu tão somente 1%.
- ❖ A **taxa de investimento** encontra-se nos patamares mais baixos da série histórica das contas trimestrais (16% do PIB), sendo absolutamente insuficiente para promover a volta do crescimento econômico sustentável.
- ❖ As eleições adicionam uma forte dose de incerteza numa economia que já estava mostrando muitas dificuldades em engrenar. Isso porque este ambiente levará (e já tem levado) as **empresas a postergarem a implementação de projetos de investimento**, tão necessários à retomada da atividade econômica.

DIIESE

Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade – Brasil – 2014 a 2018



Fonte: IBGE, PNAD-Mensal (Estatística Demográfica)

DIIESE

Apresentação dos expositores



Apresentação dos expositores

As precárias condições do conta própria

- ❖ Em 2017, cerca de 23 milhões de pessoas trabalhavam por conta própria, sendo que mais de 5 milhões de pessoas estavam nessa situação há menos de 2 anos, o que corresponde a 23% do total.
- ❖ Ao contrário da ideia difundida na imprensa do “empreendedor”, aquele que deixa de ser empregado para se tornar “chefe de si mesmo” em uma atividade dinâmica, a maioria (52%) dos conta própria que entraram nesse trabalho no período recente desempenhava atividades em “ocupações elementares” (faxineiros, pedreiros, preparadores de comidas rápidas, etc.).
- ❖ O conta própria dos dois últimos anos tem o rendimento cerca de 33% menor dos que estavam há mais tempo nesse trabalho,

DIIESE

Pessoas com mais de um trabalho (em 1.000 pessoas)



DIIESE

As precárias condições do conta própria

Rendimento médio do conta própria, segundo sexo e raça/cor (em R\$) – Brasil – 2017

Sexo, Raça/Cor	Conta própria		Proporção entre os que tem até 2 anos em relação aos que tem 2 anos ou mais
	Há 2 anos ou mais	Até 2 anos	
Homem negro	1.331	1.040	78,1%
Homem não-negro	2.380	1.637	68,8%
Mulher negra	967	809	83,7%
Mulher não-negra	1.914	1.125	58,8%
Total	1.685	1.133	67,2%

Fonte: IBGE, Pnad Continua

DIIESE

Trabalhadores contratados como empregados temporários (em 1000 pessoas)



DIIESE

As precárias condições do conta própria:

Estimativa e proporção de conta própria, segundo cadastro no CNPJ e contribuição à Previdência Social – Brasil – 2017 (em mil pessoas e %)

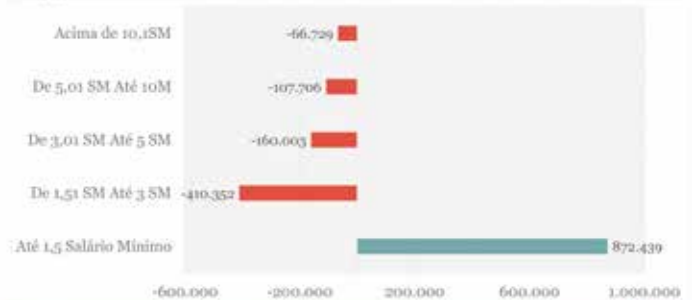
Situação legal	Conta própria					
	Há 2 anos ou mais		Até 2 anos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Passou CNPJ e Previdência	2.664	13,0%	458	8,6%	3.126	13,3%
Não CNPJ (sem Previdência)	916	5,2%	235	4,4%	1.151	5,0%
Não Previdência (sem CNPJ)	3.339	18,9%	514	9,6%	3.853	16,8%
Sem nada	10.868	60,9%	4.138	77,4%	14.996	64,7%
Total	17.787	100,0%	5.344	100,0%	23.131	100,0%

Fonte: IBGE, Pnad Continua

DIIESE

Dos trabalhadores por conta própria que estavam há menos de dois anos, 77% não tinha CNPJ e não contribuía para a Previdência Social, percentual maior que aqueles que estavam há mais tempo

Saldo de postos de trabalho dos últimos 12 meses, por faixa de renda – março/2018



Fonte: MTE, Caged. Dados atualizados em 15/03/2018. Não contém as informações declaradas nos bo-proc. Referência: 1002M.

DIIESE

Apresentação dos expositores

CAGED– Brasil - março/2018

Brasil	Desligamento por acordo empregado e empregador	Trabalho Intermitente			Período Parcial		
		Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
nov/17	855	3.120	53	3.067	744	513	231
dez/17	5.841	2.851	277	2.574	2.328	3.332	-1.004
jan/18	9.356	2.860	399	2.461	4.982	3.485	1.497
fev/18	11.118	2.660	569	2.091	6.490	3.423	3.067
mar/18	13.522	4.002	803	3.199	6.851	3.658	3.193
abr/18	12.256	4.523	922	3.601	5.762	3.208	2.554
Total	52.948	20.016	3.023	16.993	27.157	17.619	9.538

Fuente: MTE. Elaboração DIEESE.

DIEESE

Alguns pontos da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora

- ❖ Fortalecer o **papel estratégico das empresas públicas** (sistema da Eletrobras, Petrobras, bancos públicos, entre outros) para a promoção e sustentação do desenvolvimento econômico e social.
- ❖ **Investir e ampliar o sistema de ciência, tecnologia e inovação**, em articulação com a estratégia de investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social, urbana e rural.
- ❖ Fortalecer as políticas voltadas para a **Agricultura Familiar**, a Reforma Agrária e o **desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão no campo**.
- ❖ Promover **reforma tributária orientada pela progressividade dos impostos**, revisão dos impostos de consumo e aumento dos impostos sobre renda e patrimônio (tributação sobre herança e riqueza, lucros e dividendos), visando à simplificação, à transparência e ao combate à sonegação

DIEESE

Ação Sindical

Neste contexto, o movimento sindical está desafiado a construir mobilizações e lutas que recolorem a **centralidade do trabalho para o desenvolvimento**, com equilíbrio ambiental, gerando bem-estar e qualidade de vida para todos.

Definiram colocar a público 22 propostas para recolocar o País em outra trajetória de desenvolvimento econômico, social e ambiental – **Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora**

DIEESE

Alguns pontos da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora

- ❖ Criar **políticas, programas e ações imediatas para enfrentar o desemprego** e o subemprego crescentes, que já atingem 28 milhões de trabalhadores...
- ❖ **Democratizar o sistema de relações de trabalho**, fundado na autonomia sindical, visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, o direito à greve e coibir as práticas antissindicais ...
- ❖ **Renovar, para o próximo quadriênio (2020 a 2023), a política de valorização do salário mínimo**.
- ❖ **Revogar a Emenda Constitucional 95/2016**, que congela os gastos públicos por 20 anos, e criar uma norma coerente com o papel do Estado no desenvolvimento do País, cuja elaboração inclua participação social, que integre também a avaliação permanente da regra orçamentária

DIEESE

Alguns pontos da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora

- ❖ **Promover e articular uma política de desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, orientada para o readensamento das cadeias produtivas, com enfoque estratégico para a indústria, as empresas nacionais, a presença no território nacional, a diversidade regional, a geração de emprego de qualidade e com relações de trabalho democráticas.**
- ❖ Fortalecer a **engenharia nacional** e reorganizar o setor da construção para dinamizar e materializar os **investimentos estratégicos em infraestrutura econômica, social, urbana e rural**.
- ❖ Garantir às micro, pequenas, médias empresas e à economia solidária e popular **acesso ao sistema de inovação tecnológica**, favorecer a **integração aos mercados internos e externos**, fornecer **assistência para a gestão** e promover **acesso ao crédito**.

DIEESE

Obrigado!

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Panorama e perspectivas da Indústria Baiana:

Tendências, desafios e oportunidades para o Setor Automotivo e Setores de Petróleo, Gás e Petroquímico



Deputado Daniel Almeida, presidente da CDEICS, reinicia os debates sobre desenvolvimento após as eleições de outubro.

21 de novembro de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Bom dia. Esta reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços — CDEICS está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 156, de 2018, de minha iniciativa, e tem como objetivo tratar do panorama e perspectivas da indústria baiana: tendências, desafios e oportunidades para o setor automotivo e setores de petróleo, gás e petroquímica.

Esta audiência pública está sendo transmitida pelo Youtube no canal da Câmara dos Deputados.

Para darmos início, convido o Sr. Jean Freitas, Superintendente de Desenvolvimento Produtivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia — SDE/BA; o Sr. Daniel da Silva Motta, Gerente de Tecnologia e Inovação do SENAI CIMATEC; o Sr. Rogelio Golfarb, 1º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores — ANFAVEA; o Sr. Carlos Danilo Almeida, assessor de estudos técnicos da Superintendência de Desenvolvimento Industrial da Federação das Indústrias do Esta-

do da Bahia — FIEB; o Sr. Fernando Figueiredo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química — ABIQUIM; o Sr. Luís Eduardo Duque Dutra, economista e professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

Informo que também foi convidado para esta audiência pública o Sr. Júlio Bonfim, representando os trabalhadores da indústria automotiva, mas, por razões justificadas, não pôde comparecer a esta audiência pública.

Eu tenho a honra de agradecer a todos os presentes a esta mesa.

O objetivo desses painéis — já realizamos alguns que trataram de temas de interesse nacional —, a sua motivação é fazer um debate com foco na Bahia, puxando um pouco a brasa à nossa sardinha, e isso vem do fato de a Bahia refletir um perfil que está presente em boa parte daquilo que é a indústria no nosso País. A Bahia tem um pouquinho de cada coisa, é um Estado meio mosaico do ponto de vista da formação social, econômica, política e, também, do setor da indústria.

Nós temos lá o setor de petróleo e gás, que tem um pioneirismo, e há toda uma cadeia que vivencia um momento de tensão, de preocupação, de reflexão so-

bre os caminhos. Nós temos o setor automotivo, que chega com força e tem toda uma expectativa de consolidação, expansão, e o desafio é permitir que isso aconteça não apenas com a Ford, um grande orgulho para os baianos que produzem e desenvolvem carro para o Brasil e para o mundo. Nós temos o setor mineral, que é muito expressivo e tem também uma expectativa grande de expansão de crescimento, de consolidação. Nós temos o setor de energias renováveis, que é algo também de importante significado. E temos ainda o setor de celulose e o setor da agricultura, envolvendo o agronegócio com as mais diversas especificidades que esse setor produz. Por último, temos a agricultura familiar, que também passa por um processo de expansão e de consolidação.

Abordar temas referentes a esses setores mais dinâmicos é uma contribuição para enxergar o desenvolvimento da Bahia e projetar, preparar, ver desafios para o futuro, absorver e se apropriar dessas experiências, com o objetivo de interferir no futuro da indústria para promover o desenvolvimento no nosso País.

Deputada Keiko Ota, obrigado pela presença.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos, podendo se estender até 15 minutos, para suas reflexões. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar o palestrante deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para fazer a sua réplica.

Já com algum atraso, eu passo a palavra imediatamente para os expositores.

Quero convidar, em primeiro lugar, o Sr. Jean Freitas, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia, para que possa fazer sua exposição sobre esse panorama do desenvolvimento da indústria e comércio no Estado da Bahia. Obrigado, Jean. O senhor está com a palavra.

O SR. JEANFREITAS - Muito bom dia a todos e a todas.

Em nome da Secretária de Desenvolvimento Econômico e do Governador Rui Costa, quero agradecer o convite ao Deputado Daniel Almeida. Cumprimento os palestrantes que vão participar deste painel e todos os presentes.

Meu nome é Jean Freitas, eu estou atualmente como Superintendente de Desenvolvimento Produtivo.

O que nós tínhamos combinado sobre este painel, antes de abordarmos os assuntos mais específicos, era fazer uma breve apresentação sobre o panorama da economia baiana. Vou trazer alguns dados que foram compilados pela equipe técnica da Secretaria e também pela Superintendência de Estudos Econômicos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou começar primeiro com a caracterização geral do nosso Estado. A Bahia é um Estado que possui 417 Municípios, distribuídos em 27 territórios de identidade. Contamos com 15 milhões e 400 mil habitantes — somos o quarto maior Estado em população do Brasil. Temos uma dimensão territorial de mais de meio milhão de quilômetros quadrados. Isso equivale a mais ou menos o tamanho da França. É um Estado grande.



Jean Freitas, Superintendente de Desenvolvimento Produtivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia - SDE/BA.

Eu não sei se o Deputado Laercio Oliveira, que é de Sergipe, faz parte da Comissão, mas nós costumamos utilizar como unidade de comparação o Estado de Sergipe, afirmando que cabem 27 Estados de Sergipe no Estado da Bahia, Deputado. E cabem oito Estados de Pernambuco. Nós temos a maior população rural do País. Temos o maior contingente da agricultura familiar, como já foi dito aqui pelo Sr. Deputado. Temos também o maior número de famílias inscritas no Programa Bolsa Família: algo em torno de 1,8 milhão.

Bom, esse é um perfil demográfico do Estado da Bahia, que compara 2017 com uma projeção para 2030. Esse panorama traz basicamente uma preocupação que é a da perda do nosso bônus demográfico, da população economicamente ativa. Nós estamos justamente no período de aproveitamento desse bônus demográfico. Então, cabe também aqui uma discussão sobre estratégia de aproveitamento, qualificação de mão de obra, para nós aproveitarmos toda essa força de trabalho.

Em termos de economia baiana e comparação com o Produto Interno Bruto — PIB do Brasil, a nossa participação é algo em torno de 4,1%. Esses dados são de 2015, e nós estávamos ali em 6º lugar, quase que empatados com Santa Catarina. Comparado com o Nordeste e fazendo uma evolução nos últimos 30 anos, o Nordeste basicamente oscilou entre 14% e 12% de participação do PIB, enquanto a Bahia teve o seu melhor momento na década de 80, participando com 5,4% no PIB nacional. Atualmente, estamos com 4,1% de participação. Em comparação com o Nordeste, nós tivemos também na década de 80 o melhor desempenho, com 39,7% de participação na economia do Nordeste. Atualmente estamos com 28,8%.

Nos últimos 14 anos, tivemos uma taxa média de crescimento do PIB da ordem de 2,8% a 3%, aqui já considerando também o período de recessão de 2015 e de 2016. Esse é um crescimento acima da média nacional, que foi de 2,5%. Atribuimos isso não só à questão das políticas públicas que foram desenvolvidas, mas também à valorização do salário mínimo, pois nós salta- mos, no início dos anos 2000, de 150 reais para 950

reais. Destaco também o ciclo de commodities, que foi muito importante para esse desenvolvimento, assim como o aumento do consumo das famílias. Isso nos ajudou a ter uma curva de crescimento, em que ficamos até 2014. Tivemos um período de 2 anos de recessão e estamos recuperando a economia, com a projeção de 1,8% para este ano, talvez de 2% no ano que vem.

Aqui é a participação do Nordeste e da Bahia no PIB per capita do Brasil. Esse é um dado interessante. Quando nós começamos a traçar uma estratégia de longo prazo, que é o Plano de Desenvolvimento Integrado, nós observamos que historicamente nem o Nordeste nem a Bahia conseguiram superar 50% do PIB per capita médio do País. A Bahia sempre oscilou em torno de 55% e 52%, o Nordeste um pouco menos, entre 51% e 47%, mas nunca conseguiram superar o PIB per capita médio do País.

A Bahia tem uma grande concentração. Temos 417 Municípios, mas apenas 17 Municípios já concentram 41% da população, quase 60% do PIB e quase 70% dos empregos formais. Então, temos uma grande concentração regional. Municípios de até 30 mil habitantes são 60% dos Municípios que existem na Bahia. E, se nós aumentarmos essa escala até 50 mil, nós vamos contar que 80% dos Municípios têm até 50 mil habitantes. Então, aqui cabe uma discussão sobre a importância da cidade média para aumentar a integração e obter um maior dinamismo econômico, que é um esforço que nós estamos fazendo de aproximação desses Municípios.

Nessa estrutura de distribuição territorial que nós temos aqui, é utilizado o nosso sistema de planejamento, que leva basicamente em consideração o sentimento de pertencimento da população e também aspectos relacionados à cultura e aspectos sociais e econômicos. Essa é uma forma de organização do território para desenvolvimento das políticas.

Esta imagem mostra quais são os principais territórios. O Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador, com 13 Municípios, tem uma participação de quase 44% do PIB. Essa é uma região metropolitana onde existe uma grande concentração do setor indus-

trial. A região do Portal do Sertão, que tem como Município âncora Feira de Santana, vem logo em seguida com 6,9%. Há a Bacia do Rio Grande, com 5,8%, e o Litoral Sul, com 4,5%. Aqui é só para destacar a concentração que nós temos na região metropolitana.

Nós temos basicamente quatro grandes polos dinâmicos, mas estamos avançando para uma estratégia de uma política mineral, como o Sr. Deputado já citou aqui. O Estado hoje é o quinto maior produtor mineral, mas nós temos potencial para chegar a terceiro nos próximos anos. Exploramos mais de 40 substâncias minerais, mas eu estou destacando aqui os principais polos dinâmicos que nós temos. Ali na região norte, temos fruticultura, liderada principalmente por Juazeiro. O nosso agronegócio está muito concentrado na região oeste, por conta da produção dos grãos. Nossa indústria está concentrada basicamente ali na região metropolitana de Salvador — RMS. Na região extremo sul, nós temos a produção de celulose.

Destacamos aqui que o semiárido baiano representa quase 64% do nosso território. O semiárido baiano é o maior semiárido do Nordeste, mas, para a nossa sorte, nós temos vento, sol e minério, o que pode ser um vetor de desenvolvimento muito importante para o Estado.

Em relação à produção setorial, vou começar pela indústria. Aqui é uma visão geral de todos os setores, para marcar os grandes ciclos de desenvolvimento. Na década de 50, nós tivemos uma mudança na estrutura setorial. Éramos um Estado da agricultura e da pecuária e passamos a ter uma maior participação da indústria. Nós saltamos, da década de 50 para a de 60, de 8% da indústria para 12%. Isso foi muito atribuído ao fenômeno da implantação da Refinaria Landulpho Alves — RLAM, no final da década de 50.

Tivemos também, ao longo da década de 60, implantação da CIA Aeroporto, muito por conta da oferta do refino do petróleo e também das condições de implantação do Banco do Nordeste e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF, também na década de 60. Houve um crescimento nesse período de 12% para 12,4%. Com a implantação do Polo In-

dustrial de Camaçari, no final da década de 70, nós já sentimos ali uma maior participação da indústria, que saltou de 12,4% para 31,6%. A partir daí, tivemos um novo ciclo, com a implantação do Projeto Ford Amazon, que se deu no final da década de 90 e início dos anos 2000. Nós tivemos a redução do PIB da indústria para 28,9% e, assim, nós fomos tendo uma perda gradativa das indústrias. Hoje nós estamos com 19,7%.

Aqui só destaco isso porque a nossa discussão vai se dar em termos da indústria, mas basicamente essa perda migrou para um setor terciário, para a área de comércio e serviços. A agricultura perdeu bastante participação também na nossa produção setorial. Na década de 60, tínhamos 40% e, atualmente, estamos na casa de 9,1%.

Essa aqui é a evolução do nosso Produto Interno Bruto. Destaco aqui os períodos de maior crescimento. Em 2010, assim como aconteceu na escala nacional, houve o nosso melhor desempenho.

Fazendo um zoom no setor industrial, essas são as nossas principais indústrias, com informações de 2015, que são dados do PIB mais atualizados que nós temos. Então, nós temos uma grande concentração. Essas bolinhas vermelhas são a nossa indústria de transformação. Destaco aqui principalmente a participação do Polo de Camaçari, onde há petroquímica, plásticos e setor automotivo, que representam 17,5% do PIB industrial; temos também São Francisco do Conde, com a RLAM, com 8,3% — esses são os principais polos da indústria. Há alguns pontos aqui também destacando a indústria da extração mineral. Temos cobre na região de Jaguarari, ouro em Jacobina — a empresa Yamana Gold tem desenvolvido um trabalho muito importante lá —, níquel na região de Itagibá, magnesita em Brumado, vanádio em Maracás. Enfim, nós temos um grande potencial mineral a ser explorado.

Em 2015, 18 Municípios representaram 71,6% do PIB industrial.

Esses são os principais setores industriais em 2015. A construção civil representou 33% dos 48 bilhões de reais de valor adicionado em 2015; serviços industriais



de utilidade pública vieram em segundo lugar com 10%; produtos químicos, em terceiro lugar, também com 10% de participação; refino de petróleo; alimentos, bebidas e fumo; celulose e papel.

Vamos ver um pouco da nossa pauta de comércio exterior. Ainda temos uma reduzida inserção internacional e nacional. Precisamos trabalhar para aumentar a participação da Bahia no cenário internacional e nacional. Nós participamos com 3,4% das exportações nacionais e representamos 46,1% das exportações no Nordeste.

Esses são os nossos principais bens exportados. Figura como principal destaque soja e derivados, com 21,3%; em seguida, papel e celulose; químicos e petroquímicos; metalurgia; automotivos; alguns bens minerais; metais preciosos; agronegócio; etc. Nós tivemos um crescimento de 2,3% no valor, mas tivemos uma queda de 9,4% no volume.

Esse é um dado que nós estamos trabalhando recentemente em parceria com a Secretaria da Fazenda. E essa é nossa pauta de comercialização por vias internas, nossa relação comercial com outros Estados. Eu destaquei o Nordeste. Essas são as entradas de mercadorias do Nordeste para a Bahia. As vendas do Nordeste para o Estado representam 15,6 bilhões de reais, enquanto as da Região Sudeste, 74 bilhões de reais.

Aqui está o quadro do nosso saldo comercial com os principais Estados. Nós temos aqui o destaque de saídas para a região de São Paulo, que é maior; em compensação, somos também um grande comprador de bens acabados do Estado de São Paulo. Aqui, olhando para a composição regional, é superavitário o saldo de saídas do Nordeste, com 8 bilhões de reais; em compensação, temos uma perda de 17 bilhões de reais com a Região Sudeste, em razão de termos uma indústria basicamente de bens intermediários e comprarmos da Região Sudeste bens finais acabados.

Aqui vemos a mesma composição, mas eu destaco quais são os segmentos desse fluxo comercial entre as regiões do País.

Agora vou passar rapidamente por outros setores, porque esse não é o alvo da nossa apresentação. Destaco

a parte da produção agrícola, com uma grande concentração na região oeste, principalmente de grãos. Temos também frutas na região sudoeste, norte e baixo sul.

Nós somos o sétimo maior produtor no Brasil das principais culturas agrícolas. Soja é o que representa a maior participação no nosso PIB agrícola, com 34% dos 15,4 bilhões de reais de valor adicionado; em seguida vem algodão.

Na parte de destaque de frutas, a Bahia é um grande produtor de frutas. Somos o maior produtor de mamão, coco, manga, maracujá, laranja e banana e temos praticamente três Municípios no top ten de Municípios produtores de frutas: Juazeiro, um dos principais polos; Bom Jesus da Lapa; e Casa Nova. Temos produção de vinhos também.

O setor terciário, que cresceu muito ao longo dos últimos 30 anos, representa quase 70% do nosso PIB e basicamente está concentrado nas cidades com maior densidade empresarial e densidade populacional. O destaque aqui é a região metropolitana, mas outros grandes centros, como Vitória da Conquista, têm se destacado principalmente em serviços de saúde, em serviços de educação.

Aí está a evolução do setor terciário, destacando também o peso que a administração pública tem nesse setor ao longo dos últimos anos. Há alguns Municípios em destaque, de maior população. Salvador tem 23,6% de participação no PIB da Bahia, seguida por Camaçari, em segundo, com 8,3%; depois, vem Feira de Santana, em terceiro lugar, com 4,2% do PIB.

Aqui está o PIB de 2002 comparado com o de 2015. Esses Municípios top dez representavam 52% do PIB baiano em 2012, e, em 2015, 51%. O destaque aqui é Paulo Afonso e Ilhéus, que perderam espaço para Luiz Eduardo e Barreiras, provavelmente, por conta do agronegócio.

Aqui estão as principais cidades, os principais setores. Aqui estão destacados os principais Municípios por cultura, valor agropecuário, com São Desidério em primeiro. Aqui na parte da indústria está Camaçari por conta do polo industrial. Há o setor de comércio e serviço de Salvador.

Quanto ao mercado de trabalho, isso aqui é apenas para apresentar o que aconteceu também no cenário nacional. Em 2015 e em 2016 tivemos um saldo negativo. Em compensação, em 2018, já temos 36 mil de saldo positivo e estamos recuperando esses empregos.

Aqui os setores que pagam melhor, que têm melhor rendimento médio: mineração, indústria, serviços de utilidade pública e construção civil.

E aqui está uma carteira de investimento que está em curso, com previsão até 2020. As informações estão um pouco desatualizadas. Nós temos números de 2018, mais atualizados. Mas essa carteira já estava em torno de 29 bilhões de reais, com destaque de investimento principalmente na área de eletricidade e gás, que compõem basicamente 46% dessa carteira de investimentos. Trata-se mais ou menos de 430 projetos que vão gerar mais ou menos 28 mil empregos.

Aqui está o destaque de quais são os setores da indústria. O nosso peso maior está no setor de energia, que já corresponde a 78% do valor investido, a 17% dos empregos, seguido do setor de alimentos. No comércio e serviço também temos alguns investimentos. Eles são importantes, porque são grandes, intensivos em emprego. Então, também temos feito um trabalho de atração de investimentos, polos de distribuição.

Aqui estão os investimentos distribuídos pelos territórios. Então, vejam que existe uma desconcentração principalmente por conta do setor mineral e da parte das energias renováveis. É bom para o Estado desconcentrar essa matriz produtiva que está basicamente na região metropolitana.

Aqui está uma visão dos empregos gerados por tipos de investimentos pelos principais Municípios, Camaçari com 1.800 empregos. O setor de energia está distribuído em toda região do interior da Bahia.

Bom, isso é uma visão geral para utilizarmos como pano de fundo para a discussão. Eu vou disponibilizar depois um material para a Comissão. Eu agradeço a oportunidade.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Deixo o nosso agradecimento ao Jean pela exposição.

Imediatamente, passo a palavra para o Daniel da Silva Motta, que me informou que tem uma limitação de tempo, em função do retorno dele à Bahia. Então, passo a palavra ao Sr. Daniel da Silva Motta, que está aqui representando o SENAI CIMATEC, que é um grande centro de tecnologia do nosso Estado e que nos orgulha muito.

O SR. DANIEL DA SILVA MOTTA - Deputado Daniel Almeida, muito obrigado.

Bom dia a todos.

Antes de mais nada, quero parabenizar o Deputado Daniel Almeida por esta iniciativa de, junto com a Comissão, trazer a pauta da indústria baiana para a discussão aqui.

Também cumprimento a todos aqui presentes.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Jean Freitas já fez uma apresentação dos dados da Bahia. Então, eu acho que podemos pular isso. Mas eu queria trazer alguns dados importantes em relação aos setores que são foco desta audiência: o setor de automóveis, petróleo e gás e petroquímicos. Aqui estão alguns dados em relação à nossa frota na Bahia: há 3,8 milhões de veículos, 610 milhões de dólares de exportação de automóveis de passageiros, segundo dados de 2017, e 175 mil veículos ao ano, segundo dados de 2016. Com certeza, a Ford depois pode atualizar alguns desses dados, porque são de 2016.



Daniel Mota, Gerente de Tecnologia e Inovação do SENAI-CIMATEC.

Aqui está o setor de petróleo e gás. A Bahia é o quinto maior Estado produtor de petróleo do País, segundo dados de setembro de 2017. A produção de gás natural é bastante importante também: mais de 7 mil milímetros cúbicos ao dia. São 85 os campos produtores, colocando a Bahia como um Estado importante na produção de petróleo e gás.

Quanto ao setor petroquímico, temos 37% da produção nacional de petroquímicos básicos, com 12 milhões de toneladas de capacidade instalada e 45 mil empregos gerados.

Então, esses são três importantes setores industriais para a Bahia. Temos um estudo feito recentemente, um levantamento de pontos críticos para a competitividade desses setores. Um deles obviamente abrange toda a necessidade do País. Mas, mais especificamente para a Bahia, nós temos aqui uma questão logística bastante importante para trabalhar, tanto a parte de suprimento quanto a de matéria-prima e logística de modo geral.

Quanto aos recursos humanos, ao custo de mão de obra, vamos mostrar um gráfico, mais para a frente, de quanto isso representa para os setores industriais. Há a infraestrutura, tanto urbana quanto industrial, e a pauta de tecnologia e inovação. Vamos falar de desafios e oportunidades para esses setores.

Do ponto de vista de logística, eu trouxe alguns dados para cada um deles. Comparando a Bahia, por exemplo, vemos que a matriz rodoviária corresponde a 81% da matriz de transporte. Se compararmos com os Estados Unidos, veremos que o trecho mais curto, que é abaixo de 500 quilômetros, representa 71%. Então, nós temos uma alta concentração de movimentação no modal rodoviário, e isso aponta, para o desenvolvimento, a necessidade de diversificação e qualificação dessa matriz de transporte.

Quanto aos recursos humanos, principalmente no setor de química, há um alto custo de mão de obra, por acordos coletivos, greves, paradas. Isso gera um custo elevado, colocando a Bahia como o segundo Estado com maior custo de mão de obra nesse setor.

A infraestrutura, bastante relevante para todo o desenvolvimento industrial, também é um ponto de atenção importante. E há a tecnologia e inovação, a preparação da estrutura que vai dar vazão ao que eu vou falar mais à frente. Há os desafios da transformação digital e da indústria 4.0. Esse também é um tema importante.

Então, esses quatro pontos nós consideramos críticos para o aumento da competitividade da indústria baiana.

Sobre desafios, há vários. Falar em 10 minutos sobre os desafios para a indústria já é por si só um grande desafio. Eu trouxe alguns que consideramos bastante relevantes. Um deles é o advento da indústria 4.0, o que alguns chamam também de “manufatura avançada”, ou seja, é a preparação do futuro da indústria, na qual você tem máquina conversando com máquina, máquina tomando decisão por si só, elevando a competitividade da indústria. Então, esse é um tema no qual nós no CIMATEC temos tocado com bastante força, desenvolvendo um trabalho para aumentar a competitividade da indústria baiana.

Outro desafio importante, que chamamos de confluência tecnológica, é o advento da discussão de novas tecnologias e como essas tecnologias podem ser inseridas como soluções para a indústria baiana. Hoje se fala muito em inteligência artificial e robótica. Isso por si só é um mundo. Então, precisamos incorporar nos nossos ativos, nos nossos projetos, no desenvolvimento, o conhecimento de inteligência artificial e robótica. E há muitos trabalhos relevantes na área de desenvolvimento de robótica autônoma, por exemplo, além de realidade virtual e aumentada, manufatura aditiva, materiais avançados, biotecnologia, engenharia, ou seja, é você conseguir de uma forma multidisciplinar envolver todos esses conhecimentos em prol da indústria. Este é outro grande desafio: dar maturidade tecnológica a determinados conhecimentos que já temos, que já existem.

Outro tema importante, que é um desafio, é o aumento da produtividade. Como País, nós vimos caindo nesse tema ao longo do tempo, comparado com outros países. E existem várias iniciativas de aumento da

competitividade, transformando a produção enxuta, a manufatura enxuta, trazendo técnicas de lean manufacturing, para que possamos aumentar a produtividade da indústria baiana.

Então, lá no CIMATEC temos a fábrica modelo, junto com a McKinsey. Em alguns casos, inclusive quando falamos de pequenas e médias empresas, Deputado, estamos falando de aumento de mais de 100% de produtividade quando se incorporam metodologias e tecnologias para esse desenvolvimento. Então, lá temos uma fábrica modelo para fazer esse processo, e várias empresas passam por isso todo ano. Então, consideramos o tema produtividade como um desafio bastante relevante.

Trago agora o que temos feito em relação a todos esses temas, em relação ao que falamos em termos de temas críticos e em relação aos desafios. Eu não sei se todos conhecem, já ouviram falar ou já visitaram. Se não, estão todos convidados para conhecer o CIMATEC, o nosso Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia, que hoje abriga quatro prédios, mais de 35 mil metros quadrados de área construída, mais de 150 milhões de dólares de investimento nesse site, 42 áreas de competência e mais de 800 funcionários. Então, o CIMATEC tem se especializado a dar soluções industriais à nossa indústria, nacional inclusive, no desenvolvimento dessas tecnologias e conseguir superar os desafios aqui apresentados.

O CIMATEC tem um modelo integrado bastante importante, que envolve educação de nível tecnológico, educação de nível técnico, educação superior, tudo isso com projetos do que chamamos de Centro Tecnológico, projetos de tecnologia junto com empresas, além do nosso Centro Universitário. Então, quando falamos de solução, de inovação, de desenvolvimento, de pesquisa, estamos falando da integração de todos esses atores. É importante os professores da universidade estarem junto com os técnicos, desenvolvendo projetos e aumentando a maturidade tecnológica das soluções que são necessárias para incorporação e implementação na indústria.

Temos trabalhado usando tecnologias já disponí-

veis, sempre pensando em redução de custo. Então, entra aqui Internet das Coisas, robótica, inteligência artificial, manufatura aditiva com impressão 3D, transportes autônomos, Big Data, ou seja, a incorporação dessas tecnologias para a solução industrial.

Outra grande ação que temos feito é o CIMATEC Industrial. O que percebemos é que a indústria hoje precisa não só do desenvolvimento da tecnologia em testes de bancada mas também escalar isso já para um estágio mais pré-competitivo, para que possamos desenvolver projetos que tenham depois inserção no mercado. Está sendo feita a implantação da primeira etapa do nosso CIMATEC Industrial, e inauguração ocorrerá até o primeiro semestre do ano que vem. São 4 milhões de metros quadrados a área disponível. A primeira etapa será construída num terreno de 60 mil metros quadrados. Está sendo realizada muita ação. O grande objetivo é desenvolver pesquisa e inovação tendo uma maior amplitude, ou seja, espaços que nos permitam rodar plantas-piloto mais próximas de uma escala industrial do que um teste de bancada. Fica no Polo Industrial de Camaçari.

(Exibição de vídeo.)

O SR. DANIEL DA SILVA MOTTA - Este vídeo mostra onde nós estamos localizados lá em Salvador. Aqui é a poligonal do polo industrial. O CIMATEC Industrial está localizado em vermelho.

Aqui está o plano diretor. Não é essa a primeira fase ainda, mas todo o projeto a ser implantado ao longo dos próximos 10, 15, 20 anos. Vemos aqui a área específica de pista de teste, sobre a qual vou mostrar um vídeo depois.

Aqui temos uma estrutura para a perfuração de poços, para a indústria química, petroquímica. É um campus multiclente, multiparceria. A ideia é que nós tenhamos lá empresas instaladas de base tecnológica para o desenvolvimento de seus projetos. Aqui embaixo há um auditório para a realização de eventos. Vemos ao fundo torres de perfuração de petróleo, para testar novas tecnologias de processo de perfuração, testar novos equipamentos.

Aqui está esse plano diretor já instalado. Mais uma



vez ao fundo estão as torres. E é uma parte dele que vamos inaugurar até o primeiro semestre do ano que vem. Como eu disse, nessa primeira inauguração já são onze edificações, e todas elas já têm projetos específicos para a implantação. Eu já ressalto aqui alguns ligados à área automotiva, como a engenharia para a inovação industrial, para os engenheiros serem formados com vivência de chão de fábrica; projetos mais relacionados à completção de postos de petróleo. Então, há dois galpões dedicados para esse tipo de coisa, para a qualificação em completção de postos de petróleo. Então, temos aqui um projeto que nos orgulha.

Um lado específico para a área automotiva mostra a pista de teste, o nosso proving ground, onde vamos poder testar o desenvolvimento de novos veículos. Hoje é um gargalo para a indústria automotiva o desenvolvimento que utilize infraestrutura local. O custo logístico de envio de plantas para fora do País durante o desenvolvimento é muito alto. Mais uma vez, a ideia deste projeto é ser multicliente. Respeitando, obviamente, toda a questão de sigilo, este projeto foi contratado com a IDIADA, e nós já estamos em processo de discussão de momentos de implantação.

Vemos aqui uma área de 2 quilômetros de extensão, uma reta de 2 quilômetros que é importante para o desenvolvimento automotivo. Como um dos temas hoje é o setor automotivo, eu trouxe essa situação especificamente.

Aqui vemos uma simcity, para que possamos fazer a parte de desenvolvimento de veículos autônomos.

Pensamos hoje, mas também pensamos no futuro, para o desenvolvimento industrial, para chegarmos lá.

Era isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Nosso agradecimento ao Daniel Motta.

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO - Posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Pode, claro.

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO - Eu só queria testemunhar que o CIMATEC é um orgulho não só para a Bahia,

é um orgulho para o Brasil. Realmente, é sensacional.

Já que ele os convidou para visitar o CIMATEC, eu sugiro que aproveitem a oportunidade, porque é algo fantástico em termos de trabalho para a indústria, cooperação com a indústria, algo que vale a pena e que causa muito orgulho ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Fernando. Obrigado, Daniel.

Realmente, penso que os baianos e os brasileiros precisam conhecer melhor, de perto, essa estrutura e as perspectivas de consolidação e expansão desse grande equipamento. Por exemplo, eu não tinha informação sobre o CIMATEC Industrial. Tenho a sorte de morar bem próximo a ele. Passo ali com muita frequência. Verificamos toda a intensa movimentação crescente. Já o visitei algumas vezes, já o utilizei em alguns momentos da nossa atividade parlamentar e outras atividades, mas acho que precisa ser algo maior a percepção, a utilização e o aproveitamento para o nosso País.

Obrigado, Daniel, pela exposição.

Anuncio a presença do Deputado Caetano, como eu, trabalhador do Polo Industrial de Camaçari, nosso ex-Prefeito. Está presente a Deputada Keiko Ota, desde cedo. O Deputado Vinicius Carvalho passou por aqui.

Convido imediatamente para sua exposição o Sr. Luis Eduardo Duque Dutra, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com larga experiência e vivência com o setor de petróleo e gás e uma grande contribuição na Agência Nacional de Petróleo.

O SR. LUIS EDUARDO DUQUE DUTRA - Bom dia.

Eu agradeço à Comissão, em especial ao Deputado Daniel pelo convite.

Vou ser breve e vou procurar colocar basicamente assuntos mais globais para chegar à questão do desafio baiano. (Segue-se exibição de imagens.)

O gás natural, sem dúvida nenhuma, é a ponte para o futuro para uma economia de baixo carbono nos próximos 20 a 30 anos. É interessante observar que o Brasil, nos últimos 20 anos, conseguiu solucionar 2 grandes gargalos econômicos. Por um lado, havia a falta de dólar, que impediu o crescimento bra-

sileiro durante todo o século XX, e, por outro lado, havia a falta de petróleo, que, por várias vezes, impediu o prosseguimento do crescimento brasileiro.

O petróleo nasceu na Bahia. O Recôncavo foi a nossa primeira província petrolífera. Candeias é até hoje um campo que produz, é o maior campo em terra brasileiro e está na Bahia. Exatamente pela presença do petróleo e pela ideia de valorizar o petróleo baiano, surgiu a Refinaria Nacional, na Fazenda Mataripe, nos idos da década de 50, que acabou sendo incorporada pela PETROBRAS e, em 1957, ganhou o nome de Landulpho Alves.

O coração da química e petroquímica brasileira estava sendo colocado na Bahia. O Polo de Camaçari é certamente o principal resultado desse projeto, que a Profa. Maria da Conceição Tavares chamou em sua tese de modelo de substituição de importações, o que permitiu a industrialização não só do Brasil, mas de países na América Latina, a ponto de que, na metade da década de 90, o Brasil ainda importava 50% do petróleo, queimava todo o gás natural que produzia, mas era praticamente autossuficiente em químicos e derivados de petróleo. Esse foi exatamente o grande passo da industrialização, no qual a Bahia teve uma responsabilidade fundamental.

O século XXI é um novo século, e as condições passadas foram superadas de uma forma surpreendente. O Brasil descobriu o pré-sal e hoje tem 360 bilhões de dólares de reserva cambial. Isso quer dizer que aqueles 2 nossos obstáculos foram superados. O Brasil passou a ser credor, e não devedor internacional, tem reservas cambiais colossais para nossa história de devedor. E temos petróleo, algo que, por meio século, procuramos sem sucesso.

Achamos. Eu sou da área e, certamente, conservador. Diria que temos um potencial de descoberta entre 40 a 50 bilhões de barris recuperáveis, isto é, capazes de serem produzidos dentro das atuais condições. Existem estimativas que chegam até 100 bilhões de barris, mas mesmo 30, 40, 50 bilhões é algo colossal. Mais importante do que isso talvez seja dizer que não existe no mundo, fora do Oriente Médio, nenhuma

província petrolífera com expectativa de reservas gigantes de petróleo. A única que existe é o pré-sal, e à margem equatorial da América do Sul. Na Guiana foi descoberta uma reserva gigantesca, que é a Liza. São essas as duas únicas fronteiras no mundo onde o potencial geológico permite à petroleira descobrir grandes, gigantescas, reservas. Daí vem o interesse das grandes petroleiras pelo pré-sal, sem dúvida nenhuma.

Pouca gente diz, mas o Fernando sabe disto pela ABIQUIM, que é extremamente interessada, que no pré-sal o volume de gás é muitas vezes superior ao volume de petróleo existente. O Brasil terá gás natural para realizar a ponte para o futuro nos próximos 50 anos graças ao pré-sal.

Mas, além do pré-sal, e este é um ponto que eu gostaria de destacar, o Brasil tem muito petróleo ainda sem produzir — conhecido, descoberto e sem produzir. Nós chamamos isso de campos maduros. Ainda existem cerca de 200 milhões de barris no Recôncavo Baiano e pelo menos 400 milhões de barris na Bacia de Campos. Esse petróleo, no momento, está em campo maduro e não interessa a grande petroleira. Ele não interessa à PETROBRAS, não interessa à Shell, não interessa à Esso, por falta de escala. Ele interessa, em compensação, a pequenas empresas, independentes, de capital fechado, nacionais, texanas, canadenses ou norueguesas, que são especializadas em reservas pequenas, que não têm grandes investimentos e, sim, têm tecnologia e pessoal para extrair esse tipo de petróleo.



Luís Eduardo, Economista e Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ.

A aposta nesse tipo de negócio gera muito mais emprego, e nós, tanto na universidade quanto nas agências reguladoras, tivemos a intenção, há mais de 20 anos, de abrir, de permitir que essas empresas progressissem. Não foi fácil, e é verdade que a abertura feita até agora só beneficiou a PETROBRAS e as grandes petroleiras. O apoio efetivo à pequena empresa petroleira, que cria emprego, que dá densidade industrial local, ainda não teve sucesso. O que termina no mal da abundância, e isso é muito grave para o Brasil, porque o Brasil, sem dúvida nenhuma, tem a melhor província petrolífera dos próximos 20 anos e, não só isso, tem quase 30 bacias sedimentares inexploradas, menos de 30 mil poços perfurados no Brasil. Nos Estados Unidos furam-se de 20 mil a 25 mil poços por ano. O total brasileiro é de 30 mil a 35 mil até hoje. Quer dizer, há um desconhecimento das bacias sedimentares brasileiras, por um lado, e, por outro lado, hoje nós só temos explorado menos de 20% da área sedimentar. Não apenas estamos deixando de lado o petróleo já descoberto como também estamos deixando de descobrir petróleo para só nos concentrarmos no pré-sal.

Eu queria colocar um último ponto, que é o que nós na academia temos discutido muito. No final desta palestra, eu darei as referências. Existe toda uma discussão no mundo sobre ativos encalhados. Isso quer dizer que, devido a uma transição energética que se está fazendo, que já está encaminhada, cerca de quatro quintos das reservas minerais fósseis não serão aproveitadas. Em matéria de petróleo, os estudos indicam que 50% das reservas de petróleo também não serão aproveitadas se a transição energética for feita de forma a reduzir os impactos das mudanças climáticas.

Não é só isso. Também é muito claro, para as petroleiras Shell, BP, Esso, ENI, que a demanda por combustíveis automotivos saturará até 2045 e, mais do que isso, começará a cair depois de 2050.

Também não é só isso. Nós estamos presenciando mudanças profundas que são estruturais — mudança tecnológica, mudança social, mudança geracional. Meu filho tem carteira de motorista, tem carro e não

usa carro. Vai à universidade aqui em Brasília de bicicleta, até mesmo em dia de chuva. O carro, que foi um ícone da nossa geração, deixou de ser um ícone para ser um transtorno para a juventude. É interessante ver isso, inclusive nas mudanças sociais. O compartilhamento de carro, o uso da bicicleta, o uso de transporte coletivo são evidentemente uma transformação profunda da sociedade.

Como eu disse, não é só uma questão de transição energética. Há mudanças também sociais, e elas se refletem na curva de produção do petróleo, que deve cair a partir de 2050. Todas as petroleiras estão olhando isso, porque elas temem ativos encalhados, ativos que existem, custaram caro e acabaram irrecuperados, ou, em termo contábil, afundados.

Eu dou um exemplo de outra área completamente diferente: as usinas nucleares alemãs. Elas estão paradas e representam uma imensidão de investimento irrecuperável. As petroleiras sabem disso e já avisaram aos acionistas que não cairão nesse problema. Elas provavelmente estão, hoje, aproveitando as últimas fronteiras que têm. Quais são elas? O óleo profundo na margem equatorial sul-americana, no pré-sal. As petroleiras também estão aproveitando o light tight oil, o óleo não convencional americano, que representa hoje 50% da produção americana. Além disso, elas estão explorando o gás não convencional em Vaca Muerta. Inclusive, eu peço que os senhores prestem atenção à Argentina, porque nos próximos 4 anos a revolução que nós vimos nos Estados Unidos acontecerá em Vaca Muerta, a maior área não convencional hoje desenvolvida fora dos Estados Unidos, com consequências importantes para toda a América do Sul devido ao aumento da oferta de gás natural.

O gás natural convencional é, sem dúvida nenhuma, a prioridade de todas as grandes petroleiras, por uma razão bastante simples: ele é quase um petróleo, apesar de ser muito diferente. Ele gera os mesmos derivados, é muito mais abundante e, por último, é muito menos danoso ao meio ambiente. Por isso as petroleiras elegeram o gás como a ponte para a economia de baixo carbono.

Além das petroleiras, quem mais se preocupa ou quem mais deve se preocupar com isso são os países exportadores e produtores. Por quê? Porque a janela de oportunidade de desenvolvimento das reservas já descobertas e das que serão descobertas nos próximos 5 anos é curta, deve existir nos próximos 30 anos.

Todos os estudos e documentos mostram que, para aproveitar essas jazidas hoje, é preciso principalmente derivados leves, tecnologia de liquefação e de compressão do gás — o grande problema do gás sempre foi o transporte, e o custo de liquefação tem caído, o que permite maior mobilidade do gás natural —, assim como química do gás, sobre o que o Fernando falará aqui. Ressalto que gás natural não é só combustível, é muito mais que isso, é matéria-prima para fertilizantes, sendo que 80% do custo de um fertilizante é gás natural. Então, sem gás natural não há química e, principalmente, não há fertilizante.

A tendência cada vez maior é refino e petroquímica — o Fernando também poderá falar disso. Todas as refinarias novas que foram construídas no mundo integram a química. Essa é uma questão que se coloca hoje. Toda petroleira ganha dinheiro hoje vendendo químico, não petróleo. Foi isso que permitiu à Esso, à Shell e à BP garantirem o retorno dos acionistas nos últimos 5 anos, não foi a venda de petróleo, foi exatamente a capacidade de estar integrada à química, o que é fácil de explicar. Quando o petróleo está barato, a petroleira ganha dinheiro vendendo derivado. Quando o petróleo está caro, a petroleira ganha dinheiro vendendo petróleo. Essa é uma questão de escopo.

O horizonte hoje, então, é de 20 a 30 anos. Qual é o risco para o Brasil? Abandono prematuro de reservas, reservas encalhadas e um novo ciclo exportador. Basta ver a nossa balança comercial de petróleo e derivados dos últimos 3 anos. O Brasil importa cada vez mais derivado e exporta cada vez mais óleo cru, ou seja, nós agregamos cada vez menos valor ao nosso petróleo, paradoxalmente, porque não faltam vantagens comparativas ao Brasil. É a fronteira mais cobichada pelas grandes petroleiras. Existem ainda hoje no

Brasil centenas de milhões — eu repito —, centenas de milhões de barris de petróleo conhecidos, localizados, que serão deixados de lado. Não falta nem capital, nem tecnologia, nem mão de obra no Brasil em área de petróleo. Estamos, do ponto de vista da jusante, entre os dez maiores mercados consumidores de derivados e química; estamos entre as dez maiores indústrias químicas do mundo. O Fernando sabe que nós já fomos a quinta maior. Desde 2012, o capital externo põe de 60 a 70 bilhões de dólares no Brasil. Isso significa dizer que, para o capital externo, a crise no Brasil não foi significativa, foi uma oportunidade de se comprar ativo.

Por fim, a longo prazo, repito, o volume de gás natural que o País tem lhe permite produzir e viver com gás natural por mais de 50 anos. Existe uma área inexplorada nas bacias sedimentares brasileiras que é absurda e que vai ficar assim se não tomarmos uma iniciativa imediata. Não faltam recursos naturais no Brasil.

Quanto à Bahia, é o berço do petróleo, do modelo tripartite, e da química brasileira. Hoje ela enfrenta um acentuado declínio dos campos maduros. Normalmente um campo declina ano a ano de 6% a 8%. No Brasil, ele declina de 12% a 14%, sendo que na Bahia os campos têm taxas de declínio ainda superiores, o que evidencia o abandono desses campos no momento.

Há 20 anos, a ANP tenta e não consegue abrir esse mercado para as pequenas. O resultado disso é que vamos ter centenas de milhões de barris recuperáveis deixadas de lado. A atividade exploratória em terra no Brasil é reduzida ao mínimo nos últimos 2 anos, e a perspectiva não é muito favorável.

Cabe à Bahia ter algumas respostas.

A primeira é uma pressão junto ao Estado brasileiro, de forma que haja uma política de recuperação de jazida — a oportunidade é agora — por conta do desinvestimento da PETROBRAS e do interesse das independentes americanas e canadenses.

Quanto ao gás natural, é fundamental diversificar as fontes. Isso quer dizer que é fundamental recuperar a reserva onde há gás ainda; é fundamental permitir a busca pelo não convencional. Se existe algum lugar no





Fernando Figueiredo, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM.

Brasil onde o não convencional pode ser viável, esse lugar se chama Recôncavo Baiano. Nós temos todas as informações necessárias para acertar a produção não convencional na região. Ela tem um terminal de liquefação que precisa ser ocupado. Falta gás na Bahia, e é preciso que a Bahia possa trazer gás pelo terminal de liquefação. O biometano é outra fonte de diversidade para o abastecimento de gás.

Por último, é óbvio que a Bahia, sendo o berço da petroquímica brasileira e tendo toda a questão da tecnologia e do progresso colocada anteriormente, ela é o local certo para o nosso refino se integrar à petroquímica e fazer do gás a ponte para a própria Bahia se desenvolver industrialmente.

Muito obrigado. (Palmas.)

OSR.PRESIDENTE(DanielAlmeida.PCdoB-BA)-Agradecemos ao Sr. Luis Duque pela exposição. Esses importantes alertas e indicações farão parte da nossa reflexão.

Passamos imediatamente a palavra ao Fernando Figueiredo, representante da ABIQUIM.

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO - Bom dia. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Deputado Daniel Almeida pelo convite para participar deste evento hoje aqui. Quero saudar a Deputada Keiko Ota, do nosso Estado de São Paulo; e o Deputado Caetano, da nossa cidade de Camaçari.

Deputada, como a senhora pode perceber, Camaçari não faz só bons produtos químicos, ela faz excelentes Deputados também. Os dois aqui aprende-

ram conosco lá em Camaçari. Não é verdade? (Risos.)

Gostaria de saudar os meus colegas de Mesa também.

Meus amigos, sou ruim nesse negócio de passar eslaide, mas vou tentar.

(Segue-se exibição de imagens.)

A indústria química brasileira é hoje a oitava maior indústria química no mundo. Isso poderia parecer uma coisa boa, mas digo a vocês que é algo muito ruim, porque, há 1 ano, nós éramos a sexta maior indústria química do mundo. Fomos ultrapassados pela Índia, o que já era esperado que acontecesse, e pela França. E não há muito segredo nisso. Fomos ultrapassados porque os dois países criaram uma política industrial para o setor químico e petroquímico.

A Índia hoje é a maior exportadora de princípios ativos genéricos para produtos farmacêuticos e defensivos agrícolas. Podemos dizer a quem toma medicamentos genéricos no Brasil que 90% desses medicamentos, com certeza, são indianos; e a França criou, em 2013, um programa chamado Nova França Industrial, que provocou o renascimento da indústria química francesa também, além de toda a indústria.

Nós somos o terceiro maior setor do PIB industrial, atrás do setor de bebidas e alimentos e do setor de coque e derivados de petróleo.

Vocês já ouviram que Camaçari representa 37% da produção química brasileira; 20% do PIB da Bahia e 90% da arrecadação de Camaçari. Essas informações referem-se à produção química, mas hoje acho que a Ford deve ter uma parcela importante nisso também. Geramos em Camaçari 45 mil empregos diretos e 1 bilhão em ICMS para o Estado.

A indústria química é um setor que remunera muito bem, Deputado. A indústria automobilística do nosso ABC paga bem, mas as indústrias química e petroquímica do ABC pagam 2,3 vezes mais do que a média do salário das indústrias do ABC. Podem acreditar em mim, pois esse número é do Sindicato dos Trabalhadores Químicos, e não da ABIQUIM. É uma característica do setor químico ter uma mão de obra altamente qualificada.

Porém, a indústria química brasileira vive um mo-

mento de estagnação. Costumamos dizer que nós vivemos um círculo vicioso hoje, com baixa competitividade, baixa rentabilidade e redução nos investimentos. No período até 2022, estão previstos serem investidos no Brasil 1 bilhão de dólares nas indústrias química e petroquímica. Isso corresponde a zero! Só para comparar, no mesmo período, nos Estados Unidos, serão investidos 220 bilhões de dólares. Essa é uma grande diferença.

A consequência disso é que hoje 35% do mercado químico brasileiro é ocupado por produtos importados. A indústria química tem a duvidosa honra de ser o maior déficit da balança comercial brasileira, com cerca de 25 bilhões de dólares. E, obviamente, a ociosidade está aumentando. Neste ano, nossas fábricas rodaram com ociosidade acima de 20%, e ocorreu o fechamento de muitas unidades.

A nafta é a principal matéria-prima da indústria petroquímica. E temos um problema seríssimo: nós temos a nafta mais cara do mundo. A nafta brasileira é 102,5% da nafta europeia, que é a nafta mais cara do mundo depois da nossa, com o detalhe de que a Europa produz muito pouco petróleo hoje em dia. No caso do gás natural, nós pagamos 3 vezes o preço americano e seguimos dependentes da importação do gás da Bolívia.

A indústria química tem algumas oportunidades. Primeiramente, como o Prof. Luis Eduardo já comentou, o balanço mundial da nafta leve começa a se direcionar para a petroquímica. Com a previsão de queda no consumo de combustíveis pelo advento e crescimento do carro elétrico no mundo, as grandes petroleiras já estão preocupadas em fazer projetos ligados à petroquímica. Então, todos os projetos — o professor já falou isso — hoje estão direcionados à petroquímica, e, conseqüentemente, a petroquímica ganha mais importância para a indústria de petróleo.

No Brasil, nós temos, com o pré-sal, a maior produção de petróleo e gás. A previsão é que vamos triplicar a produção de gás até 2030. O antigo Ministro Fernando Bezerra Coelho, Deputado desta Casa, costumava dizer que iríamos alcançar a autossuficiência em 2022.

Nós temos uma matriz energética cada vez mais crescente na base de renováveis. O Nordeste brasileiro, incluída a Bahia, dá um exemplo do uso da energia solar e da energia eólica.

Também há uma coisa que é muito importante: esta Casa já aprovou mecanismos legais que nos permitem aprovar o petróleo e o gás da União para desenvolver a petroquímica brasileira. Eu vou falar daqui a pouco sobre isso.

Nós temos muito otimismo que o ambiente de negócios deve melhorar nos próximos anos.

Como eu falei, o cenário mundial de refino tem uma tendência cada vez maior de ser conectado à petroquímica. Por todas essas previsões com relação ao carro, seja pelo advento do carro elétrico, seja pelo compartilhamento do carro, seja pelo fato de os jovens já não quererem mais carro, por tudo isso o consumo de combustível cai, e as grandes petroleiras estão muito atentas a isso.

Outro ponto importante, Deputado Daniel Almeida, é o shale gas. Para o senhor ter uma ideia, nós estamos discutindo com o Governo do Rio Grande do Sul a possibilidade de trazer gás de Vaca Muerta através daquele Estado. Isso é bom, porque coloca concorrência no mercado brasileiro, mas é muito ruim para a Bahia, porque a Bahia tem o gás de xisto — o Prof. Luis Eduardo já comentou isso — no Recôncavo Baiano. Assim como foi o berço do petróleo, a Bahia tem tudo para ser o berço do gás de xisto no Brasil.

O gás de xisto é o grande responsável pelo boom da indústria americana — eu friso: da indústria americana! Não foi só a indústria química que cresceu graças ao gás de xisto, ou mais especificamente ao etano, mas toda a indústria americana: a indústria de caminhão cresceu, porque houve necessidade de mais caminhão; a indústria de construção civil cresceu, porque houve necessidade de novas construções; e toda a indústria se movimentou. E nós podemos ter o mesmo efeito aqui.

Como eu mencionei, esta Casa já aprovou diversos instrumentos legais que dependem apenas da ação do Executivo, que foi muito falho com relação a isso nos



últimos 10 anos. Em 2009, esta Casa aprovou a Lei do Gás, estabelecendo a necessidade de se criar um regulamento para o uso do gás como matéria-prima, mas o Poder Executivo nunca regulamentou essa lei.

A Lei da Pré-Sal Petróleo S.A. — PPSA, recém-aprovada por esta Casa, estabeleceu a possibilidade de a PPSA fazer leilão de gás e petróleo da União para refino e petroquímica no Brasil e deve ser regulamentada até 31 de dezembro. Eu espero que o Governo do Presidente Temer cumpra o seu papel e a regulamente, conforme previsto na lei.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços — MDIC acaba de aprovar a criação de um grupo executivo para o desenvolvimento da indústria química, um grupo de trabalho do qual estamos participando com o Ministro para explorar todas as oportunidades que foram identificadas num estudo realizado pelo BNDES, ainda no Governo da Presidente Dilma Rousseff, sobre oportunidade e diversificação na indústria química.

A Agência Nacional de Petróleo — ANP está discutindo no momento o compartilhamento da infraestrutura da PETROBRAS, o que é absolutamente necessário para o desenvolvimento desse mercado.

O Brasil tem muitas oportunidades, mas eu vou pular essa parte porque já vi que estou rei o tempo. Contudo, eu queria frisar alguns investimentos que nós já perdemos.

Nós já perdemos três plantas de fertilizantes que a PETROBRAS planejou e não construiu e corremos o risco de perdermos mais duas. Aliás, a decisão só foi adiada por uma grande movimentação da bancada da Bahia e de Sergipe, com a liderança do Deputado Daniel Almeida, no sentido de que o novo Governo é que deveria tomar a decisão sobre isso. O Presidente Temer aceitou isso e mudou a decisão para o ano que vem. Mas agora precisamos de uma nova movimentação com o novo Governo.

Perdemos também uma fábrica de silicone. Quando falamos em silicone, os homens todos pensam imediatamente nos seios artificiais femininos, o que é uma grande bobagem, porque isso não chega nem a 0,1% do mercado. O silicone é matéria prima impor-

tante até para a exploração do petróleo. O silicone tem como base o quartzo, de que o Brasil tem uma das maiores reservas do mundo, e a fábrica foi construída na Alemanha, que não produz 1 quilo de quartzo.

Para a produção de MDI, uma planta foi fechada 2 anos atrás no Brasil. E a Covestro vai investir 1,5 bilhão de euros em uma nova fábrica no Texas, exatamente porque o gás é mais barato lá.

Para produzir metionina, a Evonik vai construir uma fábrica em Singapura, que também não tem 1 grama de matéria prima.

Ainda existem muitas oportunidades, mas eu vou pular isso por questão de tempo.

Eu queria só registrar, Deputado Daniel, que o setor químico preparou uma agenda para os presidentiáveis. Esse trabalho, que designamos Um outro futuro é possível, foi entregue às equipes econômicas de todos os candidatos a Presidente da República antes do primeiro turno. Nele nós fazemos 73 propostas em questões de como reduzir o custo de matéria-prima, de como reduzir o custo de energia, de logística. Sobre logística, fizemos um novo estudo e temos também por volta de 75 propostas para os Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, e também para a União, e estamos discutindo esses pontos com esses Governos.

Nosso trabalho trata também de inovação e química 4.0, o que me deixa muito tranquilo em relação à Bahia, Deputado, porque temos o CIMATEC, que realmente é uma grande instituição.

Também trazemos propostas para o comércio exterior, porque geramos o maior déficit da balança comercial brasileira e muitas pessoas costumam dizer que ser contra o antidumping é protecionismo, o que é uma grande besteira, com todo respeito pela inteligência dessas pessoas, porque todo mundo defende a sua indústria. Os Estados Unidos — antes do Donald Trump, para ninguém dizer que isso é coisa do Trump — já tinham em vigor 530 medidas antidumping.

Nós acreditamos que, se levarmos a sério essas medidas que estamos propondo, a indústria química pode ter um papel muito relevante na geração de em-

prego e de renda. Nós estimamos que, até 2030, a arrecadação tributária poderá crescer 63 bilhões de dólares, o que até para a Bahia é muito dinheiro. Eu estou falando de bilhões, e não de milhões.

Nós temos toda a condição de fazer com que a indústria química seja o setor mais brilhante da próxima década neste País, porque temos petróleo, temos gás, temos biodiversidade e temos mão de obra altamente qualificada no setor. Nós também temos institutos como o CIMATEC e outros institutos SENAI de inovação, que estão dedicados à química, ou como de biotecnologia no Rio de Janeiro, ou como de biomassa no Mato Grosso do Sul. Nós temos empreendedores capazes de transformar esses recursos naturais em riqueza para o povo brasileiro, sejam esses empreendedores de origem nacional, sejam de origem multinacional.

Muito obrigado pela atenção de vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Nós agradecemos ao Fernando Figueiredo pela contundência e pelos dados tão esclarecedores sobre a indústria química e petroquímica.

Passamos imediatamente a palavra para o Sr. Rogelio Golfarb, Vice-Presidente da ANFAVEA.

O SR. ROGELIO GOLFARB - Deputado Daniel, eu queria agradecer o convite para estar aqui hoje e também cumprimentar todos aqueles que aqui estão presentes.

Deputado, eu acho que este momento que o senhor nos permitiu criar aqui para falar da indústria é muito importante, porque o setor industrial brasileiro precisa desse espaço, desse debate, dessa atenção, dessa amostra da diversidade da indústria e da importância da indústria para o Brasil.

Antes de mostrar alguns gráficos, queria dizer a vocês que a indústria — em particular a indústria de transformação —, de maneira geral, está num momento mundial de dois grandes choques que são fundamentais para o futuro obviamente da indústria brasileira.

O primeiro choque é a derrubada dos custos dos produtores asiáticos. Isso realmente mudou o patamar de custos e preços dos manufaturados e da indústria de transformação, seja na indústria na-

val, seja na indústria de manobabilidade aeronáutica.

O outro é a inovação, que acontece numa velocidade dramática. Cada dia em que nós acordamos há coisas acontecendo, e, portanto, há uma corrida pela inovação e pela competitividade. Essa combinação faz com que o setor industrial, em particular, necessite de atenção, de foco e de políticas adequadas.

No nosso caso, no Brasil, nós temos, no setor automotivo, uma indústria pujante, que inova, que já tem planta 4.0 e que estão investindo e que continuam investindo. Obviamente, essa é a fotografia do momento, e nós precisamos construir esse filme para o futuro.

Eu vou mostrar alguns gráficos para vocês com o objetivo apenas de ilustrar a questão da indústria.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse primeiro gráfico é bastante simples. Ele mostra a participação da indústria no PIB, da indústria total nacional e, em particular, da indústria de transformação. Nós podemos ver que essa participação é declinante tanto na indústria total quanto na indústria de transformação. Nas economias modernas, isto não é tão raro, mas o que nos surpreende, quando olhamos a fotografia brasileira, é a consistência e a velocidade da queda, o que mostra que a indústria precisa de atenção.

Quando nós olhamos a recuperação do PIB, observamos, na parte de cima do gráfico, os números do PIB e as taxas de crescimento da indústria de transforma-



Rogélio Golfarb, 1º Vice- Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA.

ção, ou seja, a indústria de transformação tem dado uma contribuição significativa neste momento de recuperação. E não somente neste momento de crise, mas em outros momentos difíceis da história do Brasil. O setor de transformação, com a sua capilaridade e suas cadeias longas, sempre deu uma contribuição enorme, puxando o PIB para cima.

Essa lâmina mostra apenas uma fotografia rápida de toda a estrutura automotiva que o Brasil tem. Nós temos 26 empresas fabricantes, 582 autopeças, mais de 5 mil concessionárias. Nós temos mais de 64 fábricas, estamos em 10 Estados e em 42 cidades, com uma capacidade instalada de 5 milhões de unidades.

O setor automotivo brasileiro, eu posso dizer com a maior tranquilidade, é inveja de muitos países do mundo. Nós temos uma estrutura, uma base e uma capacidade, inclusive de engenharia, que poucos países têm, mas, para manter essa estrutura competitiva, nós precisamos trabalhar muito e correr rápido, porque as coisas estão em transformação.

Quando nós olhamos a produção nacional em relação à automotiva, nós vemos que, na recuperação, em 2017, a produção industrial cresceu 2,5% e a automotiva cresceu 17,7%. O importante é que dos 2,5% do crescimento da produção industrial em 2017, 49% foi derivado do setor automotivo. Quando nós vamos para 2018, vemos que 70% do crescimento da produção industrial foi derivado do setor automotivo. Então, trata-se de um segmento que cresce, que puxa a economia, que tem um papel importantíssimo na indústria de transformação, na produção industrial brasileira, e tem uma das cadeias produtivas mais longas e com maior capilaridade nacional do segmento industrial.

O mercado da mobilidade continua e continuará com veículos diferentes, com arquiteturas diferentes, sejam eles elétricos, sejam eles híbridos, sejam eles de combustão interna, ainda por um bom tempo. Eu acho que o grande desafio para o Brasil não é se usaremos os equipamentos da modalidade — é claro que usaremos! —, é se vamos fabricar esses equipamentos no Brasil, e, mais, se esses produtos brasileiros serão fabricados

utilizando os nossos recursos naturais, a nossa matriz energética, que é rica, e algumas propriedades que nós temos.

Na eletrificação, por exemplo, a produção de imãs de alta performance é fundamental, e, para isso, precisamos de elementos que o Brasil tem — poucos países do mundo têm nas regiões de terras raras. Portanto, temos, sim, como contribuir para o processo de eletrificação. Obviamente, engenheiros de outros países têm interesse em desenvolver aquilo que eles têm na sua região, e não aquilo que temos na nossa. Precisamos dos engenheiros brasileiros com políticas para isso.

Vou falar um pouquinho da Bahia, onde, evidentemente, está a Ford.

A Bahia tem uma fábrica de veículos; tem a primeira e única fábrica de motores do Norte e Nordeste, uma fábrica 4.0; tem 28 autopartistas; tem 183 concessionárias. Ela produz, por ano, 212 mil veículos. Ela também tem algo que pulei, mas que é fundamental, difícilíssimo e que teve a participação muito importante do SENAI CIMATAC, que é o centro de engenharia global.

Na Bahia, projetamos três veículos globais. O primeiro veículo é o EcoSport, que hoje é vendido nos quatro continentes. Todos esses projetos foram feitos na Bahia, por engenheiros brasileiros, os quais têm a responsabilidade por eles. Quando há um problema no EcoSport na China, por exemplo, esse problema vai para Camaçari para que o engenheiro brasileiro resolva. O segundo veículo é o Ka. O terceiro é um caminhão cargo.

Fomos para a Bahia há mais ou menos 15 anos, Deputado. Havia muito ceticismo em volta desse projeto, mas, nesses 15 anos, não só criamos uma produção e uma fábrica moderna, como também levamos os nossos fornecedores globais a um processo de exportação, a um centro logístico como o porto. Levamos principalmente inteligência, engenharia e capacidade de inovação.

Para ilustrar, apresento aqui uma linha no tempo só para lembrar a nossa trajetória na Bahia.

Começamos em 2001, com a inauguração do complexo industrial. Em 2003, lançamos o EcoSport, que hoje é um ícone global, inclusive vendido nos Estados

dústria baiana tem apresentado pior desempenho — como o nobre Deputado já tem essa característica de defesa à indústria, informo que nos próximos 4 anos o trabalho vai dobrar.

Em primeiro lugar, chama a atenção para questão da ferrovia que passa na Bahia, a Ferrovia Centro Atlântica — FCA, que tem demonstrado interesse em renovar a concessão, mas o projeto que ela propõe para o nosso Estado é ainda muito tímido, é um projeto que praticamente mantém a mesma estrutura ferroviária e a mesma estrutura de transporte de carga por esse modal.

É importante salientar que as empresas do polo de Camaçari precisam desse modal, que é um ponto de competitividade para a nossa indústria, porque a indústria baiana tem característica de indústria produtora de bens intermediários, pelo menos a indústria tradicional, e o mercado consumidor não está no Estado. Uma parte desse mercado, que é a maior parte, está no Sul e no Sudeste; a outra parte, no Nordeste. Então, é fundamental para a indústria que nós tenhamos esse modal eficiente.

Outra questão importante para esta Casa, que é uma Casa de debates, é a questão portuária. Aí eu resalto o Porto de Aratu. O Porto de Aratu hoje é praticamente o mesmo que foi construído em 1974, e isso tem gerado para a indústria custos elevados.

Deputados, eu gostaria de deixar esses dois pontos para debatermos em seguida. Eu vou falar um pouco também de oportunidades e desafios, com foco na indústria de petróleo.

Em primeiro lugar, nós temos uma indústria, como já foi colocado aqui nessa questão de petróleo, bastante madura, e nós perdemos, nos últimos anos, a relevância no cenário nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse gráfico mostra claramente o que aconteceu com a indústria de petróleo e gás da Bahia. Até a década de 60, éramos praticamente o único produtor de petróleo do Brasil. A partir da década de 60, com a descoberta dos campos no Rio Grande do Norte, com a descoberta dos campos, ainda em terra, no Estado

do Espírito Santo e em outros locais, passamos a perder relevância, passamos a ter outros produtores de petróleo pois surgiram outros produtores de petróleo. A partir daí, a participação da produção foi caindo, e caiu ainda mais na década de 70, com a descoberta dos campos no Rio de Janeiro, na Bacia de Campos, na qual havia uma produção muito elevada em relação à produção onshore. Mas até aí a Bahia ainda tinha relevância na produção de petróleo, porque o petróleo produzido na Bacia de Campos é pesado, e o petróleo do Recôncavo é leve e de boa qualidade. No entanto, a partir da descoberta do pré-sal — ou seja, na última fase, na quarta fase —, de fato os campos maduros da Bahia perderam a relevância, porque o petróleo do pré-sal, além de abundante, é de boa qualidade, comparável ao petróleo do Recôncavo.

O gráfico mostra que estamos nos aproximando de zero, em termos percentuais, de participação na produção do Brasil. Hoje, a participação da Bahia está em torno de 1,2% apenas. Aonde queremos chegar com essa constatação? A perda de relevância no cenário nacional implica também na necessidade de mudança no comportamento das empresas que exploram petróleo no Recôncavo. Como já foi colocado aqui, ainda há petróleo no Recôncavo, mas ele não é relevante para grandes empresas, como a PETROBRAS.



Carlos Danilo, Assessor de Estudos Técnicos da Superintendência de Desenvolvimento Industrial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB.

Unidos; em 2004, completamos o terceiro turno e ficamos totalmente utilizados, em termos de capacidade; em 2005, inauguramos o terminal portuário, anexo à fábrica, que é o Porto Miguel de Oliveira; em 2007, chegamos a 1 milhão de veículos produzidos; em 2012, fabricamos o primeiro veículo global, o Novo EcoSport, que foi a fase da nossa engenharia, quando também chegamos a 2 milhões de veículos produzidos; em 2013, produzimos o segundo veículo global; e, em 2014, abrimos a primeira fábrica 4.0 de motores do Nordeste; em 2017, no ano passado, chegamos a 3 milhões de veículos produzidos.

Portanto, trata-se de um projeto que tem resultados não apenas do ponto de vista da produção, da exportação, mas principalmente, eu diria, do ponto de vista social, de desenvolvimento e da qualidade de vida que temos na Bahia hoje.

Não incluímos nesse eslaide, mas desenvolvemos uma série de programas sociais com os Governos da Bahia em sintonia com as necessidades da sociedade — o Deputado Caetano está aqui e sabe disso — e tivemos muitas experiências interessantes.

Na implementação, desde o começo, a fábrica e todo o complexo foram estruturados com foco na diversidade da região e especificamente na população.

Para encerrar, eu só gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade de falar aqui do setor automotivo, da nossa experiência no Nordeste e do foco que esta reunião traz para a indústria brasileira, que, sem dúvida nenhuma, terá grandes desafios.

A indústria precisa, principalmente neste momento de grande inovação e de grande transformação, de capital, de marco regulatório, de suporte creditício. E esses elementos básicos ainda são um grande desafio para o Brasil, quando nós o comparamos com outras regiões no mundo.

Mais uma vez, muito obrigado.

Eu devolvo a palavra aqui ao Deputado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA)
- Agradecemos a intervenção do Sr. Rogelio Golfarb e passamos a palavra para o último expositor, Sr. Carlos Danilo Almeida, representante da Fe-

deração das Indústrias do Estado da Bahia — FIEB.

O SR. CARLOS DANILO ALMEIDA - Bom dia a todos! Meu nome é Carlos Danilo, eu sou da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, da área de pesquisa econômica. Em primeiro lugar, nós agradecemos o convite do Deputado Daniel Almeida, cujo árduo trabalho já é reconhecido pela FIEB, não só com relação à indústria da Bahia mas também com relação à economia baiana. Inclusive, eu tive a oportunidade de participar, há uns 4 meses, de um evento no CIMATEC para a discussão de temas semelhantes a este, da indústria de petróleo e gás, e também de uma defesa mais combativa da questão da FAFEN, que é uma importante indústria.

Em nome do Deputado Daniel Almeida, eu saúdo os presentes aqui à mesa. Sabendo que a minha apresentação seria a última, eu vou fazer uma apresentação bem sintética, mais reflexiva, para que possamos aprofundar mais no debate depois.

Prezados Deputados, a indústria baiana tem enfrentado um momento difícil, não só a indústria baiana, como também a indústria brasileira, particularmente a indústria baiana. Há dois pontos básicos que merecem atenção: o primeiro, logicamente, é a questão conjuntural, a questão da crise, que assola todos os setores, e a indústria tem sofrido mais; o segundo é a questão estrutural, na qual eu destaco a questão da infraestrutura.

Se olharmos, nos últimos anos, principalmente para a indústria baiana, nós vamos perceber que a produção física tem caído muito. Nós já contabilizamos uma queda de aproximadamente 15% na produção física nos últimos anos. Neste ano, segundo os dados até setembro, nós estamos ocupando os últimos lugares no ranking nacional de produção física. A indústria baiana praticamente não vai crescer este ano; se crescer, será muito pouco. Ela não vai aproveitar a recuperação econômica do Brasil. Isso é um ponto de muita atenção para nós baianos e para todas as pessoas interessadas na indústria.

A questão que temos que focar, além do aspecto conjuntural, é a questão estrutural. Eu chamo a atenção para dois pontos da questão estrutural que a in-

Ele é relevante para empresas menores, empresas que trabalham com recuperação de poços.

Mais dramático do que a queda da produção é a queda do emprego. Observe, Deputado, que em 2010 havia 10 mil empregos diretos na atividade de petróleo. Hoje há 6 mil empregos diretos, com tendência a queda. Isso nos preocupa. Esses são empregos diretos. Mas nós pensamos: e os empregos indiretos e outros empregos? Nós temos estudos que mostram que, para cada emprego direto gerado no segmento de petróleo, há 10 empregos indiretos e pelos menos mais 40 empregos gerados pelo efeito-renda, metodologia utilizada pelo BNDES.

Então, nós não podemos abandonar essa atividade, que ainda é rentável e na qual há grandes opções, e eu vou chegar um pouco à frente. Hoje, quanto à nossa atividade, que o senhor deve conhecer bem, eu não vou dizer que ela está deixada de lado, mas não está no ritmo em que deveria estar. Foi dito aqui mais cedo que o petróleo tem um tempo, um momento. No Recôncavo, na área de produção de petróleo, nós temos toda a infraestrutura instalada. Temos refinaria, gasoduto, unidade de processamento de gás natural, terminais. Já temos infraestrutura. Precisamos monetizar toda a reserva que ainda existe. Na verdade, eu quero até encerrar a minha participação com esta visão positiva: é possível, sim, monetizar as reservas, porque ainda temos mais de 200 milhões de barris enterrados no Recôncavo; temos gás natural; temos também gás não-convencional. E há estudos — até o CIMATEC tem procurado fazer isso — mostrando que, com as novas tecnologias, ainda há muito o que se descobrir na área do Recôncavo.

Para finalizar, esta também é uma parte que mostra reservas com produção. Esta tabela é dramática, é uma tabela de gás natural na produção baiana. Se a observarmos, perceberemos que, antes de Camamu, que foi a grande província de exploração de gás natural, nós tínhamos uma relação de 11,6 anos entre reservas provadas e produção em 2001. Com a entrada de Camamu, passou para 13 anos. Atualmente, dada a produção e as reservas provadas, nós temos gás para

5,6 anos. E o Recôncavo tem gás? Tem gás, sim. Ele só não está sendo explorado nem está recebendo investimentos devidamente.

Este é um estudo que nós fizemos sobre os impactos do aumento da produção de barris na produção e no emprego. Se aumentarmos a produção, por exemplo, em 23 mil barris, nós poderemos gerar quase 668 milhões de reais em salários. Poderemos gerar 25 mil empregos indiretos pelo efeito renda. Isso é muita coisa! Eu só gostaria de dizer que esse parece um estudo matemático, econômico, mas não o é. Basta vermos, por exemplo, o caso da indústria de calçados. Em 1996, não existia indústria de calçados na Bahia — existia indústria de couro. Hoje, a indústria de calçados gera mais de 400 milhões de reais em salários, ou seja, com um aumento na produção, o retorno para a sociedade é muito grande.

Para finalizar, eu gostaria apenas, como esta é uma Casa de debates, uma Casa de trabalho nesse sentido, que pudéssemos pensar nos próximos passos. E o primeiro passo seria, para a área de petróleo, o apoio ao Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres — REATE, um programa muito bom, desenvolvido pelo Ministério de Minas e Energia. Ele tem todo um cronograma. É um programa sério, que fala das etapas que deverão ser cumpridas para alcançar os objetivos. E também devemos manter o apoio à ANP, para que ela possa ter melhor atuação na área de petróleo, com rodadas permanentes de licitação, e ainda acelere essa mudança.

Agradeço o convite para estar aqui. Estou à disposição, e a FIEB também se coloca à disposição, para debater mais esse tema.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Carlos Danilo.

Encerradas as exposições, passamos ao debate. A Deputada Keiko Ota pediu para falar. Nós agradecemos porque ela esteve aqui desde o primeiro minuto da abertura deste painel.

V.Exa. tem até 3 minutos.



Deputada Keiko Ota (PSB/SP) parabenizou os palestrantes pelo rico debate apresentado.

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP) - Bom dia a todos.

Parabenizo-os por este debate, que foi de extrema importância. Hoje está tudo alvoroçado aqui, mas eu consegui ouvir os palestrantes.

Eu gostaria de perguntar aos expositores o seguinte: o que falta ao polo industrial da Bahia para que ele tenha novos investimentos no setor químico e em outros setores, com energia renovável? A carga tributária seria uma das causas para os nossos investimentos?

E quero dizer a vocês que eu gostaria de ouvir cada um durante 1 minuto sobre as perspectivas da economia nos próximos anos. O que poderia ser feito? Muito se falou aqui. A FIEB disse que houve uma queda acentuada no emprego. O que fazer para aumentar?

Também ouvi dizer que a usina na bacia de campos maduros está parada. Como corrigir esse erro? Usinas pequenas, muitas vezes, se tiverem produção benfeita, geram emprego e aquecem a economia.

Nosso País é tão cheio de matérias-primas! Nós ouvimos aqui que o País tem petróleo em abundância. E o Japão, que depende de tudo, é uma potência. Eu gostaria que alguém falasse durante 1 minuto sobre essa relação entre a economia do Japão e a nossa economia. O que falta para que possamos avançar nos próximos anos? Qual é a perspectiva da economia?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputada Keiko Ota.

Há algum Parlamentar que gostaria de falar? (Pausa.)

Então, encerradas as intervenções dos Parlamentares, volto à Mesa, para que os expositores façam suas considerações finais. Se utilizarem um tempo em torno de 1 minuto, facilitarão a conclusão deste painel.

Concedo a palavra ao Deputado...

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO - Tenho vindo tantas vezes a esta Casa que já pareço Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Já tem muito jeito de Deputado, mas tem talento para ir muito além. (Risos.)

Tem a palavra o Sr. Fernando Figueiredo.

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO - Este Deputado Daniel Almeida é um bom gozador!

Começando pelo fim, Deputada Keiko Ota, precisamos trabalhar duro, como fazem os japoneses. É simples assim! Acho que esse é um requisito de que ainda precisamos. E, só para dar um testemunho, no Polo Industrial de Camaçari trabalha-se muito duro. Mas precisamos que o País trabalhe tão duro quanto os japoneses.

Com relação a novos investimentos para Camaçari, isso está no estudo que nós apresentamos, intitulado Um outro futuro é possível. A solução é muito simples, nós só precisamos de matéria-prima e energia a preços competitivos internacionalmente. Nesse estudo que nós apresentamos não há um pedido de subsídio, não há um pedido de incentivo fiscal. A única coisa que nós queremos é preço competitivo internacionalmente. Queremos preço competitivo internacionalmente para usar os recursos naturais do Brasil — petróleo e gás — e criar riqueza para o povo brasileiro.

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP) - O senhor poderia mandar um resumo disso para mim, fazendo um favor?

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO - Eu entrego hoje no seu gabinete uma cópia do trabalho, está bem?

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Fernando.

Tem a palavra o Rogelio.

O SR. ROGELIO GOLFARB - Eu acho que a pergunta é interessante, exatamente por essa dicotomia que existe entre os dois países. Mas um dos aspectos que

valem a reflexão, Deputado, é a capacidade de planejar em longo prazo. Hoje em dia, isso é fundamental. Infelizmente, nós temos muitos projetos de Governo e pouquíssimos projetos de Estado. E isso afeta não só a questão industrial, mas também muitos aspectos da vida brasileira. Nós precisamos quebrar essa barreira e começar a criar planejamentos e projetos de longo prazo. A cultura asiática tem, na sua característica, essa visão de longo prazo. Isso nos ajudou, mas nós precisamos aprender com isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Rogelio.

Tem a palavra o Jean.

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP) - Sr. Rogelio, o senhor também poderia me enviar um resuminho do que o senhor disse aqui e acrescentar alguma coisinha? Eu gostaria de repassar isso para o Presidente Bolsonaro, viu? Vocês serão ouvidos por ele.

OSR. JEANFREITAS - Respondendo à Deputada Keiko. De que Estado a senhora é, Deputada?

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP) - Sou de São Paulo.

O SR. JEAN FREITAS - Minha esposa tem descendência de japoneses também.

Aqui já se falou de algumas vantagens e capacidades do povo asiático, especificamente do povo japonês.

Eu acho que, como perspectiva futura, devemos atentar para essa questão do planejamento como política de Estado, e não como política de Governo. O Governo do Estado da Bahia tem se esforçado para fazer isso, e alguns Estados também já vislumbraram a importância de resgatar o processo de planejamento. Nós fizemos discussões aqui com a FIEB, com a academia, enfim, com toda a sociedade, e estamos projetando a Bahia para 2035.

A questão que vejo é capital humano, porque o Japão investiu bastante na educação. Aproveitou uma janela de oportunidade e gerou muita tecnologia. Hoje, todos aqui têm smartphone, que é basicamente uma commodity. O que vale aqui dentro são os apps, os aplicativos.

Falou-se aqui de grandes empresas-âncora do polo

petroquímico e do polo industrial de Camaçari, mas acho que nós precisamos melhorar o tecido empresarial de micro, pequenas e médias empresas. Nós temos um vazio de médias empresas no Estado da Bahia e estamos tentando trabalhar principalmente com aporte de tecnologia para aumentar a competitividade. Nós temos o SENAI CIMATEC, mas esse centro ainda é pouco procurado por essas empresas. Então, fazendo a aproximação dos instrumentos que nós já temos, sem dúvida alguma poderemos projetar a nossa indústria para os próximos anos, a fim de sermos competitivos não apenas em âmbito nacional, mas também em âmbito internacional. Acho que é esse o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Jean.

Tem a palavra o Luis Eduardo.

O SR. LUIS EDUARDO DUQUE DUTRA - Eu agradeço à Deputada sua atenção, principalmente, sua presença em todo o debate.

Eu vou ser o mais breve possível.

Para o presente, eu acredito que o mais importante é a articulação da PETROBRAS, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e do Governo da Bahia em direção a uma política para recuperar campos maduros. Isso é fundamental na Bahia. A oportunidade está posta, e a ANP, a PETROBRAS e o Governo da Bahia desejam essa recuperação. Portanto, basta se articularem. Há muitas questões a serem colocadas, e a oportunidade é agora.

Eu acredito que a Bahia pode se posicionar futuramente, tendo em vista o seu ativo em petroquímica e a experiência em petróleo e gás natural. É fundamental que a Bahia se posicione quanto ao gás natural, quanto à transformação química do gás natural. O futuro da química está nisso.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - O.k.

Por favor, peço-lhe que também mande os dados para a Deputada Keiko.

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP) - Todos vão mandar.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Tem a palavra o Sr. Carlos Danilo.

O SR. CARLOS DANILLO ALMEIDA - Deputada, a

sua colocação faz lembrar uma coisa que eu sempre digo: o Brasil é um país muito rico. Lembro que, na minha infância, nós tínhamos um problema sério de petróleo, sofremos muito na década de 1980, com a primeira crise do petróleo, e, depois, com a segunda. Hoje, para a nossa surpresa, nós temos petróleo. Hoje, nós temos terras, petróleo, energia, água; enfim, este é um país de grandes oportunidades.

Quero focar, então, em outro aspecto, além dos que foram apresentados aqui, e saber por que o País está nessa crise e não cresce.

O que nós observamos é que a parte produtiva, o setor produtivo tem muitas travas; tem travas, vamos dizer assim, em excesso. Por exemplo, o licenciamento ambiental, muitas vezes, traz impedimentos. Na Bahia, por exemplo, uma liminar hoje impede que o gás natural não-convencional seja produzido. Não que isso não seja importante. Isso é importante, mas talvez haja excesso. Em países maiores do que o nosso, como os Estados Unidos, talvez não haja tanto excesso. Não cito só isso, mas também a questão de fiscalização. Quantos fiscais existem para uma obra de engenharia de infraestrutura? Lembro que, quando foi construída a Via Expressa...

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP) - É burocrática essa questão, quando se fala da trava, não é?

O SR. CARLOS DANILO ALMEIDA - Exatamente.

Para a construção da Via Expressa, que liga a BR-324 ao Porto de Aratu, havia 14 órgãos de fiscalização. Isso para uma simples obra! E vemos isso toda hora, não só na Bahia, mas em todo o Brasil. Além do que foi colocado — planejamento e excesso de tributos—, eu acho que essa questão também deve ser pensada nesta Casa com o novo Governo, uma nova ideia. Vamos destravar mais o País no sentido de produzir mais. E, aí, essa produção vai gerar renda, que nós podemos distribuir.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - O.k. Deputada Keiko, quer falar?

A SRA. KEIKO OTA (PSB - SP) - Eu gostaria que todos me mandassem esse sentimento, porque o Presidente que vai assumir agora é bem sucinto, gosta das coisas... Então, acho que esse resumo é muito importante.

Um economista que vai participar de uma audiência pública para mostrar as perspectivas da economia nos próximos anos disse que o Brasil já caiu o que tinha que cair e que agora a tendência é só subir. Isso é importante. A população está envelhecendo. Por isso, temos que aproveitar essa mão de obra que ainda está a todo o vapor. Ele disse que, independentemente de governo, a tendência do Brasil é crescer. Então, com a ajuda de vocês, poderemos fazer um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputada Keiko.

Estou sentindo que a Deputada Keiko poderá compor o próximo Governo. Quem sabe, teremos esse privilégio. Ela sempre foi muito presente e colaborou muito nos debates desta Comissão.

O Deputado Helder Salomão, que é o vice-Presidente desta Comissão, também nos acompanhou e sempre participou dos debates. A Deputada Jandira Feghali, do Rio de Janeiro, está no centro de uma crise de grande dimensão e também tem um desafio enorme no que se refere à indústria naval e à indústria de petróleo, fundamentalmente. O Deputado Goulart acompanhou toda a nossa reunião, bem como os Deputados Vinicius Carvalho e Aureo. Outros Parlamentares passaram por aqui, como o Deputado Caetano, que não é membro da Comissão, mas tem um interesse muito direto nesse tema.

Antes de agradecer a presença a todos — Fernando, Rogelio, Jean, Luis Eduardo, Carlos Danilo e Daniel Motta, que teve que se retirar —, quero dizer que em todos os debates que fazemos sobre os desafios do Brasil constatamos a necessidade de maior interlocução e de maior parceria entre o setor produtivo, o ambiente político, as instituições, os governos. Nós temos muitos desafios e oportunidades. Coisas extraordinárias estão acontecendo!

Falou-se do CIMATEC Industrial, que é um grande esforço. Poucos o conhecem, e talvez seu potencial não tenha o aproveitamento que deveria ter para produzir o desenvolvimento.

Mas há nichos que, às vezes, ficam isolados. Nós

vamos constatando uma estagnação. Alguns falam em desindustrialização. Setores estão com iminente risco de se inviabilizar, setores dinâmicos, setores estratégicos. Não é no mundo inteiro, no setor de petróleo e gás, petroquímico e químico, que estamos tendo esses desafios. E tudo isso tem que se integrar a uma política industrial que enxergue as diferenças e os potenciais e caminhe rapidamente nessa direção. Se formos ultrapassados, como estamos sendo ultrapassados, por muito tempo, não teremos como nos recuperar, ficaremos para trás de forma perene, duradoura. Não é essa a vocação que o nosso País tem! Portanto, o desafio é muito grande.

Quero crer que cumprimos o nosso objetivo. Esta Comissão tem esse papel, e nós temos procurado fazer destes painéis uma oportunidade, exatamente no momento em que se abre a possibilidade de debater de forma mais abrangente. Sempre que há renovação na política, oportunidades novas surgem — às vezes,

para avançar, e, às vezes, para consolidar a estagnação —, mas temos que aproveitar as oportunidades para fazer o debate e construir caminhos e consensos.

Quanto ao problema do gás, fiquei assustado. Nós vamos trazer o gás de xisto da Argentina? Por quê? Como fazê-lo? Nós temos um potencial enorme e vamos trazer o produto do vizinho, deixando o nosso potencial se esvaír? Esse desafio não pode esperar! Nós temos que tratar disso com a maior brevidade possível.

Quero agradecer a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando os Srs. Parlamentares para a reunião deliberativa que será feita em seguida neste plenário.

Indago aos Srs. Deputados se podemos manter o painel para a próxima reunião. (Pausa.)

Não havendo objeção, fica mantido o painel para a próxima reunião.

Agradeço a todos.

Está encerrada a presente reunião.

Apresentação dos expositores



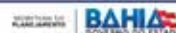
Panorama da Economia Baiana

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Panorama da Economia Baiana

Caracterização geral

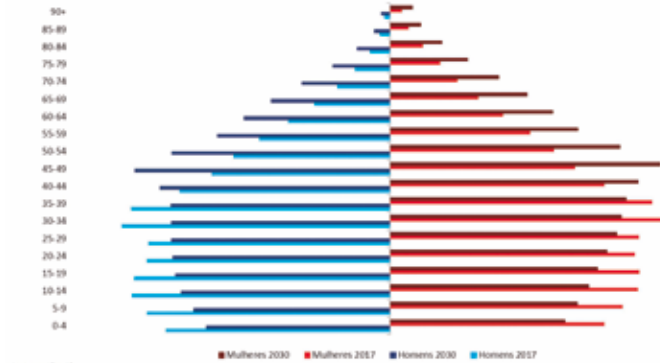


Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana

Caracterização geral

Composição demográfica – 2017/2030



Fonte: IBGE (2017).



Panorama da Economia Baiana

Caracterização geral

A economia baiana no PIB Brasil



258,6 bi
de reais em 2016

Fonte: IBGE (2016).



Participação dos 10 maiores estados no PIB Brasil 2016

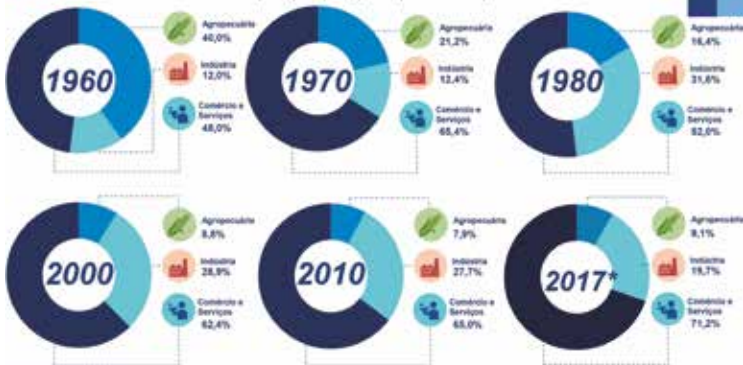


Panorama da Economia Baiana

Produção setorial na Bahia

1960 – 2017*

RLAM (1950) | CIA (1967) | POLO (1978 – 40 anos)



Fonte: IBGE (2017); IBGE (2011).

*Dados ajustados em R\$2010 pelo IGP/INPC/IBGE.

*Dados setoriais e setoriais. Cálculo com base no PIB do Estado.



Panorama da Economia Baiana

Produção setorial na Bahia



Indústria



Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana

Produção setorial na Bahia

Produto Interno Bruto (PIB) total e PIB Per Capita em valores correntes e taxas de crescimento – Bahia – 2007-2017*

Ano	PIB Total (Valores Correntes - R\$ Milhão)	Taxa de crescimento do PIB (%)	População	PIB Per Capita (Valores Correntes R\$ 1,00)	Taxa do PIB Per Capita (%)
2007	109.330	4,9	14.080.670	7.764,51	3,9
2008	121.667	5,1	14.502.575	8.389,37	2,1
2009	137.942	-0,3	14.637.364	9.424,00	-1,2
2010	154.420	6,1	14.021.432	11.013,11	10,3
2011	166.603	2,1	14.097.534	11.817,67	1,5
2012	182.573	3,0	14.175.341	12.879,59	2,4
2013	204.844	1,3	15.044.137	13.616,22	-4,8
2014	223.930	2,3	15.126.371	14.803,95	1,6
2015	245.025	-3,4	15.203.934	16.115,89	-3,9
2016*	243.844	-4,9	15.276.566	15.961,97	-5,4
2017*	258.883	0,4	15.344.447	16.871,45	0,0

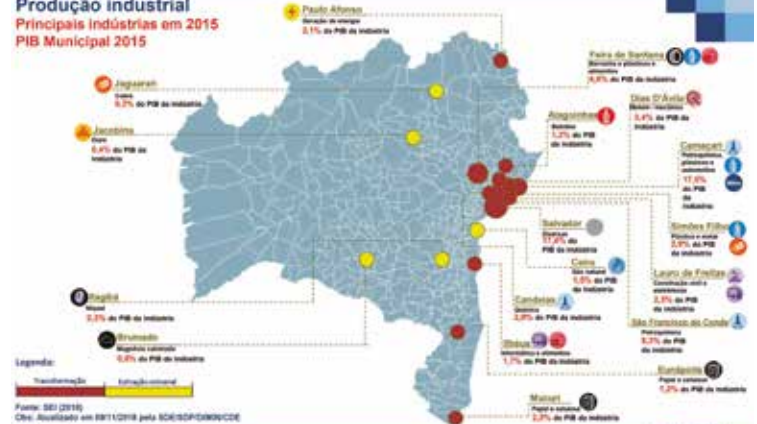
Fonte: SEI
 Obs.: Atualizado em 08/11/2018 pela SOE/SOP/DM/AN/CCE
 *Dados sujeitos a reavaliação. Cálculo com base no trimestre final
 *A queda populacional em 2010 pode ser atribuída aos dados do Censo que ignoram os estrangeiros



Panorama da Economia Baiana

Produção industrial

Principais indústrias em 2015
 PIB Municipal 2015



Fonte: SEI (2016)
 Obs.: Atualizado em 08/11/2018 pela SOE/SOP/DM/AN/CCE



Panorama da Economia Baiana

Produção industrial

Principais indústrias em 2015



do PIB da indústria em 2015, concentrado nos 18 municípios selecionados.



Fonte: SEI (2016)
 Obs.: Atualizado em 08/11/2018 pela SOE/SOP/DM/AN/CCE



Panorama da Economia Baiana



Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana



Comércio por vias internas



Panorama da Economia Baiana

DADOS SET/2018 (ENTRADAS E SAÍDAS - ME)			
UF	SAÍDAS	ENTRADAS	SALDO
AC	51.740.009,72	1.500.091,97	30.367.917,75
AL	2.713.386.343,95	1.899.522.137,89	819.864.206,12
AM	1.757.088.808,83	2.867.860.804,29	909.771.995,46
AP	186.783.880,17	78.015.842,46	93.729.837,71
CE	4.343.361.594,25	3.094.588.829,71	958.773.264,54
DF	1.134.317.208,54	989.570.865,29	244.786.673,25
ES	3.587.065.566,27	4.503.138.212,58	1.916.073.647,99
GO	2.853.642.133,10	1.438.095.419,80	2.384.413.406,49
MA	2.983.454.820,13	432.277.483,57	3.553.177.156,54
MG	10.226.929.874,90	13.266.244.833,38	2.839.314.758,44
MS	478.698.351,38	897.870.192,68	418.171.841,42
MT	1.124.405.048,41	1.273.522.901,20	46.823.849,52
PA	2.943.209.040,00	1.190.294.807,88	432.865.343,12
PB	1.932.481.487,98	1.424.815.191,63	493.865.796,35
PE	10.946.484.129,89	12.429.295.876,29	1.432.811.845,39
PI	2.479.316.514,21	456.309.813,03	2.243.406.883,18
PR	1.436.083.338,38	1.504.129.257,41	1.866.637.918,85
RJ	6.849.395.263,38	7.281.202.323,52	411.803.059,94
RN	1.783.406.287,88	1.825.348.871,93	938.257.218,43
RO	283.778.994,92	243.272.863,87	20.506.231,25
RR	337.706.022,46	28.814.976,98	61.771.872,79
RS	8.576.178.231,44	6.782.232.004,50	1.593.973.723,86
SC	2.003.022.840,41	4.888.887.724,13	2.887.845.199,52
SE	6.898.404.504,94	4.286.063.393,64	2.413.341.005,90
SP	28.149.475.133,68	43.438.884.903,85	13.281.409.768,98
TO	1.184.007.693,85	574.874.812,79	158.832.881,38
EX	27.835.786.052,44	-	-
TOTAL	131.404.480.006,05	120.896.388.429,83	18.708.621.576,72

UF	SAÍDAS	ENTRADAS	SALDO
NE	34.503.275.479,29	26.112.222.851,64	8.391.052.627,65
SUA	8.213.286.520,42	14.960.142.868,08	5.746.856.347,63
SUDESTE	49.413.084.835,44	66.476.470.066,77	17.063.405.231,33
NORTE	5.132.953.448,95	4.767.512.122,22	355.421.326,73
CENTROESTE	5.781.043.585,92	8.578.218.999,28	2.797.174.809,34
EX	27.550.786.052,44	-	-
TOTAL	111.604.480.006,05	120.896.388.429,83	18.708.621.576,72

Panorama da Economia Baiana

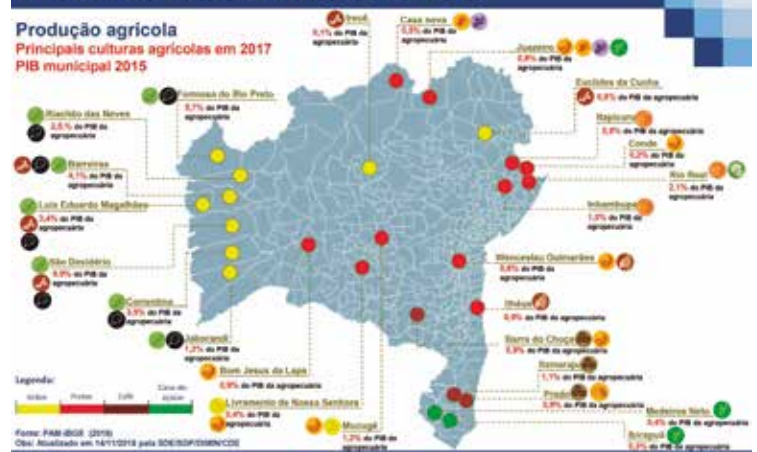
DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	MONTENE	SUDESTE	CENTROESTE	NORTE	RJ	EX	Total geral
Animais vivos e produtos do mesmo animal	788.748.853	481.128.426	82.409.930	138.128.522	82.191.009	88.134.798	1.526.361.404
Animais e derivados, suas partes e derivados	580.203	181.729	9.214	27.389	208.222	88.134.798	1.278.875
Colônias, células e culturas de uso científico, quando vivas, quando mortas e restos animais ou vegetais, produtos de sua disseminação, produção instrumental e aparelhos de laboratório, fotográficos ou cinematográficos, médicos, científicos, quando vegetais e óleos de madeira, cortiça e suas fibras, óleos de madeira e espartilho, material plástico, e suas partes, aparelhos de material de transporte	1.134.082.587	1.008.896.761.812	1.828.103.564	106.891.975	68.128.126.563	1.429.764.837	11.188.986.824
Mineraiis (pedras e suas obras)	1.205.907.648	1.405.805.804	315.395.444	85.123.228	491.408.049	1.326.712.834	4.861.406.914
Mineraiis e produtos diversificados	423.187.628	303.187.989	22.838.839	40.981.798	51.298.949	11.203.893	876.664.915
Mineraiis comuns e suas obras	3.172.347.849	3.886.613.057	792.369.142	264.586.971	211.874.803	8.746.664.478	11.181.366.440
Óleo de castanha	6.895.869.467	11.410.403.105	222.128.484	294.691.361	127.934.147	2.803.290.238	38.321.664.666
Óleos de outras, de colza e antiguidades	1.111.292	18.461.818	674.471	261	107.818	186.779	38.148.411
Óleos de amêndoas, gergelim, algodão, amendoim, semente de castanha	764.136.688	709.118.105	42.976.413	18.981.207	38.052.763	12.257.344	1.514.684.380
Óleos de madeira ou de matérias fibrosas celulósicas, papel ou cartão de algodão, cimento, polietileno (plástico com pó), e outros bens	35.589.908	76.124.714	352.857.849	18.426.163	42.534.724	91.134.373	689.499.391
Óleos vegetais ou minerais, óleos vegetais ou vegetais e seus derivados e seus óleos, boricax e suas obras	1.183.215	1.465.841.176	1.235.545	1.399.881	402.919	1.202.216.388	1.682.137.375
Agricultura e seus óleos, boricax e suas obras	2.048.170.148	3.088.506.224	480.796.716	378.311.081	11.271.827.481	2.106.176.577	11.767.762.415
Produtos das indústrias alimentares, bebidas, líquidos alcohólicos e produtos das indústrias químicas de base mineral ou de base vegetal	8.838.877.176	10.852.121.890	302.365.243	431.275.826	788.236.792	2.771.767.542	30.938.587.312
Produtos do castor vegetal	1.483.124.384	1.200.465.340	138.825.785	138.305.398	143.848.729	1.213.232.880	4.189.048.708
Produtos minerais	30.854.843.265	39.989.874.567	982.676.787	821.126.124	821.532.228	2.487.422.817	58.839.895.586
Total geral	34.983.175.417	46.433.664.835	1.291.840.597	1.332.961.487	6.211.286.361	27.168.766.813	131.404.480.007
Participação total por REGIÃO (%)	26,2%	37,6%	4,0%	1,0%	1,0%	20,9%	

Produtos das indústrias químicas e produtos minerais



Panorama da Economia Baiana

Produção agrícola Principais culturas agrícolas em 2017 PIB municipal 2015



Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana

Produção setorial na Bahia Agropecuária



Panorama da Economia Baiana

Produção agrícola Principais culturas agrícolas em 2017



do PIB da agropecuária em 2015, concentrado nos 25 municípios selecionados.



Fonte: FARM/IBGE (2016).
Obs.: Atualizado em 14/11/2018 pela S0E/DP/DIR/IN/COE



Panorama da Economia Baiana

Produção agrícola Principais culturas agrícolas no ranking Bahia em 2017



15,4
bilhões de reais em 2017.

3,8
milhões de hectares colhidos

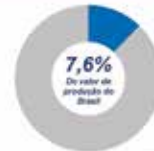
1º Soja 34,5% do valor de produção do estado.	TI Baía do Rio Grande TI Baía do Rio Corrente	4º Banana TI Sertão do São Francisco TI Velho Chico
2º Algodão herbáceo 12,6% do valor de produção do estado.	TI Baía do Rio Corrente	5º Milho TI Baía do Rio Grande
3º Café 6,7% do valor de produção do estado.	TI Extremo Sul TI Sudoeste Baiano	6º Cacau TI Litoral Sul

Fonte: FARM/IBGE (2016).
Obs.: Atualizado em 14/11/2018 pela S0E/DP/DIR/IN/COE



Panorama da Economia Baiana

Produção agrícola Fruticultura destaque no Brasil em 2017



2,9
Bilhões de reais em 2017
(19% do total Agro Bahia)

Municípios baianos em destaque na produção nacional de frutas (valor de produção) <ul style="list-style-type: none"> 9º Juazeiro: R\$ 355,4 milhões 10º Bom Jesus da Lapa: R\$ 290,5 milhões 11º Casa Nova: R\$ 272,2 milhões 	As culturas baianas com maior participação na produção nacional (valor de produção) <ul style="list-style-type: none"> 43,1% Manga 34,6% Mamão 19,7% Maracujá 	A produção de frutas da Bahia no ranking nacional (valor de produção) <ul style="list-style-type: none"> 1º Mamão: R\$ 320,6 milhões 1º Maracujá: R\$ 171,6 milhões 1º Coco: R\$ 254,8 milhões 4º Laranja: R\$ 271,8 milhões 1º Manga: R\$ 424,7 milhões 2º Banana: R\$ 331,8 milhões
---	---	--

Fonte: FARM/IBGE (2016).
Obs.: Atualizado em 14/11/2018 pela S0E/DP/DIR/IN/COE

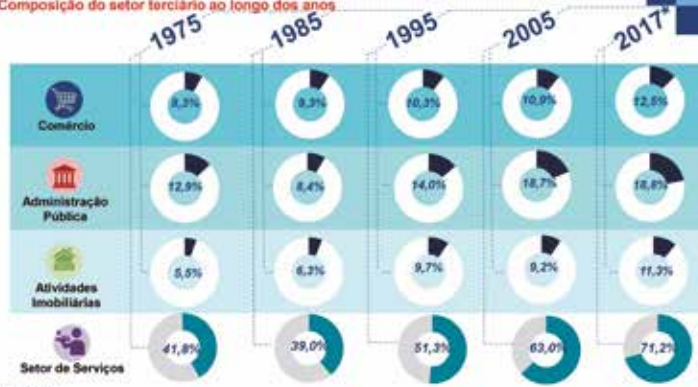


Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana

Comércio e serviços

Composição do setor terciário ao longo dos anos



Fonte: SEI (2018).
Obs. Atualizado em 09/11/2018 pela SOE/SOP/CA/IN/CE



Panorama da Economia Baiana

Municípios em destaque na Bahia



Panorama da Economia Baiana

Maiores municípios em população

Participação no PIB da Bahia e setores em destaque – 2015



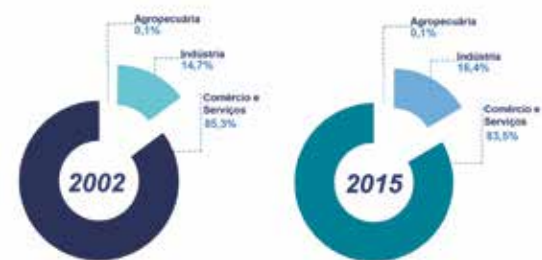
Legenda:
100 mil 200 mil 300 mil 1 milhão 2 milhões



Panorama da Economia Baiana

As dez maiores economias

SALVADOR



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017)

Diminuição da participação do setor de Comércio e Serviços e aumento da Indústria

66,9%
do PIB do setor terciário do TI
Metropolitano de Salvador

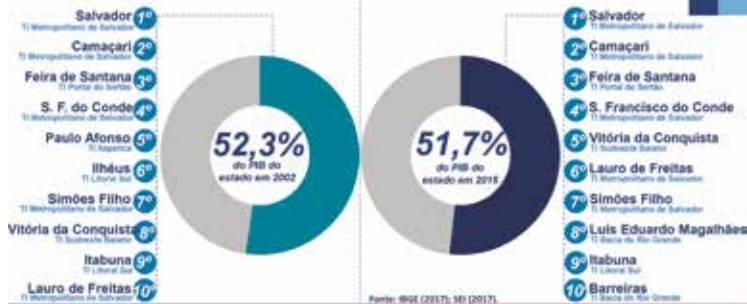
23,6%
do PIB da Bahia



Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana

As dez maiores economias



Distribuição da atividade econômica entre os municípios baianos de 2002 a 2015

Municípios que perderam destaque de 2002 a 2015

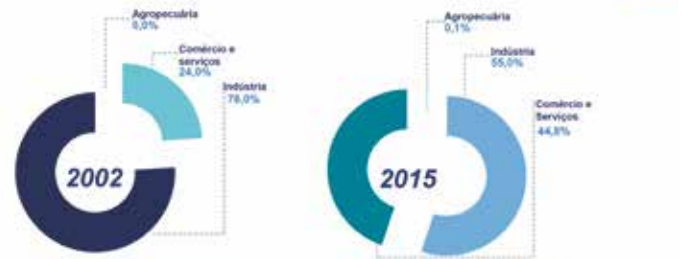
Paulo Afonso
Ilhéus



Panorama da Economia Baiana

As dez maiores economias

CAMAÇARI



Aumento de participação do setor de comércio e serviços

30,9%
do VA da indústria do TI Metropolitano de Salvador

Indústria de Transformação
Veículos Petroquímica Plásticos



Panorama da Economia Baiana

Concentração regional



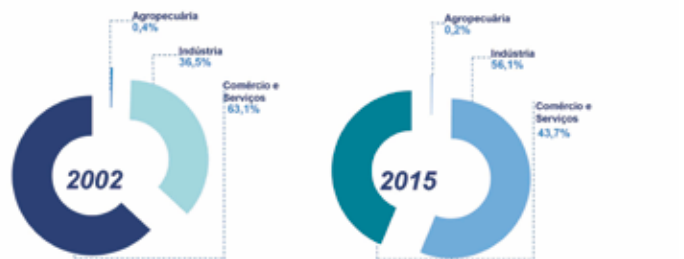
Fonte: IBGE (2011); SEI (2011) (PIB municipal de 2011 e a última data disponível)



Panorama da Economia Baiana

As dez maiores economias

SÃO FRANCISCO DO CONDE



Aumento da participação do setor industrial

14,7%
de toda produção industrial TI Metropolitano de Salvador em 2015

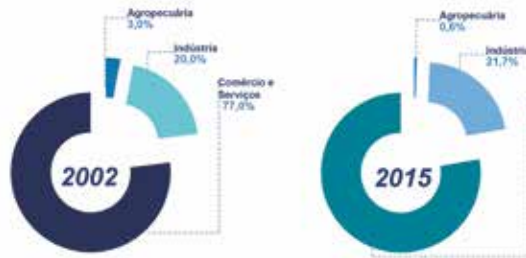
Destaque no refino de petróleo



Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana

As dez maiores economias
FEIRA DE SANTANA



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Destaque do setor de comércio e serviços. 2º maior PIB do setor terciário na Bahia em 2014

76,3%

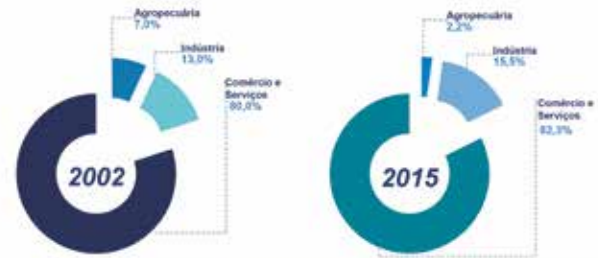
de setor de Comércio e Serviços do TI Portal do Sertão em 2015

No setor industrial destaque na produção de pneus e borrachas



Panorama da Economia Baiana

As dez maiores economias
VITÓRIA DA CONQUISTA



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Aumento da participação do setor de Comércio e Serviços

Polo de serviços do sudoeste baiano



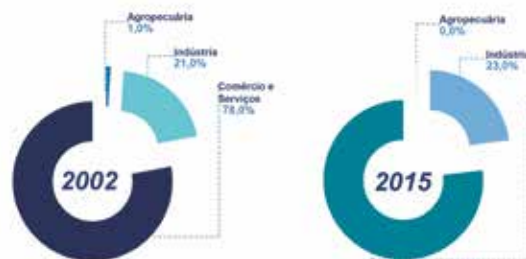
3º

Município da Bahia em número de habitantes



Panorama da Economia Baiana

As dez maiores economias
LAURO DE FREITAS



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Destaque no ranking estadual entre as economias que mais cresceram

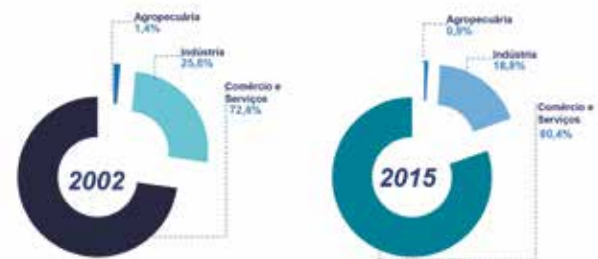
Destaque do setor industrial devido a construção civil

Ampliação da participação do setor industrial



Panorama da Economia Baiana

As dez maiores economias
ITABUNA



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Pouca alteração na estrutura produtiva de 2002 a 2015

Destaque na região Sul em



38,1%

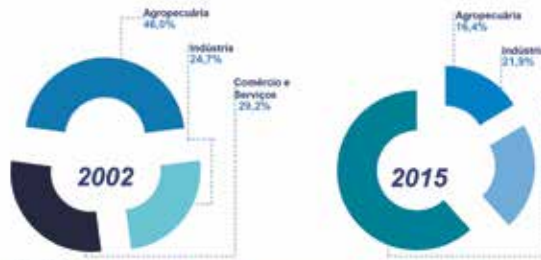
do VA do setor terciário do TI Litoral Sul



Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana

As dez maiores economias
LUIZ EDUARDO MAGALHÃES



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Aumento da participação do setor de comércio e serviços e redução da agropecuária

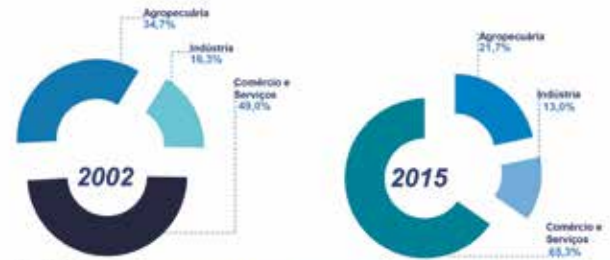
8º Economia baiana em 2015, saindo da 17ª posição em 2002.

35,1%



Panorama da Economia Baiana

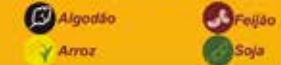
As dez maiores economias
BARREIRAS



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).

Aumento da participação do setor de Comércio e Serviços

Destaque na produção de lavouras temporárias



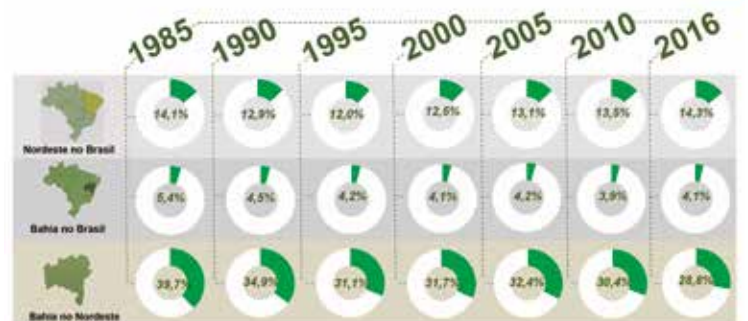
Panorama da Economia Baiana

Os municípios destaques por setores da economia
2002 e 2015



Panorama da Economia Baiana

Caracterização geral
Participação da economia baiana



Fonte: IBGE (2016)



Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana

PIB municipal – VA agropecuária – 2002 / 2015



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).



Panorama da Economia Baiana

PIB municipal – VA indústria – 2002 / 2015



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).



Panorama da Economia Baiana

PIB municipal – VA comércio e serviços – 2002 / 2015



Fonte: IBGE (2017), SEI (2017).



Panorama da Economia Baiana

Mercado de trabalho - Saldo

Saldo de emprego celetista segundo o setor de atividade econômica – Bahia – 2005-2018*

Setor de atividade econômica	Ano													
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
Extração Mineral	485	696	724	337	430	1.414	1.243	516	223	362	194	1.114	137	816
Indústria de Transformação	12.484	9.252	12.434	5.164	10.121	17.379	6.364	2.339	1.529	1.549	9.662	5.439	695	4.882
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.406	27	224	113	571	1.043	1.557	578	1.208	130	951	1.892	1.138	1.322
Construção Civil	13.595	618	14.301	8.676	28.639	30.705	9.993	6.207	16.466	6.969	34.254	20.428	8.592	4.076
Comércio	21.759	20.207	21.092	18.693	22.154	27.278	19.086	17.309	13.444	10.091	9.238	14.214	478	3.048
Serviços	39.985	22.318	25.922	29.043	45.542	48.766	39.207	25.472	21.139	23.074	19.025	30.364	829	19.089
Administração Pública	1.723	137	1.529	804	22	198	829	551	672	38	796	324	1.639	1.913
Agropecuária, Caça, Pesca e Extração Vegetal	3.185	1.081	3.135	3.481	66	6.347	4.882	2.007	951	361	3.193	400	2.599	7.822
Total	90.777	81.888	79.421	59.549	108.545	133.130	83.161	43.341	53.732	22.920	18.889	11.087	105	36.974

Fonte: SEI e MTE/CADEO
 Obs.: Atualizado em 27/11/2018 pela SDC/SE/DM/IN/COE
 *Os dados a setembro de 2018



Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana

Mercado de trabalho



Panorama da Economia Baiana

Mercado de trabalho

Rendimento real médio mensal no trabalho principal* e ocupados, por setores de atividade econômica – Bahia – 2006 / 2016

Ano	Setor	Estrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agricultura, extrativa vegetal, caça e pesca
2006	Rendimento	7.740,82	2.115,46	3.969,94	1.702,05	1.137,35	1.843,85	2.243,29	993,73
	Ocupados	13.814	187.637	15.588	77.470	290.555	507.820	528.224	80.367
2016	Rendimento	8.013,68	2.489,91	4.740,69	2.216,82	1.471,86	2.182,11	3.474,38	1.381,64
	Ocupados	14.696	213.190	19.718	112.923	441.279	720.857	544.482	89.028

Fonte: IBGE-PIAD Contínua. Elaboração de SEI a partir do IBGE.

Nota:

Os rendimentos médios somente foram considerados inferiores com rendimento maior do que zero.
Os rendimentos de 2006 foram expressos em reais de 2008.



Panorama da Economia Baiana

Investimentos previstos 2017 – 2020



Panorama da Economia Baiana

Investimentos previstos – 2017-2020

Por setores de atividade econômica



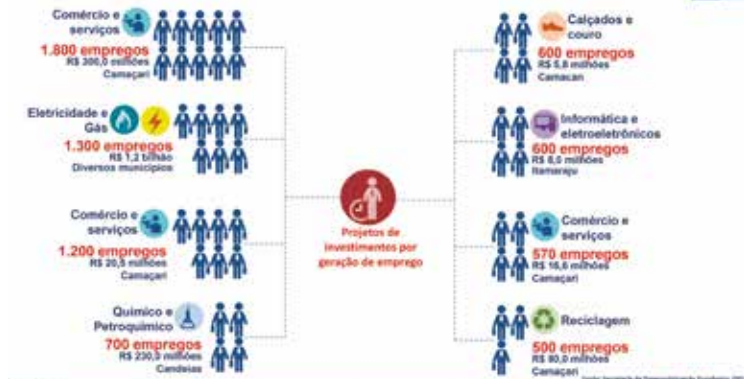
Fonte: Secretaria de Planejamento (SEI) 2017



Apresentação dos expositores

Panorama da Economia Baiana

Investimentos previstos – 2017-2020
Por geração de emprego



Panorama da Economia Baiana

Caracterização geral

PIB per capita Brasil, Nordeste e Bahia – 2002-2015

Ano	Brasil	Nordeste	Bahia		
	PIB Per capita	PIB Per capita	NE / BR	BA / BR	
2002	8.440,27	3.956,96	0,47	4.388,28	0,52
2003	9.596,28	4.426,21	0,46	4.959,56	0,52
2004	10.781,70	4.991,95	0,46	5.695,90	0,53
2005	11.784,85	5.543,93	0,47	6.390,66	0,54
2006	12.900,59	6.100,71	0,48	6.834,90	0,53
2007	14.784,96	6.876,79	0,47	7.764,51	0,53
2008	16.400,61	7.649,53	0,47	8.389,37	0,51
2009	17.406,67	8.432,46	0,48	9.424,00	0,54
2010	20.371,64	9.849,05	0,48	11.013,11	0,54
2011	22.748,72	10.904,53	0,48	11.817,87	0,52
2012	24.826,15	12.114,67	0,49	12.879,59	0,52
2013	26.521,15	12.985,53	0,49	13.616,22	0,51
2014	28.500,24	14.329,13	0,50	14.803,95	0,52
2015	29.326,33	15.002,33	0,51	16.115,80	0,56

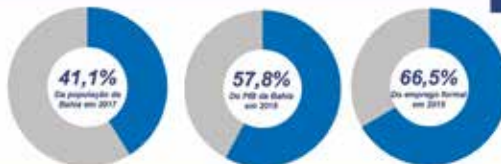
Fonte: IBGE (2017); NE (2015)



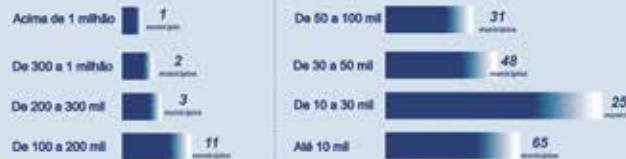
Panorama da Economia Baiana

17

Municípios com mais de 100 mil habitantes



Municípios por faixas de população – 2017



Fonte: IBGE (2017); SEI (2017)



Panorama da Economia Baiana

Secretaria de Desenvolvimento Econômico
www.sde.ba.gov.br

Superintendência de Desenvolvimento Produtivo – SDP
jfreitas@sde.ba.gov.br

Apresentação dos expositores

SETOR PETROQUÍMICO
BAHIA

37,3% da produção nacional de petroquímicos básicos
maior UF produtora concentrada na BRASSEM (2017)

12mi ton capacidade instalada
produtos químicos e petroquímicos do Polo Industrial de Camaçari (2017)

45.000 empregos gerados
(2017)

Fonte: PROCEL / ENR

SENAI CIMATEC

PONTOS CRÍTICOS PARA COMPETITIVIDADE
BAHIA – recursos humanos

Remuneração mensal média na indústria de produtos químicos de uso industrial, unidades da federação, 2016, em R\$

UF	Remuneração Média (R\$)
AL	10.000
BA	9.500
CE	8.500
DF	8.000
ES	7.500
GO	7.000
MA	6.500
MS	6.000
MT	5.500
PA	5.000
PE	4.500
PI	4.000
PR	3.500
RJ	3.000
RN	2.500
RS	2.000
SC	1.500
SP	1.000
TO	0.500

- Custos de mão de obra acima da média nacional
- Elevados custos de parada. Acordos coletivos para terceirizados são mais onerosos
- Bloqueios sistemáticos ao acesso de funcionários

SENAI CIMATEC

PONTOS CRÍTICOS PARA COMPETITIVIDADE
BAHIA

- logística**
suprimentos, matéria-prima e logística
- recursos humanos**
custos de mão de obra, movimentos sindicais, acordos coletivos
- infraestrutura**
urbana e industrial
- tecnologia e inovação**
equipamentos, integrações com ICTs e engenharia financeira

SENAI CIMATEC

PONTOS CRÍTICOS PARA COMPETITIVIDADE
BAHIA – infraestrutura

- **Pavimentação precária das vias de acesso ao Polo** - acostamentos mal conservados, buracos e solo irregular.
- **Segurança insuficiente** - furtos de patrimônio públicos e das indústrias. Consequente danificação de equipamentos, ocasionando paradas de plantas.
- **Iluminação insuficiente**

SENAI CIMATEC

PONTOS CRÍTICOS PARA COMPETITIVIDADE
BAHIA – tecnologia e inovação

Capacidade de inovar e de acessar recursos e serviços tecnológicos que facilitem a efetiva participação das empresas no movimento da Indústria 4.0

- Deficiência de infraestrutura básica (fibra ótica, cobertura de banda larga, telefonia);
- Carência de fornecedores locais qualificados em virtude de lacunas deixadas pelo fechamento de importantes atores e novas demandas tecnológicas;
- Necessidade de aproximação e integração das empresas com ICTs locais (especialmente em virtude de competências destacadas disponíveis, tais como a supercomputação);
- Necessidade de financiamento público a projetos de inovação, especialmente, em estágios iniciais e de maior risco tecnológico.

SENAI CIMATEC

DESAFIOS
PRODUTIVIDADE

FATORES PREPONDERANTES AO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO BRASIL: FORÇAS PRINCIPAIS

Capital Humano

Inovação

PRODUTIVIDADE

Fonte: Global Competitiveness Index (2016)

ANO	UE/FVRA	BAHIA	AMÉRICA	EUROPA
2008	271	801	801	801
2012	271	801	801	801
2016	271	801	801	801

Fonte: PISA (2015)

37% (2017)

69% (2017)

Fonte: Global Innovation Index (2017)

SENAI 4.0

SENAI CIMATEC

Apresentação dos expositores



“Panorama e perspectivas da indústria baiana: Tendências, desafios e oportunidades para o setor automotivo e o setor de petróleo, gás e petroquímica”

Audiência na Comissão de Desenvolvimento Econômico

Câmara Federal

Dr Luís Eduardo Duque Dutra
Professor Adjunto - Escola de Química

L.E.Duque Dutra



UFRJ

21 de novembro de 2018

1

Campos maduros abandonados e áreas inexploradas

Bacias do Nordeste ainda guardam *mais de duzentos milhões* de barris recuperáveis, Enquanto a bacia de Campos guarda *mais de quatrocentos milhões* de barris recuperáveis.

Campos maduros: *sem escala não interessam* as multinacionais

Empresas locais, independentes, k fechado promovem maior densidade industrial e geram muito mais emprego

Fracasso da abertura:

- Beneficiou as grandes petroleiras
- Nenhum apoio efetivo para o pequeno negócio



Foco exclusivo no Pré-Sal

Quase trinta bacias sedimentares e menos de 30 mil poços



L.E.Duque Dutra

Mal da abundância
Menos de um quinto da área explorada

1

Apresentação dos expositores

Transição energética e ativos encaçados

4/5 das reservas minerais fósseis até 1/2 das reservas de óleo e gás conhecidas

Demanda por combustíveis derivados de petróleo satura entre 2035 e 2045 e certamente cai a partir de 2050

Alto risco de se tornarem encaçados: *Stranded Asset*

Estratégia:

- Majors
- Grandes estatais

Últimas fronteiras:

- 1) Óleo profundo
- 2) *Light tight oil*
- 3) Gás não convencional
- 4) Gás natural

não serão aproveitadas em razão do limite de emissões de CO²

- Estrutural
- Tecnológica
- Geracional
- Social



• Países exportadores

- Criar valor:
- 1) Derivados leves
 - 2) GNL e GNC
 - 3) Química do gás
 - 4) Refinaria + Petroquímica

L.E. Duque Dutra

4

Natureza do desafio na Bahia

Berço do petróleo e do modelo tripartite = da química brasileira

- Acentuado declínio dos campos maduros
- Lenta de resposta da Petrobrás e falta de efetividade das medidas regulatórias

Atualidade

Perspectiva

Milhões de barris serão abandonados nos próximos cinco anos
Atividade exploratória reduzida ao mínimo em terra

Respostas:

- 1) Política de recuperação de jazidas em terra

- Abertura do mercado às independentes
- Desinvestimento Petrobrás e devolução de áreas

2) Gás natural:

- Diversificação das fontes de abastecimento
- Não convencional (Recôncavo e São Francisco)
- Terminal de liquefação
- Biometano

- 3) Base industrial e cadeia de valor:

Refino



Petroquímica



Gás-Química

L.E. Duque Dutra

6

Tripla desafio da política petrolífera

Horizonte temporal: 20 a 30 anos

Urgência: planejamento de médio e longo prazo

- 1) Abandono prematuro
- 2) Reservas encaçadas
- 3) Novo ciclo exportador Pau-Brasil, ouro, açúcar, borraça, café e ... Óleo cru

Vantagens comparativas:

Fronteira mais cobiçada pelas grandes petroleiras
Centenas de milhões de barris deixados de lado
Disponibilidade de capital, tecnologia e mão de obra

A montante

A jusante { Entre os dez maiores mercados consumidores
Entre as dez maiores indústrias químicas do mundo (já foi a 5ª)
Atração de capital externo inabalável depois de 2012

A longo prazo { Gás natural associado do pré-sal
Área inexplorada nas bacias sedimentares
Recursos naturais renováveis em abundância

L.E. Duque Dutra

5

O gás natural como a ponte para o futuro

Óleo e dólar = gargalos seculares da economia brasileira

Recôncavo (CNP): Campo de Candeias + Ref. Nacional (Faz. Mataripe)
Landolfo Alves (Petrobrás, 1953 e 57) => Polo Petroq. de Camaçari (1978)



Modelo de Substituição das Importações



Meados da década de 1990, 20 anos depois dos 2 "choques":
o Brasil importava metade do petróleo, queimava quase todo o gás natural, mas, era praticamente autossuficiente em derivados e químicos

Século XXI

2004/18 => Reservas cambiais
2006/08 => Descobertas do pré-sal

=> + US\$ 360 bilhões
=> 40 a 50 bilhões barris recuperáveis

Fora do Oriente Médio, maior potencial para descoberta de jazidas gigantes

Gigantescos volumes de gás natural associado

L.E. Duque Dutra

2

Apresentação dos expositores

Material de interesse sobre o assunto

Christophe MCGLADE, Paul EKINS (2015). The geographical distribution of fossil fuels unused when limiting global warming to 2° C , *Nature*, v. 517, pp. 187-190, 8 January

IRENA (2017). *Stranded assets and renewables: how the energy transition affects the value of energy reserves, buildings and capital stock*, International Renewable Energy Agency (IRENA), Abu Dhabi, www.irena.org/remap.

Robert D. CAIRNS (2018). Stranded cost of Erewhom. *Energy Police*, v 121, pp. 248-251.

BP (2018) . *Advancing in energy transition*.

SHELL (2018). *Energy transition report*.

L.E. Duque Dutra

7

A miséria e a fortuna do petróleo



L.E. Duque Dutra

8



Luís Eduardo Duque Dutra
duquedutra@uol.com.br


L.E. Duque Dutra

8



Apresentação dos expositores



- O Brasil dispõe de mecanismos legais para melhorar a competitividade da matéria-prima 
- Lei do Gás – possibilita a adoção de uma política para o gás natural matéria-prima;
 - Lei da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) – permite a realização de leilão de óleo e gás da União com o objetivo de ampliar a cadeia de refino e petroquímica;
 - GEDIQ – Grupo Executivo do MDIC - está estudando oportunidades de investimento na indústria química;
 - ANP discutindo o compartilhamento da atual infraestrutura da Petrobras (UPGNs, terminais de GNL e gasodutos), medida importante para aumentar a OFERTA de insumos, com maior número de PLAYERS.



- Ainda existe uma importante janela de oportunidade, que pode ser o diferencial do Brasil 
- Gás Natural**
- Fertilizantes Nitrogenados: amônia, ureia, sulfato de amônia, nitrato de amônio e fosfatos de amônio.
 - Metanol e Derivados: metanol para a indústria (principalmente resinas termorrígidas) e agronegócio (biodiesel), que deixou de ser produzido no Brasil.
 - Líquidos de Gás: etano, propano, butano e gasolina natural.
- Derivados de gás e óleo (refino)**
- Setor de cosméticos e produtos de higiene pessoal
 - Defensivos agrícolas
 - Químicos para E&P
 - Aromas, sabores e fragrâncias
 - Aditivos alimentares para humanos
 - Tenssoativos
 - Derivados de butadieno e estireno
 - Derivados de aromáticos
 - Lubrificantes
 - Construção civil: cloro/soda/PVC
 - Químicos de fontes renováveis
- Parte dessa riqueza será da União
- 

Apresentação dos expositores

Oportunidades

Contexto global

- Balanco mundial mais favorável à disponibilidade de nafta leve
- Maior relevância do uso de derivados de petróleo em petroquímica

Contexto local

- Maior produção local de petróleo e gás natural no Brasil
- Renováveis na matriz energética brasileira são crescentes e são fonte de matérias-primas químicas igualmente
- Brasil tem mecanismos legais para aumentar a competição nas matérias-primas fundamentais (petróleo e gás)
- Ambiente de negócios mais favorável

Quais são as oportunidades que o Brasil oferece??

- Tamanho da economia brasileira
- Grandes reservas de óleo e gás
- Uso de energia de fontes renováveis.
- Incentivo ao desenvolvimento sustentável dos demais setores
- Mudanças setoriais
- Química 4.0.

O que já se perdeu ou se pode perder de oportunidades?

- Fertilizantes: 3 plantas de amônia-uréia da Petrobras-FAFEN;
- Polímeros para silicone: Evonik constrói nova planta em silano na Alemanha;
- MDI: Covestro investirá 1,5 bilhão de euros em nova fábrica de MDI de escala mundial no Texas (EUA);
- Petroquímica: US\$ 25 bilhões mega projeto de refino ("petróleo se preparando para a queda no consumo de combustíveis no futuro) – China e Arábia Saudita;
- Metionina: Evonik inicia a construção do segundo complexo em Cingapura;
- As novas refinarias petroquímicas: quatro vezes mais petroquímicos produzidos;
- Gás Natural de Vaca Muerta: aportará em 2027 mesmo nível de divisas atuais; volta das exportações de gás da Argentina para o Chile;
- Estados Unidos é atualmente o maior produtor mundial de petróleo;
- Brasil se torna o maior fornecedor de óleo bruto para refinarias independentes da China.

Em vermelho estão as oportunidades que haviam sido identificadas para Brasil pelo estudo de Rato Company e S&S Energy

Fontes: Petro & Química e Maxiquim.

O cenário mundial de refino passará por transformação, com tendência mais favorável à petroquímica

- Carros Elétricos: Os carros elétricos diminuirão a demanda de gasolina, modificando a configuração das refinarias.
- Carros Compartilhados: O compartilhamento de carros pode ter impacto negativo na demanda de carros e combustíveis.
- Carros Autônomos: A tecnologia dos carros sem condutor pode aumentar a mobilidade e a eficiência e diminuir a tráfego e o consumo de combustíveis.
- Energia Renovável: A energia renovável mudará drasticamente a matriz energética mundial, diminuindo a parcela de fósil (petróleo, gás e carvão).

CONSUMO DE GASOLINA/DIESEL PETRÓLEO (decreasing)

CONSUMO DE PETROQUÍMICOS (increasing)

Considerações finais

- A indústria química possui papel relevante e geradora de empregos de qualidade e bem remunerados e propulsora de uma longa cadeia na economia;
- Matéria-prima competitiva com contratos de longo prazo é determinante para a sobrevivência e o crescimento do setor;
- No futuro, dois pontos se destacam:
 - ✓ aumento da produção de óleo e gás dão condições para viabilizar a retomada da indústria química, especialmente pelo seu papel fundamental e estratégico para a cadeia de refino;
 - ✓ tendência de recuo da produção de combustíveis pela entrada dos carros elétricos.

Por fim, já existem mecanismos legais que podem ser utilizados pelo governo para criar uma PONTE entre o presente ainda de restrições e o FUTURO promissor, garantindo a sobrevivência do parque instalado e possibilitando a sua expansão.

Gás Não Convencional na América do Sul

COLOMBIA

- CBM: 17 Tcf de recursos in situ; 7 Tcf recuperáveis
- Shale gas: 30 Tcf de recursos estimados
- Tight gas: 10 Tcf de recursos

PERU

- Tight gas: Identificados grandes recursos em Camisea

ARGENTINA

- Tight Gas: Já em produção; reservas de Neuquén de 20 Tcf
- Primeros poços de shale gas

BRASIL

- Segunda maior reserva de xisto do mundo
- Shale gas: ANP fazendo sísmica e definindo áreas para licitação
- Tight Gas: Recursos no Maranhão e São Francisco

Source: OI International, February 2010.

Fonte: ChemVision.

Apresentação dos expositores

O shale Gas e o boom americano na Química

O exemplo americano de agregar valor aos recursos naturais merece ser apreciado e precisa ser seguido.

NEW MANUFACTURING PROJECTS ARE GROWING OUR ECONOMY & CREATING JOBS

325 new chemical industry projects due to shale gas*

- \$194 billion in new capital investments
- 468 thousand new jobs added by 2020
- \$337 billion in new economic output

A revolução da química americana e seus efeitos multiplicadores sobre a economia pós advento do shale gas.

THE CHEMICAL INDUSTRY IS LEADING EXPANSION IN U.S. MANUFACTURING

*Completed, announced, planned chemical industry projects announced to April 2014.
americanchemistry.com/Policy/Energy/Shale-Gas

DESAFIOS DO SETORES INDUSTRIAL E AUTOMOTIVO

Rogelio Golfarb

Novembro de 2018

Um outro futuro é possível

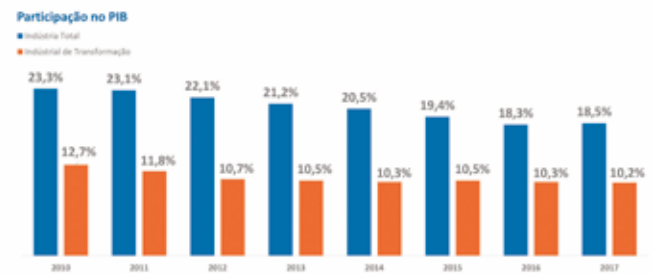
A Abiquim elaborou uma lista de 73 propostas que, se implementadas, vão permitir a retomada do crescimento da produção e dos investimentos na indústria química, além de um salto de competitividade para o setor.

Essas propostas, que não resultam em aumento dos gastos públicos, nem em benefícios negativos a outros setores econômicos, contemplam 6 dimensões:

- Matéria-prima
- Energia
- Logística
- Inovação e Química 4.0
- Comércio exterior
- Regulação

Fonte: Deloitte.

Participação da Indústria no PIB Nacional



PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PRODUTO INTERNO BRUTO TEM REDUZIDO NOS ÚLTIMOS ANOS

Obrigado!

Fernando Figueiredo
Presidente-Executivo

Indústria de Transformação e Recuperação do PIB



A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, QUE INCLUI O SETOR AUTOMOTIVO, VEM CONTRIBUINDO PARA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

Apresentação dos expositores

Sobre a Indústria Automotiva Brasileira



Produção Industrial Nacional



Setor Automotivo na Bahia



- 1 Fábrica de Veículos (Ford)
- 1 Fábrica de Motores (Ford)
- 1 Centro de Engenharia (Ford)
- 28 Autopartistas
- 183 Concessionárias
- 212 mil Veículos Produzidos (2017)
(7,8% do volume nacional e 66,1% do volume do NE)

O Panorama e as perspectivas da Indústria Baiana: Tendências, desafios e oportunidades Setor de Petróleo e Gás

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA

21 de novembro de 2018

FIEB 70 ANOS

Operação Ford na Bahia



Participação da Produção de Petróleo da Bahia no Brasil (1942 – 2018)



Fonte: ANP. Elaboração FIEB/SOL
Nota: Dados de 2018 até setembro

Apresentação dos expositores

Produção Industrial - Bahia

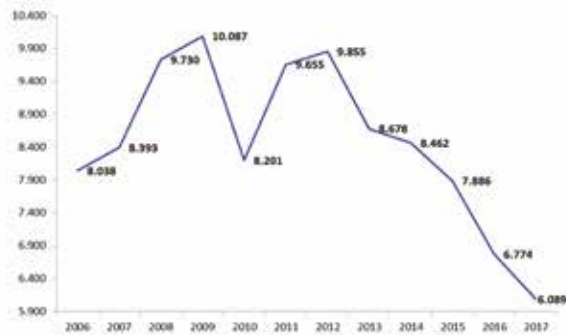


Bahia: Comparativo - Reservas x Produção de Gás Natural (2001 - 2017)

	Antes de Camamu 2001	Entrada Camamu 2007	Atual 2017
Reservas x Produção (milhões m³)			
Reservas Provadas (a)	22.857	34.893	14.535
Reservas Totais (b)	36.493	51.282	21.670
Produção Anual (c)	1.967	2.646	2.587
Relação (anos)			
Provadas x Produção (a/c)	11,6	13,2	5,6
Totais x Produção (b/c)	18,6	19,4	8,4

Fonte: ANP. Elaboração FIEB/SDI.

Bahia: Evolução do Emprego na Indústria de Petróleo e Gás (2006-2017) (em número de empregados)



Estimativa de Cenário de Aumento da Produção de 23 mil barris/dia

Impactos na Produção e Emprego				
Aumento da Produção (em R\$)	Emprego Direto (em unid.)	Emprego Indireto (em unid.)	Emprego Efetivo-Rendera (em unid.)	Total de Emprego- Gerado (em unid.)
1.320.944.302	527	4.921	19.279	24.727

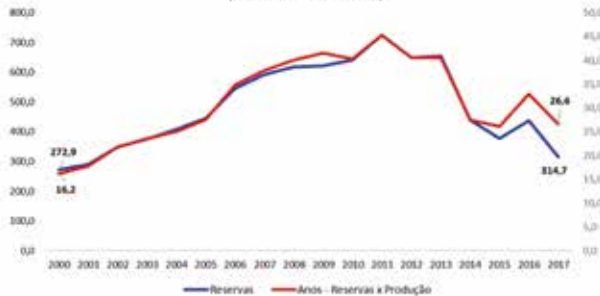
Impactos na Geração de Salários

Salários Diretos (em R\$)	Salários Indiretos (em R\$)	Salários Efetivo-Rendera (em R\$)	Total de Salários (em R\$)
127.634.387	188.825.564	352.153.507	668.613.458

Arrecadação Adicional de Royalties

Arrecadação Estado (em R\$)	Arrecadação Município (em R\$)	Arrecadação Total (em R\$)
142.185.790	126.089.250	268.275.000

Bahia: Reservas Totais x Produção de Petróleo (em milhões de barris e em anos)



Pontos de Reflexão

1 – Mais importante que o operador do poço são os empregos, royalties e os negócios que são gerados na atividade de exploração de petróleo;

2 – A atividade de petróleo na Bahia é rentável e tem elevado potencial para crescer, gerando efeitos diretos sobre toda a economia. Para isso é preciso que haja investimentos no aumento da produtividade dos campos maduros.

3 – Estudos mostram que um aumento da produção de petróleo gera grandes impactos na economia do estado.

Panorama e perspectivas da Indústria Baiana:

Tendências, desafios e oportunidades para os Setores da Mineração, Energia Renovável e Agropecuária.



Deputado Daniel Almeida encerra os painéis setoriais.

28 de novembro de 2018

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Bom dia.

Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, aprovada pelo Requerimento nº 156, de 2018, de minha autoria, que tem como objetivo debater o tema Panorama e perspectivas da indústria baiana: tendências, desafios e oportunidades para os setores de mineração e energia renovável. Esta audiência está sendo transmitida pelo Youtube no canal da Câmara dos Deputados.

Convido para compor a Mesa a Sr. Laís da Cunha Maciel Lafuente, Diretora de Desenvolvimento de Negócios da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia; o Sr. Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica; o Sr. Rafael Avena, Diretor Técnico da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral — CBPM; e o Sr. Manoel Valério, Diretor Presidente da Mineração Caraíba S/A.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tempo em debate e disporá de até 15 minutos para as suas

considerações, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados inscritos poderão interpelar os expositores por até 3 minutos, podendo haver réplica e tréplica também pelo tempo de até 3 minutos.

Queria agradecer aos convidados a presença. Tínhamos também a intenção de tratar do tema relacionado ao agronegócio na Bahia, que tem expressão importante, mas, em razão da agenda e da dimensão do debate, como o tempo ficaria muito alongado com mais de quatro exposições, faremos o debate acerca dessa temática em outra oportunidade.

Imediatamente passo a palavra ao Sr. Manoel Valério, representando a Mineração Caraíba, para sua exposição.

O SR. MANOEL VALÉRIO - Bom dia a todos. É um prazer estar aqui para mostrar a nossa empresa dentro do cenário de desenvolvimento baiano.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Mineração Caraíba é uma empresa tradicional de mineração no Estado, na Região Nordeste, com quase 40 anos de atividades, desde 1979, 1980. Nós trabalhamos com minério de cobre e produzimos concentrado de cobre, que normalmente vendemos para uma metalurgia localizada em Dias d'Ávila, a Caraíba Metais. Eu vou fazer uma apresentação rápida da nossa empresa, para um melhor entendimento, e das nossas perspectivas futuras.

Nós temos uma política integrada de gestão. Toda empresa tem sua política integrada. Direcionamos todas as nossas atividades baseados em visão, valores, etc. Como já disse, a nossa empresa produz cobre na Bahia e produz também ouro em Mato Grosso. Hoje temos três minas em operação na Bahia, na Região Nordeste, onde produzimos cobre, e uma mina em Nova Xavantina, no Mato Grosso, onde produzimos ouro, e

temos também um projeto de produção de cobre em Tucumã, no Pará.

Essa é uma cronologia interessante da empresa. Conforme eu disse, ela foi criada na década de 70. Ela era uma empresa estatal, com um projeto minero-metalúrgico, mineração no interior e metalurgia em Salvador. Depois separou, privatizou a metalurgia e ficou a mineração estatal, depois privatizou a mineração e hoje nós temos a mineração já com novos acionistas. Nós tivemos a compra do controle por um grupo canadense. Isso aconteceu no final de 2016, após uma situação bem crítica da empresa, com aquelas chuvas fortes que aconteceram no Nordeste e que, por incrível que pareça, inundaram a mina.

Chegou-se ao ponto de parar a operação, e depois, em face do potencial da região, houve interessados. Nós entramos em recuperação judicial, e hoje estamos olhando para frente, com boa visão e boa atuação na produção na área mineral.

Esse eslaide mostra a localização da Mineração Caraíba no nordeste da Bahia. Fica próximo a Juazeiro e Petrolina, mais ou menos a uns 120 quilômetros. Vejam o Rio São Francisco. A setinha vermelha mostra onde é que está a mina, e Salvador está mais embaixo.

Aqui há um pouco mais de detalhes para mostrar essa região escura no lado direito e o potencial da área. Temos uma área de mais de 100 quilômetros extensão, 30 de largura. E nós temos três regiões. Os pontinhos em vermelho são as minas em operação: uma no sul, com a planta de beneficiamento; uma no centro; e uma no norte, que é a nova mina que começou a operar no segundo semestre deste ano.

Para terem ideia, o Rio São Francisco está no centro e nós captamos água do Rio São Francisco, a energia elétrica vem de Sobradinho. Vejam toda a infraestrutura de estradas, os caminhos que vão para Salvador ali no quadro. Isso é para terem ideia de como é a infraestrutura que faz com que a mina opere.

Este eslaide mostra a influência regional da empresa. Em verde mais claro, o Município de Juazeiro; o Município de Curaçá em cima à direita; Jaguarari e

a cidade de Uauá. Vejam que a mineração que fica na parte sul dessa área escura tem um raio de influência de 60 quilômetros, que envolve cinco Municípios — aqui embaixo está Monte Santo também.

Então, os direitos e a influência mais direta está nos três Municípios de Juazeiro, Curaçá e Jaguarari que os senhores estão vendo destacados. É para dar uma ideia da influência da mineração da empresa nessa região. É muito importante e influencia todos os Municípios vizinhos.

Agora mostramos o complexo industrial. Antigamente, nós começamos bem em cima, pode-se ver que havia uma cava antiga, a primeira mina a céu aberto que foi exaurida, e nós continuamos com as instalações, abrindo minas ao longo daquela região que influencia todos esses municípios.

A partir de 2016, a empresa tem um novo controlador, que se chama ECC — Ero Copper Corporation, com sede em Vancouver, no Canadá. Ela tem o controle total da empresa e, para alavancar a companhia, entrou na Bolsa de Valores de Toronto já em 2017, e foi o segundo melhor desempenho da bolsa no ano passado. Então, já investiu mais de 100 milhões de dólares para reiniciar as operações, construir a nova mina, explorar e desenvolver o Vale do Curaçá, trazendo desenvolvimento para região. Isso é importantíssimo.



Manoel Valério, Diretor Presidente da Mineração Caraíba S/A.

Estes são os objetivos estratégicos da companhia: crescimento com recursos e reserva, para poder aumentar a vida útil e a empresa perdurar por mais tempo; aumento da produção, pois temos uma capacidade ociosa de 35%, precisamos de reserva e de mina para aumentar essa capacidade e trazer mais emprego e renda para a região. É isso o que nós estamos fazendo. E, claro, olhar a eficiência para ser competitivo no mercado, com a redução de custo. São esses os três objetivos estratégicos que praticamente toda empresa de mineração deveria ter.

Essa é uma mostra do foco principal da empresa, conforme aquela parte escura que mostrei, com os direitos minerários e a influência regional. Aqui nós temos um pouco mais de informações. É a mesma área em amarelo, que mostra a abrangência da pesquisa geográfica e o foco que a empresa está tendo para abrir novas minas. Neste ano foi feito um levantamento aéreo, com um pouco mais de detalhes, num espaçamento de até 100 metros de linha. Foram investidos 5.5 milhões de dólares com pesquisa geofísica. Agora nós estamos partindo para campanhas de sondagem mais pesadas nessa região. Estamos prevendo mais de 160 mil metros de sondagem nessa região no próximo ano. É uma atuação muito forte da empresa, que vai, claro, trazer benefícios com projetos de abertura de novas minas aqui na região.

Esse eslaide mostra o nosso pessoal. A Mineração Caraíba é a principal empregadora da região, gerando 3.219 empregos diretos, sendo 1.719 próprios e mais de 1.500 terceiros na região. Na matriz, nós temos a planta de beneficiamento. Aqui vemos a mina de Vermelhos, que é aquela mais distante. O nosso escritório está localizado em São Paulo. Note-se que os terceiros são colaboradores que trabalham conosco formando a mesma equipe. Temos também 282 funcionários que trabalham numa mina localizada em Mato Grosso.

Esse é o nosso ciclo de investimentos. Nós temos mais de 100 milhões de dólares investidos. A produção de cobre está localizada no Vale do Curaçá. Nós buscamos o crescimento sustentável na nossa indústria

de mineração. A ideia é criar mais 1.200 novos empregos daqui para frente, nos próximos 5 anos. Nós vamos ver um pouco mais, na parte de retorno, o que nós estamos fazendo. É uma visão realmente agressiva e forte de longo prazo. Nós contribuimos muito para as regiões de Jaguarari, Juazeiro e Curaçá. A mineração tem uma forte influência na região. Estamos desenvolvendo fornecedores locais para que sejam nossos parceiros em nossas demandas por serviços e materiais.

No que se refere à sustentabilidade e ao crescimento, temos uma parceria forte. Trata-se de uma região semiárida. Nós temos projetos socioambientais muito importantes e, juntos, damos nossa contribuição. Temos a questão da água, dos animais, da seca, mas nós sempre formamos uma boa parceria lá na região no intuito de beneficiar as comunidades que estão em volta do projeto.

Este é um gráfico aparentemente complicado. Aqui embaixo temos o período de longo prazo. Do lado esquerdo, essa parte escura é o que temos hoje. Essa partezinha estreita, da cor mais escura para a mais clara, são as nossas melhorias de processo e aumento de produção. Nós temos aquilo garantido pelo mercado e estamos além daquilo que está no mercado.

Essa segunda fase, em que vemos uma listra vermelha e outra também vermelha, diz respeito ao desenvolvimento de reservas para abertura de novas minas. No ano passado nós produzimos 20 mil toneladas de cobre. Neste ano vamos produzir 30 mil toneladas e, daqui a 2 ou 3 anos aproximadamente, vamos produzir 60 mil toneladas. Então, é uma alavancagem positiva, e nós vamos trazer muitos benefícios para todos os stakeholders envolvidos.

Esse quadro mostra como nós vamos evoluir. A pesquisa é forte, um dos alvos para chegar ao longo do ano.

Essas são as nossas responsabilidades sociais, como, por exemplo, o amparo às pessoas e às comunidades ao redor, como eu já disse. Nós criamos projetos e temos uma equipe dedicada a isso. É muito interessante, porque nós estamos vendo os resultados. É um processo que não é de hoje, já vem acontecendo. O respeito



ao meio ambiente é uma premissa básica. Em relação à qualidade de vida das pessoas, o distrito dá muita condição para que a comunidade tenha boa moradia, escola, etc. Outra responsabilidade social é a redução dos impactos da seca. Nós beneficiamos mais de 100 mil pessoas na região, com o abastecimento de água, envolvendo distritos e cidades. Nós conduzimos a água do rio para a mina através de uma adutora. Para vocês terem ideia, 80% da água é distribuída e 20% é consumida no processo industrial. Então, é um negócio muito forte. Já abastecemos até cidades. Por exemplo, Uauá é abastecida com a água do rio que vai até a mina.

Vemos aqui exemplos dessas comunidades e das nossas campanhas, como o Projeto Renascer, que atende pessoas viciadas em drogas, campanhas de doação de sangue, hortas comunitárias, bibliotecas, enfim, uma série de campanhas que promovemos na região.

No que se refere ao meio ambiente, é claro que nós temos que cumprir as regras. Temos um bom relacionamento com o órgão ambiental do Estado. Com isso, nós mantemos as nossas licenças e fazemos até um pouco mais, buscando inovar as nossas práticas de atender aquilo que já existe e avançar mais ainda nessa questão ambiental. Nós paramos de depositar rejeitos em bacias, que é uma prática da mineração hoje muito problemática. Estamos fazendo a codisposição de rejeitos, junto com pilhas antigas de estéril. Trata-se de uma decisão inovadora que está trazendo bons resultados.

No tocante à redução dos impactos da seca, nós abastecemos mais de 150 carros-pipas por mês. Temos bebedouros espalhados naquela região para os animais não morrerem de sede na época de seca, como a que nós estamos enfrentando agora. Nós administramos isso, fazendo a limpeza de aguadas. Quando chove, construímos reservatórios para as pessoas conviverem melhor com a situação crítica da seca.

No que se refere à qualidade de vida das pessoas da comunidade, nós temos programas de incentivo à educação, como o Programa Jovem Aprendiz. Na escola as pessoas têm noções básicas — principalmente as mais carentes, de 18 a 20 anos — de como trabalhar no

setor de mineração. Nós promovemos cursos de qualificação profissional mais práticos, com a duração de 1 ano e meio, 2 anos, para que os alunos possam ser absorvidos pela empresa. Nós desenvolvemos a qualificação no local. Essas pessoas entram no mercado de trabalho como auxiliares, mas têm conhecimento de que como vão trabalhar na mina.

Nós temos outras ações relacionadas à caprinovinocultura. Estamos desenvolvendo projetos com a participação da comunidade. Nós pretendemos avançar na cadeia produtiva, com a instalação de minilaticínios. Há todo um plano de desenvolvimento sustentável, independente das atividades da mineração, para que, quando ela acabar — e sabemos que o minério vai acabar um dia —, a comunidade possa continuar.

Vemos aqui uma tabela bem ilustrativa que mostra os nossos tributos. O que nós geramos com isso? Destaco o ano de 2018. Os impostos federais, estaduais e municipais correspondem a aproximadamente 110 milhões de reais por ano. Mas, daqui a 3 anos, em 2021, esse valor vai duplicar. A nossa projeção, como vocês viram ali, é de 220 milhões de reais para essa região, seja de imposto federal, que é o mais alto, seja de impostos estaduais e municipais. Há também um imposto muito importante, que é motivo de grande discussão com relação ao Código de Mineração, que é a CFEM. Em 2018, por exemplo, 10 milhões de reais vão diretamente para União, Estados e Municípios — 65% para o Município, 25% para o Estado e 12% para a União. Isso aumenta a produção e os impostos. Como os outros impostos duplicaram, a CFEM vai duplicar também, de 10 milhões para 20 milhões de reais por ano, em 2021, o que é um resultado bastante positivo para a região. É preciso melhorar cada vez mais a parte de infraestrutura de estradas. Nesse caso, temos que discutir essa questão com o Governo do Estado. Vejam que, nessa região, precisamos lincar essas comunidades para que as produções e os próprios projetos sociais fluam rápido. Precisamos fazer parcerias com vista à melhoria da infraestrutura na construção de estradas e, principalmente, de acessos. Esse último eslaide faz um apa-

nhado geral sobre os nossos benefícios iniciais de investimentos para o Brasil e a Bahia para os próximos 5 anos. Conforme eu disse, nós temos 3.200 empregos e vamos gerar mais 1.200 empregos diretos. As taxas de royalties que vamos pagar nos próximos 5 anos chegarão a mais de 625 milhões de reais. Não estou falando de 2 anos, mas de 5 anos.

Fazendo uma projeção para os próximos 5 anos, teremos mais de 1,6 bilhões de reais em pagamentos de fornecedores. O nosso faturamento, a nossa venda de concentrado vai ser, evidentemente — e para gastar isso eu tenho que faturar —, em torno de 4,3 bilhões de reais.

Este cenário mostra como a empresa vai crescer, em 5 anos, gerando emprego e renda e trazendo qualidade de vida para a região, para o Brasil, para a Bahia e para todo o mundo. É uma empresa muito atuante e investe pesado em pesquisa e exploração. Ela tem uma visão de longo prazo, o que é muito importante. No que diz respeito à mineração, nós temos sempre, no Brasil, uma visão de curto prazo, porque queremos receber o dinheiro logo. Precisamos ter uma visão de longo prazo. Isso é muito importante.

É isso. Estou à disposição dos senhores. Não sei se eu fui muito rápido, mas era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradeço ao Sr. Manoel Valério a exposição, que foi realizada no tempo adequado. Há muita coisa a dizer com relação ao tema, mas o tempo é curto. É preciso fazer uma síntese, e os eslaides e as contribuições ficarão aqui para constar dos Anais.

Convido o Sr. Rafael Avena, Diretor Técnico da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral — CBPM, para fazer sua exposição.

O SR. RAFAEL AVENA - Bom dia a todos e a todas. Agradeço ao Deputado o convite. Cumprimento todos da Mesa.

Quero dizer que começar a falar da mineração baiana em 10 ou 15 minutos falar da mineração baiana em 10 minutos ou 15 minutos é um pouco difícil, mas eu vou tentar.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. RAFAEL AVENA - Como todo o mundo sabe,

a Bahia é um celeiro de oportunidades. Trata-se de um dos maiores Estados do Brasil, com 564 mil quilômetros quadrados, 1.188 quilômetros de costa e 417 Municípios. O Estado tem um comércio exterior pujante, é a sexta economia do Brasil e o quinto destino preferencial em investimentos estrangeiros, promove a geração de empregos e tem a quarta população do Brasil e a primeira do Nordeste.

A Bahia tem vários segmentos econômicos, com destaque para o agronegócio, o setor automotivo, a energia renovável, a mineração, o óleo, entre outros.

O Estado é pujante em termos de mineração. No Brasil, é o primeiro produtor de urânio, cromo, salgema, magnesita, talco, quartzo, diatomita e vanádio. É o segundo produtor de bentonita, gemas e níquel — embora a produção esteja atualmente paralisada, vai retornar em 2019. É o terceiro na exploração de cobre, água mineral, pedras brutas e pedras preciosas, com mais de 30 variedades de gemas e rochas ornamentais. É importante dizer que o Estado tem 367 mineradoras em atuação e uma produção diversificada, com 46 bens minerais produzidos.

Atualmente, o Estado está começando a produção de diamante, com 230,9 mil quilates, através da Lipari Mineração. Isso gera aproximadamente 15 mil empregos, dos quais mais de 85% são na região semiárida. Isso é importante. Eu sempre digo que o Semiárido baiano é po-



Rafael Avena, Diretor Técnico da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM.

bre em termos de solo, mas é rico em termos de subsolo. Além disso, 100% do território é coberto por aerolevantamentos regionais, uma das principais ferramentas em termos de pesquisa mineral, e por mapeamento geológico, com escala de 1:250.000. Cem por cento do Estado é coberto por mapeamento geológico e 50% é coberto por mapeamento com escala de 1:100.000.

O Estado tem destaque nacional na produção de ouro, vanádio e molibidênio. Na América do Sul, é o único produtor de vanádio; o único produtor do granito azul, o azul bahia, um dos granitos mais caros e lindos do mundo; e o único produtor de mármore travertino, o bege bahia.

Assim como todo o Brasil, o Estado é carente de infraestrutura. A Bahia sofre com a falta de infraestrutura. Conseqüentemente, a mineração sofre com isso. Mas, assim mesmo, temos ferrovias importantes, como a Ferrovia Centro-Atlântico e a Ferrovia Oeste-Leste — FIOLE, que está em desenvolvimento. Há uma luta para que essa ferrovia seja viabilizada, tendo em vista que vai proporcionar uma grande integração de áreas mineralizadas com o Porto Sul, que também está diretamente ligado à FIOLE.

Nós temos quatro portos importantes: três em pleno funcionamento e o Porto Sul, que está em desenvolvimento e vai viabilizar a produção de ferro na Bahia. Com a viabilização do Porto Sul, a Bahia vai se tornar um dos maiores produtores de ferro. O Estado tem hoje mais de 20 bilhões de reservas que não são viabilizadas por falta de infraestrutura.

Este eslaide mostra, de forma bem generalizada, as principais produções minerais baianas comercializadas: cobre, ouro, magnesita, cromo.

Aqui vemos como o Estado é bastante distribuído em termos de minas. Este mapa do Estado todo pontilhado mostra pequenas e grandes minas em atividade. Nós somos um Estado exportador de vanádio, ouro, metais preciosos, magnesita, rocha ornamental, cromita e uma série de bens minerais. Exportamos para vários países, com destaque para Estados Unidos, Bélgica e Holanda. Mas somos ainda carentes e importamos cobre.

Por mais que a Caraíba produza esse bem mineral, nós ainda importamos cobre, fosfato, manganês, titânio.

Temos vários empreendimentos em viabilização, em desenvolvimento. Esses empreendimentos em vermelho estão em áreas da CBPM, da qual vou falar daqui a pouco. Trata-se de areia silicosa de alta pureza para fabricação de vidros especiais, principalmente para energia solar. Nós estamos com dois empreendimentos que vão ser inaugurados até 2020. Temos também a nefelina sienito, o ouro de Iramaia, o zinco, o chumbo e o fosfato de Irecê e o cobre de Curaçá, que é uma pequena mina de cobre. Há outros projetos que não estão em áreas da CBPM, como bauxita de Jaguaquara, ferro de Sento Sé, gipsita, cimento, cromo, grafita para grafeno, areias para filtrantes e barita. São vários depósitos, várias minas que poderão ser viabilizadas entre 2019 e 2022.

Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, eu vou falar sobre a CBPM, por 3 minutos.

A CBPM é uma empresa estadual de mineração, de desenvolvimento mineral do Estado da Bahia, com 45 anos de atividade. Tem como missão induzir e promover o desenvolvimento do setor mineral do Estado. Desde 1972, a empresa desenvolve seus trabalhos e promove o desenvolvimento mineral da Bahia. Foram executados 526 projetos. Atualmente, há 19 contratos de minas em atividade e uma atração de 2 bilhões de dólares em investimentos para o Estado.

Temos hoje cinco minas em áreas da CBPM, que, como eu disse, trouxeram uma atração de investimentos de 2 bilhões de dólares e de 350 milhões de dólares em vanádio. A Brio Gold, Yamana Gold e Leagold vêm desenvolvendo ouro, com investimentos de 420 milhões de dólares. A Mirabela, que é a maior mina de níquel da América do Sul, trouxe investimentos na ordem de 1,2 bilhão de dólares. Destaco também pequenos investimentos de empresas, como a Galvani, que fez investimentos de 20 milhões de dólares em fosfato, e a Clariant, com investimentos de 25 milhões de dólares em bentonita.

Por que nós consideramos a CBPM uma empresa

vitoriosa? Porque, em 45 anos, ela se manteve como a única empresa estadual de mineração, de desenvolvimento mineral, uma espécie de serviço geológico com atração de investimento. Ela é detentora de todo o conhecimento geológico do território baiano. Isso é divulgado através de várias publicações. Nós somos demandados por empresários, por acadêmicos.

A empresa está focada em dois pilares fundamentais: o conhecimento geológico e a descoberta de novas oportunidades minerais. É uma importante empresa para o Estado, porque, ao longo dos seus 45 anos, recebeu do Estado da Bahia investimentos de 600 milhões de dólares, mas, em compensação, com apenas cinco minas inauguradas, a CBPM devolveu ao Estado, em termos de investimento, 2 bilhões de dólares, o que mostra que é uma empresa altamente rentável para o Estado.

Como eu falei, foram executados 526 projetos e foram realizadas 118 licitações ao longo desse período. Além disso, 68 contratos foram assinados. Nós fazemos contrato de pesquisa complementar. A CBPM vai até uma determinada fase e, depois, quando passa a fase de risco, a empresa repassa essas áreas para a iniciativa privada, que, ao transformá-las em minas, devolve à CBPM o pagamento de royalties. Nesse sentido, nos últimos 10 anos, nós recebemos, através desses royalties, cerca de 150 milhões de reais.

O seu trabalho desde 1975 faz com que a Bahia seja hoje um dos poucos Estados no Brasil a ter seu levantamento aerogeofísico completo. Nós temos 100% da área do Estado da Bahia voado por aerogeofísica, que é a principal ferramenta de pesquisa mineral, a maior parte feita pela própria CBPM e outra parte feita pela CPRM.

Atualmente, nós temos 585 direitos minerários: 463 ainda em fase de pesquisa e 122 já em parceria com a iniciativa privada.

Qual é a importância da CBPM? A fase de risco é a que mais afugenta o empresário. A cada mil anomalias, ou seja, a cada mil possíveis ocorrências minerais, apenas uma se torna mina, e o custo vai aumentando à medida que você vai chegando perto dessa mina. Então, a CBPM atua exatamente nessa pior fase, que

é a fase inicial de conhecimento geológico, análise e consolidação de dados, reconhecimento de campo, mapeamento, até chegar à fase 3, em que já há um depósito — pode ser que o depósito não vire mina, mas há um depósito indicado. Então, passa-se isso para a iniciativa privada, que vai definir se pode o não se tornar uma mina. Essa fase é muito importante, porque ultrapassa a fase de risco da mineração.

Graças a essa política, a CBPM tem uma série de empresas estrangeiras e nacionais que são parceiras. É o caso da Largo, que é do Canadá; da Leagold; da Galvani, que é brasileira; da Mirabela, que é australiana e hoje está na mão de um grupo inglês; e por aí vai. Há também a produção de pequenas cerâmicas. A Lagoa Matérias Primas é um grupo português.

Isso viabilizou a produção de cinco grandes minas na Bahia. A Bentonita, que foi inaugurada em 2007, é uma empresa que gera cem empregos, o que é muito importante para a região, e paga royalties de 4% à CBPM. O fosfato de Irecê produziu a parte do supergênico e hoje está prestes a iniciar a parte do fosfato primário. A níquel de Itagibá foi um dos maiores investimentos que a Bahia já teve, em área da CBPM, com investimento de 1,2 bilhão de dólares, e são pagos 2,52% de royalties à CBPM. Essa empresa de investimento, e são pagos 2,52% de royalties à CBPM. Essa empresa foi vendida a um grupo inglês. Está paralisada, mas suas atividades vão ser iniciadas em 2019. O vanádio de Maracás hoje está bombando, com um preço lá em cima e uma produção mundial recorde. Ali está a jazida de maior teor de vanádio do mundo. Houve um investimento de 350 milhões de dólares.

O ouro de Santaluz também vai começar a ser produzido a partir de 2019. Ali há uma área muito importante de produção de ouro.

O que eu posso dizer da CBPM e da mineração baiana? Primeiro, o nosso Estado é o Estado com o maior número de requerimentos. Nós ultrapassamos Minas Gerais em termos de requerimentos. Isso representa o quê? Isso representa que a Bahia hoje é o Estado que mais atrai empresários. Nós somos o 5º em produção, cerca



de mais de 2 bilhões de reais, em 2017. O nosso objetivo, nos próximos 4 anos, é passar a ser o 4º produtor. Com certeza, nós passaremos Goiás nesses próximos 4 anos. Com a volta da Mirabela, com a produção do vanádio e com a inauguração de quatro ou cinco minas que estão prestes a serem inauguradas no Estado da Bahia, provavelmente seremos o 4º colocado até 2020.

O que é importante frisar? Que 20% dessa produção baiana estão em áreas da CBPM. Dessa forma, a empresa hoje pode dizer que atraiu para o Estado cerca de 20% da sua mineração, e queremos alcançar os 30% até 2020.

A nossa meta, como perspectiva para os próximos anos, é continuar trabalhando fortemente na busca do conhecimento geológico. O conhecimento geológico não é uma coisa inerte, tem que estar sendo produzido sempre. São novas informações, novas ferramentas, visando a descoberta de novas jazidas. O importante é atrair o empresário para a exploração dessas jazidas.

Nós estamos prevendo o lançamento de novos editais, novas oportunidades minerais, a fim de gerar emprego e atrair empresas principalmente para o ouro, calcário, níquel, cobre, cobalto, areia silicosa, rochas ornamentais, minerais de que a Bahia é rica e de que o Brasil é carente.

Estamos trabalhando firmemente em novos projetos, principalmente em projetos que nós chamamos hoje de portadores de futuro. Desde o ano passado, a CBPM começou a fazer pesquisas do que chamamos de minerais estratégicos, como fosfato e potássio, e de portadores de futuro, como lítio, nióbio, grafita para grafeno, terras-raras, entre outros. Este ano a empresa atuou fortemente nesse sentido.

É o que eu tinha a dizer. Espero não ter sido muito rápido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Nós é que agradecemos, Sr. Rafael Avena, pela exposição e pelo levantamento de preocupações e indicações sobre os desafios para o Brasil, particularmente para a Bahia.

Passo a palavra imediatamente para Sandro Yamamoto, da ABEEólica.

O SR. SANDRO YAMAMOTO - Bom dia a todos.

Quero agradecer o convite, Deputado Daniel Almeida, e parabenizá-lo pela iniciativa. Cumprimento os meus amigos de Mesa.

Vou falar um pouco sobre o desenvolvimento da energia eólica no Brasil, como a Bahia está nesse contexto e quais são as perspectivas e os desafios.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Associação Brasileira de Energia Eólica — ABEEólica é composta hoje por 103 empresas que são investidoras em energia eólica no Brasil, fabricantes de equipamentos e componentes. Essas empresas estão atuando de forma muito intensa no desenvolvimento dessa fonte de energia renovável no Brasil.

O Brasil tem se destacado no mundo como um dos grandes players em investimentos em energia eólica — este material vai ficar à disposição dos senhores —, mas ao longo dos anos vem superando a sua posição em capacidade instalada de energia eólica no mundo. Fechamos o ano de 2017 na oitava posição do mundo, com 12,8 gigawatts instalados, atrás da França e à frente do Canadá. A nossa expectativa é superar a França agora em 2018. Esta será uma grande marca para o Brasil.

Pensando na capacidade instalada, a cada ano o Brasil sempre fica entre os cinco ou seis principais pa-



Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica.

íses no mundo que mais instalam energia eólica. Em 2017, o Brasil foi o sexto país do mundo que mais instalou energia eólica, ficando atrás de China, Estados Unidos, Alemanha, que são grandes países, assim como Reino Unido e Índia. A nossa expectativa é ficar também entre os seis países que mais instalaram energia eólica no mundo este ano. Essa estatística sai no comecinho de 2019.

Um dos fatores principais que faz a energia eólica se destacar no Brasil é o seu rendimento, o seu fator de capacidade, em função dos ótimos ventos que temos no País, em intensidade e direção. São ventos que têm uma ótima intensidade e uma característica importante: normalmente ficam sempre na mesma direção. Quando o vento muda de direção, o aerogerador, equipamento, busca a direção do vento, mas, como no nosso País na maioria dos Estados o vento sempre fica numa mesma direção, não perdemos rendimento, porque a máquina sempre fica quase na mesma posição. Essa é uma característica do Brasil muito interessante.

Os parques eólicos instalados no Brasil são os que possuem maior rendimento no mundo. Para que os senhores tenham uma ideia, se quisermos gerar no Brasil a mesma quantidade de energia que gera um parque eólico instalado na China, basta instalarmos a metade da capacidade instalada lá na China, ou seja, se quiserem gerar na China a mesma energia gerada no Brasil, precisam instalar o dobro da capacidade, em função do baixo vento. E, mesmo assim, lá eles ainda investem muito.

A energia eólica responde hoje por 9% de toda a energia elétrica instalada no Brasil — 6% da energia que está sendo consumida no Brasil é eólica. Se considerarmos o Nordeste, de 50% a 60% da capacidade de consumo que está sendo utilizada na Região Nordeste é eólica, de 50% a 60%. E, em alguns momentos, por exemplo, num domingo, em que o consumo não é tão alto, se houver bons ventos, a energia eólica chega a abastecer 100% da Região Nordeste. E a Bahia hoje é o segundo Estado com maior capacidade instalada e vai ficar próxima da primeira posição, junto com o Rio Grande do Norte, nos próximos anos.

Pensando no futuro, em capacidade instalada total do Brasil, vamos fechar o ano de 2018 próximos de 14,5 gigawatts instalados e em 2024 vamos chegar próximos de 19 gigawatts. Temos um desafio, na indústria brasileira e na indústria baiana também, porque, em 2020 e 2021, como vocês percebem, a coluna azul, que é a nova capacidade instalada a cada ano, é muito pequena. Em função da crise econômica por que o Brasil passou — agora a nossa expectativa é de recuperação —, não foram vendidos novos projetos, ou foram vendidos, mas não tantos quanto em 2012, 2013, 2014 e 2015.

Um ponto positivo é que há um grande movimento de venda de nova energia a grandes empresas no famoso mercado livre. Então temos a expectativa de que, mesmo para 2020 e 2021, ainda melhore um pouco a nova capacidade instalada de parques eólicos.

Falo agora sobre o contexto estadual. Quanto à capacidade Instalada, o Rio Grande do Norte é o Estado que tem maior capacidade instalada em parques eólicos.

A Bahia vem em segundo lugar, com cerca de 3,5% gigawatts instalados. Essa capacidade instalada foi responsável por cerca de 18 bilhões de reais em investimento no Estado da Bahia. Em construção, temos mais 1,6 gigawatts ou quase 1,7 gigawatts de capacidade em construção, ou seja, para novos projetos a Bahia é o principal Estado, com cerca de 7 bilhões de reais em investimento nos próximos anos em energia eólica.

Qual é o potencial? O que podemos ver no futuro? O Brasil é um dos países que têm um ótimo potencial de vento. Essas regiões marcadas em vermelho e em roxo — Região Nordeste, Região Sul e Estado de Roraima — são regiões onde nós temos os melhores ventos.

O Estado da Bahia publicou, em 2013, o seu Atlas Eólico, que mostra onde estão os melhores ventos no Estado da Bahia. O sudoeste da Bahia tem ótimos ventos.

Se nós pegarmos essa capacidade instalável, que são cerca de 195 gigawatts de potência ou cerca de 150 gigawatts, chegando próximo de 170 metros ou 200 metros de altura, isso seria o suficiente para abastecer o Brasil em energia, ou seja, o Estado da Bahia



tem uma capacidade eólica para abastecer o Brasil inteiro em energia, atualmente. É claro que nós nunca exploraremos os quase 200 gigawatts, mas isso mostra o grande potencial do Estado.

Nesse caso, é importante que se façam investimentos em infraestrutura, em rodovias, em transmissão. O órgão ambiental também deve estar bem preparado. Há a questão fundiária. Graças à grande parceria que a associação e as empresas têm com o Governo do Estado, os temas estão muito bem encaminhados. Desafios existem, mas não são deixados de lado.

O Ministério de Minas e Energia publica um plano decenal para os próximos anos. Para os próximos 10 anos, quais as fontes de geração serão priorizadas? Qual é a expectativa de crescimento de cada uma delas?

Vou deixar esse eslaide e todo o material. A informação sobre a energia eólica está ali embaixo. A expectativa é que sejam investidos cerca de 2 gigawatts por ano em energia eólica.

O Estado da Bahia é protagonista, por isso acreditamos que o Estado sempre vai pegar uma boa parte dessa expansão. Como exemplo, em 2018 foram vendidos cerca de 1,3 gigawatts ou 1,25 gigawatts este ano, e o Estado da Bahia pegou quase 50% de tudo que foi vendido no ano de 2018.

Com estão as empresas, os fabricantes? O Brasil hoje possui seis fabricantes de equipamentos, de aerogeradores. Cinco são empresas multinacionais, são empresas de fora. A WEG é a empresa brasileira.

A primeira, a Nordex Acciona, tem um escritório em São Paulo, mas a fábrica dos principais componentes está na Bahia. A Siemens Gamesa é uma empresa que tem seu escritório em São Paulo, mas a fábrica dos seus principais componentes também está na Bahia. A GE tem um escritório em São Paulo, mas a fábrica de componentes e a fábrica de torres de aço, de que ela é acionista, também estão na Bahia. A Vestas, uma empresa dinamarquesa, tem escritório em São Paulo, e a fábrica está no Ceará, na cidade de Aquiraz. A WEG, empresa brasileira, tem escritório em São Paulo e na Região Sul. A fábrica está em Jaraguá do Sul, no Sul.

A empresa alemã Enercon tem escritório e fábricas no Estado de São Paulo. Enfim, o Estado da Bahia tem grande capacidade instalada de fabricantes. Teve, ao longo dos anos, essa responsabilidade e esse trabalho de conseguir atrair para o Estado investimentos, fábricas, equipamentos e torres.

O leilão de energia é o principal mecanismo para atração de investimentos. Por isso, sempre reforçamos a importância de o Ministério de Minas e Energia e de a ANEEL realizarem os leilões, para que as distribuidoras façam suas aquisições. Nos leilões, através da competição, revelam-se os menores preços.

A energia eólica tem revelado o menor preço para venda da geração para os nossos consumidores, perdendo apenas para as grandes hidrelétricas, projetos estruturantes. Nos últimos leilões, mesmo em relação às pequenas centrais hidrelétricas e usinas de biomassa, a energia eólica tem mostrado o menor preço, o que é bom para todos.

Vou passar rapidamente pelo leilão que foi realizado no dia 31 de agosto. Quero chamar a atenção para participação do Estado da Bahia. Foram viabilizados 1,2 gigawatts. O Rio Grande do Norte vendeu 742 megawatts e a Bahia, 508 megawatts. Outros Estados, Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, apresentaram projetos, mas os dois Estados vencedores foram o Rio Grande do Norte e a Bahia, que levaram os projetos mais competitivos. Isso se deu tanto por conta da sua infraestrutura logística e da capacidade do vento.

Por falar em vento, eu queria falar rapidamente sobre o vento no Brasil e, em particular, na Bahia.

Esses dois gráficos de cima mostram a direção do vento em um determinado mês. Do lado esquerdo, temos o Rio Grande do Norte. O gráfico mostra que, na maior parte do tempo, no Rio Grande do Norte, o vento ficou praticamente na mesma direção, entre 120 graus e 150 graus, o que é fantástico, o que é fabuloso para aquele Estado.

No Rio Grande do Sul, que tem investimento eólico, o vento muda muito de direção, mas ainda é muito bom. Se o vento permanecer ali praticamente na mes-

ma direção, isso é fantástico para se desenvolverem projetos eólicos.

Como ocorre na Bahia ao longo do ano? Esses são dados de 2015, coletados pela empresa de pesquisa energética Ventos, nos parques eólicos já instalados naquele ano. Estão sempre na mesma direção, 90 graus ou 120 graus. Isso mostra porque o vento do Estado é tão bom e porque os parques rendem tanto.

Energia eólica leva desenvolvimento e renda para a região através de arrendamentos, projetos sociais, empregos gerados. Isso já é conhecido.

Deixamos o material à disposição no site da ABEE-eólica e nas nossas mídias sociais.

No ano passado, foram 20 milhões de residências abastecidas no Brasil, e com ganhos sistêmicos. Vou dar um destaque ao ganho sistêmico, em função do grande papel do Nordeste, em especial do Estado da Bahia, para o abastecimento do Brasil.

Até cerca de 5 ou 6 anos atrás, com as queimadas no Nordeste, tínhamos vários miniapagões na Região Nordeste, porque a região era importadora de energia elétrica. Hoje, como exportadora, as queimadas ainda existem, assim como desligamento de linha de transmissão, mas os miniapagões reduziram muito. Em agosto do ano passado, a Região Nordeste foi responsável por segurar o fornecimento de energia elétrica em boa parte do Brasil e no Nordeste, em função de um grande blecaute que ocorreu, interligando o Norte com o Sudeste e o Nordeste. Os parques eólicos não se desligaram, permaneceram ligados. Foi um marco para o setor eólico.

Estou chegando à parte final da apresentação.

Temos muitos desafios. Se tenho um bom vento e tenho infraestrutura, mas não tenho um sistema de transmissão, não tenho demanda e não tenho financiamento, não consigo viabilizar os projetos.

No Estado da Bahia, um grande gargalo que vem sendo superado é o avanço das linhas de transmissão. Em 2016, o Estado da Bahia estava praticamente fora do leilão que seria realizado, porque não tinha linha de transmissão suficiente para escoar os projetos que seriam construídos. Isso mudou. Felizmente, temos vá-

rias linhas sendo construídas. E hoje o próprio Estado da Bahia, através de sua Secretaria de Infraestrutura, acompanha as obras e cobra das empresas de transmissão o cumprimento do cronograma, junto com as instituições do setor elétrico que monitoram as obras de transmissão, que são muito importantes e têm sido um exemplo para todo o Brasil.

Temos outros desafios, como o do meio ambiente. O IDEMA tem um relacionamento muito bom com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, sendo um exemplo de desenvolvimento para o Brasil.

No que diz respeito à logística, nós temos desafio nas pontes e no diâmetro das estradas. Temos novos equipamentos que estão sendo lançados. O novo equipamento tem agora cerca de 150 metros de altura, e apenas a pá tem 74 metros de comprimento. Hoje mesmo, à tarde, terei reunião aqui em Brasília com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT e a Polícia Rodoviária Federal, porque os novos caminhões, os novos transportes terão uma dificuldade para transitar. Nós contamos com o apoio dos senhores, e do Estado da Bahia também, para vencermos esses novos desafios.

Nas universidades, temos treinamentos. O SENAI CIMATEC, na Bahia, é um grande exemplo de capacitação para os nossos colaboradores do setor eólico.

Este é o meu eslaide final. Quero deixar essa exposição à disposição dos Srs. Deputados.

Obrigado, Deputado, pelo convite!

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradecemos ao Sr. Sandro Yamamoto a exposição.

Passamos à exposição do setor público. Todos cobram muito o planejamento, o controle, a indução, o apoio da área pública.

Agradecemos à Sra. Laís a presença, a quem passo a palavra, para que faça a sua exposição. Com a palavra a Sra. Laís da Cunha Maciel Lafuente.

A SRA. LAIS DA CUNHA MACIEL LAFUENTE - Bom dia a todos. Eu quero primeiro agradecer, Deputado, a oportunidade de falar aqui de um setor que é tão estratégico para o Governo do Estado. É muito bom falar depois



do pessoal da mineração e depois do pessoal da própria ABEEólica, que já apresentou um panorama nacional. Assim, nós conseguimos focar em alguns pontos do Estado que são estratégicos para continuarmos desenvolvendo o setor e podemos focar até nos desafios. Eu vou tentar falar dos desafios tanto da eólica quanto da solar.

Quanto aos dados socioeconômicos, o Sr. Rafael Avena, da CBPM, já passou pelo tema, mas o importante a ressaltarmos aqui é sempre a área do Estado da Bahia. O Estado da Bahia tem 417 Municípios, é do tamanho da França. Assim, qualquer desenvolvimento econômico e até a interiorização desse desenvolvimento econômico vai ser um desafio permanente para o Estado.

Comparando o que nós já fizemos entre os anos de 2007 e 2018, é importante percebermos que a interiorização dos projetos e dos empregos estão saindo da região da Grande Salvador e entrando no interior do Estado, e a indústria de energias renováveis é um setor que movimenta essa tendência e que deve continuar movimentando.

O Sr. Sandro já falou um pouco do Plano Decenal de Energia, que a empresa de pesquisa e planejamento energético publica. Vou falar um pouco dos números da Bahia nesse contexto.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Bahia já tem uma matriz, aliás, hoje o Brasil tem uma matriz que está numa tendência de crescimento, de sair da expansão de hidrelétricas e entrar em expansão de energias renováveis. Mas qual é a grande diferença da expansão de energias renováveis? É que para consolidar essa matriz é necessário haver uma energia firme. Então, para consolidar a matriz de energias renováveis, é importante também desenvolver a matriz térmica.

Quando comparamos, para os próximos 10 anos, a tendência, na energia eólica, é que saíamos de cerca de 8,4% ou 9% e alcancemos 13% dessa matriz do Brasil. Se compararmos isso com o que já existe hoje na matriz elétrica baiana, veremos que já temos cerca de 30% da matriz elétrica apenas com a energia eólica. A energia solar está em franco desenvolvimento. E vamos apresentar aqui para os senhores o que o Estado tem feito para consolidar ainda mais essa matriz e para

que a Bahia seja, como o Sr. Sandro disse, uma alavanca de desenvolvimento do setor.

Em 2013, o Estado lançou o atlas eólico, mostrando todo o seu potencial. Eu passarei aos senhores essa informação. E agora, em fevereiro deste ano, nós lançamos o atlas solarimétrico. Quais são os objetivos desses dois atlas? É termos informações e documentos técnicos que auxiliem na prospecção da indústria desse setor.

Eu deixei com o Deputado Daniel Almeida todos esses documentos, para que possa compartilhar com os senhores. Eles também estão no site. Passarei o link. Aqui está o QR Code, assim os senhores têm a possibilidade de acessar no próprio celular.

Do potencial eólico, o Sr. Sandro já falou bem. O atlas solarimétrico, apesar de publicado em 2013, já previa os avanços tecnológicos, que são extremamente rápidos no setor. Hoje nós já sabemos que nestas regiões marcadas em roxo e em amarelo é onde há o maior potencial do Estado. E toda essa região, por coincidência, é a região do Semiárido, onde temos o desafio de interiorizar o investimento.

Nós conversamos muito, como o Rafael Avena disse aqui, sobre isto: apesar da pobreza do solo do Semiárido da Bahia, temos uma riqueza mineral muito alta e temos vento e sol abundantes. É o que veremos no



Laís Lafuente, Diretora de Desenvolvimento de Negócios da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia -SDE/BA.

nosso potencial solar. Eles se concentram na mesma região, nesta região do Estado marcada em roxo no mapa, a do Semiárido. E entra o desafio de interiorizar toda a infraestrutura para permitir o desenvolvimento dessa cadeia na região.

De potencial de geração centralizada de energia solar, temos cerca de 100 gigawatts, que, somados com o potencial eólico, já avaliado numa altura de 150 metros, temos quase 300 gigawatts de potência ainda para desenvolver na Bahia.

O atlas solarimétrico fez duas diferenciações de tecnologia. Também levantou o potencial de geração distribuída, que é a geração solar possível de se colocar em residências, em prédios, até em prédios públicos; e também levantou o potencial híbrido. A grande coincidência — como é possível ver separadamente, mas agora conseguimos confirmar isto em um mapa conjunto — é que onde há o potencial eólico, há também o potencial de desenvolvimento da cadeia solar. E qual é a grande vantagem disso? Com toda a infraestrutura já construída, com todos os acessos e linhas de transmissão, esses projetos se tornam ainda mais competitivos. Então, a tendência de crescimento da Bahia no setor solar, por já ter uma indústria eólica consolidada, é ainda maior.

O que temos instalado hoje — com a data de ontem? Hoje na Bahia, no setor eólico, temos mais de 3 gigawatts já instalados, com tendência a chegar até 100 gigawatts. Estamos considerando uma tecnologia mais atual, que já é utilizada nos parques, porque a tendência é subir. Nós estamos nos referindo à tecnologia mais atual que já é utilizada nos parques, porque a tendência é subir para 195 mil megawatts, ou 195 gigawatts.

Se formos utilizar um número bem conservador, que são os 100 gigawatts, nós temos a tendência de crescimento de aproximadamente 31 vezes o que já está implantado. Para energia solar, o crescimento é ainda maior, porque o desenvolvimento da tecnologia solar e a redução do preço têm tornado essa energia mais acessível ao longo dos últimos anos. A tendência de crescimento é de 135 vezes. Isso para a solar cen-

tralizada, que são aqueles grandes parques solares que estão instalados principalmente no interior do Estado. Já para a solar distribuída, que é aquela que normalmente utiliza área de telhado ou em alguns terrenos mais urbanos, a tendência de crescimento do que nós temos, com o potencial mapeado no Atlas Solarimétrico, é de 15 vezes o que já está instalado hoje no Estado da Bahia. Então, a nossa tendência de crescimento em todos os setores é muito grande.

Eu não vou entrar em detalhes, mas, fazendo uma análise histórica, vou focar numa informação da qual nós gostamos — não é, Sandro? Toda vez que a Bahia apresenta alguma coisa, nós falamos isso: nós não somos o primeiro lugar em geração de energia eólica, mas somos o primeiro Estado em comercialização de energia eólica do Brasil. O Estado da Bahia detém 31% de todos os projetos comercializados no leilão. E volto a dizer: com toda a infraestrutura já instalada, o crescimento desse setor é ainda mais proeminente, porque nós já temos agora os grandes investimentos realizados na região.

Prestem atenção a esta imagem: na barra vermelha, nós temos os projetos que foram comercializados; embaixo está o valor de leilão desses projetos, por ano; a barra azul representa os projetos que foram cadastrados. Só vendemos 220 projetos de energia eólica, mas nós temos muito mais do que o dobro disso em estoque de projetos, com viabilidade econômica, que podem ser cadastrados e comercializados. Então, a liderança da Bahia no ranking de comercialização tem uma tendência a se manter por um longo tempo.

O mercado livre é uma nova tendência. Grandes empresas estão se firmando, como o Sandro falou muito bem aqui.

Nós passamos por um cenário de crise, porque, em alguns momentos, o Governo brasileiro decidiu por não realizar leilões de energia. Isso depende de toda a conjuntura econômica por que estamos passando, e, para o Estado, isso foi muito impactante. Eu vou mostrar para vocês na questão do desafio, mas o próprio setor está se redefinindo. O que significa essa redefinição? Significa que as empresas, as grandes indústrias estão firmando contratos de longo prazo com



geradores de energia e comprando essa energia, por exemplo, de um parque eólico.

Nós temos agora, e já está sendo anunciado na mídia, uma grande empresa petroquímica adquirindo energia de um projeto de energia eólica no interior do Estado. Então, independe do projeto participar do leilão, independe da compra no mercado regulado, e esse contrato é bilateral entre grandes empresas e grandes geradores de energia. A tendência de crescimento disso, até o ano de 2020, é de 2,5 vezes do que nós já temos operando hoje.

Já no setor solar, como eu disse, o Estado da Bahia — e o Brasil como um todo — entrou nesse setor há muito menos tempo. A Bahia está vendendo projeto em eólica desde 2009 e começou a comercializar projetos de solar em 2014. Então, é uma indústria muito recente, e tudo isso é devido ao preço dos equipamentos, que vem sendo reduzido ao longo dos últimos 5 anos, mas a tendência de crescimento disso é muito maior.

Apesar de uma atuação muito recente, a Bahia também tem a liderança desse setor, tem a liderança da comercialização de todos os projetos de energia solar centralizada, detendo cerca de 25% de todos os projetos já comercializados no Brasil.

Como nós podemos ver, assim como nos projetos de energia eólica, nós também temos um grande estoque de projetos que existem e já foram cadastrados, mas não foram comercializados ainda.

Nós vamos falar aqui de um grande desafio da comercialização, que tem sempre relação com as questões de linhas de transmissão, como o escoamento dessa energia.

O crescimento da geração distribuída, ao longo dos últimos anos, se nós formos olhar de março até outubro deste ano, foi de mais de 100 vezes, apenas na Bahia.

Trata-se de um novo mercado, que necessita de uma regulação específica para ser fomentado, e existem políticas do próprio Estado que estamos estudando agora. Por exemplo, o Estado pode ser um consumidor de energia solar distribuída, porque nós podemos equipar os nossos equipamentos públicos para receber esse investimento, para fazer esse investimento e reduzir o custo de opera-

ção dos equipamentos públicos ao longo do tempo.

A tendência que eu falei do mercado livre é de crescimento, que são esses contratos bilaterais. Esses projetos já existem e estão crescendo cada vez mais. Deixo aqui uma reportagem que saiu agora, em 23 de novembro de 2018, no Canal Energia, que é um canal que veicula a maioria das informações do setor elétrico brasileiro.

Quais são os principais desafios que nós temos para a manutenção tanto do setor solar quanto do setor eólico? Nós temos uma diferença muito grande nas indústrias desses setores. A indústria do setor eólico, como o Sandro já apresentou, já está instalada, já está consolidada. O nosso desafio é atrair os subcomponentes para o Brasil, mas nós temos o desafio do imposto. Hoje, a maioria dos impostos são diferidos, são reduzidos. A Bahia tem um programa, que é o programa Desenvolve, que chega a dar 80% de desconto no ICMS. Nós temos também a redução do ativo fixo para a indústria eólica e para a indústria solar também.

Mas a ausência de leilões gerou uma crise no setor. Eu deixei essa linha amarela aqui na imagem para mostrar que a TECSIS, uma empresa de pás, instalada em Camaçari, que investiu 120 milhões de reais no ano de 2013 e que estava gerando 877 empregos, nesse exato momento está hibernando. Por quê? Devido a ausência de novos contratos para a comercialização de pás, devido ao gap, devido ao espaço vazio que o Estado teve — e o Brasil como um todo —, por conta da não realização de leilões.

Nós esperamos e estamos trabalhando para viabilizar todos os projetos no mercado livre, a fim de que possamos ficar cada vez menos dependentes do cenário de leilão, mas sabemos que isso será impossível, e o impacto disso na indústria é muito grande.

O desafio para a indústria solar é ainda maior. A indústria solar, como eu falei, está reduzindo os preços dos equipamentos agora. Lá na Bahia, nós só temos uma indústria instalada na região de Lauro de Freitas, que é uma indústria de trackers. A tendência de crescimento dessa indústria é ainda muito sutil, porque é necessário haver uma demanda muito grande.

Apesar de a Bahia ter um potencial para fazer sílica

grau solar, que é o vidro que vai compor o painel solar, para trazer uma fábrica de sílica, nós temos que ter uma demanda de venda desse produto muito elevada. Isso ainda está crescendo. As fábricas que já estão instaladas no Brasil estão fechando em outros lugares. Não há fábrica, não há fabricante de painel na Bahia. Nós visitamos outros Estados, e as fábricas estão fechando justamente devido à instabilidade e devido à tarifa, ao imposto que é cobrado pelo maquinário e pelos equipamentos de produção de painéis fotovoltaicos. Esse é um outro desafio para atrair e manter a indústria solar para o Estado.

O Sandro falou muito bem aqui sobre a capacidade de escoamento. É isso que tem limitado o nosso desenvolvimento. Todas as obras de infraestrutura de grande porte, como as linhas de transmissão, dependem de um tempo, e o planejamento disso no Brasil não acompanhou o desenvolvimento dos projetos eólicos e solares do Nordeste, principalmente da Bahia.

Como vocês podem ver ali com cores definidas, nós temos as subestações que têm capacidade de escoamento, mas a maioria das subestações que têm capacidade de escoamento não coincide com o nosso maior potencial de geração de energia. As subestações que estão no nosso maior potencial de geração de energia já estão ocupadas. Então, nós precisamos continuar esse acompanhamento que a Secretaria de Infraestrutura e a Secretaria de Desenvolvimento realizam mensalmente com o Operador Nacional do Sistema, com as empresas de transmissão, com os próprios órgãos autorizativos dentro do Estado e dentro da União, para acelerar a entrega dessas obras, a fim de permitir que nós tenhamos uma maior capacidade de escoamento. Nós já estamos fazendo isso para superar esse desafio.

Eu faço questão de parar um momento aqui e deixar de falar esses grandes números de potência instalada para falar dos benefícios sociais, ambientais e econômicos para os Municípios que recebem essa energia. Essa é uma reportagem de dezembro do passado, e nós podemos ver que quase 300 Municípios baianos tiveram aumento no rateio do ICMS. Eu vou

ler para vocês aquela parte destacada: “Entre os que mais cresceram, destacaram-se, com aumentos superiores a 40% em relação a 2017” — ou seja, os que iriam crescer com a arrecadação este ano — “estão os Municípios de Gentio do Ouro, Cafarnaum e Pindaí”.

Vamos olhá-los aqui no mapa.

Gentio do Ouro tem 17 usinas entre eólica e solar; Cafarnaum, 3 usinas; e Pindaí está aqui com 18 usinas; além de Sento Sé, de Caetité, de Igarorã, de Morro do Chapéu, de Campo Formoso e de Tabocas do Brejo Velho, que são os Municípios que mais receberam investimentos em energia solar e eólica, ao longo dos anos, e que ainda terão o potencial para receber novos investimentos. O que isso significa? Significa que o Município incrementa, e muito, a sua arrecadação com o ISS, o Município amplia a sua participação no ICMS também, além de outros benefícios socioeconômicos que as indústrias deixam na região, após o desenvolvimento desse projeto, que eu faço questão de destacar a seguir.

Todos esses são exemplos reais de indústrias eólicas e solares que fizeram investimentos na região. Alguns investimentos são condicionantes do licenciamento ambiental; outros não, são apenas ações de responsabilidade socioambiental que as empresas executam, como obras de infraestrutura: melhoria e/ou construção de vias de acesso — como estradas, pontes; construção de banheiros com fossa séptica para as comunidades; implantação e manutenção de sinalização de vias públicas; perfuração de poços, que ficam para a comunidade; construção de barreiros para a dessedentação animal; reforma, construção e doação de equipamentos públicos, como escolas, creches, unidades de saúde; doação de ambulâncias, bibliotecas, praças.

A regularização fundiária é um ativo muito importante. Quando uma empresa de energia chega a uma região, a primeira coisa que ela faz, para permitir o desenvolvimento do projeto em áreas ocupadas, é fazer um arrendamento de terra, o que gera uma receita para o produtor rural. Num segundo momento, essa empresa tem total interesse de regularizar essa terra. O Estado faz todo o processo de regularização



e emite o título de terra para os agricultores rurais. O que significa o título de terra para o agricultor rural? Além do arrendamento que ele já recebe, que é uma receita, recebe o título que assegura a permanência do agricultor rural na região e permite que ele acesse as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como o crédito agrícola, programas habitacionais, tudo isso além do arrendamento.

Ademais, existe também o incentivo à educação e cultura. São realizadas oficinas, oficinas de produção audiovisual, de música, coral para idosos, doação de instrumentos musicais, doação de infraestrutura para acesso a Internet; tudo isso fica para as comunidades e para as cidades impactadas — nesse caso, muito positivamente — pela energia renovável, além de qualificação de mão de obra local, porque são empregadas muitas pessoas na construção dos parques eólicos.

Há também estudos referentes ao patrimônio histórico, cultural e arqueológico, que também é um bem intangível, e nós não conseguimos mensurar isso. Com a chegada desses projetos, eles entregam isso para as comunidades.

O que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por intermédio do Governo do Estado da Bahia, tem realizado para assegurar e ampliar ainda mais a atração de novos investimentos no setor? Nós lançamos há pouco tempo um portal, o portal Investe Bahia. Esse é um portal de atração de investimento e de fornecimento de informações para a atração de investimento em que os empreendedores entram em contato com o Estado, e nós vamos informar onde temos os maiores potenciais. Vamos construir protocolos de intenções com essas empresas, em que o Estado assume as contrapartidas para o desenvolvimento daquele projeto e a empresa assume as contrapartidas para colocar esses projetos de pé.

Nós auxiliamos também com a concessão de algumas áreas, principalmente em distritos industriais, com valores subsidiados. O que a Secretaria tem feito que é de mais relevante é apoiar esse investimento, desde o momento em que ele se estruturou e decidiu ir para o Estado, até o processo de implantação do empreendimento. Para isso, nós nos relacionamos com

todas essas partes interessadas, buscando a celeridade da implantação do investimento.

Era isso que nós tínhamos para falar com vocês.

Aqui nós damos um pouco da informação para cada articulador.

Estamos à disposição para dúvidas e questionamentos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Os nossos agradecimentos à Laís Lafuente.

Agradecendo a todos os expositores, quero dizer que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços tem exatamente o foco no debate a respeito da industrialização do nosso País.

Nós fizemos aqui uma série de debates temáticos, com abordagens de professores, de intelectuais, de economistas, de estudiosos nessa área da indústria, e a cada debate, a cada intervenção, vamos constatando que temos que acelerar o passo. Em muitos aspectos, nós estamos ficando para trás, perdendo o timing nessa concorrência internacional, com alguns setores inclusive passando por um processo de desindustrialização, com todas as dimensões que esse tema deve abranger, como financiamento, desenvolvimento tecnológico, competição para alcançarmos o desenvolvimento necessário na economia 4.0 e no mundo do emprego.

Penso que fazer o recorte sobre a Bahia traz muita riqueza, uma contribuição fundamental, pois se pegam exemplos concretos em um Estado que tem uma espécie de mosaico daquilo que são os desafios do desenvolvimento da indústria em nosso País.

Então, quero, realmente, agradecer a cada um dos senhores por trazer a esta Comissão esses elementos que nos ajudarão fazer a reflexão, fazer o debate e produzir caminhos, saídas. Isso aqui é um ambiente plural de contribuição nessa reflexão coletiva, exatamente em um momento de grandes desafios para o Brasil, de início de um novo Governo.

Eu continuo nesta Casa nos próximos 4 anos e vou me esforçar muito para continuar contribuindo com esta Comissão, e as informações trazidas aqui pela Bahia são ricas, mas muito desafiadoras. Nós temos

muita coisa para construir. Eu, por exemplo, fiquei aqui imaginando essa situação do cobre. A participação da Bahia ou do Brasil, na produção desse commodity, desse insumo fundamental, é muito pequena ainda.

Aliás, Manoel, quando eu estava saindo da Escola Técnica Federal da Bahia, uma das opções que me animou muito e quase que me levou ao interior da Bahia, a Jaguarari, a Pilar, em 1977, é que a Caraíba estava se instalando e fui visitar a vila, e quase me fixei ali. Eu que nasci no sertão, que fui criado tirando umbu do pé, fiquei muito estimulado a ir para Pilar. Conheci aquela realidade, e conheço ainda hoje, desde aquela oportunidade, por manter um contato permanente, o papel da adutora do cobre, que é feito pela Caraíba, que serve a tanta gente ali no sertão.

Mas como desenvolver mais essa produção mineral, a rica produção mineral? O Rafael falava aqui de mais de 300 mineradores dos mais diversos campos de exploração e que não têm o desenvolvimento na velocidade e no potencial possível, necessário, para beneficiar esse produtos, agregar valor. Este é um desafio que sempre se levanta: como agregar valor nessa produção tão rica que a Bahia e o Brasil têm?

Então, nós estamos aqui à disposição para ajudar. Mudar a legislação requer um debate sempre intenso. Falou-se de um código de mineração, e isso requer um debate intenso. Eu estou há 16 anos na Casa e sempre se fala sobre isso, de fazer um código que compatibilize melhor a exploração com os elementos sociais de desenvolvimento econômico e de distribuição melhor da tributação desse setor. Esse é sempre um debate difícil de se fazer, e queremos persistir na direção de fazer esse debate.

Essa área gera muitos empregos, empregos capilarizados. Essa energia renovável Essa área gera muitos empregos, empregos capilarizados. A energia renovável demanda esse extraordinário esforço para capilarizar o desenvolvimento e fazer com que o nosso interior do Brasil, do Nordeste, da Bahia possa se desenvolver com todo o potencial e a riqueza que tem.

Eu fiquei imaginando essa energia solar sendo distribuída. Em outros países, já se alcançou um patamar

muito elevado. Há legislações muito rígidas, para que os empreendimentos tenham preocupação com a instalação desses instrumentos de produção de energia. Como fazemos isso? Esse é um desafio que também precisamos enfrentar. Precisamos ver qual mudança na legislação precisamos promover para garantir que esse esforço tenha êxito.

Como não há placas aqui? Por que o Brasil não consegue produzi-las? As pessoas dizem que é muito mais fácil trazê-las da China. Isso é culpa dos impostos? Em alguns momentos, é necessário criar condições para determinados setores se estruturarem. Que políticas públicas seriam necessárias?

Se os senhores tiverem alguma contribuição nesse sentido, será muito útil, assim como seriam muito úteis contribuições para a criação de caminhos, de alternativas, do ponto de vista de tributos, do ponto de vista de incentivos, do ponto de vista de financiamento, do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico.

Aqui se falou, na semana passada, sobre o esforço do CIMATEC, mostrando que há o CIMATEC Industrial. Eu não conhecia essa realidade. Até que ponto isso pode interferir no universo de oportunidades e possibilidades para a indústria baiana? Que incentivos precisa haver? Em quanto tempo?

Então, nós estamos absolutamente à disposição aqui na Comissão. Agradecemos as contribuições trazidas e esperamos outras iniciativas. Queremos sistematizar esse debate, fazer um caderno, disseminar isso aqui na Casa, levar a outros Parlamentares, a outros ambientes de debate, para que isso possa se materializar em iniciativas objetivas, em iniciativas concretas.

A Bahia nos traz uma rica contribuição. Nós queremos agradecer aos senhores.

Feitos esses agradecimentos, eu passo a palavra a quem queira fazer uma abordagem de forma resumida.

Tem a palavra o Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL AVENA - Eu gostaria de acrescentar duas coisas, na linha das suas palavras.

A Bahia tem um dos maiores depósitos de bauxita do mundo, mas não consegue viabilizar a sua exploração por



falta de energia. Outra coisa interessante: a Bahia tem as placas mais bonitas do mundo, em termos de rochas ornamentais — não estou querendo puxar a sardinha para a nossa brasa, não —, mas exporta blocos e importa placas, porque não tem condições de produzi-las no Estado.

Então, vejam o quanto nós ainda somos carentes de certas coisas!

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - A Sra. Laís gostaria de falar alguma coisa?

A SRA. LAIS DA CUNHA MACIEL LAFUENTE - Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui, Deputado.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico é a porta de entrada do investidor. Nós estamos à disposição dos senhores para construir políticas de atração de investimentos para o Estado e para o que pudermos fazer, além de toda a estrutura de apoio institucional que já mantemos. Estamos abertos a qualquer pessoa que chegue à Secretaria e pergunte o que nós já prospectamos de melhores oportunidades, o que nós temos de melhores políticas e o que poderemos fazer também. O Estado está à disposição, Deputado, para construir isso junto com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Laís.

Tem a palavra o Sr. Sandro.

O SR. SANDRO YAMAMOTO - Eu também gostaria de agradecer o convite e fazer um apelo aos Parlamentares, no sentido de obtermos apoio para as energias renováveis, tanto para a eólica quanto para a solar. O Brasil é rico em recursos naturais. Então, há muitos investimentos que podem ser feitos, e os Parlamentares podem apoiar o crescimento dessas fontes.

Recentemente, tivemos a iniciativa de criar um sistema de royalties para cobrar o potencial do sol ou o potencial do vento no Brasil. Seria muito ruim criar royalties de 10%. Felizmente, o projeto tende a não sair nesta Casa.

No caso da energia eólica, temos muitas indústrias já instaladas no Brasil, e o desenvolvimento desse tipo de fonte não pode parar. Ele tem que crescer

Por isso, pedimos o apoio de V.Exas. nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Sandro.

Tem a palavra o Sr. Manoel Valério.

O SR. MANOEL VALÉRIO - Mais uma vez, Deputado Daniel Almeida, quero agradecer a oportunidade que a nossa empresa teve de aqui apresentar os seus investimentos, a sua visão estratégica, para o desenvolvimento da região da Bahia.

O que a indústria de mineração precisa? Neste Governo que ora acaba, foi atualizado o Código de Mineração. Isso é muito importante. Esse código vai ser aplicado a partir do próximo ano, no novo Governo.

Eu acho que nós teremos a abertura de uma condição boa de desenvolvimento da mineração, em função dessa segurança jurídica — vamos dizer assim — de termos uma legislação que dê o suporte que a mineração precisa não só na Bahia, mas no Brasil de uma forma geral. Eu acho que isso vai ser muito interessante. Os ajustes vão existir à medida que aparecerem as necessidades e os questionamentos, que serão bem mais simples.

Eu acredito muito na alavancagem da mineração na Bahia e também fora do Estado, com o trabalho que já foi feito até agora e que deve ter continuidade a partir do próximo ano.

Se alguém quiser alguma informação a mais, estamos à disposição.

Mais uma vez, muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Antes de finalizar, renovo os agradecimentos aos expositores.

Também agradeço a presença da Deputada Keiko Ota e dos Deputados Milton Monti, Dagoberto Nogueira e Benjamin Maranhão, que assistiram às intervenções.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar esta audiência pública. Antes, consulto os Deputados sobre a manutenção do painel.

Há alguma objeção para a manutenção do painel para a sessão deliberativa? (Pausa.)

Não havendo objeção, está mantido o painel para a sessão deliberativa em seguida.

Está encerrada a audiência pública.

Obrigado.

Apresentação dos expositores



Mineração Caraíba (MCSA) - Portfólio atual



- A Mineração Caraíba trabalha com minérios de cobre e ouro produzindo concentrado de cobre e bullion(Au).
- Minério de cobre com três minas em operação: 02 minas subterrâneas e 01 céu aberto na Bahia.
- Minério de ouro: 01 mina subterrânea em Mato Grosso
- Projeto Boa Esperança com mina certificada no Pará.
- **Jaguarari-BA:**
 - Mina subterrânea no distrito Pilar (matriz)
 - Planta de beneficiamento (usa 65% da capacidade instalada)
- **Curaçá-BA:**
 - Mina Céu Aberto em Surubim
- **Juazeiro-BA:**
 - Mina Subterrânea em Vermelhos
- **Nova Xavantina-MT:**
 - Mina Subterrânea próximo de Nova Xavantina NXGold
- **Tucumã-PA:**
 - Mina Céu Aberto

3

POLÍTICA DE GESTÃO INTEGRADA

MISSÃO Contribuir com o desenvolvimento econômico, social, tecnológico e sustentável da comunidade através da prospecção, produção, transformação e comercialização de bens minerais.

VISÃO Ser referência nacional na exploração e exploração de bens minerais.

VALORES Comprometimento; Disciplina; Ética - respeito a leis, normas e costumes; Orgulho de pertencer; Respeito à saúde, segurança, meio ambiente e comunidades.

PRINCÍPIOS Austeridade; Eficácia; Simplicidade; Sustentabilidade; Trabalho em equipe.

A Mineração Caraíba tem como foco a melhoria contínua do negócio de bens minerais, satisfazendo clientes, empregados e acionistas.

Esta política se aplica às atividades de extração e beneficiamento de cobre.

Manoel Valério de Brito
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Mineração de Ouro em 2017
LCPM CONTRIBUINDO

Mineração Caraíba - Uma História de Superação e Sucesso

1871 Prospecção de jazidas por ouro

1974 Empresa estatal

1979 Início da operação de mina e céu aberto

1988 Privatização

2006 Início da VIGELA

2016 Estado de Ouro COPPER CORPORATION

1944 Início da exploração portuguesa (200%)

1975 Criação da Caraíba Minérios

1986 Início da Operação de mina subterrânea

1994 Criação da Mineração Caraíba

2007 Avaliação do projeto Boa Esperança

2017 Início da mina subterrânea

4

Apresentação dos expositores

Mineração Caraíba na Bahia



Localização



5

Adutora MCSA – Área de Influência

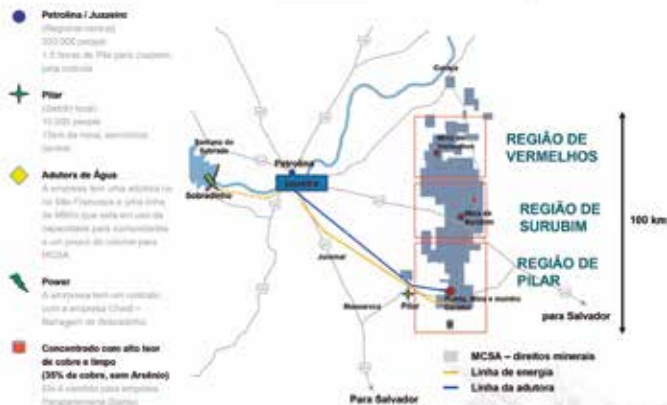


Mais de 110 mil pessoas beneficiadas direta ou indiretamente com o abastecimento de água bombeada do Rio São Francisco



7

Localização da MCSA e detalhamento de Infraestrutura e Influência



6

Complexo industrial



8

Apresentação dos expositores

Mineração Caraíba com Novo Controlador ECC (Ero Copper Corporation)



- Fundada em maio de 2016, com sede em Vancouver, Canadá
- Possui 99,6% da Mineração Caraíba S.A. (MCSA)
- Adquirida em dezembro de 2016
- IPO de sucesso na Bolsa de Valores de Toronto em outubro de 2017
 - Segundo IPO de melhor desempenho no Canadá em 2017

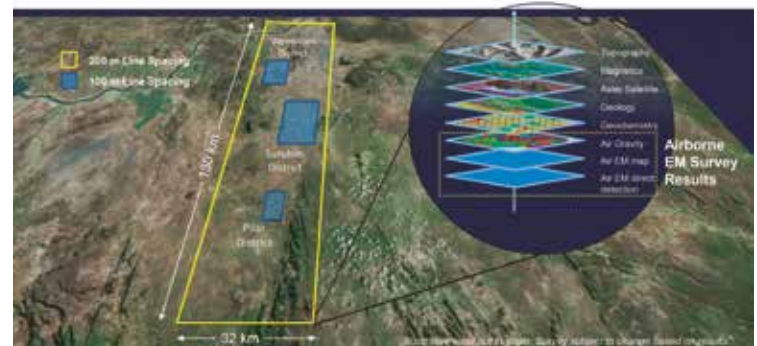
Desde a aquisição da MCSA, a ERO investiu mais USD\$ 100 milhões para reiniciar as operações, construir a mina de Vermelhos, explorar e desenvolver ainda mais o Vale do Curaçá.

9

Futuro - Pesquisas Exploratória



**CRESCIMENTO: US \$ 5+ milhões com pesquisa geofísica exploratória (2018):
25.000 km- uma das maiores pesquisas do mundo**



11

Mineração Caraíba - Estratégia e Visão de Futuro



Objetivos Estratégicos e suas prioridades

**1- Crescimento da empresa com recurso, reserva e vidas das minas.
(Pesquisas exploratórias e investimento em ativos mineral)**

**2- Aumento de Produção
(minérios compatíveis com a capacidade máxima da planta, teor de cobre e mais reservas)**

**3- Redução de Custo (custo unitário)
(maior produção de metal, otimização dos projetos, recuperação, teor de cobre e mais reservas)**

10

Nossa Gente



A Mineração Caraíba é a principal empregadora da região, gerando 3219 empregos diretos, sendo 1719 próprios e mais de 1500 terceiros.

Próprios - Matriz: 1.368; Surubim: 212; Vermelhos: 127; Tucumã: 04; São Paulo: 08 colaboradores.

Terceiros - 1520 colaboradores.

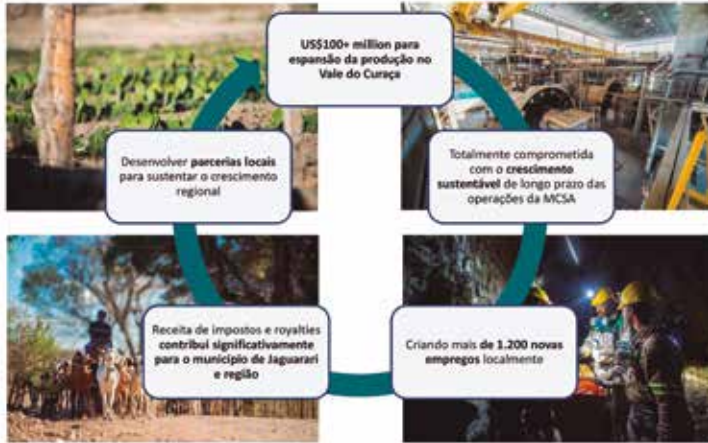
OBS.: não contabilizados os colaboradores da empresa NXGOLD que somam mais 282 colaboradores.



12

Apresentação dos expositores

Plano Futuro – Investimentos



13

Responsabilidade Social



15

Plano Futuro – Produção



Focado no desenvolvimento do principal produtor de cobre de médio porte do setor Estabelecer 10-15 anos de reservas produzindo > 60kt de produção de cobre por ano

Programa de exploração agressiva de US\$ 20 milhões em andamento em 2018...

... Produção crescente e prolongando significativamente a vida útil da mina



14

Amparo às Pessoas e às Comunidades



NÚMEROS DAS CAMPANHAS:

- Doação de Brinquedos – 4650 Brinquedos doados em 2015; 4050 em 2017;
- Natal Sem Fome – 420 Cestas doadas em 2015;
- Doação de Sangue – 300 bolsas de sangue doadas em 2011;
- Projeto Renascer – 40 Internos em tratamento;
- Apoio a biblioteca local – atendimento a mais de 500 pessoas/mês;
- Hortas comunitárias – beneficiam mais de 60 famílias.

16

Apresentação dos expositores

Respeito ao Meio Ambiente



NÚMEROS DAS AÇÕES:

- Preenchimento de Cavas - 2 cavas praticamente preenchidas;
- Viveiro de Mudanças - Mais de 50 mil mudas plantadas até 2015;
- Aterro Controlado - 100 kg de materiais aterrados diariamente;
- Projeto de Compostagem - 3 toneladas de adubo produzidas por semestre;
- Varias ações ligadas a reflorestamento das áreas de empréstimo;

17

Qualidade de Vida, Segurança, Desenvolvimento Humano, Social e Cultural, Saúde e Bem Estar



NÚMEROS DAS AÇÕES:

- Adutora Caraíba - Mais de 100 mil pessoas beneficiadas;
- PIEP - 450 jovens de mais de 15 localidades atendidos com acompanhamento esportivo e pedagógico especializado;
- Transporte de estudantes para mais 400 pessoas (número de formados em mais de 25 anos de programa);
- Programa Jovem Aprendiz - Mais de 200 jovem aprendizes formados;
- Apoio à Manifestações Culturais - Apoio a diversas manifestações culturais, entre elas Missas de Vaqueiro, Copa Rural, Feiras de animais, etc.;
- Horta Comunitária de Pilar - Mais de 30 famílias envolvidas na produção de alimentos livres de agrotóxicos (Prêmio Chico Mendes).



18

Redução dos Impactos da Seca



NÚMEROS DAS AÇÕES:

- Bebedouros na caatinga - 14 unidades;
- Carros Pipas - mais de 150 carros pipas por mês;
- Doação de mais de 1 milhão de litros de água são doados por dia;
- Horas Máquinas - Mais de 300 horas máquinas;
- Abertura de mais de 25 poços;
- Fornecimento de água para instituições, clubes, hortas, viveiros de mudas, etc.

19

Plano Futuro - Tributos



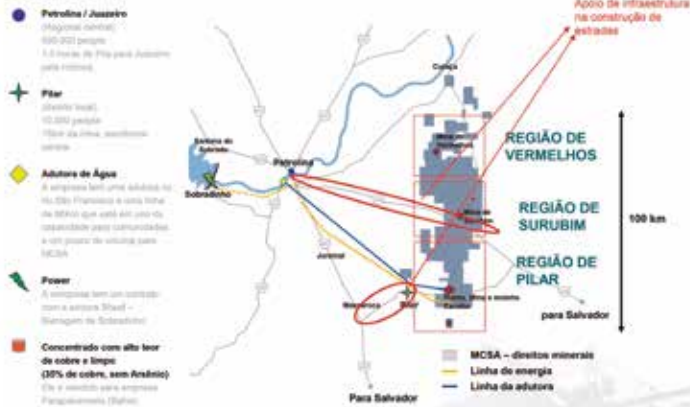
Item	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Tributos Federais (R\$ mil)	26.288	28.216	42.228	42.228	57.228	4.228	37.228	42.228	21.228	42.228	122.228	91.228
IRPJ	3.584	3.210	7.228	7.228	4.228	1.144	4.228	3.228	3.228	11.228	11.228	11.228
COPIS	14.228	10.228	35.228	35.228	22.228	1.144	22.228	22.228	17.228	42.228	42.228	27.228
IRPF	7.228	5.228	228	228	1.144	1.144	1.144	1.144	1.144	11.228	11.228	11.228
CSLL	1.800	4.228	144	144	1.144	1.144	1.144	1.144	1.144	11.228	11.228	11.228
Contribuições Sociais (R\$ mil)	21.744	21.468	36.468	36.468	50.468	36.744	37.228	42.228	42.228	42.228	122.228	91.228
PIS	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228
FUTS	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228	10.228
Impostos Estaduais e Municipais (R\$ mil)	12.228	8.228	8.228	8.228	10.228	1.228	4.228	4.228	4.228	4.228	4.228	4.228
ICMS	11.228	8.228	8.228	8.228	10.228	1.228	4.228	4.228	4.228	4.228	4.228	4.228
IPVA	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
ISS	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
ITR	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
CPIS (R\$ mil)	7.228	6.228	6.228	6.228	6.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228
energia (R\$)	4.228	4.228	4.228	4.228	4.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228
água (R\$)	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228
telefonia (R\$)	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228
Informação Financeira (R\$ mil)	474.428	502.428	528.428	602.428	618.428	672.428	612.428	612.428	612.428	612.428	612.428	612.428
EDFPA	171.112	182.228	202.228	212.228	212.228	212.228	212.228	212.228	212.228	212.228	212.228	212.228
Superf. Superf.	142.228	142.228	142.228	142.228	142.228	142.228	142.228	142.228	142.228	142.228	142.228	142.228
Debitos	30.228	30.228	30.228	30.228	30.228	30.228	30.228	30.228	30.228	30.228	30.228	30.228
Outros	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228	1.228
Impostos Antecipados (R\$ mil)	6.228	6.228	6.228	6.228	6.228	6.228	6.228	6.228	6.228	6.228	6.228	6.228
R\$ de vendas em montador	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42
Tributação de importação (R\$)	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42
Contribuição de água entubada (R\$)	10.428	20.428	41.228	51.228	25.228	11.228	11.228	11.228	11.228	11.228	11.228	11.228

- A MCSA espera ter parcerias para o desenvolvimento local
- Necessidade de apoio em infraestrutura de estradas
- A reativação da ferrovia poderia desenvolver melhor a região.

20

Apresentação dos expositores

Plano Futuro x Infraestrutura para apoio



22

Benefícios iniciais de investimentos



Total estimado de contribuição para o Brasil & Bahia para os próximos 5 anos:

1,200+ empregos diretos and posições incluindo terceiros

R\$625+ milhões em taxas e royalties

R\$1.6+ bilhões em pagamentos de fornecedores para serviços e materiais

R\$ 4,3+ bilhões relativo a venda de concentrado para a metalurgia de Salvador



23



DADOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

Área
564.692 km²
(6,6% do Brasil)

Costa
1.188 km

Municípios
417

COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ 13 bilhões (exportação + importação)
54% Região Nordeste
3,7% Comércio Brasileiro

6º Economia do Brasil
5º destino preferencial do investimento estrangeiro

GERAÇÃO DE EMPREGOS

300 mil novos empregos (2009-2018)

POPULAÇÃO

15,3 milhões (IBGE 2014)
1º do Nordeste
4º do Brasil

LEB + RSL/SE
Fonte: IBGE (2017)

Apresentação dos expositores

PRINCIPAIS SETORES ECONÔMICOS



INFRAESTRUTURA



MINERAÇÃO BAIANA



INFRAESTRUTURA | Portos

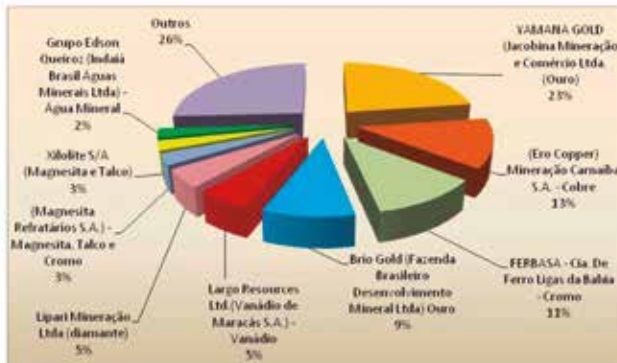
- PORTO DE ILHÉUS**
Capacidade: 1 Mt/ano
Usado pela Mirabela para exportação de Niquel
- PORTO DE ARATU**
Capacidade: 6 Mt/ano
Carga a granel (4 terminais): líquido, gás e sólidos
Usado principalmente pela mineração e produtos químicos
- PORTO DE SALVADOR**
Capacidade: 5 Mt/ano | 430 k containers/ano
Containers, carga geral e a granel
- PORTO SUL (em desenvolvimento)**
Investimento de US\$ 820 milhões
Projetado para armazenar 60 Mt/ano de carga a granel



Fonte: Odebrecht (2017)

Apresentação dos expositores

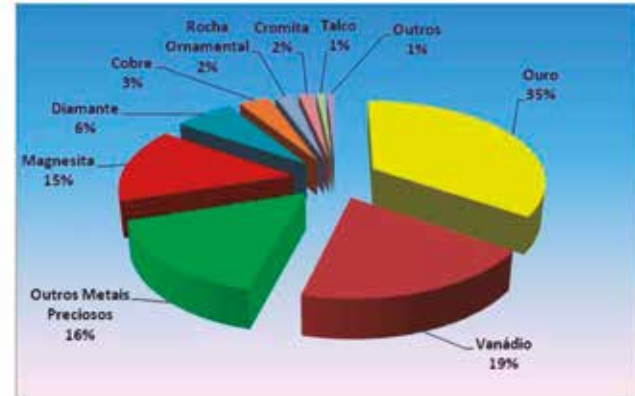
PRODUÇÃO MINERAL BAIANA COMERCIALIZADA Principais Mineradoras



Fonte: ANM/SDE - 2017

Fonte: Cadeba (2017)

PRINCIPAIS BENS MINERAIS EXPORTADOS



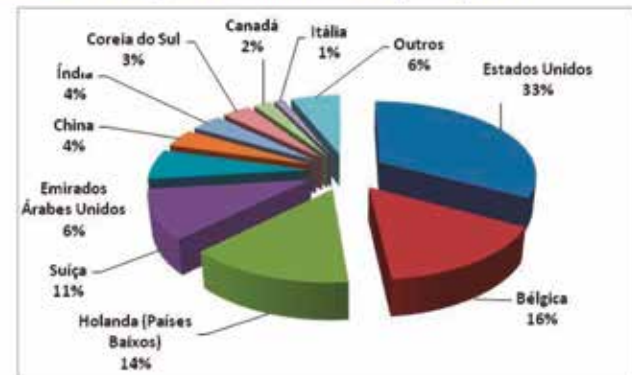
Fonte: ANM/SDE - 2017

Minas em Atividade



Fonte: ANM/SDE

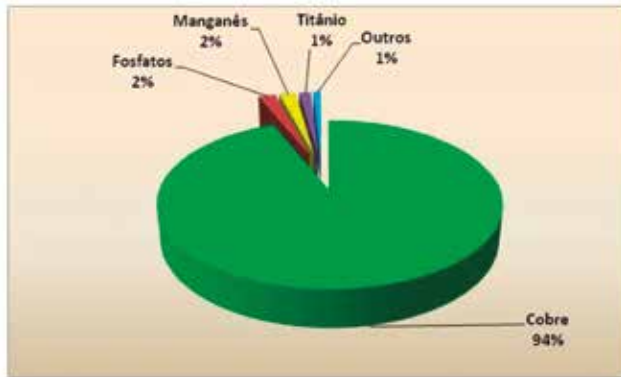
Principais Destinos das Exportações



Fonte: ANM/SDE - 2017

Apresentação dos expositores

PRINCIPAIS BENS MINERAIS IMPORTADOS



Fonte: ANM/ SDE - 2017

CBPM

45 ANOS

DESCOBRINDO GRANDES
OPORTUNIDADES MINERAIS

45 ANOS
Companhia Brasileira de Pesquisa Mineral

PRINCIPAIS PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO NA BAHIA

- **Areia Silicosa de Alta Pureza: Belmonte** (entrada em produção de 2 empreendimentos em 2020)*
- **Bauxita: Jaguaquara** (entrada em produção provável em 10 anos)
- **Ferro: Sento Sé, Flatã, Xique-Xique e Brumado/Livramento** (em desenvolvimento)
- **Gipsita: Camamu** (entrada em produção em 2020)
- **Cimento: Pariplanga e Lajedinho** (entrada em produção em 2020)
- **Cromo e minerais do grupo dos platinoídeos: Maracás** (em desenvolvimento)
- **Gralta para Grafeno: Eunápolis, Itagimirim, Ipirá* e Guaratinga** (em desenvolvimento)
- **Areias para Filtrantes: Jeremoabo** (entrada em produção em 2020)
- **Barita: Pirai do Norte** (entrada em produção em 2020)
- **Nefelina Sienita – Itarantim** (em desenvolvimento)*
- **Ouro de tramaia** (em desenvolvimento)*
- **Zinco, chumbo e Fostato em Itrecê/Lagão** (em desenvolvimento)*
- **Cobre do Curaçá** (em desenvolvimento)*

Fonte: ANM/ Dados Preliminares sujeitos a ratificação

* Projetos da CBPM

Elaboração: SDE



MISSÃO

Induzir e promover o desenvolvimento do Setor Mineral da Bahia, com eficiência técnica, econômica e social, em harmonia com a preservação do meio ambiente.

Apresentação dos expositores

PRINCIPAIS ATIVIDADES NA ÁREA DE MINERAÇÃO

45



UMA EMPRESA VITORIOSA

45

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO EM ÁREAS DA CBPM

45



UMA DAS ÚNICAS EMPRESAS ESTADUAIS DE MINERAÇÃO QUE SOBREVIVERAM NO BRASIL

45

Apresentação dos expositores



45

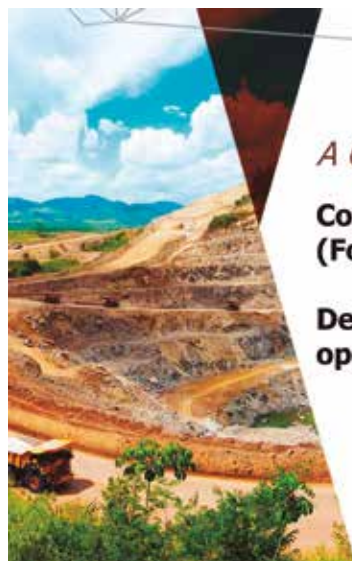
DETENTORA DO CONHECIMENTO GEOLÓGICO DO TERRITÓRIO BAIANO, DIVULGADO ATRAVÉS DE PUBLICAÇÕES TÉCNICAS CONHECIDAS NO BRASIL E NO EXTERIOR



45

UMA EMPRESA IMPORTANTE PARA A ECONOMIA BAIANA

Ao longo dos seus 45 anos, o Estado da Bahia investiu mais de **600 milhões de dólares** nas pesquisas da CBPM. O resultado desse investimento gerou mais de **5 mil novos empregos** e investimentos privados de mais de **2 bilhão de dólares** em **5 grandes minas** em áreas da CBPM.

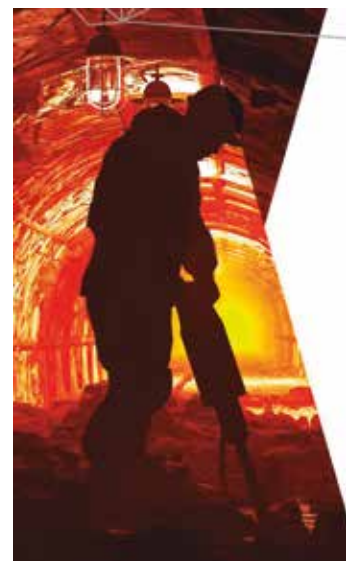


45

A CBPM ESTÁ FOCADA EM:

Conhecimento Geológico (Fomento Mineral)

Descobertas de novas oportunidades minerais



45

526

PROJETOS TÉCNICOS EXECUTADOS

118

LICITAÇÕES DE OPORTUNIDADES MINERAIS REALIZADAS

Apresentação dos expositores

PRINCIPAIS FASES DE PESQUISAS MINERAL E A CBPM

A CBPM tem uma programação técnica focada nas fases que vão da inicial a no máximo até a fase 3;

Em alguns raros casos a CBPM chega até a fase 4, para definir um Depósito;

Desde a fase 2 a CBPM já procura empresas parceiras para fazer parcerias para pesquisas complementares e para arrendar suas áreas;

Com isso a CBPM passa a ter empresas privadas que complementam as pesquisas minerais e viabilizam as descobertas e quando essas passam a produzir pagam Royalties, permitindo assim que a CBPM continue a fazer novas pesquisas e descobrir novas minas.



BENTONITA DE V. DA CONQUISTA - 2007 CBB / GRUPO CLARIANT

- Investimentos: US\$ 25 milhões;
- Argila Industrial;
- Produção de 150 mil toneladas/ano;
- Geração de mais de 100 empregos;
- Royalties para a CBPM de 4%;
- Em produção.

EM ÁREAS DA CBPM E DA CBB



PRINCIPAIS PARCEIROS DA CBPM NA EXPLORAÇÃO MINERAL

LARGO RESOURCES – VANÁDIO DE MARACÁS

LEAGOLD – OURO DE SANTA LUZ

GALVANI/FOSNOR – FOSFATO DE IRECÊ

MIRABELA/APPIAN CAPITAL – NÍQUEL DE ITAGIBÁ

CBB / GRUPO CLARIANT – BENTONITA DE V. CONQUISTA

VITRO DO BRASIL E MINERAÇÃO JUNDÚ – AREIA SILICOSA

LAGOA MATÉRIAS PRIMA – QUARTZO E FELDSPATO

BF4 – NEFELINA SIENITO

CERÂMICA PÉROLA BRANCA, SIMONASSI, CERAMUS E INCEFRA – ARGILA

PEVAL – ROCHA ORNAMENTAL

PEDREIRA PETROLINA – Cobre de Curaçá, entre outras

FOSFATO DE IRECÊ / LAPÃO - 2009 GALVANI/ YARA

- Investimentos: US\$ 20 milhões;
- 37 milhões de toneladas;
- Royalties para a CBPM: R\$ 18,00 por tonelada de concentrado;
- Produção exaurida do supergênico;
- Produção do primário prevista para iniciar em 2019.

EM ÁREAS DA CBPM



Apresentação dos expositores



68

CONTRATOS ASSINADOS DE ARRENDAMENTO E PESQUISA COMPLEMENTAR, SENDO 36 EM PLENO VIGOR

RECURSOS RECEBIDOS
(ROYALTIES, PRÊMIOS DE OPORTUNIDADES E SERVIÇOS)

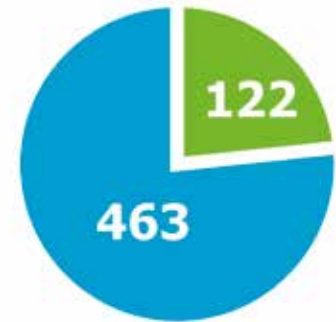
APROXIMADAMENTE

R\$ 150 MILHÕES

45

A CBPM TEM ATUALMENTE 585 DIREITOS MINERÁRIOS

- Em fase de pesquisa pela CBPM
- Em parceria com a iniciativa privada



45

100% DO ESTADO COBERTO POR LEVANTAMENTO AEROGEOFÍSICO

Responsável pelo programa pioneiro de levantamento aerogeofísico do Brasil, iniciado em 1975 e concluído em 2016, cobrindo todo o Estado da Bahia, cujos dados estão disponíveis no nosso site www.cbpm.gov.br



45

POLÍTICA ECONÔMICA DA CBPM NA EXPLORAÇÃO MINERAL



45

Apresentação dos expositores

NÍQUEL DE ITAGIBÁ - 2009 MIRABELA MINERAÇÃO

- **Investimentos:** US\$ 1,2 bilhões;
- Reservas de 159 milhões de toneladas;
- Geração de mais de 450 empregos;
- **Royalties para a CBPM** de 2,52%;
- Produção temporariamente suspensa e negociação com um forte Grupo Inglês; Previsão de retorno para 2019.

EM ÁREAS DA CBPM



OURO DE SANTA LUZ - 2014 LEAGOLD

- **Investimentos:** US\$ 420 milhões;
- Produção prevista de 100 mil onças/ano;
- Reservas de 30 toneladas de ouro;
- Geração de mais de 1.000 empregos;
- **Royalties para CBPM** de 2%;
- Produção temporariamente suspensa. Previsão de retorno para 2019.

EM ÁREAS DA CBPM



VANÁDIO DE MARACÁS - 2014 LARGO RESOURCES

- **Investimentos:** US\$ 350 milhões;
- Mina de maior teor de vanádio do mundo;
- Produção atual de 10 mil t/ano;
- Geração de mais de 500 empregos;
- **Royalties para a CBPM** de 3%;
- Em produção.



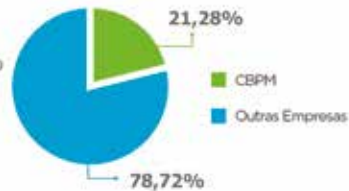
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentação dos expositores

45

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Atualmente a Bahia é o estado brasileiro com maior número de requerimentos de áreas e o 5º em produção mineral (**mais de 2 bilhões de reais** em 2017);
- Nosso objetivo é tornar-se o **4º colocado até 2020**, pois a Bahia é um dos estados brasileiros com maior potencial para investimentos em mineração;
- As áreas da CBPM são responsáveis atualmente por **mais de 20%** da produção mineral baiana e nosso objetivo é alcançar **30% até 2020**.



45

PERSPECTIVAS FUTURAS

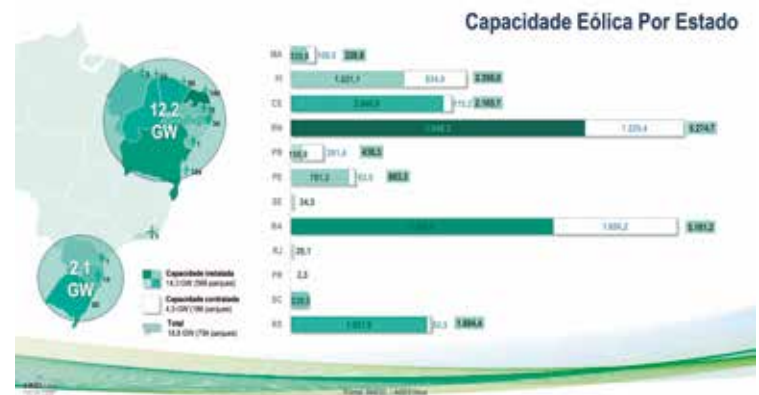
- Para os próximos anos a CBPM continuará trabalhando fortemente na busca pelo conhecimento geológico apurado, pela descoberta de novas jazidas e na atração de empresas interessadas em produzir minérios no estado;
- No lançamento de novos editais de licitação e oportunidades minerais, como forma de trazer novos investimentos para a Bahia, gerando assim novos empregos, atraindo empresas visando empreendimentos minerais de ouro, calcário, níquel, cobre, cobalto, areia silicosa, rochas ornamentais, entre outros;
- Novos projetos estão sendo executados visando a descoberta de depósitos de minerais carentes e estratégicos, como fosfato e os considerados "Portadores de Futuro" (Lítio, Nióbio, Grafita para Grafeno, Terras-Raras, entre outros).



Apresentação dos expositores



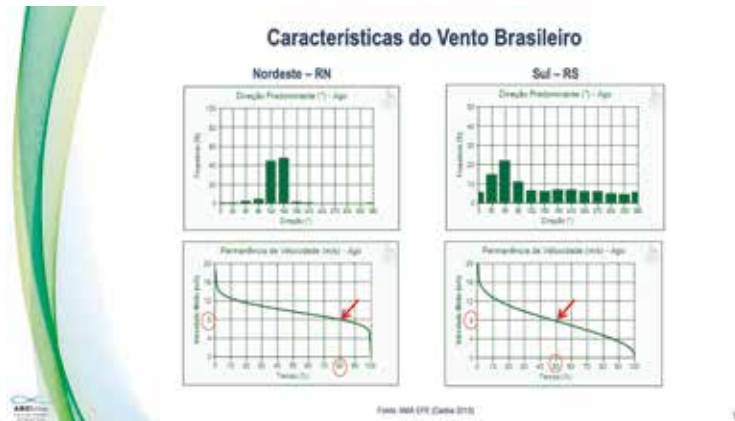
Apresentação dos expositores



Apresentação dos expositores



Apresentação dos expositores



BENEFÍCIOS SOCIOAMBIENTAIS DA ENERGIA EÓLICA

- É renovável, não polui, não emite CO₂ na geração, contribui para que Brasil cumpra Acordo do Clima.
- Um dos melhores custo-benefício na tarifa da energia. Nos últimos leilões, tem sido a fonte de energia com preço mais baixo.
- Geração de renda: cerca de 4.000 famílias recebem mais de R\$ 10 milhões mensais pelo arrendamento de terra.
- Convivência com outras atividades, como agricultura e criação de animais (Apenas entre 3% e 5% da área é ocupada com aerogeradores)
- Capacitação de mão de obra local

Cada MW instalado gera 15 postos de trabalho. São mais de 100 mil postos até o momento.

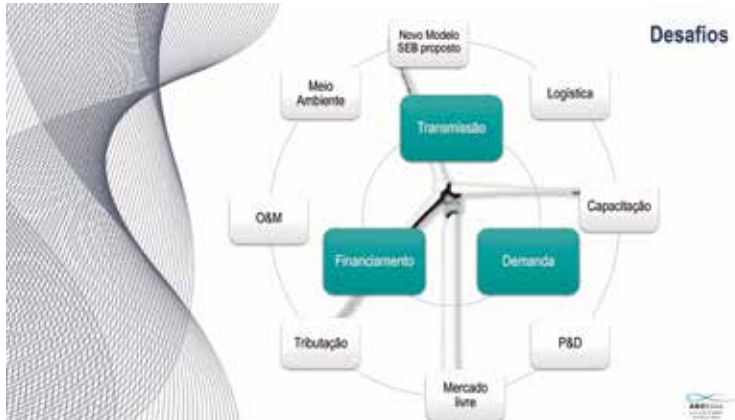


Benefícios e Índices da Eólica 2017

- 22 milhões de casas abastecidas mensalmente, em média
- US\$ 3,5 bilhões foram investidos no setor eólico
- 42 TWh de energia gerados
- Ganhos sistêmicos: atendimento do Nordeste
- 21 milhões de toneladas de CO₂ evitadas. Equivalente à emissão anual de cerca de 10 milhões de automóveis.



Apresentação dos expositores



OBRIGADO!

Diretoria Técnica

CONTATOS
 Av. Franklin 1331 - SP Jardim - Cx. 51
 Bela Vista - São Paulo - CEP 01228-200
 Tel: 55 (11) 3674-9000

- www.abrilenergia.org.br
- Facebook.com/abrilenergia
- Instagram.com/abrilenergia
- youtube.com/abrilenergia
- Twitter.com/abrilenergia

BAHIA

Tendências, desafios e oportunidades para o Setor de Energias Renováveis

Estado da Bahia

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
 Câmara dos Deputados
 28 de novembro 2018

BAHIA | INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS 2007 - 2018	INVESTIMENTOS 2018 - 2020 Em Implantação
BAHIA 1.195 Projetos US\$ 56,8 bilhões	BAHIA 333 Projetos 24.560 Empregos US\$ 7,3 bilhões
GRANDE SALVADOR 36% Projetos 27% Empregos 31% Investimentos	GRANDE SALVADOR 20% Projetos 30% Empregos 11% Investimentos
INTERIOR 64% Projetos 73% Empregos 69% Investimentos	INTERIOR 80% Projetos 70% Empregos 89% Investimentos

BAHIA | DADOS SOCIOECONÔMICOS

Fluxo Comercial (2017)
 US\$ 15,3 bi (Exportações + Importações)

- 48% Participação das exportações em relação ao total do Região Nordeste
- 3,7% Participação das exportações em relação ao total do País

População
 14,8 m (2018 2015)

- 18 de Municípios
- 48 de Freguesias

Emprego
 188 mil (Dados estatísticos parciais 2018 2017)

Grau de Urbanização (2017)
 72,8% Bahia
 98,1% Região Metropolitana do Salvador

PIB (2017)
 US\$ 77,2 bi

- 78 Economia do País
- 58 Índice de produtividade para Investimentos - PIB/Invest

MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA

2018

- Hidráulica: 103,6 GW (64,3%)
- Édica: 22,8 GW (14,1%)
- Demais renováveis: 21,7 GW (13,4%)
- Térmicas: 13,6 GW (8,4%)

2027

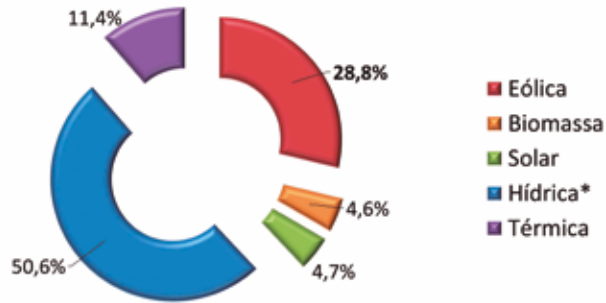
- Hidráulica: 111 GW (54,5%)
- Édica: 32,1 GW (15,8%)
- Demais renováveis: 33,9 GW (16,6%)
- Térmicas: 26,7 GW (13,1%)

MINOR EXPANSÃO HIDRELÉTRICA SIGNIFICARÁ:

- Maior expansão de renováveis;
- Maior expansão de termelétrica
- Necessidade de potência complementar e segurança de suprimento

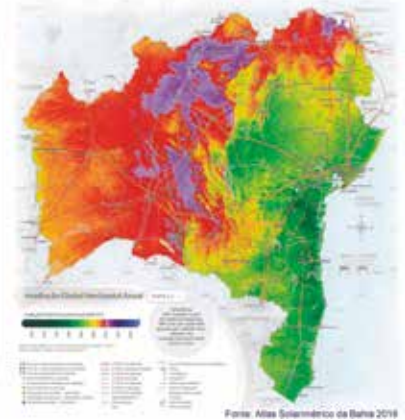
Apresentação dos expositores

MATRIZ ELÉTRICA DA BAHIA ATUAL



POTENCIAL SOLAR

- Níveis de radiação solar maiores que 6000 Wh/m²/dia
- Radiação anual superior: 2.200kWh/m²
- Geração centralizada: 100GW
 - Supera 05 vezes o consumo anual do estado
- Geração distribuída: 177MW
 - 1% do consumo elétrico total do estado no ano de 2016

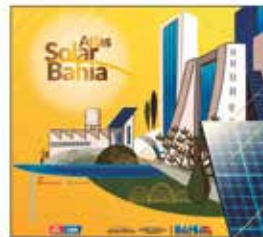


OPORTUNIDADES

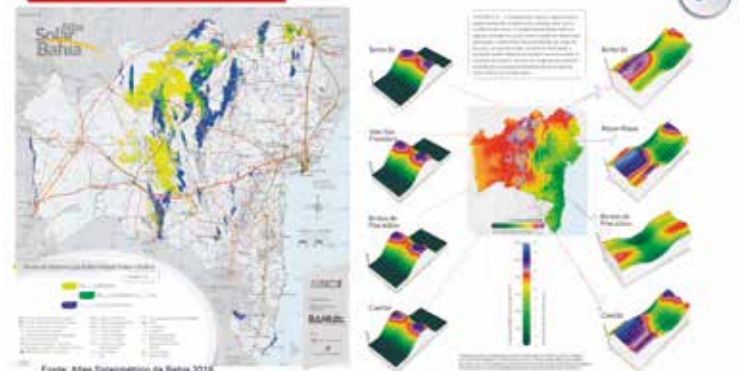
ATLAS EÓLICO DA BAHIA
NOVEMBRO | 2013



ATLAS SOLAR DA BAHIA
FEVEREIRO | 2018



POTENCIAL HÍBRIDO



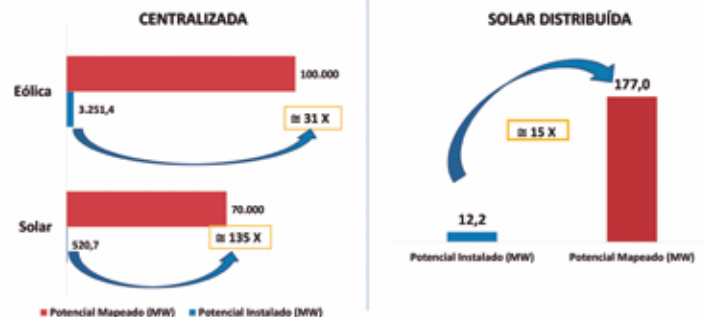
POTENCIAL EÓLICO



- 100m – 70 GW
- 150m – 195 GW
- 1,5x a matriz elétrica brasileira
- Melhores Ventos: constantes, unidirecionais e sem rajadas
- Parques Eólicos com fator de capacidade superior a 50%

Fonte: Atlas Eólico da Bahia 2013

POTENCIAL DE CRESCIMENTO



Fontes: Atlas Solar da Bahia, Atlas Eólico da Bahia e ANEEL (Nov/2018)

Apresentação dos expositores

ANÁLISE HISTÓRICA ENERGIA EÓLICA

MERCADO REGULADO

Comparativo cadastrados e vendidos

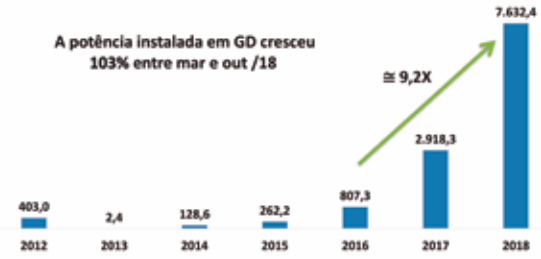


1º NO RANKING COMERCIALIZAÇÃO NO BRASIL com 31% de todos os projetos comercializados.

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

CRESCIMENTO DA POTÊNCIA INSTALADA (kW)

A potência instalada em GD cresceu 103% entre mar e out /18

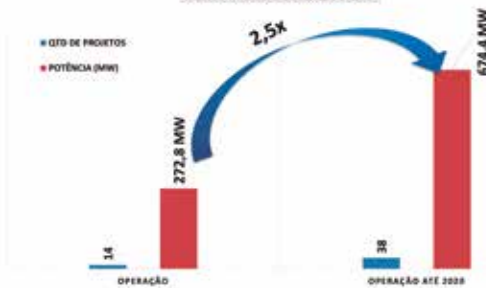


Fonte: ANEL (2018)

ENERGIA EÓLICA

MERCADO LIVRE

CRESCIMENTO ENERGIA EÓLICA



TENDÊNCIAS DE MERCADO

ANÁLISE HISTÓRICA ENERGIA SOLAR

MERCADO REGULADO

Comparativo cadastrados e vendidos



1º NO RANKING COMERCIALIZAÇÃO NO BRASIL com 25% de todos os projetos já comercializados.

DESAFIO PARA INDÚSTRIA

Empresa	Ano	Investimento (R\$)	Emprego
GE/Abtorn	2009	128 Mi	144
Siemens/Gamesa	2010	400 Mi	192
Nordex/Acciona	2011	35 Mi	140
Tecsis	2013	120 Mi	877
Torrebras	2011/14	30 Mi	163
Torres Eólicas do Nordeste	2015/17	86 Mi	462
Wobben	2014	25 Mi	150
Soltec	2017	4 Mi	167

DESTAQUE SIEMENS/GAMESA

- **Metalizer:** 40 empregos - montagem de kits metal-mecânicos e finalização de carcaças;
- **VCI:** 05 empregos - reparos dos compostos da carcaça;
- **CDI:** estoque de peças utilizadas em reparo e agregadas aos componentes da nacelle;
- **MVC:** Reparo de pás eólicas.



Breve Currículo dos expositores

Painel: “Setor Produtivo, papel do Estado e desnacionalização” - 23/05/2018

LUÍS PAULO BRESCIANI, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE. Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2001), incluindo programa “sandwich” em Development Studies junto ao Institute of Development Studies, University of Sussex, Inglaterra (1999). Graduado e mestre em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1983 e 1991), com especialização em Relações do Trabalho (Universidade de Harvard, EUA, 1998). Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) desde 2002, tendo como prioridades as temáticas vinculadas ao desenvolvimento econômico, aos sistemas produtivos e às políticas públicas em âmbito regional. Professor do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde 2017.

HAROLDO LIMA, Consultor de Empresas Petrolíferas Brasileiras.

Haroldo Borges Rodrigues Lima nasceu em Caetité (BA) no dia 7 de outubro de 1939, filho de Benjamim Teixeira Rodrigues Lima e Adelaide Borges Rodrigues Lima.

Deputado Federal - 1983-2003; const. 1987-1988.

No ano de 2005, foi indicado pelo presidente Luiz Ignácio Lula da Silva (2003-2011) para ser Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Dois anos depois teve sua indicação renovada. Haroldo Lima foi também engenheiro e chefe da divisão de operações e manutenção da Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba).

Publicou os trabalhos Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira (1970), Itinerário (1979), Questões sobre a Constituinte (1980), Itinerário de lutas do PC do Brasil (1980) e A dívida agora é deles.

Painel: “O Financiamento do Desenvolvimento Econômico: O papel do Sistema Financeiro, dos bancos públicos e do BNDES no desenvolvimento” - 13/06/2018

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B - CA AE - Administração, Contabilidade e Economia. Possui graduação em Economia pela Universidade de Brasília (1973), mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (1977) e doutorado em Monnaie, Finance et Banques - Université de Paris X, Nanterre (1989). É professora titular da Universidade de Brasília. Tem publicações e pesquisas nas áreas de Economia

Monetária, Economia Política, História do Pensamento Econômico e, mais recentemente na área de Economia do Turismo.

Trabalha atualmente com os temas: instabilidade financeira, política monetária, papel do Estado, controvérsias em economia monetária. (Texto informado pelo autor). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9304278145225305>. Última atualização do currículo em 10/12/2018.

Painel: “Política Externa e Inserção Internacional” - 04/07/2018

ABRÃO NETO, Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. Servidor público da carreira de Analista de Comércio Exterior, do mesmo ministério, Abrão era secretário de Comércio Exterior Substituto, foi diretor do Departamento de Negociações Internacionais e chefe de gabinete da Secex. Antes de ingressar na carreira pública, ele trabalhou como advogado de comércio internacional e como coordenador da área internacional da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). É doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Direito Econômico Internacional pela PUC-SP. É também Ph.D., tendo sido pesquisador visitante na Universidade de Georgetown, em Washington (DC).

DAVID KUPFER, Pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ. Possui mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

(1986) e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). É Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Diretor Geral do Instituto de Economia da UFRJ onde também coordena o grupo de pesquisa em Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ) e Editor da Revista de Economia Contemporânea. Entre 2011 e 2014 foi cedido ao BNDES onde atuou como Assessor da Presidência. Recebeu o Prêmio Jabuti de melhor livro da área de Economia e negócios no ano de 1996 com o livro “Made in Brazil: Desafios Competitivos da Indústria Brasileira” e no ano de 2002 com o livro “Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil”.

Tem experiência na área de Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: Competitividade, Política Industrial, Indústria Brasileira, Estratégias Empresariais e Padrões de Desenvolvimento Econômico. (Texto informado pelo autor). Última atualização do currículo em 17/12/2018.

Painel: “Desenvolvimento produtivo e mercado de trabalho” - 11/07/2018

MAX LENO DE ALMEIDA, Supervisor do Escritório Regional do Distrito Federal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE. Possui graduação e mestrado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília (2004). Na área de docência atua como professor titular da UNESBA - União de Ensino Superior de Brasília (Centro Universitário PROJEÇÃO - Unidade Guarã e Sobradinho), assim como é professor adjunto I do Centro Universitário ESTÁCIO de Brasília. Atuou também como professor convidado na pós-graduação em gestão pública e Políticas Macroeconômicas e as Organizações na Universidade Estadual de Goiás (UEG), como também professor adjunto da Faculdade UNIPLAN/DF. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Mercado de Trabalho; Política do Setor Público, atuando principalmente nos seguintes temas:

orçamento público, administração pública, previdência social, estatísticas socioeconômicas, economia do trabalho, economia regional e diferencial de rendimento. Fez parte ainda do CORECON-DF (Conselho Regional de economia do DF - 2000 a 2008), como também foi Conselheiro Federal Suplente pelo COFECON (Conselho Federal de Economia). Recentemente é Conselheiro do CTCS (Conselho de Transparência e Controle Social) do Governo do Distrito Federal. Informações coletadas do Lattes em 01/12/2018

PAULO VINICIUS SANTOS DA SILVA, Secretário de Relações do Trabalho da Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Brasil- CTB.

Sociólogo, mestrando em sociologia da UnB. Diretor de política sindical do sindicato dos bancários Brasília

Painel: “Panorama e perspectivas da Indústria Baiana: Tendências, desafios e oportunidades para o Setor Automotivo e Setores de Petróleo, Gás e Petroquímica” - 21/11/2018

JEAN FREITAS, Superintendente de Desenvolvimento Produtivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia - SDE/BA;

DANIEL DA SILVA MOTTA, Gerente de Tecnologia e Inovação do SENAI-CIMATEC. Doutorando em Modelagem Computacional e Tecnologias Industriais pelo SENAI CIMATEC. Mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2005), com foco em modelagem computacional de sistemas mecânicos, Especialista em Soldagem (2011) pela Faculdade de Tecnologia SENAI. CIMATEC e graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1997). Gerente de P&D do SENAI CIMATEC, sendo responsável por uma carteira de mais de 80 projetos de inovação e uma receita anual superior a R\$ 40 milhões. Coordenador da Unidade EMBRAP II (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) SENAI CIMATEC.

No âmbito do Programa Nacional do SENAI de Aumento da Competitividade da Indústria Brasileira, lidera a operação dos ISI (Institutos SENAI de inovação) do SENAI BAHIA. Tem experiência industrial e acadêmica nas áreas de Gestão da Produção, Qualidade e Logística. Informações coletadas do Lattes em 13/08/2018.

ROGÉLIO GOLFARB, 1º Vice- Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA; presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e do Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (SINFAVEA) da gestão abril/2004 – abril/2007. Paulistano, 48 anos, Golfarb é formado pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) em Engenharia de Produção Mecânica e possui curso de Planejamento Estratégico pela Duke University. Trabalha no setor automobilístico desde 1981, quando ingressou na Ford Motor Company Brasil como engenheiro de projetos da área de caminhões.

Em 2001, Golfarb foi designado diretor de assuntos corporativos e comunicação da companhia. Vice-presidente da ANFAVEA na gestão 2001-2004, Golfarb participou do grupo que conduziu as negociações internacionais para ampliação de acordos de comércio do setor automotivo.

Participa também do diálogo para acordos de comércio com União Européia, Alca e África do Sul.

CARLOS DANILO ALMEIDA, Assessor de Estudos Técnicos da Superintendência de Desenvolvimento Industrial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB; (Mestre em Economia pela UFBA).

FERNANDO FIGUEIREDO, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM; Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Figueiredo é membro dos Conselhos de Economia e Superior de Tecnologia e Competitividade da Fiesp, foi professor de Direito na FMU e leciona Comunicação Corporativa no Programa de Educação Continuada da FGV.

Na Abiquim, ele foi membro da Comissão de Economia e coordenou as comissões de Assuntos Jurídicos, de Assuntos Legislativos e a de Comunicação e Imagem.

Fernando Figueiredo foi, até dezembro de 2010, vice-presidente e membro do Comitê Executivo do grupo Basf na América do Sul, com responsabilidades pelas áreas de plásticos, poliuretanos, catalisadores e produtos químicos industriais, comunicação social, impostos e seguros. Ele começou sua carreira no grupo em 1978, como gerente do Departamento Legal da Glasurit do Brasil. Figueiredo sucedeu o economista Eduardo Bernini na presidência executiva da Abiquim.

LUIS EDUARDO DUQUE DUTRA, Economista e Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ. Pós-Doutorado com especia-

lização em propriedade intelectual pela Organização Internacional de Propriedade Intelectual, WIPO Academy e Universidade de Turim, Faculdade de Ciências Jurídicas.

Relatório de Pesquisa: Challenges of copyright in

the digital era. Doutorado em Sciences Economiques - UNIVERSITE DE PARIS. Mestre em Planejamento Energético pela UFRJ-COPPE. Bacharel em Ciências Econômicas pela UnB. Informações coletadas do Lattes em 04/12/2018.

Painel: “Panorama e perspectivas da Indústria Baiana: Tendências, desafios e oportunidades para os Setores da Mineração, Energia Renovável e Agronegócio” - 28/11/2018

LAIS DA CUNHA MACIEL LAFUENTE, Diretora de Desenvolvimento de Negócios da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia -SDE/BA; é formada em Ciências Biológicas e mestre em Zoologia pela Universidade Federal da Bahia. Antes de seu cargo atual, trabalhou na Universidade de Salvador (UNIFACS) como professora e coordenadora nos cursos de graduação em Engenharia Ambiental e Gestão Ambiental, além de professora no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional. Seus cargos no governo permitiram que ela trabalhasse de perto e entendesse as necessidades de indústrias-chave como Energias Renováveis, Óleo e Gás, Química e Petroquímica na Bahia.

SANDRO YAMAMOTO, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica; Engenheiro Eletricista. Especialista em comercialização de energia elétrica e regulação do setor de energia elétrica. Especialista em Automação Industrial. 21 anos de experiência no setor elétrico, atuou nas empresas Eletropaulo, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, EDP Renováveis e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Atualmente é Diretor Técnico na Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica.

RAFAEL AVENA, Diretor Técnico da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM;

MANOEL VALÉRIO, Diretor Presidente da Mineração Caraíba S/A. Iniciou sua carreira como engenheiro de minas em uma mina subterrânea de manganês. Na Mineração Caraíba atuou a primeira vez entre 1984 e 1996, como engenheiro, gerente de geologia/planejamento e gerente de planejamento.

Em seguida, trabalhou na Companhia de Mineração e Metalurgia pertencente ao Grupo Votorantim onde atuou como analista de projetos de investimentos, gerente corporativo e gerente de operações das minas de zinco, entre 1997 e 2005. Entre 2006 e 2012, retornou a empresa, dessa vez como Diretor Estratégico e Diretor de Operações.

Em 2013, trabalhou como diretor técnico e de engenharia de um projeto de mineração de terras raras. Atualmente, desde 2014, ocupa o cargo de Diretor de Operações da companhia.

Sr. Manoel Valério Brito é graduado em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e cursou MBA em gestão empresarial e finanças na FGV.



Equipe Técnica da CDEICS

Secretária-Executiva:

Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli

Assessores:

Ana Maria Prestes

Andressa Paranhos Guimarães

Cecília Maria Luli

Elita Henrique de Sousa

Renata Araújo Rodrigues de Amorim

Sérgio Pedro da Silva

Vanderléia Barbosa Gomes

Vanderlucia Bezerra da Silva

Programa Pró-Adolescente (Cesam):

Isabelle Borges da Silva

Pedro Lucas Delpache da Frota

Estagiário:

Lucas Rodrigues Francisco

Contato

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria,

Comércio e Serviços – CDEICS

Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala T 33

Brasília – DF - CEP 70160-900

Tels. (61) 3216-6602 / 6603 - Fax (61) 3216-6610

Facebook: www.facebook.com/cdeics.leg

CDEICS

Comissão de
Desenvolvimento Econômico,
Indústria, Comércio e Serviços